

Vida de D. Pedro I

O Rei Cavaleiro

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

Vida de D. Pedro I

Ó Rei Cavaleiro

★

2.^a EDIÇÃO AUMENTADA
E ILUSTRADA

★

1943

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
S. Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

UNIVERSIDADE DO BRASIL

Biblioteca Central

DATA

N.º

30 JAN 1956

EXPLICAÇÃO

(da 2.^a edição)

Publicado em 1955, este livro, que se reimprime acrescido de muitas notas e documentos, se destinou inicialmente a desmanchar uma lenda injusta e a arrancar de sua teia insidiosa um retrato vivo e sincero. Mas estava longe de ser a apologia de D. Pedro I. Pretendia ser a "revisão do seu processo". Um relato novo, inspirado em documentação severa, em depoimentos leais e em crítica despida das paixões velhas, contemporâneas do "homem" e de sua debatida glória. Reimprime-se o volume — oito anos mais tarde — quando já uma bibliografia respeitável se vem juntar a esta forma de reabilitação, perante a consciência pública, d'um nobre vulto tutelar. Não arriscamos interpretações precipitadas. Repudiâmos a caricatura histórica. Fugimos ás abstrações. Limitâmo-nos aos traços verídicos, á compreensão e á exposição d'uma existência contraditória e privilegiada. Belo romance, talvez! Com o requinte de ter sido um romance real...

"Aos 23 anos regente do Brasil, imperador aos 24, rei resignatário e Dador da Constituição aos 28, morreu no Paço de Queluz, na sala de Don Quixote, com 36 anos de idade, depois de ter creado um império, outorgado duas Cartas, fundado dous regimens, e cingido a corôa, Cesar pródigo, a dous filhos seus".

Quantos personagens do seculo XIX — do "luminoso" ou do "estúpido" seculo XIX — merecem uma análise profunda, enternecida e sentimental, como D. Pedro I?

Quantos se iluminaram assim com a estrêla da aventura, na América e na Europa, destacando dos acontecimentos universais — em 1822 ou em 1831 — o perfil romântico de Chefe jóven, a espada e a Idéa?

Quantos, nascendo nos degrãos de um trôno antigo, tiveram a fortuna desse príncipe estouvado de guiar as multidões como um demagogo, libertá-las como um patriarca benevolo, e entender-lhes o destino como um profeta?

Quantos, como ele, puderam intitular-se com os soberbos apelidos de fundador d'um Estado, de reformador de outro Estado, digno por isso de ser tratado e discutido em ambos os hemisférios como um Herói que delirava?

O passado legou-nos um monumento. Os estudos atuais animam-lhe o bronze com o alento divino da ressurreição. Não importa o ente simbólico. Fiquêmos na apreciação simples e útil do homem.

P. C.

Rio de Janeiro, julho de 1941.

ÍNDICE

1

O HOMEM

I — Decadencia	9
II — O príncipe real	32
III — Jacobino corôado	49

2

NAMORADO DO BRASIL

IV — O primeiro nas Galias	85
V — A posse	101
VI — Primavera imperial	111
VII — Cesar	121
VIII — Política... e mulheres	144
IX — De que morreu a imperatriz	156
X — A ruína de um sonho	182
XI — O minotauro	195
XII — Barbacena e Chateaubriand	210
XIII — A abdicação	217

3

ETEOCLES E POLYNICE

XIV — O rei cavaleiro	245
XV — Linhas do Porto	265
XVI — A morte de um romântico	287
Bibliografia	309

O homem

I

DECADENCIA

D. João VI foi o rei que nunca amou. Parece que D. João V, magnifico e pródigo, esgotára as reservas sentimentais da dinastia. Já D. José fôra um tímido, governando, namorando, vivendo; e sua filha a rainha D. Maria I, de pezado penteado francez e o longo pescoço alvo embrulhado em colares, dera á Igreja as demasias do seu temperamento veemente. De um casamento melancolico de sobrinha e tio — um tio manso, lêrdo e suave, D. Pedro III — nascêra, com o destino antecipado na mascara, o principe do Brasil que veiu a ser o seu primeiro rei. Propenso a engordar como o pae — tirando ao avô na nostalgia e quiétude, sem a imaginação nem a vitalidade de D. Pedro II, seu trisavô, o penúltimo forte da familia — se não lhe morresse o irmão mais velho, herdeiro da côroa, vegetaria por toda a existencia, meio frade cantor, meio filosofo, a esburgar ossos de frangos pelos imensos corredores de Mafra. Era feio, lento de movimentos, ventrudo, prognata, misógino, incapaz de vontade constante, piedoso e glotão. Não lhe faltava, porém, discernimento. Tinha pronta e lúcida a intelligencia inculta, maliciosa, apurada pela observação solitária, que é o sexto sentido dos misantropos. Não nas-

cêra para rei, siquer para marido, nem para chefe, mesmo de sua casa. A fatalidade jungiu-o a uma das princezas mais feias e inquietas da Europa, a prima Carlota Joaquina, áspero rebento de um tronco que reflorira — os Bourbons de Espanha.

Mulher singular foi a princeza do Brasil, a quem D. João desposou em 1785. Atingira ele os dezoito, ela não alcançava os onze annos. Não fôra bem um casamento; mas a celebração ritual de uma aliança, de um lado Carlos IV, do outro D. Maria I. Carlota Joaquina era baixa, sardenta, ossuda; claudicava de uma perna, ria com todos os máos dentes, vestia bizarramente, sentia, pensava, agia em descompasso, com pelos á volta da boca, traço fisionómico da sua masculinidade. Dela se diria o que Napoleão disse da duqueza de Angoulême: foi o homem da familia. A mãe, Maria Luiza de Parma, fizera do valido o primeiro estadista de Espanha; o pae, flácido, paciente, escondera na sua desolada intimidade o desânimo hereditario, e jamais deixou de ser sombra de rei. Carlota Joaquina levou para Portugal essa impressão de ruina domestica, na qual a mulher sobrelevava: a sua história politica resumiu a luta, astuta ou desesperada, entre a sua vontade de histerica e a esperta passividade do principe seu esposo. Ela tinha talento. Era instruida, como devia ser uma infanta destinada a reinar. Quando chegou a Lisbôa, pasmou a côrte, ante os dotes do seu espirito, as suas prendas, as linguas que dominavã, uma harpa em cujas cordas, ágeis, os dedos afusilados corriam — dedos primorosos, que, com os cabelos

e os olhos, eram os unicos encantos da sua pessoa. Nenhuma mulher em torno dela, em Lisbôa e no Rio de Janeiro, lhè disputou a primazia na conversação, na frase conceituosa e na alegre ou espiritual intenção dos ditos. "Única em sua classe", afirmou o argentino Rodriguez Peña, em 1808... Foi esse o contraste inicial, entre a princeza de Espanha e o principe de Portugal, quando, ambos crianças, se deram as mãos em matrimonio. Inferior á mulher, apenas forrado, encouraçado de resignação, que aos olhos dos cortezãos parecia sabedoria, D. João lhè aceitou o jugo, amavel de começo, depois pezado, afinal insuportavel. Ela era portadora de uma missão politica, que lhe constituiu a obsessão da vida de choques e malôgros: desarticulada, rispida, viril, de-ra-se toda á ambição de ser mais que a mulher de Cesar... o proprio Cesar! Encetou a sua conquista do Estado pela conquista da nobreza, em que perseverou até 1805: no intervalo entre o nascimento dos filhos, as dansas, as musicas, os salões, enquanto D. João, amuado, recolhia á Mafra a hebetude e as digestões. Desavieram-se cêdo os esposos; e as rugas, que só acabaram na morte, foram arma e pretexto nas mãos habeis da princeza. Mostrou-se intrigante, corruptora, associativa. Enredou, insinuou, desnovelou o fio de sua trama, confidenciada entre as côrtes, e cujo rumôr de conspiração chegou afinal aos ouvidos do príncipe. Esse episodio de incompatibilidade conjugal culminou em 1805, quando emparceirada com grandes senhores descontentes, inculcava ela á Espanha o marido como louco; entretanto

as cenas amargas e os conflitos, que resvalavam periodicamente da alcôva para a rua, precederam ao nascimento de D. Pedro.

Já era D. João regente ha sete anos, em virtude da interdição da rainha, doida de todo. Carlota alargara á cobiça o pano dos seus sonhos. Extranhos perigos rondavam aquela corôa, que tinha passado das mãos trémulas de uma demente, embaraçadas nas camândulas, para as mãos fôfas de um gastrônomo. O xadrez da Europa fôra sacudido pela rajada da Revolução que lhe confundira as pedras, desnorteara o velho jogo politico de Luiz XIV e de Frederico. A Espanha receava a França e Portugal receava a Espanha. A Inglaterra, com as baterias acêsas, hostilizava a França, que batia a Austria na Italia. Raiára uma aurora sangrenta de invasões e anexações. Improvizavam-se conquistadores. Bonaparte surgira, projetando no continente o sonho de Alexandre. As fronteiras nacionais eram riscos na areia, apagados pelas ondas da violencia a quebrarem nas arestas das monarquias. A necessidade de combater a Revolução aliára os reis: um conluio de lóbos contra os magros campos de politica. Fazia-se guerra á Liberdade. Era muito mais rude, porém, nas cidades, onde a policia, de bengalão debaixo do braço, espiava os maçons, do que nos campos de batalha onde os exercitos se arrazavam. Em Portugal a policia, creando novos orgãos, tornara-se uma instituição essencial: a partir de 1792 foi a principal Repartição do Estado. Era uma policia bastarda meio ecclesiastica, meio militar,

por um lado assemelhada á Inquisição, cujos processos aperfeiçoára, por outro ligada á organização apostolica e internacional contra a *Idéa Franzeza*. Um homem poude simbolizal-a: o intendente Pina Manique. Tinha as qualidades do rafeiro em trilho de caça, as sutilezas do instinto, as energias da sociedade alarmada, infalivel e inexoravel. D. João respeitava-o como a uma fôrma, inevitavel, da ordem: demais disso, ele era curioso, crédulo e facil de convencer. Esse homem de poucas indagações foi ele toda a vida, e porisso cada ministro que lhe penetrara a intimidade, timorata e pacifica, o tutelou a seu modo.

Nasceu em Queluz D. Pedro, em 12 de Outubro de 1798. Nele, os defeitos e as virtudes dos pais se combinaram de extranha maneira. O genio, arrebatado e alegre, lho herdou a mãe: o pae transmitiu-lhe a clara ponderação dos momentos, mais raros de começo, de uma meditação séria. Cresceu com a dupla solicitação, do temperamento estourado de Carlota Joaquina e do senso burguez do principe regente, pessimo educador dos filhos, um dos quais lho mutilou a monarquia, o outro quasi lho usurpou o trono. Diante dos seus olhos o equilibrio, a ordem, a beleza eram impressões efemerass: nos múltiplos circulos concentricos da familia, da côrte, da capital, do Estado, a desordem imperava. A briga, surda e rancorosa, que separava o mais nobre casal portuguez, estendia a todo o reino a sua sombra: os ministros desentendiam-se, as finanças arruinadas ameaçavam a independencia nacional, o exercito enve-

lhecia, inutil, na sua pasmada inercia, a marinha apodrecia nos portos com as altas quilhas da India varadas na lama de Belém, e os diplomatas de Portugal compravam o socêgo e a paz do soberano com mãos cheias de diamantes brasileiros. Desorganizara-se a maquina administrativa que Pombal montara; o regente não podia opôr-se á Espanha, quiçá aparelhar-se contra os francezes, menos resistir á Inglaterra, fiel e zelosa aliada. Realmente só um homem mandava em Portugal — o intendente de policia. Conspirava-se, entretanto, nos paços, nos conventos, nos quartéis, e jacobinos, lidos em livros francezes, suspiravam por Napoleão. A fé abalara-se, com a corrupção da aristocracia; empalidecera o culto divino; o teatro, com as comicas e os “castrati”, tudo invadira. Carlota Joaquina, mais sêca, mais amarga, dominara esse crepusculo de um rigimen com o perfil de virago.

D. Pedro, todavia, não se pareceu com os infantes tolhidos e anemicos que, por ultimo, deslisavam pelas galerias de Queluz a tristeza natural. Era um desordenado e rijo menino que lembrava aos aios a mocidade de D. Pedro de Bragança. Corado, com o sangue a reventar nas faces, muito crescido para a idade, o farto cabelo ruivo encaracolando sobre a testa, levemente deprimida nas fontes, os labios grossos do pae, os olhos vivos da mãe, um robusto braço plebeu, que D. Pedro II devia ter, para derrubar touros em picadeiro — desabrochou como uma carnuda e pura flôr de raça. D. João mirava-se nele com enternecido orgulho, compla-

cente: era a garantia da continuidade, do reverdecimento da dinastia; Carlota Joaquina desprezava-o, dando-o inteiro ao pae, como se até no amôr materno a politica reinasse. Ficava para si com o outro filho, D. Miguel. D. Pedro, amado pelo regente, a ele cabia; D. Miguel, mais espanhol, os largos olhos negros, de uma formosura feminina, este pertencia a ela — e o dizia, desenvolta, a apregoar que o infantezinho seria o seu arrimo, o seu futuro. Apenas a princeza influiu, por todos os meios, na formação desse filho predilêto, emquanto o primogenito, negligenciado na sua nativa turbulencia, desenvolvia em liberdade o espirito jovial, varonil e independente. Uma antitese, as duas reaes crianças, que o destino algum dia transformaria em inimigos mortais.

Queluz... Aquele palacio josefino de elegante fenestragem havia de ser, na saudade de D. Pedro, a sua mais deliciosa emoção portugêsa. E' um amplo solar de alvenarias claras que um varandim aformoseia, suspenso sobre o parque arquitetural de Robillion. Tudo aí é serenidade, é arte séria, é grave compostura, que combina o risco barôco das portadas com a linha franceza dos jardins, onde os tons puros dos marmores põem nas verduras uma alegria ática. Nem majestade, nem austeridade, nem frieza. O arquitêto lineou a casa ajeitando-lhe os arcos, as sacadas, as escaleiras, para o saráo artistico da rainha, o concerto de flauta, o minuêto, emquanto, pelos salões de tectos almofadados a fidalguia, empoadada e de casacas vermelhas, ajustava ao olho voluptuoso a lunêta de Paris. Havia traquila or-

dem nesse ambiente de burguezia rica que o admiravel parque francez, com os seus cedros conicos e os canteiros de buxo, decorava familiarmente. Porisso mesmo Queluz era uma mentira de pedra. D. João devia detestá-lo, pela razão, suficiente, de o amar a princeza. Esta, a partir de 1802, preferiu a quinta do Ramalhão. D. João continuava a povoar o mosteiro de Mafra com os seus frades, os seus musicos, os seus semanarios: não comprehendia que se gostasse de outro palacio em Portugal.

De fato, o principe e a mulher passam a morar cada qual debaixo do seu tecto. Circunstancia impressionante — a despeito da separação, combinada em 1802, definitiva em 1806, Carlota Joaquina não deixa de ter filhos. A sua fecundidade é insolita. Põe ao mundo nove infantes e infantas (1). Os sinos bimbam, a

(1) Os filhos de D. João VI foram: 1) D. Maria Te-reza, nascida em 29 de Abril de 1793, que casou duas vezes, com D. Pedro Carlos seu primo, no Rio de Janeiro, em 1810, e depois com o tio, o infante D. Carlos, pretendente do trôno de Espanha; faleceu em 17 de Janeiro de 1874; 2) D. Antonio, Principe da Beira, nasceu em 21 de Março de 1795 e faleceu em 11 de Junho de 1801; 3) D. Maria Isabel Francisca, rainha de Espanha pelo casamento com o tio Fernando VII, nasceu em 19 de Maio de 1797 e faleceu em 26 de Dezembro de 1818; 4) D. Pedro I; 5) D. Maria Francisca de Assis, primeira esposa de seu primo D. Carlos, já referido, nasceu em 22 de Abril de 1800 e faleceu em 4 de Setembro de 1834; 6) D. Isabel Maria, regente do Reino em 1826-28, nasceu em 4 de Julho de 1801 e faleceu, solteira, em 22 de Abril de 1876; 7) o Infante D. Miguel, nasceu no Paço de Queluz em 4 de Julho de 1801 e faleceu no exilio, em 1866; 8) D. Maria de Assunção, nasceu em 25 de Julho de 1805 e

artilharia salva, a diplomacia move-se, a nobreza sorri — á noticia de mais um parto feliz que augura á casa reinante n'ovos loiros. Apenas, maledicente, a opinião das ruas discorda. Acha que o regente é enganado, que a Igreja é ludibriada, que a dinastia sofre na sua bôa fé, e indigitam-se validos. O "London Observer", quando nasceu D. Miguel, informára, com escandalo, que D. João não se julgava pae da criança: havia dous anos rompera com a consorte! Segreda-se que os filhos do principe são D. Pedro e D. Isabel Maria, aliás os unicos que verdadeiramente o respeitam. Dous sómente. Insiste-se: que D. Ana de Jesus Maria (nascida em 23 de Dezembro de 1806), D. Maria Francisca e D. Miguel poderiam usar tres patronimicos diferentes. Fala-se por ultimo no marquez de Marialva, D. Pedro, cavalheiresco e riquissimo. D. João, displicente, obeso, a farda enodoadada muito velha, como as fardas do grande Frederico, com quem ele só se parecia no amôr da musica e na parcimonia — aceita tudo, mais indiferente que convencido, disposto a aturar todas as afrontas do destino em bem da sua beata paz. Une-se a Lobato. Principalmente depois do falecimento do ministro Vila Verde. Lobato é o companheiro, o conselheiro, o enfermeiro, o alcaiete, o apêndice do principe. Vão juntos para Mafra. Consolam-se. Trocam-se confidencias, intimos, inseparaveis. Aquele homem, para o bom D. João, é o amigo.

faleceu, tambem sem se casar, em Janeiro de 1834; 9) D. Ana de Jesus Maria, nasceu em 23 de Dezembro de 1806, foi marquêza de Loulé pelo casamento, e morreu em 22 de Junho de 1857.

A amizade, incondicional e comovida, que lhe dedica, véla os seus defeitos, amacia as suas arestas, esconde os seus pecados. Lobato sabe tudo; o principe quiz que pudesse tudo. Carlota, no Ramalhão, dando ordens aos chacareiros saloios, trinca o labio com despeito: D. João está embridado por um cortezão astuto. Intriga. Mente. Envenena. A princeza tem a seu serviço Sabugal, Alorna, Ponte de Lima. Lobato defende-se — e ao principe, a quem chama de doudo. Uma aventura amorosa perpassa na vida nostalgica de D. João um raio de sol: essa luz só consegue clarear-lhe o profundo vazio da alma. Disse-se que se enamorou de D. Eugenia de Menezes, uma das filhas do conde de Cavaleiros, que fôra no Brasil exemplar governador. Era uma rapariga que não saberia resistir ao soberano. Parece, realmente, que a cortejou D. João — melancolicas galanterias de um pobre misantropo, balôfo e sujo, que falava devagar, o beijo belfo, sobre a testa curta os aneis da cabeleira aspera, macrocefalo, aparentemente tolo. Foi fáto, que D. Eugenia de Menezes tempos depois fugiu de Lisbôa, com um medico do Paço, que, verdadeiro ou suposto seductor, abandonara mulher e filhos á ventura de seu amôr. Uma provisão real despojou a moça das prerrogativas de sua linhagem e fortuna, boquejou-se que D. João, indignado, demonstrava não ter concorrido para a sua desgraça, e só muito mais tarde se soube, com espanto, que enquanto o governo castigava D. Eugenia, o principe lhe esmolava pingue pensão. Lobato voltou, comtudo, a acolitar em Mafra Sua Alteza, que presidia

às novenas, ouvia o canto-chão, aplaudia as missas de Marcos Portugal, desatento ao que se passava na Europa. De uma feita, porque o amigo adoecesse, protestava "... já não posso sofrer a falta da tua companhia pois certamente não estimo mais outra pessoa que á tua pois estou persuadido que ninguem me ama e serve com mais fidelidade..." Ninguem. Nem a mulher, nem as irmãs, nem os filhos. D. Pedro, o joven principe da Beira, crescia rústico e forte como um camponez. Não tinha tempo de ouvir o pai, menos de distrai-lo: era uma ave que queria ar, natureza, liberdade. D. Miguel, agarrado ás saias da mãe, nunca lhe entrou no coração. Talvez pensasse, ao olha-lo — á carita longa e aos olhos negros da princeza — no galante marquez de Marialva. As infantas faziam familia á parte, entre as açafatas, as antigas aias da rainha D. Mariana Vitoria, as criadas pretas. D. João só tinha Lobato. Só em Lobato confiava. Foi a suprema dedicação da sua vida de sentimentos cautelosos e suave passividade.

O outro afeto que cultivou foi o de D. Carlos, infante de Espanha. Esse era de outro genero. A côrte de Madrid cedera á de Lisbôa, para que esta visse crescer, até casar com uma das suas infantas, o pequenino e pálido D. Pedro Carlos, sobrinho de Carlota Joaquina. Um temperamento dócil e languido, D. Pedro Carlos contrariava, irritava a tia que o abominou: mais porisso, talvez, D. João se interessou por ele, mimou-o, reservou-lhe ao seu lado um lugar onde quer que se mostrasse, a fazer praça daquela cordialidade, que sensibilizava o menino, magoando a princeza. Leal e sen-

sivel coração, D. Pedro Carlos retribuiu esse carinho, estimando, mais que ao proprio pai, o tio afim. Pegou-se-lhe á casaca de largas algibeiras atulhadas de comezainas. Alegrou-lhe os ocios com a sua precoce gravidade, a inteligencia viva e reta. Jurou D. João que o faria seu genro. Pouco depois de chegar ao Rio nomeou-o... almirante general da Real marinha portuguesa.

O principe da Beira não se sentiu preterido junto do pae. Quando começou a discernir, já o primo de Espanha lá estava, clorótico e quiéto, porisso isolado, talvez desprezado das outras crianças, que faziam a roda bulhenta do herdeiro. Não lhe quiz bem ou mal. A aversão das crianças se dirige contra os concorrentes, e D. Pedro Carlos era simplesmente uma exceção no meio convulso em que fenecia. Devia interessar ás mulheres. Predizia-se a consunção que o havia de matar. Era simpatico, dôce de genio, generoso. Carlota detestava-o: de principio sem motivo, instintivamente, depois com muita razão. D. João alimentaria o sonho de dar o trono de Espanha ao infante: e esse trono Carlota, mais feia e mais aguda, não cedia a ninguem. Ela cobigou. Verdadeiramente, cobigou tudo. Quiz ser rainha de Portugal, interditando o marido por demente, como Catarina II; quiz reinar em Espanha em substituição de José Bonaparte, considerando o pae e o irmão banidos da cena politica; depois, diplomata, de uma finura maravilhosa, ambicionou o Rio da Prata, de mãos dadas a Rivadavia, Belgrano, Pueyrredon... Uma soberba idéa:

coroar-se rainha do Prata! Mais grandiosa idéa: vingar-se do marido parvo ameaçando-lhe os Estados, ela também sobèrana, a estender de Buenos Aires a rêde das anexações... D. Pedro, esquecido, alarmava os lacaios com a incontinençia infantil. Parecia que ninguem se lembrava do seu alto destino, as responsabilidades futuras: o principe da Beira era uma figura de cerimonial, nada mais. Conservou-se assim até 1817, quando o casaram. Em razão da primogenitura devia aparecer, nas solenidades, junto do regente: surgia, afogueado com a sua pequenina farda, os cabelos ruivos e crespos, os olhos cintilantes, e os leais súditos, no beija-mão geral, lhe osculavam também a papuda dextra calosa. Depois, mergulhava nos parques onde, como bandos de pássaros, as erianças corriam...

1807.

Descoroçoamento. Confusão. Fragôres de catastrophe. A paz de Tilsitt coloca Napoleão em face da Inglaterra: os dous inimigos que se mediram vinte anos. A Inglaterra é invencivel nas aguas. Pelas armas não a reduz o imperador. A cavalaria de Kellermann não pôde transpôr o passo de Calais. Os canhões de Maison não alcançam Londres. Então concebe o plano da sua guerra economica. O Reino Unido não vive sem os mercados continentais; Napoleão fecha-os. O inglez devia ser o inimigo da Europa. Tratar com o inglez era atacar o imperador. Era desobedeecer-lhe. Era desafia-lo. D. João treme, oscilando entre o medo e a lealdade. De coração ama a Inglaterra, com a mesma fiel e larga de-

voção de D. João IV, de D. Pedro II e de D. João V; mas a França o apavora. Batera o mundo. Vencera a Austria, a Prussia, a Grande Russia. A estrela de Napoleão ofuscava. A Italia, o Egito, a coroação, Austerlitz, foram sucessos fulminantes que tinham do raio o clarão e a rapidez. D. João não lhe resistiria. Também não sabia resistir á antiga aliada que não esperava no Tamisa que o regente de Portugal cumprisse os tratados seculares. Examinava no Tejo, com as náos de Trafalgar, o terror do seu bambo amigo. Lord Strangford, de monoculo entalado no olho, velava.

Os diplomatas estrangeiros foram sempre o tormento do bom D. João, que em meio de tudo ouvia Marcos Portugal nos côros de Mafra. Lannes, Junot e Strangford envêlhecera o principe regente. Os primeiros se pareciam, ambos sargentões, malcriados e aparatosos; o terceiro, astuto, de uma prudencia vulpina, dominava e triunfava pela paciencia ilimitada. Lannes foi em Lisboa o primeiro representante de Napoleão; seguira-se-lhe Junot, cuja mulher, a espirital Clara, que tanto interessou a Metternich, deixou paginas pinturescas sobre aquella côrte assustada e docil que lhe tolerava as impertinencias e os vestidos. Eles exprimiam o pensamento e a politica do imperador; nadã de sutilezas diplomaticas sublinhadas pelo bom gosto aristocratico; a franca e sonora rudeza dos acampamentos. A sua embaixada era a da força. A Inglaterra, ao contrario disso, mantinha em Lisboa o admiravel Strangford, que em gráo prodigioso possuia a capacidade de esperar. Napoleão intimou Por-

tugal a cortar as relações de todo genero com a Inglaterra, em 12 de Agosto. Strangford recebeu os passaportes. D. João, de medo a que o exercito francez se lhe metesse em casa, aceitava a exigencia, mandava o marquez de Marialva, em marchas forçadas, a Paris, levando propostas de apaziguamento, despedia o ministro inglês, preparava os manifestos de hostilidade aos ingleses domiciliados, que desarmariam a colera imperial. Entretanto o calmo Strangford, com os passaportes na algibeira, refrescava a bordo de uma fragata fundeada no Tejo, e todas as noites, embuçado, como um conspirador, corria ao palacio, onde aconselhava o principe. Toda gente chegou a crer que Portugal combateria a Inglaterra — com as oito náos que lhe restavam, das armadas que avassalaram os mares, e os tristes regimentos que mofavam nas casernas. D. João adiantara-se aos atos de solene adesão á politica franceza: ordenara que se concentrassem no litoral as forças do reino, desamparando as fronteiras continentais, pois o inimigo... estava no oceano. Mas não havia mistério, pois já dissera em Amiens Lord Hawkesbuy: Se os francêses invadissem Portugal na Europa, a Inglaterra invadiria os estados ultramarinos de Portugal (2). Strangford, silencioso, pasmava durante o dia, e, pela calada da noite, de capa de cabeção, voava ao Paço...

O principe da Beira, que não completara nove anos, era lembrado pelas intrigas. Levara Marialva ao impe-

(2) Antonio Sardinha, *Ao ritmo da ampulheta*, p. 267, Lisboa, 1925.

rador, de ordem de D. João, o oferecimento da mão de D. Pedro para uma filha de Murat, sua sobrinha. Reinou silencio em torno da negociação. Mas a côrte acolheu benevolmente a noticia, que transpirou: não importava Murat fosse um soldado da fortuna, o mais esplendido cavaleiro de França. A tranquillidade da patria valia o sacrificio; nem seria D. Pedro a unica vitima do Minotauro. Apenas Marialva não poude, jamais, desempenhar a comissão. Em 27 de Outubro, em Fontainebleau, Napoleão e Fernando VII convencionaram dividir em tres pedacos Portugal e depôr a dinastia de Bragança. O principe real de Espanha, por sua vez, supplicava ao imperador a honra de casar-se na sua familia. No "Memorial de Santa Helena" isto vem lembrado: "Il ne cessait de me demander une femme de ma main..." (3) D. João soube do tratado por intermedio de Strangford, que, incomparavel em laconismo, se limitou a mostrar-lhe o "Monitor". Os olhos arrazaram-se-lhe de lagrimas, e chorou. O acordo de Fontainebleau acabava com Portugal. Uma porção dele caberia ao reino vizinho, outra seria da princeza da Etruria, em troco do seu Estado italiano, e uma terceira passaria a dominio de Godoy, principe da Paz, que facilitara os projetos do imperador. Marialva voltou de Madrid. D. Lourenço de Lima, o ministro em Paris mandado embora por Na-

(3) *Le Memorial*, edição Garnier, II, 546,

poleão, achava que nada se devia fazer. O ministro português em Madrid, conde de Ega, traia. Carteava-se intimamente com Godoy. Ouviu-o mais que ao seu governo. A condessa seria a amante de Junot, pouco depois. D. Rodrigo de Souza Coutinho insistia, que se apelasse para o patriotismo da nação. Antonio de Araujo de Azevedo opunha-se á luta. Mas lutar, como? Não passava pela cabeça dos cortezãos tribulados que em peores circunstancias vencera o povo, a monarquia vencera: não criam na soldadesca, no auxilio inglez, nas velhas fortalezas. Em conselho os estadistas advertiam — e preponderaram — que era melhor deixar o caminho aberto, desde a fronteira até Lisbôa, para não irritar os invasores. Assentou-se que a familia real abandonaria o reino, embarcando para o Brasil. O Brasil era o recurso extremo. Desde os tempos do prior do Crato, desde D. João IV, desde Pombal, a côrte olhava a America como um possivel refugio, coberto de arvores de sombra, cheio de negros. Strangford, de novo dominador, afirmou que a transmigração urgia. D. João, debulhado em pranto, continuava a vacilar. Canning havia de lembrar: aconselhando a viagem, a Inglaterra se comprometeu, por uma convenção secreta então assinada, a não reconhecer nunca no trono de Portugal outra dinastia... Napoleão ordenara a Junot, que comandava um corpo de exercito em Bayonna, a invasão de Portugal. Havia premencia de decisão.

D. João pensara mandar para o Rio de Janeiro o filho mais velho. Acautelaria a sucessão da corôa (4). D. Lourenço de Lima, chegado de Paris, fizera suspender a viagem, D. Pedro não compreendia, nos seus nove anos, esse choque de opiniões, a disputa que se travava á sua volta entre ministros de casaca encarnada, que percorriam em atitudes de desespero os corredores de Mafra, misturados com frades. Mas esses homens tontos decidiam da sua sorte. Os fatos precipitavam-se. Dia a dia mudavam de feição. Em 11 de Novembro lêra D. João o fatal "Monitor" (5). Marcara-se para o dia 27 o embarque, não sómente da familia real como de todos os personagens da côrte, para o Brasil. Pois a 25 de Novembro Junot atingia Abrantes, puxando a tropa mais aguerrida da Europa por estradas escabrosas, que as chuvas inundavam. Abrantes dista de Lisbôa 22 legoas.

Chuvas providenciais, as do fim de Novembro de 1807. O general Junot não encontrou em Portugal outro adversario. Os aguaceiros portuguezes prenunciaram a garôa de Waterloo: umas bâtegas d'água mudaram o

(4) 11 de Outubro de 1807: Strangford e Araujo (Barca): Nota sobre a ida ao Brasil do principe da Beira e politica da Inglaterra em relação a Portugal (Doc. no arquivo do castelo d'Eu, vd. *Anais da Bibliotéca Nacional*, LIV, 31).

(5) Em 4 de Novembro de 1807 D. João escreveu a Antonio de Araujo, que resolvera mesmo partir. Doc. in Artur da Cunha Araujo, *Perfil do Conde da Barca*, p. 73, Porto 1940.

destino do mundo. Se não fossem os pessimos caminhos, Junot agarraria no Terreiro do Paço, de baú ás costas, a côrte de Portugal — e a historia da Europa se escreveria de outra fórma. Diante das suas colunas o poder militar da nação desaparecera, recalcado sobre o litoral, como a obedecer a um plano misterioso de retirada, que foi afinal a fuga, a debandada. Não se trocaram tiros. As praças fortes escancaravam aos conquistadores o portão ferrado, que outr'ora só se abria aos alcaides em nome do rei. As populações espantadas assistiam dos pendôres da serra o desfile daquele exercito que patinhava na lama, marchando alegremente pelos carreiros encharcados, á esperança de prender um rei, saquear um Estado; e os veteranos diziam, a soluçar, que Portugal já não existia. Em Lisbôa o ruido da invasão sacudira os homens, como se lhes faltasse a terra debaixo dos pés. A consternação do regente comoveu. D. Maria I, nos braços das amas, posta ao par do que ocorria, regougava que a matavam. Carlota Joaquina berrava, que a vesânia do marido afundara o país. D. Pedro e D. Miguel nada entendiam. Ordenava D. João, ordenavam os ministros, toda gente dava ordens, que se cruzavam, destruíam-se, em confusão. O principe queria que embarcassem tudo. O tesouro, os livros da Ajuda, a nobreza, as pratas das igrejas, o Lobato, os côches de D. João V, os seus diamantes, os frades de Mafra, Marcos Portugal, o infante D. Pedro Carlos de quem não se separava. A tarefa do embarque, sob a

chuva, no cáes transformado em lagôa, entre curiosos que insultavam os recoveiros, começara afinal. Empacotavam-se as joias, a prataria, as porcelanas, a biblioteca, o dinheiro do erario. Enormes valores accumularam-se em Belem. As barcas atiravam-nos ás náos e ás fragatas, que se tinham aprestado, ao todo dezesseis navios, reliquia da marinha lusitana. Com esses caixões se embarçou a nobreza, no dia 27, quando, de envolta com os fardos, os desembargadores, os padres, os marquezes, se lançou aos bateis. Cessára o aguaceiro. O sol dispersara a neblina da madrugada invernososa. O Tejo, plácido, fulgurava. Em Belem arfava uma multidão hostile, frenetica, impaciente. Ela afastava-se, vagamente respeitosa, quando passavam as carroças, em cujas portinholas brilhavam as armas dos grandes do reino. Apupava frouxamente. A's vezes chorava. Mas toda Lisbôa rica e fidalga embarcava. O clero, os officiaes generais, a magistratura, os artistas, quinze mil pessôas. Não parecia partida, de côrte em mudança, mas a fuga alucinada. A patuléa urrava. Antonio de Araujo foi vaiado. Os figurões impopulares, salpicados pelo ridiculo das ruas, esgueiravam-se, abatidos, o rabicho do chinó escorrido sobre a espadua, como réos. De repente, um silencio admirado, de emoção subita, esmagou o populacho: um carro parou, sem acompanhamento, no lameiro do cáes. Através da vidraça tremiam as carnes moles do regente. Junto dele, sumido no fundo do côche, D. Pedro Carlos empalidécia. Estrugiram aclamações. Nenhum soldado, nenhum alabardeiro ás ordens, nenhum criado,

nem o proprio Lobato. O povo doeu-se daquele abandono. Mãos serviçais abriram a portinhola, desdobraram o estribo doirado, lançaram sobre o lodo uma prancha, que impediu D. João de mergulhar na agua estagnada os sapatos de fivela. Dos olhos do principe corriam grossas lagrimas. A sua dôr de peito, a que o oprimira quando Strangford, mudo como a fatalidade, lhe exhibira o "Monitor", voltava a asfixia-lo. Do fundo da sua natureza apatica um hausto de energia, a ultima labareda que lhe calcinava as cinzas da vontade, um atavico, repentino protesto patriotico lhe subiu ás guelgas: e dando a mão a beijar, soluçando, gemendo, suspirava que não queria deixar Lisbôa, o seu povo, o seu reino... Conduziram-no, embarcaram-no de escantilhão, ao éco dos aplausos, quasi o arrebataram, a ofegar, com a maldita dôr de peito estrangulando... Carlota Joaquina chegou pouco depois, com os filhos. D. Pedro teve de esperar pela avó rainha. Só servia para o protocolo. Cabia-lhe, como primogenito do Estado, fazer as honras da rainha-doida. Não devia esquecer, nunca mais, o espetaculo a que então assistiu. D. Maria resistia, desgrenhada, enfurecida, fantasma de uma magnificencia que já fôra o encanto de Lisbôa: não embarcava, era o fim, a morte, o cadafalso. Gritava que a levavam para o suplicio. A seus olhos de desvairo aquella era a caminhada de Luiz XVI, era a escalada da guilhotina. A seus ouvidos, os avisos jacobinos, o ruido da Revolução rolavam clamôres macabros. Os sinos bimbalhando prolongavam as ressonancias do seu delirio. Rôta, descabelada, possessa, debatia-se entre

as damas a rainha de Portugal — e o povo, tocado da intuição daquela desgraça, desviava a vista, como de um pesadelo. Afinal também D. Maria I embarcou com o neto, carregada, fóra de si... Foi para a não “Príncipe Real”, de 80 peças, onde a esperava D. João. Carlota Joaquina, D. Miguel e as infantas ficaram na não “Rainha de Portugal”, de 74. Mas o vento sul, ponteiro, rondando a barra, não permitiu que a frota suspendesse ancoras por toda a tarde, a noite de 27 de Novembro. No dia seguinte mudou o vento. Então a armada — as oito não, quatro fragatas e quatro brigues e corvetas, peçados de passageiros e bagagens, com a realza nos convézes — desceu o Tejo, e ao meio dia, já de panos cheios, ouvia as ultimas salvas de terra. Endireitou para ocidente. A costa portuguesa gradualmente desapareceu — por fim o perfil de Cintra, distante, azulando, com o negrume das matas fundido na fluidez do horizonte.

No dia 30, as avançadas francezas entravam em Lisbôa. Junot corria aos fortes, para intimar os navios retardatarios, ainda no campo de tiro ãa costa. O mar engrossara. A ventania enrijara, caindo novamente para o quadrante das tempestades. Se a armada real não se tivesse valido da bonança da vespera cairia, inteira, em poder de Napoleão. Junot, de esporas tinindo nos lajêdos históricos, observou os destroços da dinastia ao longo do cães da Ribeira. Pilhas de volumes, barris, fardos de todo feitio, quatorze carros na lama, com as rodas atoladas, repletos, e os restos de uma fuga, que

lembravam o lixo de um acampamento, ali atestavam a desordem e o desconsôlo da partida. Os francezes revolveram o entulho. Exploraram os carros. Verificaram — e a Europa o soube estupefacta — que lá tinha ficado, esquecida, a prata da Patriarcal (6).

(6) Para o capitulo, vd: Duchesse d'Abrantes, *Mémoires d'une Embassade*, Paris, 1834; Raul Brandão, *El-Rei Junot*, Porto, 1919; Marquês de Lavradio, *D. João VI e a Independencia do Brasil*, Lisbôa 1937; Pedro Calmon, *O Rei do Brasil*, Vida de D. João VI, Rio 1935; A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, VIII, liv. XXVIII, Paris 1849; *Memorias do Conde de Lavradio*, parte I, 1796-1833, Lisbôa 1932; Oliveira Lima, *D. João VI*, Rio, 1908; Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir á Historia do Brasil*, Rio, 1821; *Memorias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, parte I, Coimbra 1928.

II

O PRINCIPE REAL

Uma cidade mesquinha, porém vazada nos moldes monumentais de uma metropole, o Rio de Janeiro de 1808, de 1822, mesmo de 1831, era um largo bairro comercial entre o Castelo e a Saúde, entre o cães do Paço e a rua da Vala, e um suburbio equatorial que as chacaras retalhavam, muravam, cercavam, derramadas livremente, como quintais minhotos, com os seus solares de telhados de quatro aguas, pelos vales e pelas encostas esmaltadas de verdura. A vida económica, ralmente urbana, com os seus aspectos miseraveis das cidades portuguezas do começo do seculo, fronteirava ainda com os trapiches do Valongo atulhados de negros que se leiloavam em tangas cingidas aos rins, o Recolhimento da Misericordia, o convento das clarissas, ao lado do Passeio Publico, com duas piramides vestidas de musgo e uma fonte ornada em pedra com as armas dos Vasconcellos do vice-rei que construiu aquilo, e, afinal, o Rocio, especie de portico luxuoso do “sertão”, que era o mato, o “resto”. A familia real e o seu imenso sequito de fidalgos, magistrados, lacaios, generais, funcionarios, conegos e soldados lograram quebrar as raias primitivas do Rio aconchegado ás paredes pardas dos

mosteiros: D. João puxára para S. Cristovão, com escalas pelo Campo de Sant'Ana e pelo Caminho Novo, o casario inundante; e a rainha, a conselho dos medicos, queixando-se de uma dôr de cabeça permanente, levára-o empós ella para as Laranjeiras e a praia de Botafogo, popularizando os logares bucolicos que os principes de preferencia amam quando detestam as cidades. Quem podia tinha a sua fazendola no Catumbi, o sobrado em S. Cristovão avistando as árvores seculares da Quinta Real, ou a vivenda, indicada para banhos, no Flamengo, á beira de um mar imovel como chapeado de metal. Essa dispersão balisava de tal modo a capital, que longo tempo lhe foi preciso para arruar as estradas e povoar as communicações entre uns e outros sitios, onde se accumulavam as habitações ageitadas para a paz rural e as grandes colmeias de escravos. Carlota Joaquina morava em Botafogo e até lá se ia ter por um caminho rasgado no mato, onde os criados precediam as liteiras de varapáos e pistolas, de medo ás cobras e aos ladrões. Os *mucambos* de pretos fugidos engrossavam-se nas florestas que descem dos morros a massa verdinegra, e o lapis de Debret fixou uma cena guerreira do Corcovado, em que bandeirantes de bacamarte á cara e acolchoados de algodão, como os antigos paulistas, caçavam botocudos sagitarios. Esse era o Rio do rei João, que consternava, até ao sarcasmo, e encantava, até á ternura, os viajantes estrangeiros, onde mais a natureza com os altos granitos e a sua feroz cenografia de serras e matas, contrastava com a humildade e a indecisão do homem.

D. Pedro de Alcantara formou aí o espirito. A idade das impressões definitivas é dos 10 e quinze anos. O buço espontou-lhe no Rio de Janeiro: aí se fez rapaz e homem. As montanhas do Rio tornaram-se-lhe familiares: rodearam a sua mocidade da alegria tropical dos vêrdes, que os olhos portugueses tanto aí admiraram. O proprio D. João amou o Brasil como á segunda pátria, onde lhe fôra possível conciliar o sono, alimentar-se, mover-se pesadamente, sem a preocupação de uma fronteira ameaçada e de um porto bloqueado. O Brasil era a segurança. Pelo voto pessoal do soberano jámais teria voltado. O seu temperamento, os seus achaques e a sua gordura reclamavam um repouso de bôa sombra e mesa lauta: no Rio de Janeiro, onde reinava sem contraste, chegou á perfeição de romper com Strangford, mas de verdade, com carta energica para o rei da Inglaterra. Foi outro homem. "Sentia-se muito feliz no Brasil", disse a Jurien de la Gravière. A inteligencia ductilizou-se-lhe; empreendeu, creou, propulsionou. Dir-se-ia o agricultor fatalista, incapaz de lutar com a esterilidade do chão exausto, porém de uma farta confiança ao lavrar o solo virgem. Os anos realmente ativos da sua vida passou-os no Brasil, a improvisar, em decretos, uma administração, uma abundancia e uma independencia. Interrompeu a tradição da politica colonial, que até então recusara ao vice-reino uma industria, uma universidade, um comercio livre. Na Baía, abriu ás nações os portos brasileiros. Prosseguiu no Rio, quasi febril, evidentemente estimulado pelo novo meio, pela nova gente

que o acolhera com um calido afeto, a série de medidas que, em dez anos, transformaram o país. Estabeleceu o ensino superior; creou o jardim botânico; mandou que se instalassem tipografias; organizou uma justiça própria; protegeu a atividade industrial; tutelou, acessível a todas as idéas, o desenvolvimento economico, que lhe abreviou o reinado. Carlota Joaquina permanecia irreductivel nas suas prevenções teimosas; odiou o Brasil, conspirou contra o marido, sofreu as decepções de muitos malôgros e se viu, afinal, acusada de ter mandado matar por ciúmes uma mulher. D. João não tentou mais harmonizar-se com a princeza: satisfez-lhe o gosto de morar só. O negociante Elias Lopes correu ao encontro dos seus desejos, oferecendo-lhe a quinta da Bôa Vista, onde havia ótima casa, fartas aguadas, um ar serrano, sobretudo um bosque de arvores frondosas. D. João iria para a Bôa Vista. A princesa e a rainha louca ficariam no Paço da Cidade e no antigo convento do Carmo, despejado de frades, que se ligára por um passadiço de arco aos fundos do palacio. Carlota Joaquina invejou o retiro do marido. Escolheu, pelos arrabaldes, um sitio campestre que lhe lembrasse o Ramalhão. Abafava. A sua estada no Rio de treze anos foi uma continua queixa. Ensolarada, de cabelos em alvo-roço, em companhia de duas damas discretas, passeava de coche, com batedores, todas as tardes, para respirar. Da sua comitiva participava um moço com o botijo de agua fresca. "... Estamos na torre de Babel (resmungava, em Janeiro de 1809). Todos tem passado bem,

graças a Deus, menos eu, que tenho estado sempre doente, e já estive duas vezes a morrer; já levei cinco causticos; e já estive quatro meses a fumeiro feito chouriço. . .” (1) Enlouquecia. D. Maria I, D. João, o principe D. Pedro amavam igualmente essas excursões, pelas estradas maltratadas de S. Cristovão, de Catumbí, da Prainha, ou pela cidade, onde o estrotejar das parelhas, a zoadas das rodas massiças da sége atraíam ás calçadas os mercaadores, os francezes da rua do Ouvidor, os merceeiros da rua D. Manoel, a burguezia dinheirosa da rua do Rosario.

A familia real, entristecida pelo aspecto pobre e de-finhado da capital, saía ao campo, onde a beleza, o regozijo, a liberdade tiravam as saudades do jardim geometrico de Queluz e dos pantanos de Mafra.

Apenas Carlota Joaquina irascivel, contrariada perpetuamente nos seus negocios, se vingava dos transeuntes, dos cavaleiros que se atreviam a galopar ao seu lado, dos incautos que lhe tomavam a frente, fazendo-os espaldeirar pelos seus cadetes. O ministro americano, o secretario da legação da Holanda, o ministro da Russia, Strangford e Chamberlain, sofreram afrontas desse genero, que repercutiam na imprensa inglesa. A princeza não agradava a ninguem, hostile como uma urze: D. João, desferrando-se, a todos prodigalizava um acolhimento paternal. Corrigia os abusos da côrte, atenua-

(1) Doc. no arq. do castelo d’Eu. Minuta de carta. (*An. da Bibl. Nac.*, LIV, 39).

va-lhe os excessos, mitigava o padecimento publico, querendo ser benefico, equânime: e a côrte morria de enfado.

D. Pedro não tinha os cuidados do pae, interessado em consolidar o seu reino americano: revelava-se o filho de Carlota Joaquina. A sua carruagem tambem atropelava os passantes e os seus batedores igualmente espancavam os súditos aturdidos. Ele era um arrebatamento sem perversidade, porém desatinado: a sua robustez, a simplicidade do seu espirito, a escassez da instrução, lhe rebentavam em appetites heroicos. Amansava cavalos, governava séges, montava ginetes bravos com uma pericia de palafrenero. A mãe, afinal, dava-lhe o exemplo: a pacatez e a contemplação assentavam em D. João, um inútil; os ambiciosos, os ativos, os realizadores se agitam, multiplicam-se, vivem ruidosamente

A instrução de D. Pedro nunca foi uma cogitação séria em Queluz ou em S. Cristovão. Mais tarde imperador, daria a impressão de uma inculta intelligencia que se dirige, tonta, pelos sulcos da propria intuição. Dir-se-ia que os pais e os conselheiros conspiraram contra a educação do herdeiro do trono, suspeitosos da sua inquietação natural, fonte de irreligião, de materialismo dissolvente, de novas idéas, em cuja corrente o destino o lançava. A sua infancia, de abandono, aninhára-se no carinho de uma aia, D. Maria Genoveva do Rego e Mattos, que lhe ensinou as primeiras letras, virtuosa como um bispo, praxista como um mordomo. A invariavel solicitude dessa senhora acompanha-lo-ia ao Brasil, não o deixaria até os seus 15 anos, fiel como uma

sombra: D. Pedro chegou a querer-lhe bem, sem jamais a temer. Substituia-lhe a mãe, embora grave e metódica como um secretario. Do catecismo e do latim encarregára-se primeiro um erudito frei Antonio de Nossa Senhora do Salete. O mestre verdadeiro, porém, foi o famoso coronel João Rademaker, antigo ministro na Dinamarca, enviado especial ao Rio da Prata em 1812, que falava várias linguas e era um sujeito liberal e fino: uma preta escrava o envenenou. O principe real teve tempo de aprender-lhe algum francez, anedotas cortezãs de Tellement des Réaux, historia da Europa. Succedeu-lhe para as matemáticas um antigo vice-reitor de Coimbra, que fôra jesuita, amigo e depois adversário do infeliz professor José Anastacio da Cunha, apregoado pela Inquisição (2) — José Monteiro da Rocha, agora comendador, e dono de vasta livraria que acabou levando á biblioteca do principe (3); e para o resto um

(2) Vd. Teófilo Braga, *Os Arcades*, p. 353, Porto 1918, e *História da Universidade de Coimbra*, III, cap. IV, Lisbôa 1898; Francisco Manuel Trigoso, *Memorias*, p. 39, Coimbra 1933.

(3) Faleceu José Monteiro da Rocha, “o grande Monteiro da Rocha” (Mário Brandão e M. Lopes d’Almeida, *A Universidade de Coimbra*, p. 119, Coimbra 1937) no Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1819: “deixava a sua Livraria a S. A. R. (o principe D. Pedro)”, Santos Marrócos, carta de 30 de Março de 1820, *Anais da Biblioteca Nacional*, LVI, 407. A famosa polémica entre Rocha e José Anastacio ocorreu em 1785 e 86 “e poz mais em evidencia o odio do ex-jesuita, que se serviu da Inquisição para o lançar fóra da Universidade de Coimbra”. Teófilo Braga, que isto escreve n’*Os Arcades*”, *ibid.*, entretanto diz na *Hist. da Universidade*, IV, 699: “A austeridade de carater de Monteiro da Rocha harmonizava com o rigorismo do Principal Castro...” Nada tinha

frade que foi uma escultura do dever, do dogma e da prudencia: frei Antonio de Arrabida, depois bispo de Anemuria. Nesse cerebro lúcido de humanista a luz da Revolução não filtrava um só dos seus raios: Arrabida ensinou a D. Pedro de Alcantara o que, cento e dez anos antes, ensinaria a D. João filho do rei D. Pedro II. O direito divino dos reis prolongava as suas estradas pelas nuvens da moral, da teologia, da economia e da história. Em baixo borbulhavam os interesses e ferviam as sedições: o principe não devia ouvi-los. Arrabida encharcava em latim a sua lição, como se preparasse um presbítero. D. Pedro nunca lhe assimilou convenientemente o latim: a propria lingua, jamais a escreveu com desembaraço. Arrabida, hirto, a cara macezada de angulos duros, impassivel como a sabedoria, não se impacientava. Tinha ordem de não aperrear o rapaz. D. Pedro saia-lhe das garras para chicotear pô-tros nas estribarias da Quinta. O consul inglez Hen-

do carrancismo velho: "no meio da indisciplina geral em que ia caíndo a Universidade, era natural que o Dr. José Monteiro da Rocha, que tanto trabalhára na regeneração dos estudos com D. Francisco de Lemos...", *op. cit.*, IV, 676. No "Reino da Estupidez" Francisco de Mello Franco, chamando-lhe Tirceo, opunha-o ao Principal Castro, como interprete sincero das reformas pombalinas, inimigo da *estupidez* que entrára a escola...

.....

Essa vã divindade; mas protesto
 Que nem hoje o aprovo, e que inimigo
 Ha-de em mim encontrar, emquanto o sangue
 Seu circulo fizer neste meu corpo.

O amôr dos livros confirmou-lhe o supôsto juramento;

derson surpreendeu-o assim uma manhã: esfalfara quatro parelhas.

O outro pendôr da sua irrequietude era o trabalho manual.

Música — isto sim, era a sua vocação. Aprendeu-a um pouco por si mesmo, instintivamente, sem método, com uma ponta de gênio que lhe herdára a família através de cinco gerações de príncipes e rainhas doidos por missas cantadas, serenatas italianas e solfêjo. Em 1818 a arquiduquêza Leopoldina se vangloriaria de acompanhar-lhe ao piano “la musique, comme mon Époux joue presque tous les instruments très bien...” Foi recurso também de detê-lo, de fixá-lo junto dela, amansado pelas sinfonías de que tanto gostava: “de cette manière j’ai la satisfaction d’être toujours près de la personne chérie”.

Em 1814 virára marceneiro. D. Maria de Matos, em 7 de Julho, confidenciava para a Baía, ao conde dos Arcos: “... alguma cousa magro mas muito crescido, tem trabalhado muito na sua officina de torno, em que teve muito gosto principalmente em obras de madeira, para o que V. Ex. tem concorrido com as lindas amostras que lhe mandou...” Ao mesmo passo, pedia D. Pedro ao capitão general da Baía o despacho de um desembargador e dezesseis qualidades de páos para a sua banca de operario (4). Talvez imitasse Pedro o Grande, da Russia... Aprendera mais facilmente a

(4) Vd. Rocha Martins, *O Ultimo Vice-Rei do Brasil*, Lisboa.

ferrar cavalos que a conjugar verbos. Orgulhava-se da sua habilidade. De uma feita, incognito, bateu os cravos a uma ferradura que dava que fazer ao cavaleiro, que lhe obstruia o caminho. De outra, repelindo o mão ferreiro, ele mesmo tornara a repregar a sua montaria. A cidade divertia-se com essa jovialidade: contrastava com a tristeza habitual da côrte, a imobilidade pacifica de D. João, sempre a engordar. Afastando-se entretanto da etiqueta do Paço, associava-se á peor gente das ralés. Metia-se com ela, a experimentar força, como el-rei D. José, falando-lhe no seu calão, tão laçao nos modos como os moços da ucharia. Fugia de D. Maria de Mattos, de frei Arrabida e da Eneida para as cavaliariças onde os mulatos ensilhavam as bestas de tiro. A canalha compreendia-o. D. João e a mulher não se aperceberam dessa perigosa companhia; ou então diriam, displiçentes, que D. Pedro II subjugara touros, que D. João V perturbara o sono de Lisbôa desâncando as rondas, com a súcia de peraltas...

Mas aquele meio de eguariços e bolieiros agravou, muito cêdo, as tendencias revolucionarias do espirito de D. Pedro. Atingiu a puberdade sem nenhum respeito humano por símbolos, convenções, crenças.

Do pae ficára com a erisipéla... "S. A. R. o Sr. Principe D. Pedro esteve ha dias muito doente com uma erisipéla, obrigando-o a estar de cama, o que nos assustou muito; porem agora acha-se bom..." — escre-

veu o amanuense Santos Marrócos em 10 de Agosto de 1815 (5).

Sofreu, antes dos 18 anos, seis ataques epilepticos que consternaram a côrte. O mais grave foi por ocasião da parada de 13 de Maio de 1816, das tropas que iam para Montevidéo: caíu estrebuchante, a espumear, num acêso subito. Esta, a herança de sua mãe, da avó, do avô, Habsburgos, Bourbons e Braganças. A doença reapareceu-lhe, insolita, em 1822, quando o ministro da guerra retardou a carta que escrevera ao general Madeira, e porisso se encheu de colera: "...et telle exaltation qu' elle (S. A. R.) garde la chambre depuis ce jour...". disse Maler. Seria a epilepsia traumatica que por vezes, ao choque de decepções bruscas, o desvairava, acompanhada sempre de arrependimento, que lhe rociava de ternura os olhos abrazados de fúria — ou então, simplesmente emocional, desmanchando-lhe em quebranto o impulso, e fazendo-o desmaiar diante da noiva, a imperatriz Amelia... Vestigio de psiconeurose dinastica no seu organismo solido, que os exercicios e a vida livre empederniam, ele o mascarava com a veemencia propria da idade e do genio: o doente era, sobretudo, o malcriado.

Quizêra por força, menino de 14 anos, ser homem... para tudo.

Contestando uma carta do conde dos Arcos, em Setembro de 1812, assinara: "Este seu-amo e amigo *como homem* e não como principe, Pedro".

(5) *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio, LIV, 235.

Tornou-se assim, antes da idade, quasi uma criança, turbulento como um fragateiro, a perseguir moças, com uma incontinencia de *fadista*. A primeira aventura amorosa precedeu-lhe o buço loiro. Casaram-no aos dezenove anos — e era famigerado o seu nome de estroina, levado aos quatro cantos da cidade pela maledicencia feminina, que se apoderou do assunto durante quinze anos, entre 1815 e 1829. D. Pedro divagava pelos suburbios, com plebeus á volta; saía ás noites com a capa traçada, como o tetravô, que jogava a esgrima com os bebedos nas madrugadas de Lisbôa, pelas “ruas sujas”; tomára gosto á caçada, cheia de peripecias, de um par de olhos lindos, de um sorriso quente de mulher. Era um audaz. Essa qualidade, sobretudo, o distanciou ainda mais do irmão D. Miguel, timido e reservado. Não faltou serviçal da côrte que preconizasse ao joven aventureiro um futuro de conquistador de nações. Cochichava-se, que os grandes generais tiveram aquella mocidade...

Neste ponto, as esperanças pareciam justas. D. Pedro e D. Miguel ocupavam parte do tempo, na fazenda de Santa Cruz, quando para lá os desterrava o pae, em comandar batalhas, de pequeninos escravos armados de espingardas de folha e terçados de páo. Observador, com o talento da imitação que é mais vivo nas intelligencias incultas, dava ordens, movia os soldadinhos como um capitão de verdade. A von Hoonholtz, a quem, muito depois, mostrou o arsenal do seu primeiro exercito e os troféos das suas primeiras guerras, diria que, lutando com o infante, o vencera sempre. Não dava para official

de estado maior, que de longe guia os combates; era chefe de vanguarda que arremete — e o seu largo sabre de madeira malhava duramente os derrotados, sem exceptuar o mano Miguel. Debret juntou o seu depoimento: chegou D. Pedro, uma vez, a cair com a tropa de moleques sobre um posto da guarda, perto de S. Cristovão, e o dispersou, a bordoadada. Acrescentou Teodoro Bosche: “Não ha talvez no mundo soldado algum que entenda melhor do que D. Pedro do manejo das armas e do exercicio com a espingarda”. Villanova Machado fez-lhe justiça: “A sua regra era dar, apanhar, calar e esquecer”. Diria o almirante Napier: “As suas bôas qualidades eram propriamente suas; as más, devido á falta de educação; e homem nenhum conhecia melhor este defeito do que ele mesmo”.

Foi naquela epoca que a admiração de Napoleão o empolgou.

O imperador dividira em duas porções o mundo. De um lado os inimigos, do outro os fanaticos. Uns tudo lhe negavam: liam os panfletos dos frades espanhóis contra o côrso; que se acumplicara com o diabo para cativar a Igreja. Os outros nada lhe recusavam: comparavam-no a Alexandre e Anibal, Cesar e Frederico.

Dôr acerba devia ferir em D. João o patriotismo e a altivez, ao saber que o seu herdeiro, desmentindo os frades, reputava Napoleão o maior heróe da historia. Foi o primeiro espinho que lhe rasgou as mãos naquele sargal bravo, que pudéra ter coberto de rosas.

D. Pedro não se retratou do culto.

Uma afinidade sutil vinculava-o á lenda d'oiro do adversario de sua Casa. Nascera-lhe talvez em 1807, quando Marialva partia para Paris, a casa-lo urgentemente com uma filha de Murat. Napoleão era a força. Em redor dele havia côrtes corruptas e velhas que ouviam, nos côros, musica sacra. Ele foi a Revolução. Uma fatalidade conduzia o espirito do principe real para o centro de gravitação da França. O conde da Barca, D. Lourenço de Lima certamente lhe estimularam a predileção. Eram anti-britanicos. D. Pedro não tolerava a Inglaterra. Era a disciplina, a ordem, a economia mediocre, o materialismo. Jamais lhe deu as provas de afetuosa dependencia dos reis portuguezes desde D. João IV. A Inglaterra era a industria; por detraz de uma não de batalha, um negociante de lãs. Ia para a guerra com o olho no mercado. A França, idealista, revivia as tradições cavalheirescas. A historia de Bonaparte foi o mais belo romance. Deus mandara-o derrubar, como um lenhador que abate arvores, os tronos seculares. Por fim — ó pezar para os portuguezes! — o imperador da Austria o casara com uma arquiduqueza. A princeza do Sacro Imperio entrára em Paris pela mão do aventureiro. O universo, estarrecido, vira unir-se, num só brazão, a aguia bicéfala da Austria e a aguia romana da Revolução. Em seguida, 1814, Elba, Cannes, os Cem Dias, Waterloo. Isso deslumbrára D. Pedro de Alcantara. Não fôra novela de livro antigo, mas fáto do seu tempo, sangue de sua geração. Carlota Joaquina sorria, amarga; D. João contraía o cenho,

austéro. Escandalizava-se a nobreza. O príncipe achava-lhe uma graça inocente: e a vez de rir também lhe chegou. Enquanto Marialva, de novo embaixador dos casamentos, pediu para o seu tálamo uma arquiduquezinha d'Austria. Os que chamavam Napoleão de anti-Cristo o faziam seu concunhado.

Nunca deixou D. Pedro essa independência de juízos, que o tornaria, em 1822 e 24, um rei paradoxal.

A sua má educação reforçou-lhe a vontade: soube perseverar e não ceder.

Foi o homem da evolução incoacta. Mudou, aperfeiçoou-se, por si mesmo, caprichosamente, alumiado pelo instinto, desviado pelos arrebatamentos epileptiformes da sua colera. Casou muito cedo com a sua arquiduqueza. Era irmã de Maria Luiza e sobrinha de Maria Antonieta. Não lhe impediu que fosse um dos mais completos boêmios da sua época. Sem a influencia de mestres, dono de si proprio desde os tenros anos, fez-se músico compondo missas, — a mania de D. João IV e do avô de Espanha, — e poeta sentimental. O Marquez de Alorna, em 1815, incitou-o a escrever versos. Preferia cantal-os. Peor poeta que músico, e ambas essas cousas como cocheiro e ferreiro...

*“Meu amôr, meu grande amôr,
Sem ti não quero viver,
Tua imagem é a meiga flôr
Que eu vivo a bemquerer”.*

Da mesma fôrma abandonou, em 1822, a sua dôce estrada politica para cindir a sua herança; conspirou

contra o pae, contra a mãe, contra o irmão, e deu a Jous póvos o *evangelho* constitucional.

O casamento não marcou na sua vida uma era de transformações. Foi um incidente. Aos 19 anos não ha amôr duravel. As duas paixões, que lhe imprimiram ao sentimento rumos definitivos, viéram com a experiencia, o desengano, a desforra. O casamento rebentou-lhe em casa como uma granada. Morrera a rainhadamente. Cingira a corôa João VI. O principe “da Beira” passava a ser o “do Brasil”: seria algum dia o rei. A saúde do monarca alterava-se. As pernas inchadas, as banhas excessivas, as algibeiras atulhadas de guldicés, D. João não poderia viver muito. Se a esclerose o poupasse, alguma apoplexia, como sucedera a D. João V, o estenderia afinal, fulminado, no fim de um jantar de frangos em manteiga. Cumpria a D. Pedro dar sucesores á dinastia.

Marialva atirou-se para Vienna. Não como em 1807, quando o regente, para salvar a corôa, casaria o primogenito com quem Napoleão quizesse. Mas com o esplendor, a maravilhosa elegancia das mais caras embaixadas que ainda prolongaram, no estrangeiro, os écos da gencrosidade portuguesa. A’ moda do marquez de Cascaes, em França, e do conde das Galvêas em Roma. Com oitenta pagens atravessando as ruas de Vienna com as côres do diplomata, admiraveis séges de talha d’ouro, a comitiva de um sultão, a pompa de um pontifice. Tambem foi a ultima grande embaixada que fez rodar, nas capitais da Europa, os carros igrejas de D. João V. Marialva sobre-

levava aos outros ministros do seu país na funda convicção mundana, atributo que, em sua Casa, exornou e poliu as qualidades guerreiras de todos os marquezes. Apenas, a arquiduzquia que lhe déram nada tinha de bonita, siquer de agradável. Em meio das galas da recepção, das festas do contracto, das alviçaras do embarque, das efusões da chegada, a decepção do noiva havia de ultrapassar todas as outras emoções. Maria Leopoldina Carolina não era feia como a rainha de Portugal, sobrepujava-a em cultura, senão em intelligencia, mas era a antítese do ideal que o principe acariciára. Em vez de uma mulher — mulher, lhe impingiram uma universitária por esposa. Talvez sonhasse com a sua eleita seguida de costureiros francezes, perfumistas celebres, professores de dança, que formavam o mimoso cortejo das princezas formosas; e D. Leopoldina saltou no Rio de Janeiro com duas missões de naturalistas. “Na ilha da Madeira demorou-se tres dias, donde trouxe grande quantidade de macacos, papagaios etc.” (notou um funcionário régio). Confessou logo a sua preferencia pela mineralogia. Era louca tambem por insectos. Gostava de fazer um museu de lepdopteros...

III

JACOBINO CORÔADO

Chegara Marialva a Vienna em 7 de Novembro de 1816. Já o ministro português Navarro aplainára com Metternich as dificuldades do casamento. D. Leopoldina aceitára ser a princeza real do Brasil e Portugal. Disséra: “Sendo a vontade de meu pae a minha regra de conducta, estou convencida de que o céo me protegerá e me fará encontrar a felicidade nessa união”. Intimamente, gostava da aventura: um mundo novo, cheio de surpresas. . . “Je crois que c’est prédestination (escreveu em 16 de Dezembro), mais j’ai toujours eu un penchant singulier pour l’Amérique et même encore enfant je disais souvent que je voulais y aller.” (1) Como naturalista seria menos complicado; esposa — era diferente! A 17 de Fevereiro foi Marialva, teatralmente, com todos os seus carros, todos os seus criados, todas as suas joias, ao palacio imperial. A côrte confessava nada ter visto igual; Metternich, os arquidukes, os fidalgos magiares afirmavam ser aquilo uma cêna do Oriente, a reprodução de um aspecto histórico das velhas, lendárias magnificencias, e D. Leopoldina se julgou a fada de um sonho.

(1) Vd. cortas de D. Leopoldina, in Luiz Norton, *A Côrte de Portugal no Brasil*, p. 398, S. Paulo 1938.

Nesse dia de esplendores só um homem, em Vienna, não se perturbou: foi Marialva. Último da sua familia, riquissimo, formando com os antepassados uma dinastia de cavaleiros em quem Portugal revia os infanções tão poderosos como o rei — ele encarnava um seculo, uma mentalidade, uma grandeza que a fantasia resuscitara, com o condão da arte. O pobre tesouro portuguez pagou régiamente os gastos loucos da embaixada para deixar á margem do Danubio uma ilusão, da qual a maior victima foi a arquiduezza Leopoldina.

Esta, em 13 de Maio, aniversario de D. João VI, renunciou á nacionalidade austriaca e assistiu á cerimonia do casamento, festejada a 26 com um baile na quinta de Angarten, onde Marialva fizera construir pavilhão para dous mil convidados. Falou-se que o festim lhe custou 332 contos de réis. Mais de um milhão de florins as mãos abertas do magnate deixaram em Vienna. Uma embaixada do imperador da Austria chegava ao Rio em 14 de Julho. Saíu D. Leopoldina para Florença, em 3 de Junho. A revolução que estourára em Pernambuco em Março retardou-lhe a partida da Italia. Embarcou enfim a 13 de Agosto, em Livorno, numa não portugueza; outra a comboiou até Gibraltar, onde uma fragata d'Austria se lhes reuniu. Velejaram, sem maiores incidentes, no rumo do Rio. Ao entardecer de 5 de Novembro metiam as altas quilhas na serena Guanabara.

“Le monde vient de voir — notou De Pradt — ce qu'il n'avait jamais vu: une archiduchesse d'Autriche franchissant les mers pour aller au Brésil essayer le premier trône que l'Amérique ait offert à une princesse

venue d'Europe pour régner sur elle: la fille des Césars modernes, transplantée dans des climats dont les premiers Césars n'avaient point soupçonné l'existence." E para sempre...

A familia real aguardava com ansiedade a ancoragem. Logo, nas galeotas, á força de remos, se lançou para a capitânea, a abraçar a arquiducado e levar-lhe presentes, que a comoveram. Conheceu então D. Pedro a esposa. Disfarçou nobremente a impressão má. D. Leopoldina encantou-se dele. O príncipe tinha a sua idade. Mais alto que baixo, mais gordo que magro, os braços grossos, o torso cheio, sacudia imperiosamente a cabeleira arruivada, que se diria frizada a ferro; o seu porte era marcial, calçado de longas botas a Napoleão, fardado de general, bordado, condecorado, os crachás de Aviz e Conceição sobre o coração, a banda das tres ordens, a gola a especar-lhe a bochecha, impaciente, vermelho, precipitado, os olhos azúes, mas de um brilho inteligente, penetrante. Ela, porém, baixa, fornida de carnes, a pele leitosa, as faces rebentando de sangue, os cabelos de um loiro queimado, o nariz pequenino em contraste com o relevo dos pomulos, os olhos severos, a boca diminuta e carnuda, as mãos papudas, numa inquietação viril a dialogar em alemão com os seus naturalistas, assombrados da natureza, dos môrros do Rio — assustou o noivo. O retrato que D. João VI recebera, mentira-lhe. Lá, com o corpete constelado de comendas, os cachos arrumados sobre a testa lisa que era altiva sem arrogancia, uma boca idealmente pura, ela fôra, pelo menos, uma mulher...

Carlota Joaquina nunca abriu á nora o seu coração. D. Pedro não a poude amar, embora, ao terceiro dia, para ser gentil, cantasse uma aria em honra do embaixador austriaco, o conde de Elts. Sómente em D. João encontrou os sentimentos dôces e hospitaleiros, sonhados pela brandura do seu temperamento. "...Je respecte dans la personne de S. M. le Roi un seconde père...", escreveu em 1818. Mas irradiava simpatia. Risonho e perspicaz, Santos Marrócos reconhecia: "A Sere-nissima Sra. D. Carolina tem agradado em extremo a todos: mui discreta, desembaraçada e comunicavel; fala alem de sua lingua pátria o francês, o inglês e italiano; alguns conhecimentos de belas letras, e não menos de botânica, alem daquelas prendas que são proprias em uma Senhora, em que dizem ser eminente; mui fertil na conversação, e mui aguda em resposta; mestra na arte de agradar e fazer-se estimavel; e para ser mais notavel, até tem mêdo de trovoadas." (2)

Não achou no Brasil a ventura; a tranquilidade do seu lar foi sempre uma quimera; as afeições que a rodearam, mais convencionais que sinceras, sentidas. Sofreu, principalmente a tortura de não ser compreendida: porque, de espirito masculino, inclinada a ciencias exactas, adorando a mineralogia, era comtudo uma passional. Apercebeu-se disto, menos que todos, o real esposo, que ela louvava desde o começo: "reunie a un epoux que j'adore pour ses excellentes qualités, je jouis de ce bonheur tranquille éloignée du grand monde..." (Carta

(2) *Anais da Bibl. Nac.*, LVI, 305.

de 24 de Dezembro de 1817). Restava-lhe a paizagem. Ó, “notre jolie habitation a St. Christoph”... Descrevia-a com artificio — lyricamente e já com a sua ponta de amargura na decepção vizivel: “Le Pays est charmant, plein de sites delicieux...”, altas montanhas, prados verdejantes, florestas raras e magnificas arvores esmaltadas de lindas flôres, passaros incomparaveis... “il faut dire que l’Amérique portugaise serait un paradis terrestre s’il n’y eut une chaleur insupportable de 88 degrés et beaucoup de Mousquitos...” Esse “mas” começava a amedrontá-la. (3) D. Pedro, pouco tempo dedicou á mulher nos seus nove anos de convivio: chegou aos vinte de idade com o nome envolvido em tres ou quatro escandalos, e outros tantos o seu instinto de aventura e de romance farejava, insaciavel.

D. João, complacente, desterrára uma bailarina franceza a quem dotou, para casar com um official ilhéo: o trono encobriu um atentado do principe, que divertiu a cidade. Tão criança, o sátiro! Fôra principio de série. Noemi, a dansarina, teve a honra de figurar no manifesto furioso que Grandona e Barata publicaram em Buenos Aires, em 1823, atassalhando o imperador: accusaram-no da extravagancia macabra de guardar, embalsamado, o cadaver do bastardinho. Disse-se que a proeza lhe custou doze contos de réis, que tomára de emprestimo para fazer calar a artista. Calou-se em Pernambuco, onde, segundo outra versão, o capitão ge-

(3) Carta á tia, Luiza Amélia, grã duqueza de Toscana, in Luiz Norton, *op. cit.*, 406. Data: 24 de Janeiro de 1818.

neral Luiz do Rego se incumbia discretamente do caso. Combinam a este respeito os depoimentos (4). Entretanto, a cavalo, pelos suburbios, namorando ás janelas, D. Pedro de Alcantara atirou a rêde ao Rio de Janeiro todo. Não havia retê-lo na Bôa Vista, ocupá-lo, fechar-lhe o perigoso caminho das serenatas, das entrevistas de embuçados, das escaladas de balcões honestos. Marcos Portugal, na "sala dos pássaros" de S. Cristovão, ensinava-lhe música. O autor de "Fernando in Messico", que Roma admirára a par de Cimarosa, que Paris aplaudira ao lado de Mozart, revestia-se de uma estoica paciencia, esperançado de arrancar daquela vocação incoerente um Mecenas. Frei Arrabida, tolerante, protegendo o discipulo, fingia que lhe dava ainda lições: instalado no Paço, mantido confortavelmente, confidente de Sua alteza. Arrabida o desculpava com autoridade. D. João não se interpunha entre o filho e as mulheres, para não se incomodar. E Carlota Joaquina não tardou a aliar-se a D. Pedro para o seu projeto definitivo: a volta.

(4) Vd. Tobias Monteiro, *História do Imperio, A Elaboração da Independencia*, p. 155. Confirma Mary Graham no Escôrço biográfico de D. Pedro I (inédito até agora), quando o publicou o Dr. Rodolfo Garcia, tradução de Americo Lacombe, *Anais da Bibliotéca Nacional*, LX, 1940: "Foi imediatamente posta (a dansarina) a bordo de um navio e enviada a Pernambuco, onde foi entregue aos cuidados de Luiz do Rego, então governador, e sua bondosa esposa. Foi tratada com grande carinho e teve, talvez prematuramente, uma criança sem vida. Estando rompido qualquer laço com Dom Pedro, consentiu ela em casar com um official francês, que a levou para Paris, onde viveu muitos anos e talvez ainda viva, modesta e respeitosa".

Alem disso, com a velhice do pae, o prestigio dele crescia.

Ninguem o contrariava. O unico homem que se lhe opoz, advertindo-o das suas imprudencias, caro pagou a lealdade: foi o intendente de policia Paulo Fernandes Vianna. Na rua do Ouvidor, império das costureiras francezas, no teatro, pelas chácaras do Catumbí e Botafogo, o rapazio sabia e repetia versos do principe ás apaixonadas. Máos versos, porém de uma languidez *fadista*, que agradava. De uma feita, um armador rico, cuja filha cortejára inconvenientemente, lhe gritou á cara: "O sr. D. Miguel pode entrar, porque é um menino, V. A. não, porque é homem". A sua réplica consistia em mostrar a lingua, numa gaiatice, á rapariga, sempre que a via, amparada á virtude do lar... Rosnou-se que mandára matar, em razão de amóricos, Caetano Bregaro — o que nunca se provou. Os criados da Casa Real sim, temiam pela existencia de Sua alteza: por vezes o ciume armou braços criminosos, que só por milagre não feriram. Gostava desses riscos. A coragem pessoal desenvolvera-se-lhe até a temeridade. Não saía acompanhado senão de dia; quando muito, a horas mortas, um pagem lhe seguia o rastro da montaria. D. Pedro II e D. João V reviviam nas suas veias azúes: os cavaleiros sacrificavam ainda, rindo, o miseravel sangue por um beijo. Entre 1818 e 1821 o herdeiro da Casa de Portugal não pensou em outra cousa. Entretanto uma linda filha lhe nascera, D. Maria da Gloria, princeza da Beira, que só se parecia com a mãe nos admiraveis ca-

belos loiros, que Jorge IV, em 1829, fez Lawrence pintar. D. Leopoldina, encantada, julgou ser ainda feliz: “nous n'avons, étant en maison, d'autre occupation que la porter reciproquement dans nos bras” — dizia para a tia, em Julho de 1821. Cedo se convenceu de que só lhe ficavam os filhos. A eles se lhe limitava a missão.

Os primeiros desgostos, aquela côrte confusa e mole, a cidade colonial, destroçaram definitivamente as ilusões da arquiduqueza — e a transformaram em mãe que já nem sabia vestir-se. O naturalista Arago aterrou-se com a sua apparencia de “vraie gitana” — que o lapis cruel de Debret immortalizou. Sem gosto, sem elegancia, sem faceirice, não recorreu ás armas habituais com que as mulheres reconquistam os maridos: abandonou-se á sua sorte com uma resignação digna. Deixou de interessar-se pelas tropelias do principe. Em 1817, carteando-se com a tia, protestava adoral-o; em 1818 consolava-se, quando, ao piano, acompanhava as tocatas do esposo; em 1821 gemia a sua nostalgia, e silenciava sobre D. Pedro! Devorou, com as lagrimas, as humilhações. Não protestou, incapaz de revolta, esquecendo, entre os livros, as dôres da sua situação. Não se enfeitou mais, decerto para não agravar a extravagancia das roupas, a desharmonia dos ademanes, gordanchuda, as bochechas flacidas, avelhantada pelos partos successivos, D. Maria, 1819, D. Miguel, que morreu quasi ao nascer, em 1820, D. João, 1821, D. Januaria, 1822, D. Paula, 1823, D. Francisca, 1824, D. Pedro II, 1825, e um ultimo, que a matou... — os olhos azúes como aguas-marinhas, na frente nobre uma sombra de pezar. Passou a usar

curiosas vestes meio masculinas, que não fizeram moda. Confessava-se, para quem sistematicamente mentia, a côrte d'Austria: "je suis parfaitement mélancolique". Passeava a cavallo com D. Pedro, mergulhando nas florestas o galope vago. Dizia-se que abusava de bebidas espirituosas. Andava afogueada, côr de lacre, "la lèvres autrichienne très prononcée", as gorduras soltas ("sa toille était tout d'une pièce") como a figurou a baroneza de Tisson de Montet — de longe parecendo um homem, segundo Bôsche. "C'était une princese studieus"... — pessima qualidade para esposa de principe ignorante. Lia Sismondi. Amava D. Pedro. Mas não o disputou. O orgulho da sua posição enrijava-lhe a altivez misturada de estoicismo: esmagava no seu coração a queixa, selava-lhe os labios. Como que justificava o estroina: era feia. Suas ultimas palavras haviam de ser a sua ultima defesa: "o meu Pedro, o meu querido Pedro..." Quando o principe necessitou do auxilio da sua intelligencia, deu-lho firmemente: num momento de politica olvidaria os anos de padecimento. Inútil sacrificio, ao demais: D. Pedro não lho agradeceu. Ele jamais a entendeu bem.

Sua Alteza divertia-se com os eguariços. Escrevia musicas e versos na "sala dos passaros", com Marcos Portugal e o bom Arrabida. Já ia ver ás Laranjeiras a mãe rainha, com uma idéa, a sua idéa, na cabeça esquentada. Rodopiava. Parelheiros, séges, guitarras, amôres, misterios — a delirante boêmia que enchia de pavôr o intendente Paulo Fernandes Vianna. Sua Alteza escorregava para dentro de um abysmo. Perdia-se...

Apenas, pelas tardes, respirando um ar montanhês, levava Leopoldina ás faldas do Corcovado e distraía-a, no turbilhão da cavalgata, em meio de uma natureza excessiva, que os deslumbrava.

Como Bolivar subiu o Chimborazo, numa fome de altitudes, sempre acima, “aonde no haya huella antes de la suya”, explorou D. Pedro aquele Corcovado, devassou-lhe a floresta que por todas as faces o envolve num oceano de ramagens, alcançou-lhe o cimo (em Junho de 1824), assinando o nome em troncos d’arvores, tomando de assalto a cumiada que as nuvens encapuçam, e transformando-a na sua estação de passeio. Dali via, muito em baixo, mergulhada em bruma e luz, a cidade tolhida, a sua fantastica cenografia, a beleza da terra confundida com a majestade do mar... Em 1844 o diplomata francez Julio Itier, atingindo o alto do Corcovado, onde permaneciam os vestigios da escalada imperial, notaria com respeito: ali “o bravio Pedro I ia refrescar a fronte escaldante ao sopro da brisa vespertina”. Constituiu-se o principe, com D. Leopoldina por escudeiro, preocupada com a mineralogia, os gneiss porfiroides e os quartzos da serra, num insaciavel caçador de horizontes. O Brasil então se revelava aos estrangeiros, que mitigavam num dia a sêde de ciencia de tres seculos, quantos estivera fechado aos viajantes, e o principe não admitia que uinguem conhecesse melhor o Rio do que ele. Ia ceiar para o Engenho Novo, na chácara de D. Mariana Carlota. Dava nome a rios, como o Jacaré, que passou a ser “do Principe”, e outro “do Infante”. Em 1818, encantada, D. Leopoldina avisara á côrte d’Austria que tinham

percorrido as matas da Tijuca. Um sertão junto da capital: e áspero, equatorial, cerrado, com um mundo de misterio gazalhado na natureza inviolada. A chá-cara do Macaco, futura Vila Isabel, propriedade de D. Pedro, era uma das fazendas prediletas: mas por toda parte, ás tardes, cavalgando um alazão veloz, levava a sua curiosidade de descobridor de paizagens. Só tinha destino certo aos sábados: esparecia no oiteiro da Gloria. Caçava perto de S. Cristovão, que era mato tambem: ainda em Janeiro de 1831, tres mezes antes da abdicção, matava um enorme jacaré numa daquellas lagôas e o enviava para o Museu Imperial, como um troféo. D. Leopoldina sonhára assim a America: como um campo de estudo, um mundo diverso do seu, com o sol de fogo, a vasta campanha, um interesse geologico ajuntando á contemplação uma alegria culta... E perdeu de vez os seus habitos arquiducalis, como esses principes-viajantes, que esqueciam nas suas excursões a magnificencia e a etiqueta, para se embriagarem com a deliciosa liberdade de uma vida nova. Fazia sertanismo, enganchada no ginête, vestida de azul, um chapéo redondo dando à sua fisionomia germânica uma virilidade grotesca, como a representa o quadro da ermida da Gloria, que mandou pintar em recordação de um milagre, ao salvar-se D. Pedro da morte numa memoravel quéda de cavallo — das trinta e seis que sofreu.



Nenhuma vista — de florestas, montes e casas longe, pintando o panorama com a tinta frêsca dos telhados

nóvos — nenhuma vista encharcada de luz era mais bela do que da encosta do Coreovado, à sombra d'uma varanda, junto d'um cafezal, onde morava um exquívoo estrangeiro meio *quitandeiro*, meio frade ermitão... Esse homem de olhar duro, muito retraído, vivendo da lenha e dos licores de fruta que mandava vender à cidade, escondia entre as suas árvores grande segredo e gostava do príncipe que o visitava amiúde. Fizeram-se amigos. Fascinára o rapaz com o seu mistério. Só se soube aliás quem fôsse tres ou quatro anos depois de allí estabelecido, na sua montanha, donde podia contemplar o oceano e a barra. Seria melhor conhecido quando viajantes curiosos lhe publicaram esse fim de vida bucólico, a extravagância poética do seu retiro na selva, mais perto do céu do que dos homens... Chamava-se Dirk van Hogendorp, fôra governador das Índias holandêsas e general de Napoleão. Acompanhára até a agonia o vôo da aguia. Resistira monstruosamente em Hamburgo, honrando a confiança do Imperador, sacrificando-se por "Ele". E fugira — tudo perdido — para aquele pedaço de paraíso que lhe lembrava a Batavia e as esperanças coloniais da mocidade. O velho romano transformára o gládio em ferro de charrúa: também ele, podia dizer que lavrava com a espada inútil a terra virgem, plantando café. D. Pedro surpreendeu-o na sua melancolia, aqueceu-lhe a alma glacial com o seu entusiasmo ingênuo e alcançou o privilégio de sua intimidade. Subia a cavallo até a cancela da "fazendinha"; abandonava a um negro as rédeas, media com o passo ligeiro o caminho

até a varanda tôsea, e ficava horas a fio a ouvir do solitário as histórias que o deslumbravam. Hogendorp foi o seu professor de assuntos políticos n'uma época em que o julgavam sómente apaixonado pela equitação e pelas aventuras perigosas, nos arrabaldes do Rio. O almirante Jurien de la Gravière em 1820 lá o achou, sumariamente vestido de calça velha e camisa, os pés nús em chinélas, tão diferente do esplêndido diplomata, do galante general de outr'ora (5), cujo retrato fulgurante de alamares e medalhas conservava na sala pobre, onde o viu Jacques Arago... "Ce portrait, gage d'amitié de Napoléon, est celui d'un homme qui a voulu vivre pour protéger la mémoire de l'Empereur; c'est le general Hogendorp, c'est moi!..."

Possivelmente tramava, como os exilados franceses na América do Norte, a evasão do Imperador, a sua instalação n'algum sitio do continente após o rapto, se este fôsse possível.

No Rio estava por esse tempo Madame de Ranchoup, a "Bellilote" da campanha do Egito, quando fôra favorita de Napoleão (no exército tinha a alcunha de "Cleopatra"), bonapartista decidida, com o seu amigo Jean-Auguste Bellard, antigo oficial da Guarda (6). Podiam, unidos, fazer alguma cousa. Os ministros da Inglaterra, da França e da Austria os vigiavam. Em

(5) Vd. Pierre Mélon, *Le Général Hogendorp*, p. 212, Paris 1938.

(6) Vd. Médecin général A. Brice, *Les Espoirs de Napoléon à Sainte-Helène*, p. 234, Paris 1938.

1817 a conspiração tomára corpo, afligira os ingleses, parecia próxima d'uma aventura novelêscas...

O Imperador, no testamento em Santa Helena, sua definitiva mensagem, premiou os abnegados companheiros que o não esqueciam. Lallemand, o grande colono do Texas, Rigau, Brayer, que quiséra fazer de Montevideu o quartel-general dos bonapartistas da América... Hogendorp.

O legado de cem mil francos, platônico, "au général Hogendorp, Hollandais, mon aide de camp, réfugié au Brésil", figura no segundo codicilo de Napoleão como um testemunho de fidelidade, de constancia.

Conheceria D. Pedro as esperanças imprudentes (furiosamente anti-inglesas) do seu amigo do Corcovado? (7)

Carlota Joaquina, pelo menos, assustára-se de sua influencia nefasta. Havia de mencioná-la, entre as "más companhias" do filho (8). Era inevitavel!

Por cousa nenhuma deste mundo D. Pedro de Alcantara deixaria o Brasil.

(7) "Le vieux général Hogendorff, plusieurs fois gouverneur dans les deux hemisphères, est à présent, comme il le dit lui-même, ermite et charbonnier sur les sommes du Corcovado...", Hippolyte Taunay et Ferdinand Denis, *Le Brésil*, II, 62, Paris 1824. Alem de Jurien de la Gravière e Arago, refere-se a ele Maria Graham, cuja informação, acrescida d'um resumo biográfico, nos dá Tobias Monteiro, *A Elaboração da Independencia*, ps. 240-1.

(8) Tobias Monteiro, *op. cit.*, p. 221.

Foi a sua política inicial, aliado à rainha e ao ministro, o conde dos Arcos, o único personagem da côrte em quem confiava.

Datava da primeira infancia aquella inclinação pelo ilustre D. Marcos de Noronha, habilmente conservada por D. Maria de Mattos. O antigo vice-rei jamais perdera de vista o principe. Periodicamente presenteava-o — quando o resto da nobreza o desprezava, torcendo o nariz. Sonhava talvez empolgá-lo, como o conde de Castello Melhor a Affonso VI, como o marquez de Pombal a D. José, senão como o preceptor Escoiquiz a Fernando VII: porisso vigiava. Dava-lhe as mãos a solerte D. Maria de Mattos. Reintegrado no Paço em 1817, Arcos envolvera o herdeiro do trono na teia graciosa da sua conspiração gentilmente brincada. Uniram-se. Portugal assustava-os. As festas da Baía, o êxito brasileiro da carreira do ministro, parafusára-lhe na mente um plano grave: ficar, por chefe do governo, no Brasil, com o principe. D. Carlota Joaquina aplaudiu a idéia: que D. João VI, quanto antes, voltasse à Lisbôa. Isto lhe restituiria Queluz, com os serenins, a sua Europa, o Ramalhão. Nos desenganos da precoce velhice, a cara enegrecida e peluda, horrivel de se vêr, a rainha apegára-se com a fúria da sua histeria, à saudade do reino: para lá fugiria, se pudesse fugir. D. João porém, tão agarado ao Brasil como o filho, aborrecia os cortezãos que lhe falavam da volta. Confessava o desejo de morrer alí, onde achara a paz, com o Lobato, os frangos, os verões de Paquetá, os banhos salgados do Cajú, as ponti-

ficais da capela, as fugas de côche pelos arrabaldes de sombra e frescos, cheirosos de mato, pela encosta dos morros, sobre os vales recortados de quintas, diante do perfil ciclópico da serra dos Orgãos. Mandára dizer à Austria que o regresso dependia da consolidação da ordem no Brasil. Enganava a Austria...

Entre 1818 e 1820 a diplomacia gravitou, fervente, em torno da viagem da familia reinante, que Portugal exigia, a Inglaterra aconselhava, os portugueses do Brasil impediam, por negocio. Porisso rompera o rei com Strangford, chamando-o de insolente. Estremecera com a Inglaterra, aforçurando em seduzir a Austria. Escudara-se em favores ao comercio do Brasil. Radicára-se.

Mas a réplica foi rude: em 24 de Agosto uma revolução estourou no Porto, derramou-se sobre Lisbôa, inundou a metrópole.

A Constituição!

A maçonaria, o francezismo, o espanholismo, a bacharellice, a estudantada rebentaram como uma bomba naquele grito: a *Constituição!*

A *Cõstituição* era tudo: liberdade política regrada por uma carta, Côrtes permanentes e autônomas, fiscalização dos negocios por representantes do povo, a guerra dos liberais ao absolutismo, à Inquisição, à policia apostólica, aos frades, aos privilegios que doiravam a corôa de D. João V e de D. José I. A Constituição tambem era o nacionalismo: expulsava ingleses. Atonito, apavorado, D. João VI recebeu, em S. Cristovão, em 12 de

Novembro, a noticia trágica: “o horrendo crime de rebelião contra o poder e autoridade legitima...” Da terra levantava-se a mesma nuvem de pó que o cegára em 1807. Pouco depois chegava Palmella, em 23 de Dezembro, industriado pela Revolução. Nas costas do principe, ainda como em 1807, se atirara o fardo, a aliviar as do rei, sucumbidas: deveria seguir, apressadamente, para Lisbôa, com o conde de Arcos, os condes de Belmonte, João Maria da Gama Berquó e João Bernardo Cauper — pacificador, penhôr dos bons propósitos do trono.

Arcos segredou-lhe, que resistisse. Que recusasse. Portugal reclamava, mas era D. João VI. A rainha delirou: sim, o rei. Depois, Tomaz Antonio, contrariando Palmella, já convinha na desnecessidade de embarcar o principe, o que logo este comunicava ao conde dos Arcos, febricitante: “Dou-lhe parte, o Sarmento me disse que Tomaz lhe dissera que eu não havia de ir...” Preferia-se uma infanta e D. Miguel. Terminava, angustiado, o bilhete: “Veja se pode salvar este seu amigo do *purgatorio*...” O *purgatorio* era Portugal. O Brasil o paraíso.

De fato, já esquecera a mãe-patria, nas nuvens de uma infancia confinada em Queluz, na solidão de Mafra, na tapada da Ajuda, assistido pela impassivel fidelidade de D. Maria de Mattos. O Brasil vira-o crescer, fazer-se homem, amar. Era feliz aquí. Sem política, sem vexames de pragmaticas, sem severidades de recâmaras, atropelando com a sége os transeúntes,

cavalgando como um D. João Tenorio, de buço atrevido e capa ao vento, pelos suburbios onde se aposentava a burguezia... Os projetos de Arcos e Palmella eram excelentes. Que se dêsse a Portugal a apetecida Carta, que se atendesse às provincias do norte onde as conspirações lavravam a chama secreta, abalando o firme solo do governo, que se reunissem no Rio os delegados provinciais, que se mudassem os capitães generais da Baía e do Pará. Arcos aconselhava, para o Pará, o conde da Ponte, Thomaz Antonio o intrépido conde de Vila Flôr. O vento da desordem soprava do equador. No Rio, a maçonaria abrira as portas. Tivera-as fechadas desde 1815: franqueava-as agora na Pedreira da Gloria, em casa do Dr. João José Vahia. Era a primeira loja: em alguns meses toda a gente de letras, de posses e de opinião ia ouvir, a uma "oficina", a "Comercio e Artes" ou a "União e Segredo", na cidade ou na Praia Grande, já sem reбуços, os discursos conceituosos. Uma rajada de conjuras perpassou pela côrte. A epoca das dificuldades e espectativas florescia em intrigas. Arcos conspirava com D. Pedro, Palmella conspirava com Louzã, D. João VI conspirava com Tomaz Antonio, Carlota Joaquina conspirava com o filho, que já dissimulava as relações com a maçonaria, estreitadas por intermedio do guarda-roupa João Bernardo Cauper.

Os cochichos e os segredinhos encobriam a perplexidade. Sacudiram-na duas noticias, esperadas, mas terribes: o Pará e a Baía proclamaram o sistema constitucional, em 1 de Janeiro e em 10 de Fevereiro. Desligavam-se da autoridade paternal de D. João para

obedecer às Côrtes portuguezas. Aquilo abafava. O rei, congesto, a digestão embaraçada, chorava: arrebatavam-lhe o seu Brasil. Não podia mais viver tranquilamente. O chão tremia-lhe sob os pés. E ele, que se julgara salvo de revoluções no retiro de São Cristovão, debaixo das arvores, com os bolsos cheios de frangos... Gemeu a sua desolação, infelicissimo, a suplicar da Divina Providencia algum remedio.

D. Pedro, ao contrario disto, regosijou-se. Meteu no paço conspiradores, que a policia espiava, suspeitissimos pelos modos destemperados: os padres Francisco Romão de Góes e Marcelino José Alves Macambôa. Eram apontados como agitadores. Reuniam-se debaixo da "sala dos pássaros", no aposento de Cauper, que assistia às maquinações. Arcos a elas comparecia, fingindo tolerancia, de fato muito curioso pela marcha dos acontecimentos, que a sua mão enluvada de Marialva empurrava, precipitava. O intendente Paulo Vianna, sem a perspicacia de Pina Manique, tímido nas resoluções vagarosas, contentava-se em transmitir a Tomaz Antonio os receios e as averiguações. Esteve tudo a termos de descobrir-se, como, de um ímpeto, com a sua letra rápida e esguia de voluntarioso, segredara D. Pedro ao amigo, em vésperas do levante: "Sinto infinito dar-lhe esta parte. Saiba: Tomaz Antonio e o Intendente maquinam por todos os modos fazerem-lhe a sua desgraça e por consequencia a minha, querem parece-me que deitá-lo fóra do Ministerio, e ouço dizer por pessoa que o pode saber que têm tambem tenção de prenderem o João Bernardo e o Góes porque dizem que eles e o Conde me

têm metido na cabeça uma indiferença pelas cousas sucedidas...” Só não os prendiam “porque têm medo que eu faça alguma *tarramontana*, e dizem que esperam forças inglesas para então o poderem fazer com segurança”.

Palmella e Arcos, em meiado de Dezembro, tinham obtido do rei que D. Pedro assistisse aos conselhos. Essa distinção, o que o conde lhe dizia, a influencia maçônica, acordaram no espírito do príncipe disposições autoritárias, que lhe assopravam nas veias a labarêda da violencia. Também sabia querer! Se lhe prendessem os socios faria “alguma *tarramontana*”, e — vaidoso — considerava que o governo o temia, e então aguardava forças inglesas. Os amigos do príncipe só seriam encarcerados por forças inglesas, que, com as outras, o governo não contava. O seu instinto militar alvorotava-se. Sentia-se capitão. Doideava em ameaças, estimulado pelos conspiradores. Reputava já nas mãos, à mercê do seu punho forte, o ministerio. Pois viessem os ingleses!

Falou-se, por esse tempo, num auxilio estrangeiro de 15 mil homens, que restabeleceria a ordem em Lisbôa. O assunto foi debatido em conselho — revelou, em 1834, o bispo de Lacedemonia. D. Pedro cresceu sobre o ministerio, numa attitude fascinante de opposição: mercenarios? Nunca! E fulminou os conselheiros com a jura, de fugir para Portugal, tomar a chefia ao exército, bater-se contra os mercenarios. — Essa idéia, de pegar em armas, como um paladim, à frente de homens livres,

nunca mais lhe desamparou a fantasia, nos acessos de raiva que a mãe lhe herdára. A honra! A honra!

A “tarramontana” saiu na manhã de 26 de Fevereiro. No dia anterior, talvez para despistar o intendente de policia, fôra o príncipe para Santa Cruz. Voltára à noite. Estava assente a remessa de D. Pedro para o reino. Ele sorria, ciente da ação de Góes e Macambôa no meio da tropa. Desculpava-se, que não podia partir deixando a mulher prestes a dar a luz — calvo pretexto que faria a princeza abanar a grossa cabeça loira. Só servia, a infeliz, para pretextos! Ela sim, não ficava no Brasil abandonada: responsabilizava o ministro austriaco, Sturmer, mandava o alemão Schaeffer fretar uma embarcação, que teria o filho no mar de preferencia a morrer de calôr no Rio, como costumava escrever, em sussurros de alma ferida, para o imperador seu pai. A corça fazia-se leôa quando a queriam separar do marido...

O motim raiou com a alvorada.

Batalhão por batalhão, toda a guarnição portuguesa se arrojou dos quarteis. Macambôa e Góes faziam as ligações, embarafustando pelas casernas, a gritar, que o 4.º de artilharia já marchava. Lançou-se o padre Francisco Romão de Góes para a Bôa Vista. D. Pedro ainda dormia. Despertado, num instante se decidiu. Fardou-se, cingiu o sabre e correu aos aposentos do pae, que fôra tambem acordado, e trémulo, sem compreender, queria informar-se dos motivos da sedição. D. Pedro apoderou-se do espirito do rei, da situação, daquela

hora histórica — finalmente a sua hora. Que descansasse nele. Resolveria tudo. Sua majestade fôra enganado até então. Ele pacificaria. Conhecia a sua gente. Não perdeu tempo com palavras. Desceu ao pátio, onde lhe preparavam o cavalo, e de bicornio, o sabre tilintando, rapido como um *jockey*, cavalgou a sua montada e se atirou, a galope, para o Rocio. Respirava a largos haustos, com a frescura da manhã, a aventura, o perigo, a gloria.

Chegou ao Rocio banhado em suor, sorridente, mais general que assume um comando que principe a recolher queixas. Os regimentos atulhavam a praça e as ruas confluentes, entre as peças com os armões, os sarilhos das espingardas, os animaes de tiro, populares frenéticos metidos com a soldadesca extremunhada. O brigadeiro Carretti recebeu com as honras convenientes sua alteza. A tropa ovacionou-o. Ele lhe falou em alta voz, com a naturalidade de quem se não arreceia de enfrentar homens: o rei convocara já procuradores para o Rio, estava disposto a facilitar aos póvos os beneficios constitucionais... O exercito, ali, reclamava simplesmente o juramento immediato da Constituição, como as Córtes a fizessem em Lisbôa. O pensamento do seu protesto transparecia: era atirar D. João aos braços dos portuguezes. D. Pedro ouviu com uma calma a que não estava habituado. Quando Macambôa, ofegando, se calou, prometeu voltar no mesmo galope á Quinta e entender-se com o pae.

Lamentavel espetaculo deparou em São Cristovão. O rei mandara fechar todas as janelas. A ansiedade

dos criados contrastava com o silencio dos postos militares, desertos: não havia guarda para a defesa do palacio. D. João aparentando serenidade, entre os ministros, tinha o ar parvo dos estuporados. Tomaz Antonio, a um canto, embebia no lenço a lagrima do seu desespero. Palmella era á imagem da politica: Sua majestade, sem dispôr de força, não tinha que deliberar, senão obedecer. Impecavel no uniforme, cintilante de comendas, os cabelos grisalhos dando á sua face moça e morena uma severidade amavel, o conde dos Arcos passeava pelos semblantes o olhar distraído: simbolizava o estoicismo. Boquejava-se que aquilo fôra preparado por ele. Mas ninguem lhe tomava contas. Nos aposentos das mulheres rolavam as lamurias, D. Leopoldina agarrada ás filhas, as infantas bichanando rezas, com as açafatas lividas... D. Pedro, ao entrar no salão em que se achava o rei, foi o vencedor. Transfigurou-se. Carlota Joaquina envaidecer-se-ia dele. Do punho felpudo pendia o rebenque e as suas esporas ressoavam no assoalho. O suor alagava-lhe o rosto, perlava-lhe a testa alumiada por uma expressão radiante, de ventura: os ministros não julgariam que o boêmio da vespera fosse aquele rapaz de altas botas, que erguia com autoridade a cabeça de medalha.

— Senhores, o povo quer!

Palmella tivera palavras justas. Não havia deliberar, mas obedecer. D. João VI mexeu-se na poltrona, carecendo de ar, assombrado. — A Constituição! — Depois, sossegando, a ruminar, conveio: — Enfim, só a Constituição... — Nem o rei, nem o principe haviam ainda meditado bem naquella cousa, tão do agrado do

povo. O desafôgo foi contagioso. — Afinal, nada mais que a Constituição... — Os criados pasmavam, com toda a razão: — Todo aquele reboliço por uma Constituição! — As infantas sentiram vontade de rir: e elas, que pensavam em desgraças, sangue... — Uma Constituição era uma lei, um papel, dividido em artigos e parágrafos, rubricado. — O príncipe obteve tudo. O juramento, a demissão do ministério, com a nomeação de outro. Mandou prevenir D. Miguel, para que se lhe juntasse no Rocio. E voou para lá, os documentos no bolso, arrebrandando cavalos.

As providencias foram instantaneas. O bispo capelão-mór appareceu na municipalidade. Eram oito horas. Nas mãos do prelado D. Pedro e D. Miguel juraram, em nome do rei, a Constituição. Assomou depois D. Pedro á sacada, e exhibiu á multidão o papel assinado. Os applausos, num delirio, glorificaram-no. Declarou deposto o ministério. Gritou o nome dos novos ministros. Garantiu a liberdade de opinião. O povo estrebuchava, encantado, tonto, desgovernado: — O rei! O rei! Queria D. João VI. Exigia D. João VI.

O príncipe pulou mais uma vez na sela do cavallo e tocou-se para a Quinta, a trazer o rei. D. João ouviu-o esbugalhando os olhos lacrimosos. Não entendia. Pois não cedera, não largara tudo? D. Pedro explicava, ante Tomaz Antonio succumbido e Palmella deslumbrado: — E' o povo que quer mostrar a seu rei a alegria, a satisfação. E' o povo que quer. — Áquella voz, D. João endireitou-se nas pernas fracas. Deram-lhe o bicornio de plumas e a bengala. Desceu as escadas trope-

quando, a cabeça vacilante, de quem não se guia, e é impellido, atirado, por um destino tiranico. O côche esperava. Saía tuda á medida dos desejos do principe — o senhôr. D. Pedro empurrou o pae para dentro da carruagem, cuja caixa, sobre as correias duras, gemeu. O postilhão saltou para a boléia. — Ao Rocio! — O principe montou a cavallo, acompanhado pela admiração dos fâmulos, o elogio dos ministros. — Salvava a corôa, o fedêlho. — Cavalgou á portinhola, escudeirando, a inspirar confiança ao velho rei, que alastrava nas almofadas amarelas o corpanzil, em deliquio. D. João, palido, com a sua dôr de peito — a que lhe pungira em 1807, quando Strangford entrára com o “Monitor” — as pernas abandonadas, como farrapos, os braços caídos, sem ação, sobre o ventre redondo — desvairava. Talvez enlouquecesse — como a mãe rainha. Estimulado, o cocheiro espicaçava a parelha, fazendo assobiar o pingalim. Já chegavam á rua do Conde. Logo á rua dos Ciganos, desviando do Campo, coalhado de povo. Alas de mulherio, curiosos, milicianos, ovacionavam. — O rei! O rei! — Extranhas visões nesse momento endoideciam D. João VI. Ele julgou ficar como D. Maria: temeu gritar, que o conduziam ao cadafalso, para morrer. Conseguin levar a mão á garganta. O fantasma de Luiz XVI perseguia-o — como perseguira, o resto da vida, a D. Maria I. A presença do filho, a esporear o cavallo, á portinhola do côche, risonho e vermelho, não o tranquilizava. Nos remanescentes da sua argucia instinctiva, desconfiava dele. Jamais deixou de desconfiar do filho. Porisso retardára tanto a sua admissão aos conselhos da

corôa, porisso fingia não se aperceber dele quando exco-
gitava dos problemas politicos... O carro, a custo, rom-
pendo o mar de gente, cortou o Rocio. Impediram-no
de continuar quando entrava no largo de S. Francisco,
entre a Escola de Marinha e a Igreja. Mãos freneticas
desatrelaram os cavalos. O ségeiro, estupefacto, o pin-
galim derrubado no hombro, equilibrava-se na boléa. O
povo jungiu-se á carruagem, tomou-lhe ardentemente os
varais, tirou-a com vigor. Entrou com ela pela rua do
Ouvidor, desembocou no Largo do Paço. A multidão
seguiu berrando. Os soldados, com as barretinas sus-
pensas nas baionetas, rugiam vivas ao rei. Não se ouvia
outro grito. Já ninguem se lembrava, talvez, da Cons-
tituição, do ministerio demitido, das Côrtes portuguesas:
viva o rei! D. João compreendeu, mas quando o côche
parava á porta do palacio, e todas as fisionomias espe-
lhavam um jubilo ingenuo. Regougou um agradeci-
mento. Mas foi empurrado, transportado, levado de
roldão pelas escadas de pedra, até uma das janelas late-
rais. A familia real — que chegára por outro caminho
— appareceu nas demais sacadas. D. Pedro segredou
ao rei o que devia dizer. Tentou-o. Debalde. Não
consequia emitir nenhum som. O principe, com o vozei-
rão marcial, esganiçou-se: D. João VI jurava solene-
mente a Constituição nacional.

Não estava terminado o sacrificio. De noite era
o teatro. D. João queixava-se: perdera no Paço uma
bengala. Levaram-lha. Passara o dia inanido: apenas
tragara o seu caldo. Carlota Joaquina mostrava uma
alegria expressiva: a do conde dos Arcos, a do filho, a

dos conspiradores satisfeitos. O teatro vinha abaixo de populaça, soldadesca, os oficiais da Legião, entre os quais não se contavam muitos brasileiros. Não havia espetaculo propriamente, apenas tertulia, mas que ensinava os pessimos versos, as decimas arcádicas declamadas pelos vates da moda.

“Hontem eramos escravos, hoje quebramos grilhões!” (9)

Nessa noite, patenteava D. Pedro a felicidade dos triumphadores. O rei observava-o com amargura, e confidenciou ao ministro da Austria e Palmella, que o menino parecia ajustado com Arcos para destrona-lo. Stürmer scientificava a Metternich, com exatidão de conceitos: “A revolução é obra de um grande personagem, levado pela mocidade e a inexperiencia, pelo desejo de representar um papel e talvez por paixões alimentadas de opiniões particulares, a sacrificar gratuitamente os mais belos atributos da corôa, que a sorte lhe destinou”. D. João decidia embarcar para a metropole. Vencia tambem a rainha! Deixava o principe. Vencia por sua vez o conde dos Arcos! Decididamente, não o poupava o cruel destino dos reis. O Rio tornava-se-lhe hostile, intolleravel: a indisciplina desagregava a força, a petulancia

(9) Vd. para o capítulo: Varnhagen, *História da Independencia*, ed. do Inst. Hist.; A. D. de Pascual, *Rasgos Memórias do Snr. D. Pedro I*, Rio 1851; Pereira da Silva, *História da Fundação do Imperio Brasileiro*, Rio 1865; Tobias Monteiro, *A Elaboração da Independencia*, Rio 1927; Mello Moraes, *História do Brasil-Reino*, Rio 1872; P. Calmon, *O Rei do Brasil*.

sacudia a canalha, o fermento sedicioso abalava o chão. D. Pedro não desejava outra cousa. Que o pae ficasse com Portugal, Algarve, Africa e Asia. O Brasil bastava-lhe. Arcos, fertil em seduções, deslumbrava o seu enleio de inexperiente: o Brasil era o imperio. O abismo da gloria atraía-o. A sua velha admiração por Napoleão, a maior impressão da infancia, que o casamento austriaco não lhe arrefecera, dava ao seu sonho politico um contorno historico. Só lhe restava seguir aquele exemplo. O golpe de Estado, a coroação, o Imperio... Arcos, infatigavel, corrigia esses planos: primeiro de tudo, cumpria desterrar o rei. Apressar-lhe a viagem. O resto — era a fatalidade. Os fatos seguiam a ordem prevista. D. Leopoldina, novamente pejada, consolava-se do calôr, do seu abandono, das saudades da familia, fazendo tambem politica. Escreveria em Novembro á tia, agitada, iludindo-se, “mais je puis vous assurer sans exageration que les circonstances politiques actuelles ont eu une aussi grande influence sur mon esprit et mon coeur...”

A 7 de Março o rei estava decidido. Publicou-se o decreto annunciando a proxima partida, emquanto D. Pedro permaneceria por seu logar-tenente. Tomaz Antonio esfregava as mãos, astuto, com o olho na plébe: o povo não havia de deixar sair o rei. Não se enganou. O commercio, a burguezia do Rio, os portuguezes supplicaram, ameaçaram, impuzeram. Era aquilo o fim do Brasil. O plano de Tomaz Antonio tinha a audacia de uma cartada: o proprio ambiente se encarregaria de evitar a deslocação da côrte. Por seu lado o conde dos

Arcos, momentaneamente afastado dos negocios, como que se arrependia em tempo do seu machiavelismo: o principe ousára escrever-lhe que o não queria por ora para ministro porque constára que era governado por ele. D. Pedro não desejava primeiros-ministros. Arcos respondera, em 4 de Março, pedindo para recolher-se a Portugal. O horizonte politico escureceu novamente. Arriscava-se a partida. Acabaria vencendo Tomaz Antonio. Palmella remoía a idéia de mandar-se na frente o principe. Tira-lo do Brasil! A 8 de Março diversas prisões comoveram a cidade. Murmurou-se que eram republicanos. Dias mais tarde um dos presos, o desembargador João Severiano Maciel da Costa saía da masmorra de Santa Cruz para os misterios de uma embaixada á Europa. D. João VI expedia-o em serviço de espionagem. Concomitantemente, tratava-se da reunião de eleitores paroquiais para aprovarem as instruções deixadas a D. Pedro como regente do Brasil.

Realmente todos se enganavam, como em 1807. Arcos iludia a D. Pedro, para reconquista-lo. D. João IV dissimulava habilmente com Tomaz Antonio e Silvestre Pinheiro, com D. Pedro e Palmella, certo no fundo de que a esquadra, que se aprestava, conduziria ao reino o seu filho. D. Pedro, conspirando com os liberaes-nativistas, a todos desorientava. Desaparecera a sinceridade do paço de S. Cristovão. D. Leopoldina, perturbada, não se opunha mais a que o sogro levasse os netinhos, D. Maria da Gloria e D. João Carlos. Ainda uma vez o raio que decepou a nuvem partiu da mão rija do principe.

Os eleitores paroquiais formados em assembléa, na tarde de 21 de Abril, julgaram-se corpo deliberativo. Lida a ata, com o decreto da regencia, bradaram que não queriam ministros nomeados pelo rei. O povo que os escolhesse. A convocação, para fins restrictos, foi esquecida. Aquela bisonha coletividade desvairou-se. Elementos extranhos dominaram-na. Pediu-se tudo. O juramento da Constituição espanhola, enquanto não se fazia a nacional. Que o rei anuisse logo a ela. O desembarque de valores já alojados nos navios da esquadra. A proibição de saída de qualquer embarcação... Os eleitores não podiam retirar-se: ameaçados, até na propria vida, tinham de aceitar e votar quanto era proposto. Entrára-se pela noite. Uma comissão levava ao rei a vontade de assembléa. D. Pedro meteu-se á frente da tropa. D. João VI aquiecia, aterrado: que sim, que sim... Varios batalhões moveram-se na tréva, desceram do campo de Sant'Anna para as ruas que desembocam no Largo do Paço. Outra comissão de eleitores foi encarregada de indagar em S. Cristovão dos motivos daquela manobra. D. Pedro respondeu: "Vocês vão vêr". E — rei de verdade — mandou carregar sobre a Praça do Comercio.

Os soldados correram ao edificio, dispararam as armas, depois mediram á baioneta corredores e salões, levando por diante negociantes espavoridos e maçons apopleticos. Houve tres mortes. Salvaram-se populares atirando-se á agua, que chegava aos fundos do predio. Na Quinta, D. João pensava morrer, aflito, achando demasiado o rigor, sem forças para suspende-lo. E dizia,

que havia de viajar logo, fugir dessas agitações, que o sufocavam... Arcos, impenetravel, mais intimo do principe do que nunca, surgia de novo como conselheiro da violencia, emulo de Tomaz Antonio: D. Pedro voltára a ganhar. O rei não admitiu mais delongas e artimanhas. Ia-se embóra. Não podia viver numa cidade em que a obediencia dos súditos era mantida á bala. O filho que ficasse.

Atropelado embarque, o do velho monarca, da côrte, do funcionalismo, de 50 milhões do tesouro, das alfaias, das bagagens, dos criados. A atmosfera tornara-se glacial. Retumbavam os écos da quadrilha popular:

“Olho vivo e pé ligeiro,
Vamos á não buscar o dinheiro”.

Deu-se ministerio a D. Pedro, regente do Brasil: Arcos, Louzã, Caula, Farinha. Em 24 de Abril D. João VI ofereceu beija-mão: uma despedida patética. No seu quarto, profético, advertiu ao principe — que lho lembrou numa carta, em 19 de Junho de 1822: — “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar, do que para algum desses aventureiros”. Na madrugada de 25 foi transportado na galeota para a náu. Debulhado em pranto, extremunhado, infelicissimo. Na sua magoa despeiteava a rainha. Safava-se cêdo para lhe festejar o aniversario. Fugia aos cumprimentos da etiqueta. D. Pedro, solícito, talvez comovido, muito atento aos conselhos do pae, acompanhou-o a bordo. D. Leopoldina já sentia saudades do sogro: fôra seu amigo.

Carlota Joaquina, inconveniente, radiante, dizia que ia vêr afinal terra de gente. Parece que D. João falou ainda ao filho do Brasil e do seu destino. Na manhã de 26 a frota estendeu ao vento as azas e deixou a Guanabara, entre a zoadada dos sinos e o estouro das salvas. O regente acompanhou, na galeota, a não real até a barra. Voltou ao Arsenal de Marinha com uma idéa fixa. Não a comunicou a ninguem. Pediu alguns operarios ao contramestre e largou, a cavallo, para o Campo de Sant'Anna. A surpresa e a curiosidade esbugalharam os olhos aos ministros: que iria fazer sua alteza? Sua alteza ia começar o seu reinado, vingando-se.

Paulo Vianna tinha uma predileção especial pela cultura de amoreiras, que Tomaz Antonio instalara numa parte do Campo de Sant'Ana: nos seus ocios, o intendente de policia passeava á sombra daquelas arvores dando ordens aos jardineiros. Eram a sua pequena mania. Avistava-as da janela de sua casa, ameaçava a garotada que as apedrejava, calculava de olho, interessado, a prosperidade do seu bosque... D. Pedro caíu sobre as amoreiras como um lenhador fabuloso. Mandou que os operarios, a machadadas, destruíssem a cerca, decepassem os ramos, derrubassem, quebrassem, exterminassem, reduzindo aquilo tudo a um montão de lenha e a uma piramide de folhagem. Revivia nele a mãe impulsiva; a sua epilepsia infantil arrebatava em violencia na raiva passageira, mas fulminante. Era quem mandava! O amoreiral de Paulo Vianna foi uma Bastilha: demoliu-a. O intendente, livido, de sua janela, cercado da familia consternada, assistiu á devastação do

seu parque, que era tambem o fim de sua carreira. Mergulhou numa sombria tristeza a alma enlutada — e quatro dias depois, numa explosão apoplectica, morreu.

D. Pedro mandava — sem contraste.

E para continuar a mandar abateria os outros amou-reirais que o cercaram: Arcos, Louzã, a Legião Portuguesa, José Bonifacio, a Constituinte, Barbacena — todos. Uma frase que usou em 1825, em relação ao ministro inglês, retrata-o por inteiro: “Cuidou que estava com o pae, achou o filho, recuou, e não avança mais”.

2

Namorado do Brasil

IV

O PRIMEIRO NAS GALIAS

O conde dos Arcos amava o Brasil. Outros governadores coloniais preferiram o Brasil a Portugal. Assim os capitães generais da Baía e de S. Paulo, Mascarenhas e Oyenhausen, a quem D. Pedro I fez marqueses de S. João da Palma e Aracatí. Ele ficaria, gostosamente, no Rio de Janeiro, a assessorar o príncipe seu amo, edificando com paciência a alta coluna do imperio. Arcos não desprezava os bens que a fortuna dá: e estava rico. A ambição do poder mordia-lhe, com o dente fino, o coração. Já a patria, em mão das “faciosas côrtes”, não o atraía, como se os seus vinhêdos se aguçassem em urzes e Portugal se mudasse num espêsso espinheiro. Convencera-se de que a sua gloria seria a do príncipe real.

Louzã, entretanto, detestava o colega. Separava-os um profunda incompatibilidade política. Perfeito fidalgo do século XVIII, acidentalmente liberal de 1820. Louzã era em tudo um ministro do reinado de D. Maria. A vontade do rei era um decreto divino. O seu absolutismo forrava-se de resignação mística. O preconceito aterrava-o. Louzã não admitia nenhuma das transações solertes que Arcos, plastico e inquieto, negociava. Acha-va absurda a idéa de independencia do Brasil, não acreditava na traição de D. Pedro, tinha de olho os conspi-

radores maçons, cultivava a Legião Portuguesa como um grão-vizir á sua falange de janizaros. A Legião montava guarda á corôa.

O conflito não tardou. Louzã e Arcos combateram-se astutamente, como Arcos combatera Tomaz Antonio, como Linhares combatera Barcas, esgrimindo com a intriga, a sorrirem falsamente, ageis e sibilinos, ambos disputando a intimidade, dia a dia mais barata, de D. Pedro. O pensamento de Louzã molestava o regente: ele pedia o juramento prévio das Bases Constitucionais. Arcos opunha-se, e o seu voto prevaleceu. Disfarçou o ministro vencido a sua contrariedade no convívio dos oficiais portugueses. Jorge de Avilez, o brigadeiro comandante da Legião, ouviu-lhe com exaltação os enredos: se D. Pedro não jurava as Bases, pretendia livrar-se de Portugal... E contra essa felonía ali tinham as baionetas. Havia de jurar.

O príncipe deu-se conta do problema antes do conde seu amigo. Avilez frequentava São Cristovão. D. Pedro chamava-lhe, familiarmente, o Jorge. A bela senhora Avilez era, ao que se dizia, alvo das galanterias de sua alteza; não lhas recusava. Estava seguro da lealdade do chefe. Mas temia diversos oficiais, que armavam na tropa disposições sediciosas. Soube disto a 23 de Maio. A 4 de Junho foi a Santa Cruz. Voltou na mesma noite. Errava no ar o motim. Farejava-o. Não era homem de esperar por ele, como D. João, nas salas da Bôa Vista, entre lacaios consternados. No dia 5, pela madrugada, montou a cavallo e arrojou-se para o batalhão n. 3. Tudo em ordem. Foi direito ao capitão Sá. Inqueriu-o com

aspereza. Negou. Era falso! Não se queria revoltar. A's 8 horas, de novo na Quinta, D. Pedro mandou Caula ao encalço de Avilez: achava a demissão deste necessaria, pois a tropa parecia pouco satisfeita com o seu comando. Não preveniu o conde dos Arcos. Agia por si, bruscamente, sem largar o rebenque, pronto para arrebentar outro cavallo, febricitante. Caula tornou com a noticia de estar o Rocio cheio de soldados, e o brigadeirõ á frente deles. Exigiam o juramento das Bases. D. Pedro correu ao Rocio. — Quem é que fala aqui?

Avilez adiantou-se. As fisionomias exprimiam pasmó. Aquele rapaz assustava — e entretanto não se acompanhára de nenhuma ordenança. Irradiava força, impunha respeito, ameaçava — e era só. Avilez falou discretamente. Queriam jurar logo as Bases.

D. Pedro respondeu: “Não tenho duvida. Sinto é que haja homens que assentem que eu não tenho palavra, tanto politica como religiosa; tenho eu jurado *in totum*, tanto por minha vontade, a constituição, tal qual as côrtes fizeram; mas a mim não me fica mal, sim a quem duvida da palavra de um principe, comprometida por um juramento, cousa para mim tão sagrada que eu vou já, vamos todos!”

No Teatro, porém, variou de parecer. — “Eu não juro sem saber a vontade do povo que estou governando, porque a tropa é uma parte da nação; por isso não vale de nada querer sem saber a vontade do povo para então deliberar.” Os eleitores, chamados, concordaram. Mais se pediu, e mais se obteve: que o conde dos Arcos fosse mandado embóra,

Louzã lançava á mesa todos os trunfos. Arcos, surpreendido, não mudára sequer de roupa: metido num chambre, estarrecido, ouvia os rumôres da praça publica que a criadagem lhe levava. Parecia não compreender. D. Pedro não pensou em salva-lo. Ele jamais salvaria um cortezão decaído. Como todo impulsivo, repelia a idéia de uma tutéla. Queria ~~pessar~~ por chefe — incontestavel. Arcos era absorvente. Tinha por si a experiencia, a intelligencia, o sangue. Já lhe escrevera, francamente, advertindo-o de que não pretendia ser instrumento de ninguem. Agora, tranquilamente, abandonava-o.

A Legião Portuguesa completou a obra iniciada. O conde foi embarcado, sob custodia, com a filha e tres fâmulos, num brigue, e recambiado a Portugal. O exemplo não podia ser maior: como o poderoso fidalgo, lá iriam, presos, endereçados aos tribunais, os inimigos das Côrtes de Lisbôa. Até D. Pedro, se o tentasse! Arcos seria vingado no ano seguinte. De fato, D. Pedro, para não sofrer a mesma pena, expulsou a Legião, e Louzã, apostolico, vaidoso, desvairado, se fez no reino absolutista e miguelista de quatro costados.

O banimento do valido, entretanto, não desviou do curso fatal os acontecimentos, que tinham uma logica superior. Entre Junho e Outubro de 1821 o principe foi um joguête da Legião. Porém à espreita de uma brécha, de um ensejo, de um pretexto para alforriar-se. A Legião perdeu-se como o conde dos Arcos: por querer domina-lo. Todos os seus amigos que quizeram domina-lo foram sacrificados ao Moloch do seu orgulho. Até as

mulheres... Era uma alma primariamente livre. Não suportava, na irrequiétude espanhola, que a epilepsia de espaço açoitava, do seu temperamento de voluntarioso, os ferros de uma sujeição demorada. Cançava-se depressa. — Dos homens, das fórmulas, das idéias. A sua educação defeituosa, a sua agitação íntima, as incoerências do seu espírito juvenil refletiam-se no enfado, que era nele uma reação, após as vigílias do capricho. No dia 7 de Junho, quando assinou o passaporte do conde dos Arcos, já não se lembrava mais dele.

Em 4 de Outubro escrevia, ao pae, protestando que não lhe seria perjuro. Prometia não ajudar o trabalho de sapa que desgastava o cimento do Reino Unido. Avilez — parecia — reconquistára junto dele o lugar do conde dos Arcos. Publicou-se em Londres que em 17 de Outubro, seu aniversário, a tropa, em parada, o aclamaria “Rei nacional D. Pedro...” (1) A data passou sem isto. A 9 de Novembro, no entanto, ouvia Antonio Carlos. O illustre paulista seguia para Lisbôa, a representar nas Côrtes a provincia. Levava instruções escritas. Imbuía-se das necessidades brasileiras. Aprendera a pondera-las nas sombras da masmorra da Baía onde por quasi 4 anos jazêra, implicado na revolução de Pernambuco. D. Pedro prestou uma atenção inaudita às belas palavras do político. Expressiam uma consciência coletiva. Rugia e ciciava a alma do país naquelas frases elegantes e tinham uma força de que não se apercebera

(1) *El Argos*, de Buenos Aires, 9 Marzo 1822 (Vd. edição *fac-similar*, *Bibl. de la Junta de Historia*, tomo XIV, Buenos Aires 1937).

bem. A convicção inabalável das populações. Habituar-se a escutar os homens da côrte, mais portuguezes que americanos, formados em Coimbra, afrancezados, só conhecendo do Brasil a franja costeira onde a fragata desembarcava tecidos ingleses e livros constitucionais. O interior — vastos reservatórios de uma raça nova, as fontes da riqueza, os campos onde um povo adquiria, na luta com o meio, a posse de si mesmo — o interior era para ele o mistério. Antonio Carlos falou-lhe desse imenso Brasil, por aí dentro tão grande e tão vário, que já não admitia nenhuma servidão.

A Legião Portugueza desconfiava do principe. A maçonaria seduzia-o. (2) Ele, hábil, amoldava às circunstâncias, abandonava-se aos conspiradores que lhe rondavam o palacio. Os brasileiros lisonjeavam-no. Os portuguezes, despeitados, retraíam-se. Extranhas visitas fazia D. Pedro a logares suspeitos de fermento carbonário, como o convento de Santo Antonio, na colina, olhando o porto, onde frei Sampaio doutrinava política e economia. Não se duvidava das tendências liberais de sua alteza: o que raros sabiam, sim era que D. Pedro premeditava o golpe, amadurecido nas suas reflexões, contra a guarda pretoriana que o observava. Frei Sampaio, os visionários que se reuniam na sua livraria dourada, que abria sobre a horta e os morros uma janela florida, officiais maçons da loja da rua do Conde — deslumbravam-no com a miragem de um império do Brasil.

(2) "Un gran partido secreto y poderoso formaban los Masones...", *El Argos*, de Buenos Aires, 23 Enero 1822.

Arrabida, o mestre, lento e pensativo, aproximava do franciscano influente o real discípulo. Um personagem, frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio! Rotundo, oculos de aros brancos pousados no nariz forte, uma cabeça impressionante de sábio, um corpo volumoso de gastrônomo, desfrutava na cidade um prestígio de prelado. Um negociante francez que descreveu esse Rio de 1820, notou: "A sua categoria era a de um arcebispo, andando sempre acompanhado de quatro frades que lhe faziam cortejo". E gabara-lhe o espírito: um eclesiástico que gostava de francezes. O partido nativista recrutava a sua aristocracia: frei Sampaio era o chefe tonsurado.

Em 9 de Dezembro o bergantim *D. Sebastião* fundeu diante de Villegagnon. Trazia importantes papéis do Reino. Se D. Pedro os encomendasse não chegariam com tanto propósito. As Côrtes como que se tinham fatigado da independência de atitudes de sua alteza, que afinal governava o Brasil sem a devida consideração para com o Congresso. Sua alteza era aqui um rei. Expedira inúmeros atos que atestavam mais interesse regional, pela terra adotiva, que patriotismo: formava, inverossimil, uma monarquia autonoma! Essa idéia horrorizara os deputados. O seu liberalismo era português, nada tinha com o Brasil, a colonia, necessária à economia européa. Mandavam, pois, que D. Pedro se recolhesse imediatamente a Portugal, afim de tratar de uma viagem pelas côrtes da Europa, a estudos, com preceptores capazes, e que as provincias obedecessem diretamente ao governo de Lisboa, ficando isentas do governo do Rio de Janeiro.

A volta do príncipe importava o retrocesso ao regimen colonial anterior a 1808. A desagregação administrativa implicava a derrogação do sistema de 1815. O Reino do Brasil desapareceria. Que Reino esse, sem rei e sem unidade?

A Legião portuguesa gostou infinitamente dos decretos: no fundo, acariciava a esperança de repatriar-se, com o príncipe. Roía a soldadesca a saudade dos lares. A maçonaria, o convento de Santo Antonio, os portugêses radicados no país estremeceram de pavôr; seria a catastrophe. A Legião tomava armas; os brasileiros protestavam. De qualquer sorte correria sangue. A independência do Brasil estava por um fio: talvez quando puzesse pé na coberta da náó, a independência explodisse. Mas se desobedecesse às Cortes a Legião o forçaria... Nessa perplexidade, o guarda-roupa Francisco Maria Velloso Gordilho de Barbuda desensolveu a atividade de Cauper em Fevereiro. Correu à Ajuda número 64, onde José Joaquim da Rocha, desde 10 de Dezembro, iniciára o movimento de opinião para retêr o príncipe-regente. Foi a Santo Antonio, com Arrabida, ouvir frei Sampaio. Combinou, confidenciou, tramou. E expoz ao amo o plano: varios emissários obteriam representações das províncias, exigindo a sua permanência no Brasil, e diante delas só havia ceder, como à força maior. . .

O príncipe, chegado o momento de definir-se, duvidava. A 4 de Dezembro, escrevia D. Leopoldina à tia e confidente: "peut-être que nous aurons en peu le bonheur de vous presenter personnellement nos tendres et respectueux hommages". Ocultava esperanças bem diversas.

No proprio dia 10, arrebatadamente, prometia D. Pedro, ao pae, fazer eleger a junta que o substituiria, e embarcar-se sem demora: subscrevia-se “filho obedientíssimo e súdito fiel”. Afinal, herdeiro da corôa, arriscava-a no jogo. Evidentemente, se ficasse, não reinaria mais em Portugal. O Brasil tentava-o. As palavras de Antonio Carlos, os conselhos de frei Sampaio, a política do conde dos Arcos enchiam-lhe os ouvidos de uma ressonância triunfal. O Mephistopheles da intriga segredava-lhe: e se as Côrtes, quando lá o vissem á mercê, bem de geito, lhe roubassem o trono? Não eram elas faciosas? A Santa Aliança, apesar do sôgro, não lhe perdoava a jornada teatral de 26 de Fevereiro. Não perdoava a nenhum príncipe uma transação daquelas. Podia portanto fulminá-lo com a degradação, desherdá-lo. Não era D. João VI um prisioneiro? Todavia no Brasil o povo o glorificava. Sentia-o brasileiro... Na manhã seguinte, resolvido, respondeu a Barbuda: “Fico, se fôr essa a unanime vontade dos póvos do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, e em tal caso estou pronto a receber as deputações.”

Voou o aulico para a casa da Ajuda. José Joaquim da Rocha não perdeu tempo. Incumbiu Pedro Dias Paes Leme de ir a S. Paulo, Paulo Barbosa da Silva de dirigir-se a Minas, em busca das representações, e tomou a si colher as assinaturas na côrte. Pedro Dias chegou a Santos em canôa. Subiu a serra com a precipitação de quem vae a algum socorro. Bateu à porta de José Bonifácio de Andrada e Silva noite velha e debaixo de uma chuva torrencial. O venerando paulista recebeu-o

estupefato, custando a crêr que um mensageiro do Rio o despertasse do sôno àquela hora, no seu retiro campestre. O vice-presidente da junta de S. Paulo era, então, o primeiro nome da província. A elite, que na côrte frei Sampaio dirigia, precisava dele. Mineralogista, devéras um sábio, homem de letras, funcionário do Reino aposentado, com sobejos serviços na paz e na guerra, na cátedra e no campo, poucos naturais do país disputariam a situação que essas credenciais lhe criaram na pátria. Aliava a tais predicados uma vontade singularmente firme, um grande orgulho. Pedro Dias falou-lhe a linguagem clara que se destina ao coração: acorreria á salvação nacional, ou o Brasil voltaria à escravidão. José Bonifácio — a 24 de Dezembro — redigiu do próprio punho o manifesto, em que a junta de S. Paulo pedia a permanência do príncipe. Recebeu-o este no dia 2 de Janeiro — e apressou-se em comunicar ao pae, a quem, a partir de 15 de Dezembro, iludia, ou avisava, em cartas assustadas — que os brasileiros se faziam independentes tanto que os largasse, que só a sua pessoa os unia...

No Paço ninguém sustentava melhor essas idéias do que a bôa D. Leopoldina, afogueada e hábil, com o instinto a segredar-lhe que arriscaria a herança dos filhos indo para a Europa e a solução conveniente seria um Estado independente, de feitio americano. Schaffer era o confidente, a quem contava: o príncipe “está mais bem disposto para os Brasileiros do que esperava, pois não está ainda tão seguramente quanto eu desejaria”. A 8 de Janeiro revelou-lhe: “Esperam-se aqui muitas agitações para o dia de amanhã; ouviu dizer alguma cousa?

O Príncipe está preparado, mas não tanto quanto eu desejaria, os ministros vão ser mudados e empregar-se-ão naturais do País que sejam ilustrados e o governo será instituído à maneira dos Estados Unidos da América do Norte. Custou-me muito alcançar isto tudo — só quereia poder inspirar ainda mais decisão” (3). Voltaria a esta fórmula, timidamente, em carta ao Imperador seu pae, em 23 de Junho do mesmo ano: “Aqui tudo é confusão, por toda parte dominam os princípios novos, da afamada Liberdade e indecências. Estão trabalhando para formar uma Confederação de Póvos, no sistema democrático como nos Estados livres da América do Norte. O meu marido, que infelizmente ama tudo que é novidade, está entusiasmado, como me parece, e terá no fim que expiar tudo; de mim desconfiam, o que no fundo me regozija, porque assim, mercê de Deus, não tenho que dar a minha opinião e ao menos fico fóra das lutas.” (4) Piedosa mentira — para Sua Majestade Apostólica! Ficava fóra das lutas; mas déra a sua opinião. Frei Sampaio orientava-a. Em 9 de Fevereiro aprovava um documento importante: “Acho o papel muito bom... É-me incompreensível não ter recebido os seus conceitos redigidos pelo Padre St. Payo”. Conspirava com José Clemente, com o partido do “Fico”: “Excelente Schaffer! Na préssa em que me encontrava esqueci-me de lhe dizer: julgo que seria melhor que os valorosos Brasi-

(3) Carta in Luiz Norton, *A Côrte de Portugal no Brasil*, p. 427.

(4) Norton, *op. cit.*, p. 452.

leiros deixassem o meu espôso organizar o governo aqui, segundo a sua vontade, pois do contrário poderia essa pequena circunstância impedir que ele aqui ficasse..." Que ficasse — foi a sua preocupação, a sua intriga, a sua vitória.

Em 9 de Janeiro venceu a opinião do Rio. O príncipe, a meio dia, recebeu o Senado da Câmara, cujo presidente, José Clemente Pereira, num discurso fervoroso, lhe entregou a súplica da cidade, para que ficasse. O povo encheu o largo do Paço. A municipalidade retocara o ato, tão dante-mão engenhado, de uma cenografia cívica: e foi em transportes de regosijo que a multidão ouviu a declaração de D. Pedro, em resposta à arenga do juiz de fóra: "Como é para bem de todos, e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico."

Esse "fico" era um grito marcial: o herdeiro da corôa desafiava o Soberano Congresso, rompia com o pae, passava a governar revolucionariamente.

Isto entenderam os brasileiros, que dali prosseguiram, numa linha réta, para a Independência; e isto os portuguezes compreenderam, insubordinando-se logo a 11 de Janeiro. — Começara o príncipe por livrar-se do ministério que o espiava: heroica luta ele sustentou com as manhas e a finura dos políticos que vacilavam, entre o dever de contraria-lo e a sedução dos cargos. Tinha de afastar Louzã, que era, no governo, o homem da confiança da Legião: sem o despedir formalmente, dispensou-o de comparecer á cerimonia do "fico", adiou dois despachos, e perguntado sobre se receberia na Quinta

ou no Paço da cidade, respondeu simplesmente: “nem cá nem lá”. — Estava D. Pedro no teatro, quando os soldados da legião se puzeram a quebrar as vidraças das casas, aos brados de “esta cabrada leva-se a páo”. Coincidia a arruaça com a ausência de Avilez do teatro, a que não faltava. Apercebeu-se o príncipe do seu jogo: o general espalhara que fôra demitido, naturalmente com Louzã, e a soldadesca, em represalia, amotinára-se. Chamado o brigadeiro Carretti, correu a apaziguar, mas já encontrou em armas os batalhões 11 e 15 e a artilharia. Avilez tomara-lhes a direção. Um cirurgião militar, Soares de Meirelles, preveniu D. Pedro acerca das palavras desatinadas que o comandante do 11.º proferira, jurando mandar cercar o teatro e embarca-lo à viva força. Numerosos oficiais brasileiros afluíram ao camarote real. Energico, como quem realizava afinal um velho anelo, D. Pedro pediu que lhe chamassem o general Curado, que os batalhões do Brasil esperassem a ordem de ataque, e houvesse calma. Assistiu depois, pachorrentamente, ao resto do espetáculo. Às 3 da madrugada fez a família seguir para a fazenda de Santa Cruz. A reação popular raiou com o dia. Grupos armados reuniram-se aos contingentes brasileiros (o 1.º, o 2.º, o 33 e a cavalaria) que se acantonaram no Campo de Sant’Ana, enquanto, prudentemente, os insurretos se defendiam no Morro do Castelo. Essas forças eram respeitáveis: de um lado 6, do outro 2 mil combatentes. O erro de Avilez foi recolher-se ao Morro do Castelo, onde não havia agua para sustentar-se, sitiado. Recuou a tempo, pedindo licença para retirar-se, com a sua gente, para a

Praia Grande. Permitiu-o D. Pedro, porém com a condição de fazer-se logo à vela para Portugal.

Entretanto, chegara ao Rio José Bonifácio, e o príncipe nomeava-o ministro. Desembuçava-se. A princesa D. Leopoldina deixara-se empolgar pelo entusiasmo, que a causa da Independência lhe comunicava: escrevia cartas anunciando os seus vitoriosos esforços para decidir o marido a conservar-se no Brasil, e em alemão, soluçando, com o filhinho nos braços, convencera José Bonifácio a aceitar o ministério, guiar D. Pedro nas suas dificuldades, arrostar a crise, que principiara por afugentar as principais figuras da côrte. Urgia expungir de Niteroi a divisão portuguesa, última representação do governo das Côrtes no Rio de Janeiro: foi bloqueada, Curado assentou o seu quartel-general no campo de S. Domingos e os navios de guerra lhe cortaram os caminhos marítimos. Avilez embarcaria, ou seria esmagado num encontro desigual: ele protelou desesperadamente ambas as soluções, a justificar-se, a lembrar o dever de só deixar a terra com a chegada de outros regimentos da metrópole, que eram esperados, a prantear-se do injusto tratamento, que a honra da bandeira repelia. Porém a morte do príncipezinho D. João Carlos tornou insustentável a situação. Em 13 de Janeiro, o sol de fogo, que flagelava a estrada de Santa Cruz, molestára a criança, cujo debil organismo não resistiu à insidia de uma meningite, a que se seguiu um acidente epileptico. D. Leopoldina, a 19, trouxe-o bastante enfraquecido; agonizava em 3 de Fevereiro, nos braços do pae, que arrancou do fundo de sua alma espavcida este clamôr,

escrevendo para José Bonifácio às 8 e um quarto da noite fatídica: “Chorando escrevo esta para dizer-lhe que venham amanhã às horas de costume, porque eu lá não posso ir, visto o meu querido filho estar exalando o último suspiro e assim durará uma hora. Nunca tive (e Deus permita que não tenha) outra ocasião igual a esta como foi o dar-lhe o último beijo e deitar-lhe a derradeira benção paterna. Calcule pelo amôr que têm à sua família...” Póde a dôr mudar-se em cólera, aliviando, num derivativo: em D. Pedro a ira era o segundo estado das paixões. As lágrimas secaram-se-lhe nos olhos, pensando que a Legião era culpada da morte de D. João Carlos, seu herdeiro, e foi com a pena coruscando raios que escreveu ao rei, no dia 22 de Fevereiro: “A Legião matou o neto de V. M.” — D. João, o que seria o VII. Não se deteve muito tempo a carpi-lo: a desforra armou-o. Mandou artilhar o cáes. Exigiu que Curado preparasse o assalto. E embarcou na “União” para dirigir, em pessoa, o bombardeio. Intimou assim a Avilez, entre os canhões a que era só chegar a mécha, disposto a exterminar os rebeldes em holocausto ao infante que tivéra a sorte dos príncipes herdeiros da Casa de Bragança, Teodosios, Josés, Antonios.

Transfigurara-se. Passava de um para outro barco, utilizando a galeota, cujos dragões de bronze se enroscavam sobre a amurada, abrindo na prôa fauces sinistras; expedia ordens marcando aos navios os seus fundeadouros; comandava tudo, esbofando-se a diluir no suor o pranto, pela primeira vez general de verdade, porém tão desenvolvido e brusco como em Santa Cruz, quando

batia as hostes infantis do mano Miguel. A Legião aterrou-se. Avilez renunciou a qualquer violência. Entre 10 e 11 de Fevereiro embarcou a tropa, que a 15 seguiu viagem. Não voltaria mais: o Brasil expulsara os soldados portugueses!

Realmente, as portas da Independência se abriam. O sonho do príncipe D. Pedro realizava-se. José Bonifácio garantia-lhe a adesão das províncias. O resto do ano seria consagrado a essas adesões, essenciais à união nacional, com ou sem luta, porque brigadeiros, emulos de Avilez, lá se mantinham na Baía, em Recife, no Maranhão, no Pará e na Cisplatina. Daí ao trono imperial era só alongar as pernas num passo ambicioso: o clarão da glória envolvia o mancebo audaz, e no seu céu profundo a estrela da predestinação fulgia. Formára um império entre 9 de Janeiro e 11 de Fevereiro, ainda debilhado em lágrimas pelo filhinho de tres anos que perdêra.

A POSSE

Largando mão dos seus direitos portuguezes para ficar no Brasil, o príncipe desobediente usurpava uma das corôas a seu pae. O esplendôr desse diadema cégou-o: José Bonifácio esvanecera-lhe do espírito as últimas dúvidas. Seria o primeiro nas Galias. Construiria um poderoso Estado. Comandaria um exército e uma armada. Cinco milhões de súditos prestar-lhe-iam juramento. Os reis da terra orgulhar-se-iam da sua amizade: o seu império seria vasto como a China, rico como a Russia. A imaginação dos póvos elevaria um pedestal à sua coragem: aos 23 anos entraria, com solene attitude, no panteon dos Libertadores. Diziam-lhe que o Brasil havia de ser um país colossal, como a América do Norte: e o Brasil será o vínculo da sua Casa. Que perdia, em troco disso? Um trono amesquinhado pela demagogia...

José Bonifácio substituiu Arcos e Louzã: porém foi mais forte ministro, porque a sua autoridade não lha dava o príncipe, senão a província de S. Paulo. A sua política não tinha mistérios, reta e sincera. Era criar um poder legislativo no Brasil, liberta-lo das forças da Europa, outorgar-lhe uma autonomia, que ainda não excluía a hipótese da união transcontinental, ficando D.

João VI por titular do governo, e lançar as bases da nação independente. D. Pedro seguiu esse plano, precipitou-o, deu-lhe rumos que perturbaram o sereno ministro, e por fim, ora o arrastando, ora levado por ele, rebentou nas escadas da capela imperial, a corôar-se. O Andrada fe-lo assinar, a 16 de Fevereiro, o decreto que nomeava um Conselho de Procuradores. Ele, animado pelos amigos da maçonaria, convenceu o Andrada da necessidade de convocar-se a Constituinte Brasileira, em 3 de Junho. Em 29 de Fevereiro decretára que nenhuma lei das Côrtes se cumprisse aqui sem a sua aprovação, e em 19 de Março obrigava Francisco Maximiano de Souza, que entrara a Guanabara com uma frota e mil duzentos soldados portugueses, a voltar para o reino deixando-lhe uma fragrata. Entretanto, a 22 de Fevereiro nova junta fôra eleita na Baía, e porque a guarnição indigena não quizesse reconhecer como governador das armas o brigadeiro Madeira, correra sangue nos dias 19, 20 e 21. A parte lusitana da guarnição, reforçada pelo batalhão 15, destacado da Legião de Avilez, assaltou e bateu a brasileira, que dispersou, e os vencedores, vingando-se, depredaram varios bairros, entre eles a Lapa, cujo convento de religiosas invadiram. A Baía assistira a uma cena lancinante de martírio: a abadessa das concepcionistas caíra, varada por uma baioneta, á porta da clausura, bradando que os brutos só violariam a casa de Deus se passassem sobre o seu cadaver. Os officiais da terra fugiram para os engenhos do reconcavo, onde os fidalgos formavam uma

vasta aliança de interesses nacionalistas. O assassinio da freira, madre Joana Angélica, repercutiu doridamente no sul. O "Reverbero", de 9 de Abril, citava: "A Independência da América (dizia em 1777 o apóstolo, que pregava com a palavra, enquanto Washington a afirmava com vitórias) deve datar do instante em que sobre ela se disparar o primeiro tiro de espingarda". Em S. Paulo um poeta adolescente, chamado Evaristo da Veiga, saudava a Baía

"... que ergueu primeiro
Da liberdade o grito".

A sangueira, com aqueles despojos veneráveis a encherm de piedoso terror as populações, floria em retórica: a monja trucida transformava-se em simbolo. Apressou-se o príncipe em ouvir solene missa, abrilhantada pela palavra de frei Sampaio, em honra das vítimas de Madeira. Ao mesmo passo, tinha de pacificar a província de Minas, entregue aos caprichos de uma junta desarvorada, e para lá se atirava, a cavallo, acompanhado de um secretário, Estevão Ribeiro de Rezende, dois ajudantes e um guarda-roupa, como se um internamento pelos sertões fosse uma corrida ao Rocio. D. Pedro precisava movimentar-se, extenuando-se, a seguir o impulso que a sua mão violenta dava aos factos; sentia-se arrebatado por eles e o instinto lhe dizia que devia guia-los, antes de ser esmagado. Atravessou a cordilheira, o Paraíba, o Piabanha, e a 1 de Abril entrava em Barbacena.

A gente mineira, encantada dessa visita, recebeu-o como a um mensageiro celeste: as cidades floresceram, armadas em triunfo, e as populações correram ao seu encontro. S. João del Rei, S. José, Vila Rica, deslumbraram a sua fantasia com as festas espontaneas em que o povo entrava, clamando que uma éra prospera começava, e a escravidão já não existia.

O problema político que devia resolver por si mesmo se solucionou: ninguem lhes resistiu, as autoridades desmandadas se demitiram, outras foram eleitas, e uma fidelidade monarquica efusiva uniu os montanhezes. D. Pedro proclamou-lhe: "Vós amais a liberdade, eu adoro-a..." E com a mesma prêssa, a esfalfar cavalos, como se o transportasse uma rajada invisivel, voou para a côrte.

Na noite de 25 de Abril, sem que o esperassem, appareceu no teatro afogeadado, o peito ofegante do general que venceu muitas batalhas: e uma explosão de applausos abalou o edificio. Assomou á tribuna, esboçou um gesto majestoso, e declarou: "Em quatro dias e meio vim de Vila Rica. Tudo ficou tranquilo". Era de não se saber o que o envaidecia mais, se a corrida, se o exito político: mas os espectadores deliraram. O príncipe ganhára uma popularidade incrível: a partir de 9 de Janeiro uma apreola de heroísmo iluminava-o. Não se parecia com os outros Braganças, que o povo venerára na sua compostura pacífica, engordando em ocios epicuristas, com a sua lenda de amores e a sua melancolia de dispeticos: o rapaz era um meteoro. Jul-

gavam-no no fundo da província, e eis que se exhibia no teatro de S. João, a parodiar Cesar. Azas carregavam-no: e a beleza do seu entusiasmo endoidecia os moços e as mulheres. As folhas diziam: “O Rubicon passou-se; atrás fica o inferno: adiante está o templo da immortalidade”. Abasileirara-se tanto, que jurariam todos ser de morte o ódio que ele votava a Portugal. Além disso, como que apostava parecer mais revolucionário e liberal que um *pedreiro livre*. Perdera o respeito ás formulas: os representantes estrangeiros liam, sem compreender, as teorias jacobinas que as suas proclamações expunham. Não havia em toda a Europa um só príncipe capaz de repetí-las: Metternich, em Viena, convenceu-se de que o genro de S. M. apostólica era o flagelo moderno.

O brigadeiro Domingos Alyes Branco Muniz Barreto propoz que lhe conferisse a maçonaria o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”. A maçonaria gostava desses títulos que cheiravam á Revolução e á democracia. Protetor fôra Cromwell. D. Pedro aceitou-o sofregamente: a 13 de Maio, aniversário do rei, a Camara levou ao Paço a comunicação. Escoltava-a uma improvisada Guarda de Honra trajada como os Boêmios do imperador da Áustria: D. Leopoldina comoveu-se com a homenagem. Aliás, portas dentro de S. Cristovão, não havia na côrte mais desembaraçado conspirador do que a princeza. Certificara-se de que, com D. Pedro ou sem ele, o Brasil se separava, e com todas as energias do seu temperamento político pren-

dia-o, para os filhos. José Bonifácio falava-lhe como a um homem: ela aconselhava, predizia ou opinava como um estadista. A Assembléa Constituinte foi convocada a 3 de Junho. Devia reunir-se em 3 de Maio de 1823. Desligava-se o Brasil, portanto, do sistema português do governo. As Côrtes a isso replicaram, ordenando que as provincias não reconhecessem a regência do príncipe, passando a corresponder-se em tudo com o ministério de Lisboa. Logo, no Rio de Janeiro se formou uma expedição para reduzir a resistência portuguesa na Baía: José Bonifácio confiou-a a um official francês, Pedro Labatut, que entre 1812 e 13 comandara os insurretos da Gran Colômbia. Esse estrangeiro servira nos exércitos de Napoleão: a sua espada reflectia o esplendôr de muitas epopéas. Nomeado a 4 de Julho, partiu a 14, com meio batalhão e cinco mil carabinas, na frota de Rodrigo de Lamare. A própria provincia, entretanto, chamada à realidade a 13 de Junho por uma proclamação de Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, a 25 em Cachoeira, a 29 em Santo Amaro e nas outras vilas importantes, reconhecera a autoridade do Regente e se aprestara para a guerra. Nos entrementes, a 27 de Julho, chegavam ao Rio as noticias de medidas extremas adotadas pelas Côrtes contra o Brasil. Motivaram duas proclamações decisivas: em 1 e 6 de Agôsto, uma às populações, que Joaquim Gonçalves Ledo redigiu, outra às nações civilizadas, escrita por José Bonifácio "Está acabado o tempo de enganar os homens" — bradava-se na primeira, à

moda franceza; “eu os convido (os govêrnos) a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interêsse e amizade”. Devéras, pouco faltava, talvez sómente moeda e bandeira, para que o Brasil fosse de vez independente: a guerra começara, pedia às nações que lhe enviassem os seus diplomatas, e nenhuma ordem de D. João VI era cumprida no Rio de Janeiro. Nóvas do norte anunciavam as operações iniciais contra o general Madeira: o coronel Joaquim Pires, da Casa da Torre, sitiava-o, obstruindo o caminho dos gados, de que vivia a cidade, e o recôncavo era uma grande fogueira, com o seu govêrno autônomo em Cachoeira e uma arregimentação de milicias e voluntários que prometia levar às fileiras dez mil homens. D. Pedro queria arrojarse sobre Madeira, de sabre em punha: José Bonifácio não lho consentiu, por que a causa não escorregasse pela ladeira do imprevisto. Antes devia apaziguar em S. Paulo os animos exaltados em razão dos mesmos Andradas, a quem a junta local hostilizava, suscitando as represálias que em breve cindiam a administração provincial, atirando umas contra as outras as vilas, como em Minas Gerais, em Abril.



A maçonaria atraíu mansamente o príncipe, em Julho. Ardendo em curiosidade, a fantasia despertada pelo mistério de um rito perfumado de magia oriental, não se limitou a professar como irmão, quiz ser, lá dentro, o chefe — e a maçonaria, que julgára dominá-lo, per-

deu-se. José Bonifácio aterrorizou-se, quando D. Pedro, sorrindo, lhe confiou o seu segredo. Para o ministro, na maçonaria se alapardavam os vermes da demagogia e era naquelas cavernas que se afiavam as armas regicidas. De fáto, aí os inimigos do gabinete se reuniam, e cada um dos directores de grupos aspirava à vez de governar o príncipe. D. Pedro, porém, não atendia à censura do Andrada, nem aos conselhos de D. Leopoldina, metendo-se a sós com os carbonários nas suas lojas, de começo como neofito, um mês depois como o grão-mestre *Guatimozin*, que, numa poltrona negra, sob um docel negro semeado de estrelas de prata, anediava o bigode virgem, contente de sentir palpitar nos seus antros a idéia anarquica que derrubava os tronos... José Bonifácio temia pela própria vida do amo, abandonado à perfídia dos maçons — nó que mostrava não os conhecer, nem a eles nem ao príncipe. A maçonaria fluminense não se parecia com a Rosa-Cruz da Prussia, nem se revestia dos cerimoniaes terríficos que mataram devagar Frederico-Guilherme III: era uma academia secreta onde bachareis, officiaes e frades, de casacas, fardas e bureis, concertavam, lendo papeis francezes, a Independência nacional. Lá encontrára frei Sampaio, com a sua rotondidade e a sua erudição, o brigadeiro Alves Branco, ambicioso até ao exagero de armar a sedição de quarteis porque se escolhera outro comandante para a guerra da Baía, Ledo, activissimo, o admirável José Joaquim da Rocha, os homens que redigiam as folhas e, por qualquer fórma, orientavam a populaça. De começo, os receios

do ministro justificavam-se: num belo dia se uniram os conspiradores para obter do “grão mestre” tremendas cousas, quais o juramento prévio da Constituição e tres assinaturas em branco... Foi a perdição da maçonaria. Metternich escarneceu de D. Pedro por se ter incorporado aos pedreiros-livres; mas ele mostrou no aniquilamento da instituição um desassombro que maravilhou os reis. Baldadamente lhe sussurraram ameaças, promessas trágicas, o castigo que a maçonaria clássica fulminava contra os traidores. Sacrificou-a como ao conde dos Arcos, como depois a José Bonifácio, como a todos que se lhe sobrepujavam, para enlea-lo numa servidão...

Só se manteve maçon enquanto a Ordem podia servir-lhe, já para a desviar de sua natural inclinação republicana, já para ensaiar, como num conselho privado, os atos definitivos da independência e da coroação. Aí ouviu pela primeira vez o brado de “viva o Imperador!”, repetido em S. Paulo na noite de 7 de Setembro. Teve aí a certeza de que, se recuasse, fariam sem ele a independência. Aí se convenceu de que o Brasil não podia ser governado sem Constituição — e a sua inteligência clara, propiciamente inculta como terra nova, a desenvolver rapidamente a sementeira das sugestões, apreendeu as doutrinas que lhe fizeram honra mais tarde. Porém sob o veludo das patas as garras se lhe curvavam... Acabou concordando com José Bonifácio, a quem levára pela mão ao Grande Oriente, para que também professasse, e simultaneamente prestigiava outra Ordem análoga, para concorrer com a primeira, a do

Apostolado dos *Cavaleiros de Santa Cruz*, que pouco deu de si. (1)



Vacilou D. Pedro, tentado pela glória de exterminar o inimigo armado, solicitado igualmente pelas conveniências de restaurar em S. Paulo, que tanto o sustentára em Dezembro, uma paz essencial aos seus projetos. Para José Bonifácio, a viagem à província era sobretudo necessária, porque a oposição que lhe faziam, e ao mano Martim Francisco, reclamava uma repressão exemplar. Martim Francisco fôra expulso da Junta num dia de agitação popular, e forçado a deixar a terra; o príncipe, tomando-lhe as dôres, nomeára-o ministro da fazenda, em 4 de Julho. O complemento ao desagravo seria a escolha de outro governo, com o congraçamento das várias opiniões, acirradas e incendidas a termos de se agredirem. D. Pedro resolveu-se afinal a galopar para lá, e a 14 de Agosto, com o "Chalaça" e o cadete Francisco Canto e Melo, iniciou a jornada que decidiu do seu destino.

(1) A cronologia maçônica de D. Pedro I é a seguinte: 2 de Junho de 1822, fundação do "Apostolado dos Cavaleiros de Santa Cruz", o príncipe regente com o titulo de Arconte-Rei, por proposta de José Bonifacio; a 22 de Junho, tomou a chefia da "loja". O Grande Oriente chamou-o a 13 de Julho do mesmo ano. A 16 foi eleito Mestre, por proposta de Gonçalves Ledo. Empossou-se como Grão mestre na mesma noite da chegada de S. Paulo, após o "grito do Ipiranga". Malhête, espadim e avental, já com as iniciais P. I., se conservam no Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro (oferíta da viscondessa de Cavalcanti). Vd. Sergio Corrêa da Costa, *As Quatro Corôas de D. Pedro I*, ps. 45 e segs., Rio 1941).

VI

PRIMAVERA IMPERIAL

Em 21 de Agosto entrava D. Pedro em Taubaté. Aguardava-o, bem montada e uniformizada, uma guarda de honra de rapazes ricos, em cuja companhia chegou a Mogi das Cruzes no dia 23. Daí demitiu o governador das armas de S. Paulo, mandou a governar Santos o tenente coronel Joaquim Aranha, homem de sua confiança, e expediu emissários, Francisco Gomes e Canto e Melo, a observarem como na capital o acolheriam. Certo de que a provincia inteira lhe abria os braços, a 25 de Agosto investiu a cidade, seguido dos seus ardentes companheiros, do povo que se lhes juntára, dos dignitários que saíram a recebe-lo, respeitosos e leais como os de Vila Rica. Desses júbilos, porém, um só não se apagou jamais dos olhos do príncipe triunfante: a chama de outros dous olhos queimados de paixão. Foi em 29 de Agosto... (1) Uma mulher. Domitila de Castro Canto e Melo, divorciada de um official, que fenecia, no seu isolamento condoído, em Ipiranga, onde morava o inspetor de estradas seu pae...

(1) Em carta a Domitila, de 31 de Agosto de 1828, lembraria D. Pedro: "...o dia 29 deste mez, em que começaram as nossas desgraças e desgostos, em consequencia de nos ajuntarmos pela primeira vez..." (Ms. cm. pelo ministro Caio de Mello Franco, inéd.).



Aqueles dois olhos negros endoideceram-no. Não era formosa. Era uma bela mulher que engordara mais do que á sua idade convinha, muito branca e muito inquieta. Tinha vinte e cinco anos e aparentava quarenta. Mareschal chegou a chamar-lhe “quasi velha”. A cintilação do espirito, porem, fuzilava nas suas pupilas risonhas; a sua alta testa era livida, de marmore; e o nariz forte respirava sensualismo e vontade. Meã de corpo, de um porte fidalgo, os cabelos escuros apanhados elegantemente no cocuruto pelo pente espanhol, deixando cair sobre as orelhas dous pares de cachos graciosos, como os usára em 1817 a arquiduzesza Leopoldina. Ambiciosa e inteligente, tirava partido, com uma sagacidade admiravel, dos seus encantos e da sua infelicidade. O marido a esfaqueara! Com que magoada doçura, de martir, se referia ela aos padecimentos de mulher incompreendida! O monstro a seviciára. Rude fazendeiro de Minas Geraes, tratara a esposa como uma negra. Dos seus olhos de fogo torrentes de pranto lhe inundaram o rosto... D. Pedro encontrou-a como a um tesouro de ternura, de queixa e de resignação. Apercebeu-se de que ela tomaria na sua vida um lugar consideravel. Atirou-se, voluptuoso, ás emoções de uma conquista perigosa: em que arriscava a liberdade.

Domitila prendeu-o, ainda em S. Paulo, com um amôr que ele antes não conhecera. Extranho momento, o daquela paixão famosa! O principe, longe da esposa,

delirava de entusiasmo politico. Foram dias fulminantes, de epopéa. Saboreara, com a veemencia dos appetites jóvens, a ambrosia da popularidade. Julgava-se — e era julgado — o Principe Prometido. Os Andradas confidenciavam-lhe, que o seu imperio não teria rival na terra. O ano de 1822 foi o do grande exagero patriotico. O assunto dos discursos e dos escritos era o império de Santa Cruz, que comportava a Europa nos seus limites, e onde, certamente, floria o Eden... De alguma forma D. Pedro, na glória dos 24 anos, ardendo de impulsos civicos, compondo ao cravo o hino constitucional, falando da Liberdade como um bacharel, vistoriando a tropa como um general, praguejando como um arrieiro, agitando-se como um possesso, afoito, vibrante, despejado — D. Pedro era o Brasil. Nas suas veias latejava um sangue guerreiro, amoroso e despotico: a sua imaginação revivia afinal os soldados e os namorados de sua familia. A pressa frenetica dos seus atos, a loucura das furiosas galopadas, a vertigem das viagens meteóricas eram os ritmos da sua ambição. Aos 21 anos, este rapaz parecia não acreditar ter nascido infante; aos 24 parecia extranhar não ter nascido imperador. A frase dos amôres dos homens celebres coincide com a sua prosperidade: são troféos do seu triumpho. Em S. Paulo, em Agosto de 1822, D. Pedro de Alcantara havia de ter uma Dulcinéa. A sua Maintenon. A sua Pompadour. A sua Walewski. O destino apresentou-lhe a imperiosa Domitila. Mais velha do que ele um ano só. Plenamente mulher, O feminino requintado pela

graça de um espirito rebelde. Tão vaidosa, tão ansiosa, inquieta quanto ele. Almas que se procuram. Domitila sonhava. A sua fantasia, ao contacto daquelle moço bruto, de cabelos loiros e fardeta azul, que proclamava a independencia do Brasil, descerrou-lhe um horizonte iluminado. Viu-se a primeira entre todas, o peito farto constelado de condecorações, um diadema afogado na onda dos cabelos negros, a mão papuda estendida, por que lha beijassem os fidalgos, as fidalgas, os ministros. E soube viver o seu ideal.



A 5 de Setembro arrancou-se o principe do seu novo amôr e da politica, para descer até Santos.

VoItou no dia 7. (2)

Aquela jornada, da marinha ao planalto, com guarda de honra de lucilantes capacetes estirando pelas ladeiras as roscas metalicas de uma serpente fantastica — levava a vibração intima das grandes atitudes. D. Pedro amava — com os dôces transportes de um romantico, e odiava — com a fúria terrivel de um selvagem. Domitila enchia-lhe a fantasia, agravada e exacerbada pelo dia luminoso e quiêto, e a sua alma tormentada subia, pelas mesmas escadas do idilio, ás paragens onde o heroismo balisa a

(2) Vd. para o capítulo, alem das fontes já citadas: Assis Cinto, *D. Pedro I e o Grito da Independencia*, S. Paulo 1921 (com parte da correspondencia do Imperador com D. João VI e a marquiza de Santos). Tambem aí os vários relatos, a começar pelo do padre Belchior, referentes á cêna do Ipiranga. De Augusto de Lima Junior: *Cartas de D. Pedro I a D. João VI*, Rio, 1941.

gloria. Precisava vencer. Sentia jogada a cartada do desespero. Mais um crepusculo de indecisão, mais uma noite de mole expectativa, e tudo estaria perdido. As Côrtes de Lisbôa declaravam-lhe guerra; o Brasil, ainda respeitoso, porém a vespervas de uma comoção geral, lhe exigia uma rasgo bravio. Não seria possível prote-lar: os laços coloniais rompiam-se. Eram como a ponte lançada sobre o abismo: ou a transporia sem demora, ou nunca mais galgaria aquela distancia. Por que retardar? A natureza, em volta, mais verde e mais fresca, sorria. Os ultimos dias de inverno em S. Paulo são assim. O cenário encantava: ao ganhar a planicie, o principe sofreu a egua gateada. Sonhava com batalhas, na sua vocação de general, que em Santa Cruz surrara com metodo as hostes de D. Miguel. Os campos achavam-se levemente doirados, a grama raze, bosquêdos vagamente sacudidos por uma aragem perfumada. Em silencio, reencetou a jornada. Havia na comitiva uma intranquillidade de nervos tensos. A soldadesca olhava o principe, que se adiantava, como a perseguir uma sombra, esbelto no uniforme azul de caçador a cavallo, o bicornio dando-lhe á fisionomia militar uma expressão audaz, agudamente ambiciosa. Na altura do Ipiranga, nova parada. O Ipiranga é um ribeiro que se desenrola, limpido, pêla colina relvada. Á beira do caminho, numa tasca sertaneja, a Guarda se desalterou, jovial, num ruido de metais; acima, na meia encosta, alvejava a calissa de uma estancia, cujo alto oitão abria a pupila curiosa sobre a paizagem. O caminho, vermelho, ser-

peava pela baixada; dentilhava-se um horizonte de morros, pulverizando-se, aereo, na luminosidade da tarde, que era uma larga nevoa suspensa sobre esse calmo panorama. O principe apeou-se perto da estancia. Um cavaleiro, que á brisa solta corria, encontrou-o aí, em companhia do padre Belchior. O correio da côrte! D. Pedro empalideceu: Paulo Bregaro, o melhor correio do Paço.

Balbuciando, o estafeta de sua alteza contou que arrebentara varios cavalos para lhe trazer, da parte da princeza e do governo, papeis importantissimos. E tirou do fundo do seu capote de tres cabeções o maço dos despachos. A mão do correio tremia; o principe, mau grado seu, tremeu tambem. Foi numa aflição que desembrulhou os documentos, devorou-os com a vista acesa, as faces vivamente coloridas. O padre Belchior recebeu-lhe, palpitanes, á medida que lia, as impressões violentas: chegara a hora. As Côrtes de Lisbôa tratavam-no como inimigo. José Bonifacio e D. Leopoldina, em razão disto, supplicavam-lhe que proclamasse o Brasil independente... D. Pedro, seguido do eclesiastico e do correio, deu alguns passos, enterrando na relva as botas á russiana. A meditação, como um fardo, dobrava-lhe para o chão a cabeça pensativa. A sua mão direita, raiosamente, machucava os papeis; a esquerda caíra, aberta, sobre o punho do sabre. Aquele breve momento de reflexão foi o mais grave de quantos ele viveu. Os homens podem, em certos instantes, resumir num só olhar penetrante e interior o seu passado e decidir, como o

jogador numa banca de cartas, do seu futuro. São os momentos-encruzilhadas. A's quatro horas da tarde de 7 de Setembro de 1822, na suave rampa do Ipiranga rociada pelo riacho murmuroso, achou-se D. Pedro de Alcântara nesta tremenda conjuntura. Recuar? Continuar?...

Montou, quasi sem dar por isto. Não parecia disposto a prosseguir. Do alto da sela, o busto direito, amarrotando numa das mãos os papeis politicos, destacava-se no fundo azul desnuhlado do céu como uma estatua guerreira a quem o pensamento immobilizára, no meio dos campos amplos e calados. Os soldados da Guarda de Honra aproximaram-se. De subito, como numa explosão, ele se transfigurou. Os papeis caíram-lhe da mão. Esporeou a montada, que saltou, desembainhou num gesto solene o sabre, e quando os companheiros o rodearam bradou, num grito estridente e feroz, que lhe arrancava d'alma o despeito, o entusiasmo, o desafio, o sonho: "Independencia ou Morte!"

Todas as espadas trepidaram, núas, no ar. Um circulo de aços faiscantes recebeu ali a bençã do sol, a boiar, puro, no firmamento de louça. Ato continuo, o principe despojou do chapéo o laço portugûes. Imitaram-no todos. As lagrimas borbuhavam nos olhos; uma alegria intensa, de que só é capaz a mocidade, endoidecia-os; respirava-se, com aquellã aragem branda do planalto, o vento cálido dos combates e da aventura. O Brasil libertara-se. — "Senhores, para S. Paulo... Independencia ou morte!"

A cavalgata abalou, a galope, cintilante, sófrega, como se voasse á carga — uma famosa carga pelo horizonte dentro e pelo futuro afóra, cujos écos eternamente balouçarão essas terras verdes... Entrou em S. Paulo quando morria o sol — e com o sol — ó creadora imaginação! — o despotismo...

A pacata cidade assustou-se até o mais intimo dos lares, e saíu, curiosamente, ás ruas, para saudar a gaharda Guarda de Honra que se esganiçava, a proclamar que o Brasil estava livre.

A noite constelou-se de luzes, desmanchou-se em sons, coloriu-se de panos luxuosos, e no teatro, onde a gente grada se reuniu, de pé sobre os bancos, S. Paulo assistiu ao mais bizarro espetaculo que ainda se vira. Eram as nupcias da Liberdade, a inocente orgia civica, romântica — que faziam os rapazes dar vivas a D. Pedro I, imperador, e á independencia nacional. No camarote, fardado de marechal do exercito, todo bordado, na gola de quatro polegadas, no peitilho, nas mangas, nas coxas, a banda das Tres Ordens, o Tosão de Ouro, a Grã cruz de Aviz e a placa da Conceição, D. Pedro correspondia, aos acenos, esmurraçando a tribuna, rubro, os cabelos loiros em desalinho, suado, radiante, como um Cesar que acabasse de vencer as Galias, Napoleão depois de Austerlitz. O Brasil tinha-o — mas inteiro. A sua hora! E ela continuava. Começara, ás 4 da tarde, ás margens do Ipiranga, iria até 1 de Dezembro, entre os ouros e o canto gregoriano da Capela Imperial,

O príncipe precipitara-se para o palacio dos capitães generaes, onde se hospedava, atirara-se para uma mesa, cheia de papeis, e de um folego, como quem garatuja um bilhete, escrevera a sua musica. Fez um hino, (3) vigoroso e alegre como os seus ruidos marciais, em que se fundiam choques de espadas, fanfarras, revoadas de azas, écos de cavalgatas, com um sopro de epopéa a perpassar sobre penachos de dragões, estandartes desfaldados. O poeta e o pianista saíam dele como duas materializações caprichosas do seu entusiasmo: embriagado de heroísmo, a sua profunda emoção só podia cantar. E cantava:

*Por vós, pela patria,
O sangue daremos;
Por gloria só temos
Vencer ou Morrer.*

Rabiscada a pauta, fâmulos levaram-na, esbaforidos, a um mestre, para imediatamente a orquestrar e distribuir. Foi um furor de ensaios, de gritos, de plangencias de arcos nas cordas cavas das rebecas, de suspiros de organs pedalados energicamente pelo musico a pôr em fôrma o hino de sua alteza — e ás 9 horas da noite S. Paulo em peso estremecia, ao ouvir-lhe os acórdes épicos

(3) O hino "Brava gente" foi escrito por Evaristo da Veiga, em 16 de Agosto de 1822. O príncipe fez-lhe a música (Vd. Octavio Tarquinio de Souza, *Evaristo da Veiga*, p. 33, S. Paulo 1939). A letra foi muito tempo atribuida tambem a D. Pedro. Já *El Argos*, de Buenos Aires, 28 de Dezembro de 1822, publicava versão espanhola do hino, sem lhe indicar o autor.

no teatro. Às 5 e meia da tarde D. Pedro entrara na cidade; tres horas e meia depois estarrecia aquela gente, “brava gente”, com a sua musica...

Ele mesmo entoou o hino, baritonando-o, a plenos pulmões, acompanhado de um vasto cõro de vozes masculinas. Então o padre Ildefonso Xavier Ferreira subiu a uma cadeira, dominou com a larga cabeça viril a assistencia, de repente muda, e lançou aos ares o brado, que sacudiu as paredes do teatro: “Viva o 1.º Reí do Brasil! Viva, viva, viva!”

VII

CESAR

A 14 de Setembro, noite já, debaixo de chuva, chegou D. Pedro a S. Cristovão. No dia seguinte, anniversario da adesão de Lisboa á revolução liberal, apparecia no teatro com um laço verde, a côr da casa de Bragança, acima de um distintivo de ouro com o lema “Independencia ou Morte”. As côres portuguezas sumiram-se; só havia, dando ás casacas de cerimonia um tom primaveril, a braçadeira verde da emancipação do Brasil, que se tornou obrigatoria por decreto de 18 de Setembro.

Na noite da propria chegada, molhado do aguaceiro, o capote de cabeça encharcado, o principe comparecera ao Grande Oriente. Aí a opinião do Rio cristalizara em retórica; os sacerdotes do rito patriótico aí se reuniam, maiores pelo misterio de que se rodeavam, como conspiradores que movem na sua sombra, transida de um segredo místico, as mólãs do Estado. Alves Branco saudou o joven Guatimozin. Os maçons cercaram-no, enternecidos, custando-lhes crêr que em quatro dias fizesse uma jornada de oito, pasmados, como se o céu se abrisse para caír ali um daqueles heróis instalados pelas boas letras no altar revolucionario... As aclamações romperam, espontaneas, electrizou-se o ambiente; D.

Pedro contou, calorosamente, que proclamára a independência; e Alves Branco, num arremêso, sobre um banco, a estourar de santo regosijo, gritou: “Viva o imperador!” “Viva o imperador!” “Viva o sr. D. Pedro I”.

A maçonaria era o cerebro; o Senado da Camara era o braço. Na manhã imediata a municipalidade recebia ordem de promover a aclamação de sua majestade o imperador. A noticia rastilhou; o povo encheu-se de alegria; a tropa, aliviada, festejou a nova era; portugueses, brasileiros, a mó de gente que invadiu as praças, repetiram fervorosamente os vivas ao sr. D. Pedro, o I.



12 de Outubro. No dia em que completava 24 anos, D. Pedro ia ser aclamado imperador. Choviscava, na manhã humida, que as ultimas lufadas do inverno açoiavam. Seis mil homens alinhavam-se no Campo de Sant’Ana, olhando o pavilhão das touradas, onde suas majestades appareciam ao povo. A multidão, nervosa e impaciente, ondulava como um mar entre a rua do Conde e a dos Ciganos: e sobre ela, trepadas nas arvores, crianças espantadas espiavam a tribuna imperial. De repente, entre estrugidos de palmas, vivas potentes, vozes de comando, barulho de carroças, essa inquiéta população vacilou, como tomada de estupefação. No balcão, coberto de tapeçaria, surgira o imperador, ao lado da imperatriz e de José Clemente. Trajava o seu esplendente uniforme pespontado de ouro, na gola, no

peito, pelas mangas acima — ouro de dragonas, de bordados, de galões, de placas, de colares, e ainda ouro espalhado pela cabeça elevada, com seus cabelos loiros que esvoaçavam. Uma bandeira tremulou. Milhares de braços levantaram-se, e um só clamor percorreu a praça: a bandeira! a bandeira! Uma emoção intraduzível apossou-se do populacho; os soldados esforçavam-se por não sair de fôrma, com as armas em continencia, e as mulheres choravam. A bandeira do imperio, a nova bandeira, que José Bonifacio imaginara, que Debret desenhára, com o seu losango fulvo nadando em lago verde, ao centro o escudo de estrelas, lá abria no ar a aza preguiçosa, fresca e tropical como um retalho de paisagem. O verde e o amarelo, côr da natureza, dos campos, do Rio de Janeiro, onde as acacias florescem em bagos d'ouro, encantaram, deslumbraram, comoveram o povo até ás lagrimas: nenhuma bandeira parecia mais poetica, incruenta e verdadeira... D. Leopoldina vestia amarelo, com um manto esmeralda sobre os hombros: estava feia e radiante. A comitiva imperial tinha fardas verde-garrafa de gola alta. D. Pedro, deveras, lembrava os galantes "imperadores" do Espirito Santo...

Cento e um tiros de peça saudaram a proclamação do imperador, que desceu a pé, pela rua dos Ciganos, o Rocio e o Rosário, debaixo da garôa, de botas de montar e o sabre arrastando, para a capela, onde se rezou o "Te Deum". Depois, no Paço da Cidade, deu a mão

a beijar na sala do trono a todos os fidalgos, a todos os funcionarios, a todos os padres, a todos os comerciantes, e encerrou as cerimoniaes assistindo, da sacada, como seu pae costumava, o desfile dos regimentos. A aclamação consistia nisso: a coroação, porém, se revestiria de uma imponencia cesaréa. Precisava falar ás imaginações, convencer o Brasil de que o seu soberano era um grande e belo rei cuja corôa, sagrada pela Igreja, refletia a gloria das puras tradições. D. Pedro quiz que o Rio visse um espetaculo napoleonico. Dir-se-ia que a taça da ambição se lhe esvaziava nos labios. De general triunfante passava a Augusto: a côrte de Vienna não se envergonharia de copiar-lhe o fausto em 1.º de Dezembro, dia da sua sagração!

Das provincias vieram representantes. Bandos, com pregão e foguetes, de barretes emplumados como cocares, anunciaram pela cidade o acontecimento. A rua do Ouvidor, onde as lojistas francezas enfeitavam a nobreza, e a rua dos Ourives, onde os joalheiros lhe lavraram os ouros, esgotaram-se para que a côrte apparecesse resplandecente. Viveu-se, entre 12 de Outubro e 1 de Dezembro, um jubilo de festa que empolgava a população, desvaiando-a. A Casa Imperial misturava-se com a burguezia nos preparativos, nos retoques e nos exageros. Comprava-se tudo.

As 9 e meia da manhã do dia 1.º, as carruagens rodaram debaixo dos primeiros arcos triunfais no Campo de Sant'Ana. A velha sége de D. Maria I, e outros coches dourados importados em 1815 e em 1817, com

as suas esculturas barôcas e as suas corôas de bronze, com ségeiros de veludo e chapéos de tres pancadas, como Marialvas, e sotas empavezados como principes, transportavam o imperador, D. Leopoldina, as princezinhas, o ministerio, as damas de verde e amarelo, os fidalgos de casaca e bicornio á moda de Junot, que o povo via, aurisplendentes como imagens, no fundo dos coxins côr de açafião. Mas no largo do Paço o espectáculo era maravilhoso: um estrado ligava o palacio á capela, e cobria-o um imenso tendal de sêda escarlata e ouro, que cortava em diagonal a praça. Os archeiros formavam alas, de chapéo armado e calção branco, apoiados ás alabardas de meia lua. Da igreja jorrava uma luz de apoteose. As janelas das casas vomitavam tecidos ricos, que acenavam como grandes lenços, dando-lhes tons orientais; e no ar claro, refrescado pela viração, o bimbalar dos sinos trepidava. No mar fronteiro, os navios embandeirados em arco, ajuntavam-se como extranhos nenúfares policromaticos. O imperador, sob docel, cujas varas os principais cortezãos empunhavam, atravessou num passo lento, quasi nupcial, por entre a ala dos archeiros. A' porta da capela o cabido, o bispo capelão-mór e os coadjutores de pluvial, os diaconos balaouçando turibulos, aguardavam em circulo. D. Pedro I parou diante do prelado, cuja mitra semeada de lantejoulas fulgia ao sol: e recebeu a aspensão de agua benta. O bispo seguiu adiante, com os conegos. O imperador avançou, fazendo tilintar as esporas no marmore da nave, os rebeldes cabelos loiros chamejantes, soberbo na sua

mocidade robusta: e foi ajoelhar nos degrãos do altar-mór. De um lado, o trono, com as suas iniciais pintadas no encosto, sobre pedestal suntuoso, do outro a imperatriz e as damas, sobraçando os mantos verdes, a esperarem de pé. As tribunas estavam repletas: numa delas, risonha, a carnação saudavel descoberta pelo razo decóte, Domitila de Castro contemplava. O corpo diplomatico arrumára-se junto do trono, com as suas fardas de gala. As plumas das senhoras mexiam-se, sobre os penteados francezes, como uma floresta alegórica: e as ondas de incenso, envolvendo em poeira sutil o quadro velava-lhe os contornos, como para só tornar visivel o imperador. O juramento, proferiu-o em latim: “Eu Pedro I, por graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, juro observar e manter a Religião Catolica, Apostolica e Romana; observar e fazer observar constitucionalmente as leis do Imperio; defender e conservar com todas as minhas forças sua integridade. Assim me ajudem Deus e os Santos Evangelhos”. Tomou as insignias. Sobre as espaduas suspendeu o manto de veludo azul recamado de dragões, estrelas e esferas de fio d’oiro, e a murça de papos de tucano felpuda e doirada, que lhe orlou o pescoço com a penugem tenra; foi ungido; e sob um baldaquino de purpura subiu ao trono, onde se sentou gravemente. Rezou-se a missa solene. Em meio dela, o mestre de cerimoniaes levou o imperador ao altar. O bispo retirou de sobre a almofada a corôa de ouro de 500 mil cruzados, e o coroou. Cingiu-lhe a espada. En-

tregou-lhe o massiço e longo cetro sobre o qual pousava o dragão alado de Bragança. D. Pedro voltou ao seu lugar, e se seguiram sermão e “Te Deum”. A’ saída, o gonfaloneiro da Camara proclamou: “O Augusto Imperador D. Pedro I, primeiro imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, está coroado e elevado ao trono. Viva o Imperador!”

Foi o sinal para as salvas, o repique dos sinos, os hinos e os aplausos que abalaram a terra. O fumo dos tiros evolou-se de toda a orla maritima. A infantaria descarregou para o ar as espingardas. Tambores e clarins soaram. A aleluia prolongou-se ás ruas proximas. D. Pedro, coroado e de manto, varou a multidão que ululava. Os archeiros continham-na difficilmente. Parecia ao povo que um daqueles reis lendários, das velhas historias, descera lentamente as escadas do sonho: levado pelo gonfaloneiro, o estandarte com as côres do imperio sacudia-se no ar. Da janela do Paço onde, a 9 de Janeiro, gritára o “Fico”, bradou ainda uma vez o imperador: “Juro defender a Constituição, que está para ser feita, se fôr digna do Brasil e de mim”.

• • •

Mas D. Pedro não achou que a Constituição, que o imperio forjava batendo-lhe com os malhos da retorica, fosse digna dele. Daria á Constituinte tudo. Por amor a ela estudára seriamente os jurisconsultos, ou Benjamin Constant, que os resumia; aprendera teorias constitucio-

nais como um filosofo; discutia-as com os diplomatas estrangeiros em Santa Cruz, maravilhando-os. Porém a Constituinte queria governar. Desvairára-se, a inexperiencede: e desmandára-se. José Bonifacio sofreu do mal que enervou e desfibrou o primeiro parlamento brasileiro: o velho mal do conde dos Arcos. Pensou ser o tutor da corôa que apelintrava uma frivola cabeça de adolescente. O imperador era liberal por sentimento, por vaidade e por imitação: de coração, permanecia soldado. A liberdade era nas suas mãos um mimo, que depunha galantemente nas mãos do povo; dava-a. Não tolerou jamais que lha tomassem por força: foi sempre o homem insubmisso em quem ninguém mandou. No mesmo ano de 1823 destruiu rudemente a maçonaria, graças a José Bonifácio e á Constituinte, aquele em razão desta, e esta afinal, pelo seu proprio capricho. Apoiou-se ás multidões, como Napoleão em 1800: por si tinha o povo, deslumbrado com a sua imprevisita carreira de Cesar juvenil. A vitoria das armas nacionais na Baía, culminada com a occupação da capital em 2 de Julho, e logo a quêda das praças portuguezas no Maranhão e no Pará, consolidaram o seu prestigio, a que nenhum outro politico podia aspirar. José Bonifacio não chegou a ser popular: era demasiadamente aristocrata para que as plébes mudassem em simpatia o respeito que lhe tinham. Em 1822, como em 1823, a sua popularidade restringiu-se a uma esfera social, que ele naturalmente representava. S. Paulo dividira-se, cindido pela politica de Martim Francisco, bastante sêco e reto para pacificar, e a maçonaria, unico

partido realmente importante na côrte, não poupava os graves Andradas. D. Pedro, por seu lado, com as qualidades essenciaes ao condutor de nações, as mediocres virtudes e os vícios característicos, não admitia que nenhuma sombra se lhe antepuzesse: os obstaculos existiam, ou os creava, para vence-los.

Republicanos e federalistas do Rio relutavam em aceitar-lhe o jugo: começavam a teme-lo. Eles o tinham aclamado, não como rei de sangue, porém rei de eleição. Era um Protetor. Um consul vitalicio, a quem se permitia a hereditariedade monarchica. Um magistrado representativo. “Um puro democrata”, na linguagem do “Correio do Rio”. Porque desconfiassem da sinceridade do imperador, lembraram-se de impôr-lhe o “juramento prévio”. Isto era uma restrição preliminar ao absolutismo: o “modus vivendi” entre o soberano e o paiz. José Bonifacio ofendeu-se com a exigencia, a que D. Pedro de começo não parecera sensivel. Disséra até, na sessão do Grande Oriente, em que se assentára a conveniencia de tal compromisso: “Se era para bem do Brasil, a reunião das provincias e socego do povo, estava pronto a dar dous ou tres juramentos...” Mas a maçonaria, insatisfeita, reclamára imprevistas concessões. Empunhára o imperador, a 4 de Outubro, o malhête de grão-mestre: e sussurrou-se, que fôra obrigado a passar a Ledo, José Clemente e Nobrega tres folhas em branco com a sua assinatura. Esses papeis em branco diziam tudo. Era o governo preso ao Grande Oriente pela ameaça indefinida de um decreto de Sua majestade, que

ninguém conhecia... Que destino os chefes liberais dariam ás ordens rubricadas por D. Pedro I? José Bonifacio mexeu-se. O imperador entrou em reflexão. Convenceu-se. Na noite de 9 de Outubro trocou palavras asperas com José Clemente e Ledo. Disse-se que este, apavorado, lhe caíra aos pés. Pelo menos Mareschal o afirmou, escrevendo para Vienna. E no dia 10, quando o Senado da Camara se reunia para preparar a aclamação, as iras populares explodiram. O ministerio armá-ra-as: poucas arruaças no primeiro reinado tiveram efeitos tão completos. Mulatos caceteiros, o Miquelina, o Porto-Seguro, o Campos, famosos desordeiros, atracaram-se aos prohomens maçonicos que se encaminhavam para a igreja do Rosario. Apedrejaram dentro da sége José Clemente, a quem o bolieiro salvou, dando rédeas aos cavalos quando mais apertado era o cerco. O juiz de fóra safou-se, os vidros da carroça espatifados, absolutamente desolado. Os manifestantes gritavam, meneando os cajados, que se deportassem os cabeças do Grande Oriente. Aos molinêtes floridos sucediam apupos e gargalhadas: retraiu-se a maçonaria assustadiça e a corporação municipal retirou a clausula do "juramento prévio". Não bastava. D. Pedro, a 21 de Dezembro, escreveu a Ledo este rapido bilhete: "Convindo fazer certas averiguações tanto publicas como particulares na M.; Mando primo como G. M. que os trabalhos da M.: se suspendam até segunda ordem minha. E' o que tenho a participar-vos agora. Resta-me reiterar os meus protestos como I. Pedro Guatimozin. G. M."

Fechada a "oficina", atava as mãos á demagogia.

José Bonifacio regosijava-se. Os horizontes politicos esclareciam-se. D. Pedro incutia ao povo a noção de que, fóra da lealdade ao trono, não havia salvação possivel. Porém o Grande Oriente não se deixava matar tão depressa. Nobrega demitiu-se de ministro da guerra. Ledo implorou. Foi quando o imperador, de chôfre, a 25 de Dezembro, mandou reabrir as lojas.

Desta vez José Bonifacio arriscou, numa jogada, todos os trunfos: a 27, de repelão, abandonou o ministerio, com Martim Francisco.

Uma cena inédita comoveu então a capital. D. Leopoldina e o imperador correram á casa do Rocio onde o ministro se metera, jurando alheiar-se do governo para que D. Pedro fizesse plenamente a sua vontade. Duas vezes insistiram e José Bonifacio não cedeu. Alarmava-se D. Pedro com a confusão reinante e não sabia a quem nomear: Palma, Nogueira da Gama, Carneiro de Campos? Sempre, a 29, com Palma, Tinoco, Pereira da Cunha, Vieira de Carvalho e Cunha Moreira, organizára gabinete: nem por isso a inquietação arrefecera. A cidade agitava-se. Os politicos do "Fico", com J. J. da Rocha á frente, promoviam manifestações andradistas; proclamações chamavam os irmãos demissionarios de "Franklins brasileiros"; e á chacara do caminho velho de Botafogo, para onde se mudaram, acorreu numeroso grupo, a levar o seu apoio á guerra dos verdadeiros monarchistas contra os carbonarios e os democratás.

Essa pressão ambiente satisfazia ao Paço. D. Pedro queria isto mesmo. Precisava exterminar a demagogia, tranquilizando os burguezes: melhor o faria com a colaboração do povo. Já a 30, o Senado da Camara sofreu uma investida dos amigos de José Bonifacio, que formaram na sacristia do Rosario uma assembléia desordenada, destituíram José Clemente, substituíram-no e mandaram ao imperador um manifesto pedindo a reintegração dos Andradas. Sucedeu, dest'arte, o inevitavel. O imperador e a imperatriz partiram para Botafogo. No largo da Gloria a sua carruagem parou: uma multidão marchava em sentido contrario, conduzindo á dianteira o proprio José Bonifacio, induzido a recolher-se ao Rocio, onde o povo reclamava a sua presença. D. Pedro apeou-se, abriu ao velho estadista os braços e estreitou-o num amplexo cordial. Aplausos estrugiram. O imperador beijou nas faces o ancião. Disse-lhe palavras filiais. A imperatriz, com os olhos razos d'agua, sorria, feliz. E incorporaram-se ao prestito, que desembocou em triunfo no Rocio, sulcando o oceano de povo a estertorar aclamações. José Bonifacio appareceu á sacada, com a fisionomia palida, que a velhice faria tão parecida com Voltaire, iluminada de um clarão místico, e, condestavel do império, bradou, a plenos pulmões: "Viva Pedro I, II, III, IV... e quantos Pedros houver ainda o Brasil!"



José Bonifacio acabou com a maçonaria. Tornou-se onipotente. Fez o imperador dirigir-se, com uma guarda,

ao Grande Oriente, para tranca-lo, expulsando os pedreiros-livres. Deportou os jornalistas da opposição, influuiu nas eleições para a Constituinte, não poupou Ledo e José Clemente, apresentou-se á assembléa poderoso como Metternich, na sua aureola de sabedoria e violencia. — Amo muito o meu país (dizia ao irmão, Antonio Carlos, que, em 1842, o revelou da tribuna da Camara), logo, tudo o que eu quero é justo... — O imperador respeitava-o. Em Julho caíu do cavallo, acamou-se, com as costelas partidas, e deu de receber os deputados, que lhe falavam com familiaridade. Os inimigos dos Andradas encheram-lhe a alcova, povoada do sarcasmo do medico, o Dr. Antonio Ferreira França: que o ministro prendia, processava, exilava, como um despota, a termos de revoltar o imperio... Que a opinião asfixiava, que já não havia gazetas, que se abafava, com a garra do governo á garganta... Que José Bonifacio indispunha a nação com o soberano... D. Pedro ouviu-os com agrado, como ouvira as acusações anteriores á maçonaria. Os portuguezes do Rio exacerbaram-se, pois o ministério defendia medidas de coação aos europeus. Antonio Carlos achara-os inaptos para aderirem á Independencia... Domitila, por fim, tomou partido.

A mixela — surpreendendo D. Pedro — confessou que odiava os seus orgulhosos comprovincianos, que a desprezavam, quando a nobreza lhe franqueava o convivio. A politica farejara aquele odio e transformou a doce favorita num instrumento terrivel: José Bonifacio simbolizava, pela lealdade á imperatriz, pela in-

transigente virtude, pelo alto desdem, uma tradição de moralidade. O prestígio e a carreira da combrança embaraçavam-se nessa teimosia; enquanto ele mandasse, Domitila continuaria em segundo plano. Quando ele caísse, venceria. Os Andradas atribuíram-lhe, no exílio, parte de sua desdita; chamaram o amo de “imperador de Mata-Porcos”, em alusão á rua em que abrigára o seu amor; e doeram-se até á furia da elevação dela a viscondessa de Santos — sua terra!

D. Pedro não titubeou. Pela manhã de 15 de Julho fechou-se com os ministros da justiça e da guerra: não custou a convence-los da necessidade de livrarem o governo dos Andradas. Á noite, quando José Bonifácio surgiu em S. Cristovão, o temporal andava no ar. Acolheu-o o imperador com dureza, intempestivo: mandára o ministro da justiça lavrar os atos que suspendiam a devassa em S. Paulo, ainda referente á expulsão de Martim Francisco, e soltavam os individuos presos. Espantou-se o velho estadista, como se lhe caísse aos pés a casa, e esbraveou, que era o fim de tudo. Replicou-lhe D. Pedro: o seu autoritarismo creava-lhe obstaculos e impopularizava-o. Discutiram. Azedaram. Vociferaram — rispídos, metalicos, coléricos. Pelos cantos, esgueiravam-se camaristas e sumilhéres. José Bonifácio retirou-se, a alma embebida em fel, considerando-se demitido, com o irmão, que na manhã imediata correu a restituir a pasta ao imperador. Carneiro de Campos e Nogueira da Gama substituíram-n’os. O paço encheu-se de liberaes, a festejarem a desforra, e o imperador,

desafogado, rascunhou os artigos que o “Diario Fluminense” publicava, negando aos Andradas os propalados serviços. Os Andradas, porém, não sofriam devéras com a quéda: tinham a Constituinte, e porque a sua tribuna não fosse bastante alta, elevaram outra no “Tamoio”. Puzeram na rua um periodico politico de nacionalismo aggressivo: inspirado no seu titulo *carioca*, e onde a pena amarga retraçou, em perfis severos, a prepotencia desatinada do rei. Martin, José Bonifacio e Antonio Carlos aí escreveram, de volta da assembléa, ampliando a ressonancia da sua opposição, que feria o monarca, o governo, a côrte, o poder pessoal. O imperador dissolveu o Apostolado como fizera ao Grande Oriente. O Apostolado era uma officina maçonica singular: nascêra para contrariar e limitar a maçonaria. Mas os partidarios dos Andradas se juntavam nas suas salas, á luz das bugias das serpentinas, para maldizer do principe, e era para o Apostolado que Antonio Carlos redigia o seu projeto de Constituição nacional. D. Pedro investiu-o, até se disse que com um troço de cavalaria, de espadas núas, enfrentando friamente o punhal maçonico reservado aos traidores. Não os temia, nem jamais levou a sério as suas ameaças.

Foi um incidente subalterno que lhe deu, algum tempo depois, o necessario pretexto para silenciar as vozes atrevidas da Constituinte.

D. Pedro não a receava tambem.

Poderia dizer como Napoleão, a proposito dos “antigos”: “discutiam metafisicamente, e continuariam por

muito tempo se não violassemos as leis". Tinha um objetivo; realizava-o. Resolvera ser liberal sem os liberais; surrava-os. O homem projeta-se, inteiro, na politica, como era na vida privada: disposto a liquidar as pendencias a sôcos e ponta-pés. Atropelava.

A 5 de Novembro, dois officiaes portuguezes espancaram o boticario do largo da Carioca que consideravam autor de uma verrina contra a sua admissão ao exercito imperial.

O lojista, que por sinal nada escrevera, correu a queixar-se á assembléa, enquanto os militares (um dos quaes, José Joaquim Januario Lapa, legou o nome á historia de Portugal, e foi brigadeiro, visconde e ministro da rainha) impavam de satisfação e desagravo.

A Constituinte acalorou-se, como se os gilvazes lhe sangrassem na face e fosse ella a desancada; gritou, que portuguezes fustigavam brasileiros; exigiu reparações; amotinou-se. Cá fóra, o conflito alargou, no meio da tropa, nas ruas, tendendo a definir-se questão popular.

O imperador demitiu os ministros ligados á assembléa, em 10 de Novembro, e nomeou Vilela Barbosa e Tinoco. Vilela seria apenas o executor da dissolução da Constituinte: foi ministro do Imperio entre 10 e 14 de Novembro. Na noite de 10 os regimentos moveram-se, e a Quinta da Bôa Vista se tornou um campo de concentração. Chovia. Dois mil homens, embutidos na tréva, com os guritões molhados a agigantar-lhes a sombra, rodearam o palacio. O imperador, como em Fevereiro de 22, não cabia em si de contente; renascia; a

tropa desvairava-o. Como que só era verdadeiramente rei á frente dela, com o seu sabre turco em punho, tão soldado como o granadeiro da tarimba a quem dava lições no manejo da espingarda. — Em fórma! Sentido!

Antonio Carlos, na manhã de 11, subiu á tribuna visivelmente embaraçado. Pedia explicações. Por que o governo mobilizara a força? Contra quem? O ministro Vilela oficiou á assembléa, dizendo que o imperador lhe participava a queixa dos officiais da guarnição quanto aos insultos dos deputados. Sua majestade recolhera os batalhões a S. Cristovão para que não tomassem a iniciativa de alguma desordem. A assembléa respondeu, ás 6 da tarde, que não se dava por satisfeita, nem o governo podia deixar de manter a disciplina nas classes armadas — e declarou-se em sessão permanente. A uma hora da madrugada, novo officio do ministro do Imperio, accusando o “Tamoio” e a “Sentinela da Liberdade”, que agrediam os officiais, e lembrando que as medidas de pacificação deviam provir da propria assembléa. Tonitroaram discursos. Montezuma e Antonio Carlos exasperavam; Silva Lisbôa, marchetando de latim a arenga prudente, esfriava e continha. Vergueiro obteve que se chamasse Vilela Barbosa. Às 11 horas da manhã — era a 12 de Novembro — entrou o ministro com a sua farda de coronel de engenheiros e o competente espadim á cinta. Esse espadim desencadeou a tempestade: deputados reclamaram, que devia desarmar-se no recinto. Ripostou Vilela, que não trazia a arma para

atacar a assembléa, senão para defender a patria. E aludiu á dissolução. Entrechocou-se um dialogo. Impávido, o ministro resistia á pressão, á revide, á irritação de vinte vezes, que o bombardeavam de interrogações, ironia e indirêtas. Sempre se conveio em nomear uma comissão especial — quando a casa se abalou com a noticia de que o exercito marchava, com o imperador á frente, para afugentar os representantes da nação. Se um raio ali caísse o efeito não seria mais tragico. Um grupo, a quem a vigilia, aquella noite em claro, a retorica não tinham esgotado as energias, cercou os tres Andradas. Eles eram os homens: como a “palmeira que domina os altos tôpos”, da ode que José Bonifacio dedicaria aos baianos, a sua sombra ainda abrigava, na planicie que o mêdo achatára. Ruidos de carretas subiram ao recinto, um parque de artilharia atravancara a rua da Misericordia; o general Moraes trazia o decreto imperial extinguindo a Constituinte. A soldadesca desembocava no largo do Paço. D. Pedro I e o estado maior, dizia-se, ufanos, a cavallo, com o uniforme de parada, tinham no chapéo armado ramos de caféiro. O povo, receoso de começo, applaudia: era o desfile da força; aquella folhagem de caféiro dava á brutalidade remates primaveris; a festa da Independencia continuava. Martim Francisco pediu que se tirasse copia do decreto. Mas Antonio Carlos, solene, abafara os rumôres da sala com a sua declamação imperiosa: “Já nada temos que fazer aquí. Resta-nos cumprir o que Sua majestade ordena”. E desceu as escadas. Havia

canhões, em alas, terríveis apenas pela presença, porque se amontoavam numa rua estreita e sinuosa, com os artífices de morrões e lanadas em punho. Antonio Carlós parou, tirou o chapéu alto e proferiu, olhando as peças: “Respeito muito o seu poder”. Mais adiante o prenderam, com Martim Francisco, Montezuma, Rocha, o padre Belchior. José Bonifacio foi igualmente detido e mandado para os carcereos subterraneos da fortaleza da Lage, de onde, dias depois, o transferiram para as masmorras de Santa Cruz. Aprestou-se a charrua “Luconia”, velho, quasi desmoronado navio, e a seu bordo, a 20 de Novembro, os deputados dissolvidos seguiram para o longo exilio. D. Pedro, no dia 12, exultante, percorrera a cidade, em companhia de ajudantes de ordens, a exhibir á população o seu triunfo. No teatro, á noite, muito aplaudido, déra vivas á Independencia, ao sistema constitucional e á *nova assembléa*. Formára um governo fraco, hesitante e suspeitado de deslealdade para com a nação. Creára um Conselho de Estado, que devia elaborar a Constituição, que ficara por fazer. E disfarçava o susto dos horizontes escuros, que se lhes cerravam por diante, pezados de temporais suspensos, na alegria juvenil da sua emancipação. Livrara-se, como um hercules, de quatro poderosos inimigos, no curto espaço de um ano. Rompera todos os laços que o submetiam a Lisbôa, ao Grande Oriente, aos Andradas e á Constituinte. Quando os ministros estrangeiros temiam por sua sorte, e desconfiavam do seu juizo, achando-o desasizado, e a desmanchar com os pés ferrados o ordume

de mãos hábeis, ele abatia os adversarios da corôa e os incômodos protetores, destruía os tutores do Estado e os fiscaes do trono, afirmava a sua vontade apaixonada, sublinhava-a de fulgôres de espada e reentrava em S. Cristovão cançado de derrubar, de prender, de desterrar...

Tinha as suas inocentes manias. Uma era o Jardim Botânico, onde frei Leandro do Sacramento lhe falava do chá cultivado desde o tempo de Linhares — e de sua esperança econômica. Olhava-lhe a folhagem tenra como á sua árvore das patacas. Calculava-a, espiava-a, certo de que a Ásia cresceria alí — das “especiarias”, enriquecendo o país. Maria Graham testemunhou: “Difficilmente se conheceria um modo mais aceitavel de se lisonjear o imperador do que interessar-se pelas plantas do Jardim Botânico” (1). A outra mania — os navios. Aquele soldado — que nunca aprendera cousas de nautica — sentia como os principes da casa de Aviz a atração e a poesia do mar. E deu-se com delirio aos seus navios. De 1822 a 26 foi um namorado dos seus barcos — que se reparavam nas querênas do Rio, nas “carreiras” do arsenal ao pé do mosteiro de S. Bento, ou que, adquiridos no estrangeiro, tomavam cordoalha e tripulação no porto. “Durante o tempo em que as Fragatas estavam se preparando, a atividade do Imperador era antes de um jôven official recentemente nomeado do que um soberano que iria nomear os outros chefes — diz

(1) Escorço biográfico de D. Pedro, *Anais da Bibliothéca Nacional*, LX, 106.

ainda a senhora Graham. Chegava a bordo dos navios todas as manhãs ás seis horas, apressava os armadores, intervinha nos navios de provisão, exigia o impossivel dos tanques d'água, balançava-se pelas cordas de convez em convez até ás mais baixas partes do porão, recusando todo auxilio de escadas ou outras comodidades e, na sua alegria, trazia a Imperatriz para bordo, afim de compartilhar do novo prazer que ela apreciava cordialmente".

Em seguida, corria ás repartições do Estado, numa visita matinal e ruidosa. "...de mesa em mesa, com um caderno na mão, tomando nota do nome de cada funcionário ausente e deixando ordens para que esta ausencia fosse satisfatoriamente justificada". Habitou-se de tal fôrma a essas inspecções que já imaginava fazer andar a máquina burocrática a repelões e gritos — puxando pela orêlha os empregados faltosos. Chegaria ao absurdo — durante a guerra do sul — de levantar o rebenque para o fiel de tesouraria que deixára o batalhão imóvel, esperando embarque, porque não se apressára a levar-lhe o dinheiro dos sôldos... Nessa violencia constante retratava-se de corpo inteiro. Não admitia os meúdos embaraços, as demoras impertinentes e a fadiga — a estúpida fadiga dos póvos de sangue frio. Ardia de impaciencia terriveis. "Um dia, por exemplo, tendo sabido que os comerciantes de roupas e artigos de algodão na rua principal usavam medidas desiguais, dirigiu-se pela madrugada á Alfandega, pediu a medida-padrão do Império, seguiu com ela pela rua, entrou de loja em loja, e onde encontrava uma medida abaixo ou

diferente do padrão tomava-a sob o braço. Antes de alcançar seu cavalo e ajudante de campo, no fim da rua, já havia reunido um feixe de régoas suficiente para um litôr romano..." (2).

O homem era assim.

Chamára José Bonifacio de pai, com a ternura que outr'ora reservára ao conde dos Arcos, com a obediência que jurara em tempos a D. João VI, com o amor que prometera antes ás Côrtes portuguesas, com a farta cordialidade que oferecera, ao mesmo passo, á maçonaria. Só um ano correrá: e eram destroços esses monumentos a que se acostara, protegendo-se. E então, se transmutou de novo. A sua vocação revolucionaria refloresceu. Discutiu com os seus conselheiros uma Carta recortada sobre a franceza e a dinamarqueza. Ouviu, falou, discerniu, imitando Napoleão, a insistir por um código moderno e largo, cuja pauta comportasse todas as idéas de Benjamin Constant (3). Diz o "Chalaça", nas suas "Memorias", que o imperador não se limitava aos alvitre; ditava-os ao secretário, fogaosamente, sem tomar fôlego, parágrafos e artigos, que ele escrevia com letra veloz. Era a sua contribuição. Legislador, como o "outro"... (4) Carneiro de Campos redigiu a Constituição. A 25 de Maio de 1824 D. Pedro I a outorgou,

(2) Maria Graham, *op. cit.*, p. 87.

(3) Vd. Eugène de Monglave, *Correspondance de Don Pedro I*, Paris 1827.

(4) Diz Francisco Gomes: "Sua Majestade mostrava contentar-se do meu trabalho: pois que enquanto ditava, nunca tinha necessidade de parar na torrente do seu discurso,

depois de apreciar as criticas das provincias ao projeto que lhes communicara por intermedio dos presidentes. Talleyrand recomendára: *E' preciso que a Constituição seja breve e obscura.* Esta foi longa e clara.

Organizava-se o imperio numa base monarchica que o senado vitalicio e a união das provincias sustentavam: ficára por "chave da abobada" (na frase de Constant, que a Constituição copiára) o "Poder Moderador". Plastica e sábia era ela. Manteve-se até 1889, aquí e alí emendada, com os seus retoques e as suas interpretações, que foram impressões e golpes de mão de artista na cêra complacente: a semi-federação de 1834, a extinção dos morgadios em 35, o regimen parlamentar a partir de 1847, a eleição direta em 80, a abolição da escravatura em 88...

E o corpo legislativo foi convocado para 1826.

nem de repetir o que uma vez havia ditado; e é natural que, por isso, e por conhecer com quanto desejo de satisfazer as suas ordens eu me prestava a esta especie de serviço, me impregnava nele, assim como em diversos assuntos de sua particular correspondencia, e apontamentos para lhe servir de "memorandum". (*Memorias*, cit., p. 96).

Não foi jactancia do "Chalça".

No arquivo do castelo d'Eu, sob n. 2180, ha "Projeto de uma constituição monarchica. 7 folhas de texto. Acompanha um rascunho todo do punho de Francisco Gomes da Silva em que se reproduz essa constituição com emenda e entrelinhas a tinta e a lapis do punho de D. Pedro I. (*An. da Bibl. Nac.*, LIV. 205).

VIII

POLITICA... E MULHERES

A Confederação do Equador hesitou, entre a federação, que era o seu grito autonomista, e a republica, que era o seu objetivo afinal. Na apparencia, revoltára-se Pernambuco contra a nomeação de um presidente. Mas os revoltosos falavam, nos seus officios, uma linguagem politica, cheia de homenagens ao governo imperial, que prometiam reconhecer se lhes atendesse a queixa. For ridicula que parecesse a sublevação de tres ou quatro provincias devida á nomeação do honrado Francisco Paes Barreto para presidente de uma delas, o coronel José de Barros, herói de Pirajá, frei Caneca, o redator do "Tiphis", Paes de Andrade, insistiam nesse pretexto — e aparelhavam a guerra. Força contra força. O norte contra o imperio. Pudéra o imperador ceder, confirmando a eleição de Paes de Andrade, ilegal mas expressiva. Era só um decreto, que legalizasse o motim: D. Pedro jamais o assinaria. Alí, como em 1831, não recuaria um palmo: para ele a dignidade da corôa estava nisso. Resistir era governar. O homem, assim, não se modificava debaixo do manto imperial: o seu papel de rei, como o representava D. Pedro, continha esse liberalismo geometrico. De arestas rijas. Não

a “comedia como em Drury-Lane” que os reis ensaiavam antes de 1848, segundo Carlyle. Apenas duvidou da sinceridade daqueles demagogos, entre os quais havia filosofos que ofereciam impavidamente a vida pela idéa e porisso arrastavam o povo. Já disséra Bossuet: seguidos eram os que “ensinavam a sacrificar o interesse particular e até a vida pelo interesse geral...”

A estrategia revolucionaria cifrava-se na simulação, para desarmar a corôa, e na resistencia civil, que subtrairia ao seu dominio metade do país. Com a sua franqueza britanica, Taylor respondia á gente de Recife, que lhe avisava dos vivas que déra a D. Pedro: “...sei distinguir as adorações que se prestam ao idolo que se teme, dos cordiais tributos...” Ao que Falcão de Lacerda contestava: “Todos os pernambucanos são verdadeiros adoradores do Nosso Defensor Perpetuo...” E dizia, quanto á Republica: “... cujo nome já se zomba aqui, por serem estas as armas de que caluniadores se têm servido em outro tempo para denegrir a honra, o patriotismo e o brio dos pernambucanos...” Nos entrementes, subia de Maceió á testa de uma brigada o general Francisco de Lima e Silva, irmão do chefe do exercito que entrára na Baía em 2 de Julho, e sem disparar um tiro ocupava o sul da provincia, apoiado á concentração lealista do Cabo; e Cochrane, na náó “Pedro I”, vinda do Maranhão, surgia diante de Serinhaen. Em 6 de Setembro de 1824 Lima e Silva advertia ao seu ministro: “Se bem que é necessario afetar desprezo do partido rebelado, cumpre todavia

que a Sua Majestade não seja oculto o progresso colossal, que têm tido as danadas doutrinas de Carvalho". E o almirante opinava: "Na verdade o mal parece ter raiz mais funda que supunha o governo do Rio..." Lima e Silva avançou resolutamente em 11 e 12 de Setembro. A sua marcha de flanco tornou-se fulminante pela ordem e garbo da força. As partidas adversárias não podiam bater os esquadrões homogêneos da cavalaria imperial, a sua infantaria magnífica, que não perdera um canhão sequer pelos caminhos invios: e parte de Recife caiu, de um lado investido pela vanguarda, do outro forçado pela esquadra, que enfiava o bombardeio pela boca das pontes, envolvendo em ferro e fogo o bairro de Santo Antonio. A 15, os rebeldes, instalados em Olinda, e Lima e Silva, da outra banda do istmo, entraram em conversações, que não prosseguiram, porque se recusou o general a anistiar os cabeças do movimento. A 17, o bairro do Recife foi conquistado e evacuada Olinda, retirando-se para Goyana, desfalcado e confuso, o exercito pernambucano. A retirada era fuga no dia imediato, e desmanchava-se, numa perseguição, o ultimo esforço revolucionario: Goyana estava em mãos do invasor. Tres meses depois rendiam-se, na esplanada do forte do Brum, os remanescentes da grande aventura, e entre eles os frades Caneca e Mercês.

As provações do trono não se encerraram com esse triunfo: a 25 de Novembro, insubordinado, na Baía, o batalhão 3 dos "periquitos" saiu a prender o gover-

nador das armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira. E mal assomou ele á porta, recebeu nos peitos uma rajada de balas e tombou morto, diante de duzentos soldados bebedos. O resto da guarnição, para não engajar batalha com os insurretos, abandonou a capital, aquartelando-se em Abrantes, e o presidente se meteu a bordo de uma fragata, á espera das ordens imperiais. O coronel Antero José Ferreira de Brito, enviado de Recife, pacificou a Baía, fez embarcar para o norte o batalhão 3 e iniciou o processo contra tres officiaes implicados. A corôa passava a justicar; pensava-se que o exemplo memoravel submeteria a desordem latente, e o sangue dos agitadores aplacaria as iras maçonicas.

D. Pedro contribuiu para que os heróis do federalismo se tornassem martyres da republica. Deixou que o carrasco completasse a ação do exercito e da marinha; e não perdoou. Metternich dissera ao ministro brasileiro em Vienna: "Detrompez-vous, mon cher Mr. da Silva, il n'y a qu'une seule manière de faire entendre raison aux Demagogues, c'est les punir". Nesse tempo, o imperador da Russia — Alexandre I — aconselhava ao agente do Brasil: "escrevei ao vosso amo que não transija com os demagogos". O que escreviam de Portugal a D. Pedro, não havia de divergir desses conselhos, conformes com a politica dos reis. E não cedeu. Frei Caneca e frei Miguelinho morreram em Pernambuco; o major Satyro e o alferes Gaspar Vilas Boas na Baía; Ratcliff no Rio de Janeiro. Ajuntava, entretanto, o

enviado em Londres, o honesto Gameiro esta denuncia: "Il n'y a plus doute sur l'existence de la Société crée pour exterminer la Monarchie du Nouveau Monde; nul doute aussi que le foyer est dans la Colombia...", para onde fugira Natividade Saldanha, secretario da Confederação do Equador.

O terrivel castigo imposto aos republicanos, se desarmou as prevenções da Europa, animou e agravou as da America. Nem desapareceu a maçonaria, que Barbaccena achou na Baía em 1827, ativa e insolente como em 1823, nem o odio ao portuguezs, regional, economico, engendrado na patuléa pelos velhos conflitos, morreu com os mártires. D. Pedro foi á Baía, para conhece-la e recompensa-la. Teve um exito analogo ao de Minas e S. Paulo e convenceu-se de que, viajando, simplificaria as questões brutais do nativismo. Maciel da Costa, segundo presidente da provincia, perparou-lhe a recepção: a 27 de Fevereiro de 1826 desembarcou na antiga capital do país o imperador, acompanhado de D. Leopoldina, encantada pelo pitoresco, e de D. Domitila de Castro, deslumbrada pela etiqueta. O ministro inglez, atrasado, curioso, queixoso, dava á excursão o esmalte diplomatico, cuja nota intima era a concubina, pela primeira vez mostrada fóra da côrte.

D. Pedro — contente do calôr cívico da recepção, convencido de que Europa e America se separavam, achava Stuart impertinente e começava a desdenhá-lo. Para o ministro Vilela Barbosa confidenciou, a 2 de Março.

“Meu Vilela. Nesta mesma ocasião lhe escrevo relativo á minha viagem, chegada etc. Ontem entrou neste porto o Stuart, que logo me veio procurar (eram 5 horas da tarde) e disse-me que tinha recebido ordem para vir falar comigo á Baía, e que queria tratar, respondi-lhe que enquanto a falar com ele, o estava naquele momento cumprindo, e em quanto a tratar não podia, porque não tinha cá o meu conselho d’Estado. Queixou-se-me dos ministros, e de lhe não ter participado a minha vinda á Baía, e que se queria ir para a Inglaterra. Respondi-lhe em tom muito sério, que podia ir para onde quizesse, que eu nada tinha com isso, que a Europa toda seria quem se queixasse dele não esperar (como devia) a ratificação, que eu não esperaria pelo Rei da Inglaterra quanto mais por ele, que eu tinha em o dia da saída mandado dar um tiro a bordo da Náo, muito de proposito para que ele soubesse que eu estava allí, e não queria esperar por ele. Disse-me ultimamente que a guerra de Buenos Aires era desastrosa para o Brasil pois que Bolívar marchava com 12 mil homens, e vinha aproximando-se ás nossas fronteiras; respondi-lhe que eu não tinha mêdo do Rei de França, Inglaterra ou outro qualquer, quanto mais de Bolívar, que eu sabia morrer com a espada na mão, e que ultimamente, se ele queria tratar comigo fosse para o Rio de Janeiro pois que eu para lá saía no dia 12 do corrente”. (1). Bravateava. Era

(1) Ms. do arquivo da marquezia de Paranaguá, cm. pelo sr. Francisco de Carvalho Brito Gorjão, de Lisbôa, que, por intermedio do A., o ofereceu ao Inst. Hist. Bras.

uma maneira de mostrar-se satisfeito com o que fizera, exultante da Independencia, do “jacobinismo” recente, da “tarramontana”, que continuava...

D. Pedro agradou aos baianos, falando-lhes dos feitos da Independencia, condecorando ou enobrecendo os heróes de 1822, desdobrando-se em afagos e inspeções, como seu pae fizera em 1808. Visitou, de barco a vapor, Cachoeira, onde se condensára a resistencia ao general Madeira, e passou pelas colinas de Pirajá, a cavallo, revendo com a imaginação exaltada os combates que consolidaram o Império. Conciliou. Recomendou confiança, sociabilidade, disciplina. A 19 de Março regressou, deixando em paz a Baía.

A sua vida continuava a ser uma aventura, mas curiosamente complexa: a Cisplatina acabava de sublevar-se, aliada a Buenos Aires, o norte serenára, em parte asfiziado, em parte satisfeito, e a Assembléia abriera, como uma éra política, em cujos segredos, palpitantes de idealismo, estava o Brasil. O reconhecimento do Império pelas nações não bastava: que tendencias adotaria Império, com o seu parlamento e a maquina do Estado que D. João VI montara, os problemas da ordem e da guerra lançados ao mesmo tempo no taboleiro de xadrez, de marfim e laca, em que o imperador jogava ás vezes, metido em calças de brim, com os diplomatas estrangeiros?

D. Pedro tinha 28 anos. Nessa idade os cuidados difficilmente suplantam os sentimentos e ele ainda não perdera a alegria, de 1823, quando tontamente guiava

carros e prendia deputados, transformado em tirano jovial, por não lhe terem ensinado outra cousa. Em 1826 foi, principalmente, o amoroso.

Domitila era a favorita. Quasi tão imperatriz como D. Leopoldina. Ambas nos seus palácios, provocantemente proximos. Uma com quatro e a outra com dois filhos. Rodeadas ambas de sua côrte intrigante e banal, presidida em S. Cristovão pela austeridade da marquiza de Cantagallo, no solar da paulista pela viscondessa de Castro. D. Pedro fugia por vezes da opressão dessas duas côrtes para namorar em liberdade, como um estudante, as modistas da rua do Ouvidor. "Dá-se o imperador á fantasia de pagar a quasi todas", disse o naturalista Jacquemont, em 1824. A uma, a Saisset, pagou mais que ás outras. Interessára-o primeiramente a "sentimental senhora Bompland" (na frase de sir Charles Stuart, que Humboldt comunicou a Arago) e que viéra ao Rio, aflita pela sorte do marido, o naturalista Aimé, internado, talvez perdido no Paraguai, a descobrir plantas. A Cochrane é que se deve uma notícia desse pequeno romance: a francesa, que demorava na côrte, como que esquecida de sua nobre missão, conhecia os negocios publicos e revelava-os, pelo que ouvia de grande personagem... O imperador!

Maria Graham admirou-lhe o gosto da intriga e a elegância: "uma bela fracêsinha que poderia passar por espanhóla, tão delicadas eram suas mãos, tão longos e brilhantes os seus cabelos. Chamaria sua conversa de agradabilissima, se ela não parecesse muito desejosa de

impressionar-me com o vasto plano de sua habilidade em manejar os negócios, tanto públicos como privados”. Gabava-se de ter dominado, em Londres, a ródá liberal, ostentava a sua intimidade com Lord Cochrane e — ao findar o ano de 1824 — andava doida por aproximar-se de D. Pedro. Muito digna, a inglêsa se negou a facilitar-lhe o encontro. E notou: “Não teve exito senão em pequenas intrigas no Rio; a ultima novidade que soube a seu respeito foi que está viajando com um official complacente no Pacífico”. (3).

Ainda em 1822 chegara ao Rio um violinista espanhol — da câmara de Fernando VII — com a sua jovem esposa Leticia Lacy, sobrinha do general Don Luiz Lacy. Neceu-lhes no Rio de Janeiro (em 25 de Abril de 1823) um filho, que se chamou Don Luiz Pablo Rosquellas. Tornar-se-ia homem conspicuo na Bolivia, sua segunda pátria; morreu (1883) ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Na família de Don Luiz Pablo se conserva a tradição de que era filho de D. Pedro I... (2).

De Madame Saturville e Carmen Garcia, duas outras borboletas que tostaram as azas nas chamas de S. Cristovão, ficaram discretos testemunhos: a sua beleza deixou na côrte a lembrança de uns amores passageiros, logo extintos, que a cidade ignorou. Ainda em 23 de Abril D. Pedro e D. Leopoldina cavalgaram juntos,

(2) Cm. feita ao A. por Don Alfredo Jáuregui Rosquellas, ilustre diretor da Biblioteca Nacional de Sucre, Bolivia (em 1939).

(3) Escorço biográfico, *An. da Bibl. Nac.*, LX 130.

sem sequito, como dois fazendeiros, disse um russo, que caíu do cavallo em Mata-Porceos e foi por eles socorrido...

A 24 de Maio foi o reconhecimento de Isabel, primeira filha da marquezia de Santos. A bastarda completara dois anos. Os salões de Domitila abriram-se á sociedade — e ela imperou. Senhoril, jovem, singela, com a fisionomia imperial que soube ter, embaciada de sua palidez de reclusa, banhada de uma luz de joias excessivas. A 18 de Junho saiu ella a conhecer a fazenda de Santa Cruz, com o imperador por escudeiro, e no dia 23, a Guarda de Honra, com os capacetes de bronze em que o dragão de Bragança se enrosca, subiu as escadas da marquezia para beijar a mão á nova princezinha. D. Leopoldina escondeu no fundo do paço a vergonha e a colera. D. Pedro, desatinado, scandalizava os velhos servidores: havia de sofrer para corrigir-se. E soffreu.



Uma aventura assinalou o fim do império da marquezia. Diferente da outra, custou a D. Pedro uma pequena fortuna: conheceu em má hora a bela senhora Saisset, talvez a mais intelligente e bonita das lojistas francezas da rua do Ouvidor. Chamava-se Clemencia, tinha 24 anos, e era mulher do antigo official de cavalaria do Grande Exército Pedro José Felix de Saisset, de 31 anos, burguês sério que perdera, no negócio de papeis pintados, os habitos energicos do quartel. O consul francês descreveu a rapariga como possuidora “des

agreements extérieurs, de l'esprit, des talents, et tous le charme d'une éducation soignée". Era ambiciosa, habil e lida; decerto lindas histórias lhe povoavam a cabeça perfeita de burguezinha que sepultava numa loja de papeis a mocidade e a nostalgia. Porque alimentou astutamente o seu romance com o imperador e dele fez a sua fortuna. Uma anedota começou a história, que havia de terminar numa execução testamentaria. Foi o caso, que o antigo oficial de cavalaria bateu á porta do quarto onde se refugiavam a senhora Saisset e D. Pedro I. Aberta a porta pela mão firme de Clemencia, o negociante estacou, cheio de respeito. Jazia Sua Majestade numa "chaise longue", sem uma das botas, a perna envolvida em panos: e soube o sr. Saisset, emocionadissimo, que em consequência de uma quêda do cavalo o imperador alí se recolhera, e fôra generosamente pensado pela sua gentil esposa. . . D. Pedro, sorridente, deu-lhe a mão a beijar. Recompensou abundantemente o casal prestimoso. Nomeou o honrado sr. Saisset comprador da Casa Imperial. E o incidente acabaria assim, se o povo não o escandalizasse, achando-lhe graça, e a côrte não se enchesse de indignação e tristeza. A idéia de uma segunda marquezia de Santos, mas recrutada entre as estrangeiras capelistas, horrorizava os amigos do imperador. Eles trataram de remeter para fóra do Império a famosa família Saisset. Já tinham então conseguido o desterro de Domitila. Aquela nova deportação era indispensavel aos projetos matrimoniais que empolgavam a diplomacia imperial. O ministro da

fazenda Calmon, o ministro francês conde de Gestas, D. Pedro, convenceram laboriosamente a bela Clemencia, que embarcou a 30 de Dezembro de 1828, levando o marido consolado e vinte e um contos de réis, para o pão do exílio. 21 contos eram um patrimonio, que saía do bolsinho econômico do imperador; mas não ficou aí o "affaire Saisset". Em París, a 23 de Agosto de 1829, nasceu um filho á franceza, batisado com o nome de Pedro de Alcantara Brasileiro, embora registado como legítimo rebento do casal. (4) Devéras esse amado nome desapareceu da cronica imperial, apesar das esportulas que o ministro em França continuou a fornecer á formosa senhora, porque ela dizia: "J'ai un fils surtout qui doit être élevé avec tous les soins qu'exigent la haute naissance". Só repontou de novo quando se abriu o testamento do imperador: deixava a sexta parte da terça dos seus bens ao filho de madame Saisset (montou o legado em 10:512\$518), que devia findar os seus dias, anonimamente, em São Francisco da California...

(4) Vd. Alberto Rangel, *Textos e Pretextos*, Tours 1926.

IX

DE QUE MORREU A IMPERATRIZ

D. Pedro, na sua volubilidade, não permitia que ninguém lhe protegesse os bastardos: era missão sua. Distinguia-se nisto de outros Lovelaces corôados, exceção feita do trisavô D. João V que recolhia á Palhavã os filhos espúrios, a um dos quais fez arcebispo. Era uma das fibras sensíveis da sua natureza apaixonada e rebelde, a fibra paterna. Quiz a todos os filhos, legítimos e adulterinos. Esse sentimento terno enganou D. Leopoldina por muito tempo. Pensara, vendo o marido entretido longas horas com os folguêdos de D. Maria da Gloria, arremangando-se, infantil como a princezinha loira, que essa jovialidade de pae era uma fórmula, toda propria, do amor conjugal. Afinal, fixava-o; ele ficava inebriado de ventura, junto da mulher, ofegante de calôr, a ver correr e saltar a menina, cujos cabelos doirados, encaracolando sobre a nuca as mais belas madeixas da cidade, dêram nome a um penteado que durou trinta anos. Domitila, no ano seguinte á do seu idílio de Agosto e Setembro de 22, deu á luz uma imperial bastarda: não foi outro o grilhão que jungiu

às suas graças, entre 1823 e 1828, aquele heroico doídivanas. (1)

Para a imperatriz foi o Calvario — a escada das honras que a gentil paulista subiu de um folego, arrepanhando o vestido amarelo, de cauda verde, das damas de sua majestade. A beldade devia ter um titulo. Fizeram-na, em 1825, viscondessa de Santos. Não bastava. Elevaram-na a marquiza. Passaram-lhe depois á volta do busto a banda rosa e branca da Ordem de Santa Isabel, que a princeza de Metternich ainda não possuia. Enriqueceram-lhe, de cargos e honorarias, a familia. O pae foi nomeado visconde de Castro. A irmã... Também esta não escapou á rêde do sedutor: o imperador requestou-a e a marquiza, mais encantadora do que nunca, lhe teve ódio. O episodio galgou as paragens do escandalo: a rapariga superava em juventude a amante official; no seu carater, de moça provinciana que ainda não descobrira a própria beleza, não pudéra cristalizar a ambição; se D. Pedro I a amou, foi por pouco tempo. Tres indicios, porém, do capricho imperial, marcaram os contornos á intriga. A donzela teve por marido um guarda-roupa da Imperial Câmara — Boaventura Pereira —, recebeu com o esposo o baronato de Sorocaba e na ladeira da Glória, quando subia, na sége fechada, para a igreja do outeiro, sofreu um atentado misterioso. Desfecharam-lhe um tiro de pistola, que errou o alvo. Esse tiro — que lembrava

(1) Vd. para o capítulo: Alberto Rangel, *D. Pedro I e a Marquêza de Santos*, Rio 1914.

Carlota Joaquina — denunciadora. De fato, nenhuma outra mulher teve o mesmo papel do imperador. As outras, as libelulas em torno da rainha, passaram a sua vida como sombras. Só a política logrou desfrutar a vida dos libelulistas.

É esse homem dos instintos, involuntariamente recorta-se inteiro na correspondência. O volume de cartas de redação é triunfante. Nesses bilhetes, a depravação, a piéguice, os fortes e claros risos de ho-ioso, e rústico. Não se lhe vê, mesmo convencional, um idealismo limpo de animativo. Compraz-se de intuição de estribaria. As cartas trazem um eguariço: o moço francês da férula de Arrabida, se re-para de um amoroso iletrado. As cartas levam a destinatária, que as dá a posteridade o documento de uma imperfeição de rei...

D. João VI, com os hábitos de estudo, a sua paciência com a geologia e a economia política, com velas e agulhas, terminou a carreira na própria casa. Achou-se de inadequada, num meio cor-

rompido que já não era a côrte, fradesca e sovina, de D. João VI. O marido desprezava-a. Seu verdadeiro amigo, José Bonifácio, dedilhava no exílio a lira triste. Os ministros fingiam respeitá-la, porém só obedeciam á Domitila. E Domitila era a imperatriz de fato. Reinava. Sabia reinar! O imperador, nas suas mãos quasi viris, era uma cêra, a que imprimia mil fórmãs. Chegára a chamar-lhe num bilhete, mandando versos: "Domitila, minha Imperatriz de coração..." Intromettera-se na política, como convinha á sua condição de segunda mulher do país. Recebera nos seus salões da Bôa Vista a sociedade. Os salões da Bôa Vista foram um golpe vibrado na resignação silenciosa de D. Leopoldina. Domitila instalara-se num sobrado junto do portão da Quinta Imperial. Lá D. Pedro, imprudente, passava as noites; lá o procuravam, a despachos, os secretários; lá os oficiais da Guarda, de capacetes de cobre com penachos verdes, recebiam ordens. Com o reconhecimento solene, pelo imperador, da bastarda, a quem nomeou duquesa de Goyaz a casa de Domitila se erigiu em segundo palácio da cidade. Morava ali além dela, uma filha de sua majestade. A bastardinha entrára na vida da côrte ruidosamente: havia beija-mão nos seus aniversários, e D. Pedro, paternal, a acolhia em S. Cristovão, aparentando não a distinguir dos outros filhos. A suprema humilhação da imperatriz consistiu nos afagos a que a etiqueta a obrigava, á filha da paulista. D. Leopoldina recebeu-a com um sorriso doce á flôr dos labios; abraçou-a com ternura; e disse-lhe

— Esta pobre menina não tem culpa... No dia 12 de Outubro, aniversário do imperador, Domitila foi nomeada marquezina de Santos.

- O drama domestico da Bôa Vista alcançava as notas agudas. A felicidade desertára daquelle lar e as sombras da melancolia o envolveram. A imperatriz continua a engordar, desmazelada, os cabelos apanhados sem arte no alto da cabeça, as bochechas arroxeadas já flacidas, tremulas. Não pôde amamentar os filhos, a quem amas suissas, sadias e jovens, alimentam com fartura. Corre o boato de que abusa do vinho. Abandona-a a coragem de lutar. O próprio amôr dos livros se lhe arrefece, como em quem perdera a noção da sua finalidade. Só os filhos lhe encham ainda os dias longos, abafando nas salas da Bôa Vista, desanimada, tentando debalde readquirir o costume antigo de escrever copiosas cartas para os parentes, as irmãs, as sobrinhas. O imperador da Áustria, seu pae, não se furtou de confessar a Barbacena, em 1827, que só podia fazer a felicidade de D. Pedro uma princeza que não fosse "timida e negligente" como Leopoldina. Os seus prazeres são inocentes e escassos: fala um alemão academico com o ministro da Áustria, pinta, febrilmente, pequenos quadros, e conversa de ciencias naturais com quem lhe dá ouvidos. E' uma vencida. A politica inebriára-a em 1822; já não a interessava em 1825; em 1826 é, no paço, uma especie de secretaria para negócios estrangeiros. Punge-lhe a saudade. Vaga e informe saudade, que é, a um tempo, da pátria, da família e de si mesma. No

seu passado, tão curto ainda, o ostentoso pedido de casamento do marquez de Marialva assume aspectos de ironia dolorosa: custára-lhe muito caro a desilusão. Como fôra invejada das princezas, suas primas, ao entrar em Vienna com oitenta lacaios, sacolejado no côche dourado como um idolo, o embaixador nababesco! A aguia bicéfala d'Austria iluminara-se de um clarão novo. Nos seculares horizontes da dinastia faiscára uma gloriosa esperança. Levaria á América, onde um império se elaborava, o sangue veneravel dos seus avós: o velho tronco de Habsburgo refloriria, na terra virgem dalém mares, como aquí reflorescem as plantas. Napoleão confirmaria no "Memorial", essa profecia do estadista: uma solida realeza faria a fortuna do povo que a tivesse na América... Mas que despertar magoado, o da sua fantasia de moça letrada, quando as nuvens do sonho lhe deixaram os olhos no paço campestre do Rio! Porisso o último lamento para a irmã, a 8 de Dezembro de 1826, 4 horas da manhã, tres dias antes de morrer, revelava: "Ha quasi quatro anos minha adorada mana como vos tenho escrito que por amor de um monstro seductor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida do meu adorado Pedro". Não foi Pedro como os outros príncipes, que nas monarquias históricas desposavam, com as pompas da igreja, as princezas da Europa, sujeitos de quem Voltaire disse, eram como mesa de marmore, polidos e duros. Esse homem era um rapaz impulsivo e um soldado rude. Falava com a desenvoltura rude de um ope-

rário; praguejava e esbraveava como um sargento de milícias; e abria o espírito, numa contradição, ás idéias liberais e ás aspirações de glória. Nascera para caudilho, senão para jacobino e general "sans coulotte", o herdeiro da corôa de Portugal, Brasil e Algarve. Assim mesmo o amara. Era um forte. A sua brutalidade tinha generosidade infantil; e no fundo da sua natureza violenta de atleta havia o esboço do heróe. D. Leopoldina lembrava-se de Napoleão, seu terrível cunhado, de Frederico da Prussia, malcriado e irreverente, a justificar-se da má roda de gente réles com a maxima de que só a confiança, nunca a familiaridade, prejudica os reis... Os reis modernos deviam ser assim. D. Pedro parecia-se mais com Bolivar, ou com aqueles príncipes-sargentos prussianos, tradicionalmente brutos e sovinas, do que com os reis seus antepassados. Metternich detestára-o: mais uma razão para D. Leopoldina o preferir. Com que entusiasmo colaborara, de animo varonil, lúcida como um magistrado, na obra da Independencia! A vertigem da liberdade dominára os seus preconceitos realengos: acreditou no Brasil. No fim, aquela insustentavel situação domestica... Era feia!

Calava-se no Paço. Escrevia apenas para Schäffer, na Europa: "Aquí anda tudo transtornado infelizmente, pois, sinceramente falando, mulheres infames, como se fossem Pompadour e Maintenon!! (nichtswürdige Frauengleich einer Pompadour und Maintenon!!)" e ainda peor, visto que não têm educação alguma..." A dignidade selava-lhe os lábios. O perfil de D. Leo-

poldina por Debret, em que aparece com a testa abaulada de intelectual, o nariz curto, os beiços bambos, a papada solta, realçando a fealdade com o máo gosto de plumagens e tecidos — coincide com o inicio da sua tragedia intima. D. Pedro só se apercebeu da sua loucura quando a desgraça não tinha mais remedio. Chorou-a.

*“Deus eterno porque me arrebataste
A minha muito amada Imperatriz?!
Tua divina bondade assim o quiz,
Sabe que o meu coração dilaceraste?!”*

Talvez depois da morte da imperatriz a marquezia de Santos não fosse para ele mais do que o habito.

O amôr começou a morrer-lhe no Rio Grande do Sul, quando recebeu a noticia do falecimento da esposa. Esse desenlace era um raio que lhe caía em casa. Viuvo aos 28 anos, com quatro filhos — a Europa pedia-lhe contas da arquiduzquia que lhe sacrificára. A Europa, que permitia todos os escandalos, não lhe perdoava a admiravel Domitila. A Europa era Metternich, que se espantava de haver na América um imperador carbonario e “barba-azul”. A Europa era a Casa d’Austria, que chamava D. Pedro I de barbaro. O selvagem! A Europa era a coligação das dinastias, que empalidecia de indignação á idéia do monarca que assassinára, com um ponta-pé no ventre, a mulher grávida — porque se espalhára, boquejada pelos diplomatas, a noticia abomina-

vel. (2) Um rei que distribúe coices é algo fantástico como um “soba” de Benguela. Essa irritação da Europa feriu D. Pedro na sua dôr sincera.

Era falsa a notícia do ponta-pé. D. Leopoldina não morrera de sevícias como uma negra, porém em consequencia de um máo successo. Um aborto levou-lhe a vida na ausencia do marido, que embarcara em 24 de Novembro para a fronteira. Um choque traumatico difficilmente daria resultados tão remotos; nem é verdade que a imperatriz se sentisse indisposta antes, ou por occasião da partida do imperador. A sua saúde era robusta até lhe sobrevir o accidente, uma febre gastro-biliosa de fórma apopletica, que a encontrou em condições de espirito lastimaveis. Ela mesma, ditando a 8 de Dezembro a sua carta derradeira, testemunhou: “Ultimamente acabou de dar-me a última prova do seu total esquecimento a meu respeito maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças. Muito tinha a dizer-vos, mas faltão-me as forças para me lembrar de tão horroroso atentado que será sem duvida a causa da minha morte”. Era a humilhação. Apegara-se á idéia de morrer. A vida perdera para ela o interesse: de um lado, a desolação do

(2) A versão do ponta-pé foi gratuitamente divulgada pelos inimigos de D. Pedro, como a baléla do fêto que guardava em alcool, em recordação da bailarina, sua primeira aventura amorosa. Resaltam das palavras da imperatriz, na carta de 8 de Dezembro, o agudo sofrimento moral: este a matou. Na vespera de falecer, em Queluz, D. Pedro, no seu leito de moribundo, declarou solenemente: *Morro tranquilo, porque nunca fiz mal a ninguém.*

lar desmanchado, do outro, a nostalgia do seu desterro. D. Pedro escreveu-lhe, de bordo e do Rio Grande, cartas amáveis. Eram bondosas, mas tardias...

No relatório que os ministros dirigiram ao imperador sobre a agravação dos males da infeliz Senhora, a sensibilidade sobrelavava á política, nesta declaração crúa: "Julgamos do nosso dever e fidelidade comunicar a V. M. I., que Sua Majestade a Imperatriz durante a sua cruel enfermidade sofreu alternadamente violentas convulsões, e ataques nervosos com perturbação do cerebro e em seus delirios pronunciando palavras que *indicavam os motivos de sua inquietação, deixava perceber que algumas cousas Moraes ocupavam sua imaginação, e que objetos de desgosto e de resentimento se tinham apoderado grandemente de seu espirito*, o que tendo chegado ao conhecimento do publico, a quem nada pode ser occulto em tais circumstancias, excitou nele grande murmuração, *com ameaças de vingança*, proferindo a esse respeito proposições inconsideradas e temerarias; mas podemos asseverar a V. M. I. que se tem tomado as competentes medidas para que se conserve tudo na maior pacificação como até agora havemos conseguido". A acusação á marquezia de Santos poreja nessas palavras francas, que eram uma exprobação. Noveleiros espalhavam entre o povo noticias terriveis. Que á hora da agonia a marquezia insistia em ver a imperatriz, em virtude do seu cargo no paço, sendo afastada rudemente pelos camaristas; que D. Leopoldina repetia em altas vozes as suas mágoas de esposa injuriada; que a

côrte se dividia, e as velhas damas, dignas, juravam desaparecer dali logo que morresse a ama, para não assistirem aos festins da Domitila... Resquícios de motim alarmaram a polícia e os nacionalistas indignados, andradistas, maçons republicanos, os rapazes que exercavam a facção palaciana, lembravam desforras absurdas, comparando a marquezã á Dubarry, e prometendo-lhe castigos. De fâto, Leopoldina era querida, pelas suas atitudes em favor do Brasil, a sua simplicidade, a sua virtude burgueza, os habitos familiares; e a sociedade pudica, fazendo dos sentimentos cristãos uma força de combate, confundia a "outra" com o "gabinete secreto," os portugueses recolonizadores, os amigos peraltas do imperador e o diabo que o desviava dos deveres de chefe da nação!

Tanto que recebeu a notícia do falecimento da imperatriz, (ás 10¼ do dia 11 de Dezembro) se atirou para a côrte, ardendo em impaciencia, desesperado, mais brutal e imperioso do que nunca. Entretanto o bom Arrabida disséra-lhe: "Adoce com a religião a dôr pungente..." Em S. José do Norte chicoteou um peão. Porque a náó "D. Pedro I", á falta de vento, parasse, a 20 milhas do Rio, quiz meter-se numa canôa e completar, a rêmo ou a véla, a viagem morosa. O comandante impediu-lhe o desatino, bradando: "Sou responsável pela vida de V. M., e como a bordo quem comanda sou eu, não permitirei que se arreie nenhum bote". O seu primeiro recado, lancinante, foi para a marquezã de Santos:

“Bordo da não P. I, entrando no Rio, 15 de Janeiro de 1827.

Minha querida filha do meu coração e minha Amiga.

Teu Tio Manuel Alves, meu intimo amigo e meu inseparavel companheiro de dia e de noite, é portador desta; ele, minha filha, te contará os incomodos, tormentos, aflições, pezares e mais que tudo o desgosto pela morte da minha adorada Esposa, e saudades, e cuidados em ti, e em todos os meus, digo nossos filhos, me tem feito quasi enlouquecer chegando a ponto de não comer tres dias quasi nada e não dormir. Ele te contará o celebre sonho que tive, em onze do mez ~~passado~~, e que desde então, data a minha aflição e disposições que veio unir-me contigo, e junto do teu peito e sobre ele depositar minhas lagrimas.

Eu tomo nojo por 8 dias e esta é a unica razão que me faz que eu não vá logo como desejava abraçar-te e mais a nossa Bela que tanto cuidado me deu, e sim vá á noite, como o teu tio combinou comigo. Pedro I que é teu verdadeiro Amigo, saberá vingar-te contra todas as afrontas que te fizeram, ainda que sua vida lhe custe. E' ao mesmo tempo com todo o gosto, e verdade, que tenho o prazer de poder dizer com toda a franqueza e contentamento.

Sou o teu mesmo Amante, filho, e Amigo fiel constante desvelado agradecido, e verdadeiro digo outra vez Amante fiel O Imperador.” (2)

(3) Cm. por Caio de Mello Franco, ms. inéd.

Desembarcou a 15 de Janeiro, chorando, a um tempo aflito e colérico, furioso com os ministros, a quem Domitila acusava de desatenções cruéis, queixoso de todos, como se a vida de D. Leopoldina tivesse dependido de médicos e damas. O Conde de Gestas testemunhou: "S. M.... a répandu beaucoup de larmes en arrivant à son palais".

Ligou-se mais á marquezia.

Ao mesmo tempo dava mostras de um sentimento acêrbo, e a Gabriac disse um dia: "Larga-me! sei que levo a vida indigna de um soberano. O pensamento da imperatriz não me deixa".

Em 4 de Julho houve um banquete no Paço de S. Cristovão presidido pela Domitila, que retomára devagar o posto de dona da casa. A nobreza, coagida, prestava-lhe homenagens, e as velhas fidalgas, fieis á memoria da morta, murmuravam pelos cantos a indignação e a vergonha: de repente, picado no coração pelo remorso, abandonou D. Pedro a mesa do festim, e foram encontra-lo, sucumbido, num quarto, com o retrato da imperatriz colado ao peito. A 18 de Agosto nasceu outra bastarda imperial, que teve o titulo de duqueza do Ceará e morreu na primeira idade. O marquez da Palma levou-a á pia batismal em nome do príncipe herdeiro D. Pedro. A 12 de Outubro o irmão da marquezia recebia o titulo paterno, de visconde de Castro. Era o esplendor da concubina. Aparentemente, ela reinava. Desde 20 de Junho de 1827, entretanto, silenciosamente, com uma discreção perfeita, que yestia de mis-

tério uma resolução inabalavel, D. Pedro mandara pedir ás côrtes da Europa uma noiva real. (4)

Gabriac recolhera-lhe a confidencia sincera: sabia que levava uma vida indigna de soberano e o pensamento da imperatriz não o deixava!

* * *

A marquezia de Santos descobriu o seu jogo em 1827. Queria ser a segunda imperatriz do Brasil. Pensava sériamente em casar-se: mulher alguma foi tão habil no seu enrêdo, tão persuasiva na sua intriga, tão fina na sua política como essa, em cujos dedos o destino do imperio era um fio docil. A sua beleza ganhara com a idade, perdendo aquele tom ingenuo e enleiado de 1822, quando o príncipe a vira em S. Paulo sarando as suas fundas dôres morais. Polira-se, amadurecêra, illustra-se: a provinciana amorosa, acicateada pelo instinto, cedera á dama. Viêra para o Rio divertir um estroina; transformara-se em senhora. A sua elegancia adquiriu um equilibrio severo, porém gracioso; o seu olhar endureceu; o boca rasgada e sensual reassumiu ironia e dominio; um penteado majestoso, abrochado de joias, lhe deu á testa intelligente um relêvo próprio. Sobre a blusa amarela a banda branca e rosa da Ordem de Santa Izabel caíu régicamente; o seu famoso decôte des-

(4) É a data — 20 de Junho de 27 — da carta de D. Pedro ao rei da Baviera pedindo a mão da princesa Luiza Guilhermina, ms. no arq. do castelo d'Eu.

cobriu o mais formoso colo da côrte; e as gemas que usou, numerosas, riquissimas, deslumbraram a fantasia popular. A aristocracia, que a recebia friamente, como quem suporta uma intrusa, abrandára, e o solar de S. Cristovão substituiu aos poucos, substituiu finalmente, a Quinta da Bôa Vista. Lá a duquezinha de Goyaz estendia aos viscondes a mão nivea; D. Pedro sorria, feliz do successo do seu peccado; e Domitila, na plenitude do espírito e da mocidade, distribuia habilmente a graça do governo. O meridiano do Estado passava por essa casa; a sorte da nação dependia dela. O imperador parecera disposto a regularizar a sua vida sentimental e os cortezãos não distinguiam, entre D. Maria da Glória, D. Januaria, D. Paula e a Goyaz. Esquecera-se a imperatriz; na legação da Austria o despeito fermentava; a diplomacia européia ofendia-se.

Realmente, as esperanças da marquezia não eram vãs. Amára-a D. Pedro e por vezes, na sua correspondencia, feita de recados intimos, róça um frenesí de paixão. Sentia a necessidade desse amôr, duvidava de si, não via á volta uma amizade a que se apoiasse, percebia emfim que era o maior entre todos, e a vertigem da quêda o entontecia. Escrevia então: "... por me vêr neste mundo sem saber o que sou, digo, a quem pertengo ou hei de pertencer, permite-me, filha..." Ela aborrecia-se, pranteava-se, arrufando, que os seus eram amôres efêmeros, insinceros... Que não! — rugia o Imperador; "se teus amôres para comigo são assim, é porque tua amizade para comigo não te borbulha

no peito como a minha para contigo; pois sejam embora teus amôres para comigo passageiros, os meus... hão de ser sempre puros e mui constantes”. Neste dia assina-se: “Teu filho, amigo e amante não passageiro e Imperador”. Jurava ainda em 7 de Novembro de 1827:... “recebe o coração cheio de saudade que posto que seja teu, comtudo tu não privas que te ofereça até mesmo á unica pessoa a quem o dediquei e por quem sempre suspirará dentro do peito”.

Uma cousa porém era a sua mensagem ardente, que moderava as desconfianças crescentes de Domitila, adivinhand o fim próximo daquele desatino, outra a política que lhe disputava o privilégio do tálamo imperial. Francisco Gomes da Silva, o “Chalaça”, não gostava dela. Bem feitas as contas ao secretário privado, achar-se-ia que a sua privança datava de 29 de Agosto de 22, quando pela primeira vez o príncipe a tivera nos braços, em S. Paulo. Quasi que o confessa o “Chalaça”, quando, nas “Memórias”, a falar dos seus préstimos na viagem histórica, sublinha: “não ordenou cousa que se não cumprisse, nem desejou cousa que se lhe não aprontasse...” Ajudára Domitila a subir, a vencer, a impor-se; depois, metodicamente, se puzera a derrubá-la. O casamento de Sua Majestade salvaria o império. Devia atender ao decôro do Estado e á queixa dos diplomatas. Fazer dela a imperatriz, fôra ridiculo; tratava-se de substituir a bôa D. Leopoldina — por outra princêsa que, além dos pergaminhos, trouxêsse ao trôno da América a belêza saudavel que ele sonhava. A mar-

quêza seria sempre uma aventureira. O que lembravam dela! O que se murmurava! Desde as fachadas que o marido, alucinado, lhe vibrára, até os ultimos boatos...

D. Pedro autorizou ao secretário e aos ministros o duplo negócio, do contrato de casamento na Europa e da separação — para que o contrato se concluísse. Em Fevereiro de 1829 o “Chalça” receberia de Mareschal a comenda austriaca de S. Leopoldo. Porque? Certo, porque auxiliára Mareschal no episódio decisivo de sua missão: o banimento suave, o irremediavel banimento da mulher que não os tolerava. Em 18 de Agosto de 27 nasceu-lhe a terceira bastarda imperial, Maria Isabel d’Alcantara Brasileira, batisada no dia 20, sendo padrinhos o príncipe herdeiro e a Goyaz. A pequenina teria o título de duquêza do Ceará. A 26, entretanto, recebeu Domitila uma carta singular: devia, de ordem do amo, seguir viagem para a Europa, acompanhando-se da comitiva que escolhesse... A 18 partira o marquez de Barbacena, a acertar o noivado que conviêsse a D. Pedro I, e já protestava a nossa chancelaria, que não seria ela obstáculo ás suspiradas nupcias.

O governo francês replicou mais tarde, que o repúdio da amante teúda “doit être considéré comme un événement important, puisque l’Empereur sentait lui-même le scandale des liens qu’il était donné et la pernicieuse influence que la favorite exerçait”... (5).

A favorita bateu o pé, enfureceu-se, recobrou momentaneamente o terreno perdido. E as⁷ explicações se

(5) Alberto Rangel, *Textos e Pretextos*, p. 221.

seguiram. "... Se fôsse por ti sempre tão acreditado como eu acreditava no, que me dizias, não teriam havido motivos que fizeram despertar a idéia do casamento..." (rabiscava o imperador, em 31 de Outubro de 27). Mas não podia desdizer-se. Propunha uma acomodação: não déssem que falar ás comadres e... ao austriaco que os vigiava com o olho azul. "27 de Outubro de 1827. Minha querida filha e amiga do coração. Fala-se pela cidade que eu vou a tua casa e assim o foram dizer ao Barão de Mareschal que m'o deu a entender e eu fiz-me desentendido falando-lhe muito no casamento, em meu sôgro, etc. Como poderão, por eu não ir hoje á Opera, querer tirar que é por eu ir lá a tua casa, eu vou ao teatro e depois irei a tua casa ter o gosto de estar contigo; ora, se tu fôres ao teatro, manda-me dizer porque eu então não vou. Se nós até aqui tínhamos cautela, daqui em diante por mim, muito por ti a devemos ter. Á noite combinaremos nosso modo de viver — pelo qual gozemos (durante esse espaço, antes do casamento) um do outro, sem que tampouco andemos nas viperinas linguas dos malditos faladores que se querem divertir conosco. Acredita filha no que te digo, por ti vou ao fundo do mar se tu quizeres, nisto digo que por todos os modos buscarei sempre vêr-te; mas sem que ninguem o pense e disfarçando-nos sempre. Sou teu Filho, Amigo, Amante etc. O Imperador" (6). E defendia-se (2 de Novembro): "A

(6) Ms. cm. por Caio de Mello Franco.

mim não me importa com a Joana Marques nem com a... mulher do Martins”.

Resolvera-se. Esperava o resultado da diplomacia de Barbacena e das intrigas de Metternich. “Como remediar nossos tormentos?” — perguntava á marquêza em 7 de Novembro. Se fôsse sómente o “seu tormento” talvez ele mesmo respondesse, quando, em 8 de Dezembro, a concitou a pôr no fogo as suas cartas.

Caía em si. Enchia-se de vergonha. “Uma cousa te pediria, mas temo não ser atendido, que era queimares todas aquelas cartas que te tenho escrito, desde 10 de Setembro, não porque eu tenha mêdo que as mostres; mas porque pode acontecer (o que Deus não permita) que tu faleças (ainda que eu irei primeiro) e em tal desgraçado caso appareceriam minhas cartas, e minha honra ficaria manchada” (7).

Inquietava-o o futuro. Déra a sua palavra de que a deixaria. Que diriam — os que lhe promoviam o casamento nas côrtes da Europa — se lhe lêssem os bilhetes? Pressentia que ela os guardaria com avareza, sem destruir nada, sem nada esquecer; e começava a ter mêdo. Excusava-se (em 13 de Dezembro): “comtudo a fruta é fina posto que a casca seja grossa” (8). Mas avisava — para que não insistisse em retê-la depois da chegada da Imperatriz: “conto gozar da tua companhia emquanto não viér a Proprietária”.

(7) Carta do mesmo codice.

(8) Carta de igual procedencia.

Resignáram-se. Depois, ela resistiu. A demora de Barbacena renovou-lhe a esperança de ficar, de não ser desalojada pela “estrangeira”. Era capaz até de aparecer de público, para embaraçar-lhe o casamento!

Em 25 de Março de 28 ele procurou dobrar-lhe o gênio duro: “Querida marquêza. Desejo saber como passou; eu passei bem, e por cá não ha novidades quanto aos filhos. Agradeço-lhe a lembrança dos cravos; mas de que servirão lembranças destas, com a certeza que eu já tenho, de que se viér a condição, que já lhe fiz constar e que não espero, a Marquêza, pela sua negativa, se oponha ao meu casamento, infelicitando-me a meus filhos, e ao Imperio? Aceite os protestos da maior e mais sincera e desinteressada amizade com que sou, querida Marquêza, seu amigo que muito a estima e estimará, Imperador”.

Venceu.

Esfriára-lhe o amôr sem medida. E altiva, com raiva, fingindo que não era sacrificio, ela fez as malas, chamou os criados, gritou que se ia embóra — para nunca mais.

“13 de Maio de 1828. Querida marquêza. Nunca esperei menos do seu são juizo, e saiba que tão longe está essa medida de razão e prudencia que toma na sua saúde de ser uma vitória para seus inimigos, que eu lhe dou os parabens de ter triunfado deles, e a mim mesmo igualmente os dou, por tambem acabrunhar os meus. Eu lhe agradeço o grande sacrificio que fez por mim; mas o tempo lhe mostrará o que ganha com

isto, e pôde estar certa que eu nunca me esquecerei da Marquêza, nem da sua família.

“Eu pelo Gericinó lhe mandarei dizer o que deve fazer, pois muito convem que esta medida pareça sua unicamente, pois para mim basta-me a gloria de completar Meu Casamento e de, para o futuro, a Marquêza bem-dizer meus conselhos que seguramente são nascidos da mais pura e sincera e desinteressada amizade com que sou, querida Marquêza, seu amigo que muito a estima e estimará, Imperador.”

Estima apenas; e desinteressada... Abalou para S. Paulo. O rompimento não era definitivo. Ainda se cartearam o resto do ano. Ele não queria o seu regresso, tambem que o não esquecesse e... que se portasse bem. “O amor que te consagro é inextinguivel em mim, e muitas vezes, quando considero a minha solidão, descem lágrimas pela perda da minha querida Leopoldina e por ti...” (10 de Agosto). E a 31 de Agosto de 28:

“Recebi a sua carta escrita de Taubaté, na qual me diz que seguia para São Paulo no dia 11 deste; eu muito hei de estimar que chegue de feliz saúde e que continúe a passar bem, tendo sempre em sua lembrança o dia 29 deste, em que começaram as nossas desgraças e desgostos, em consequencia de nos ajuntarmos pela primeira vez, então tão contentes, hoje tão saudosos! Que remedio, paciencia, só tenho a queixar-me de mim, e a bem-dizer o tempo feliz que vivi comtigo. Ah filha, que amôr por ti existe dentro deste teu coração, com-

primido pela minha honra e que está empenhado em sustentar a minha palavra! Eu bem sei que tu, posto que sintas, não deixarás de louvar meu carater sempre firme, decisivo, leal... Lembra-te sempre de mim e (perdôa-me) não olhes para ninguém; bem, basta que eu te tenha sido mão... P. S. Minha recomendação é tôla mas não importa; cuidado com estas cartas..." (9)

O principal era que ela não voltasse para o Rio de Janeiro.

Quiz voltar a desmiolada. Não era livre? Foi em Dezembro. Porventura confiava nas suas armas. "...Juro não intrometer-me com sua vida" — assegurou, pedindo-lhe licença para a viagem. E ele, aterrizado, para a viscondessa de Castro, mãe dela, que a segurasse, que lhe impedisse a imprudencia: "Neste instante recebo uma carta de sua filha Marquêza dizendo sem mais cumprimento que saía para cá no dia 23 deste; eu protesto altamente contra, e em nome de toda a Nação a sua presença faz mal nesta Côrte e Província por causa do meu Casamento, e protesto mais, que provas não equivocas, e nascidas verdadeiramente de um homem de honra, de um Soberano, provarão, e farão ver ao mundo inteiro minha Imperial desaprovção". "Uma pessoa que saíu do nada por meu respeito devia por um reconhecimento eterno fazer o que eu lhe tenho até pedido, por bem de meus filhos, de

(9) Cartas transcritas, cm. por Caio de Mello Franco.

mim e do Império”. E ameaçava cortar-lhe as mezadas... (10).

Não cortou; e Domitila pisou de novo a Côrte com o seu pézinho leve e dominador.

Braza que se apagava...

* * *

A política exterior de D. Pedro I, depois do tratado pelo qual o pai lhe reconheceu a corôa, e até os lances dramaticos da “questão portuguesa”, voltou-se para a América, solicitada por um interesse de expansão que ele nunca chegou a definir. Já o presidente Monroe afirmara em Whashington que as nações americanas não podiam ser prêsas do despotismo europeu: o imperador realizava essa doutrina harmonizando-se com os govêrnos vizinhos e destacando na sua fronteira do Prata aquela pezada e convincente diplomacia militar que D. João VI lá instalara. Compreendia que pelo estuário do Prata devia correr a linha natural dos limites do Brasil, erigindo esse rio em novo Reno, e a Cisplatina contava, nos seus cálculos, como a província estanque, que desde o longinquo reinado de D. Pedro II de Portugal alí se ideára. Consolidada a soberania brasileira em Montevidéo, D. Pedro cogitava de marcar definitivamente os lindes da nação, como chegou a tratar com o enviado da Colombia... Mas a

(10) Alberto Rangel, *Textos e Pretextos*, p. 246.

guerra que a Argentina lhe fez sacrificou-lhe o projéto americanista, ao qual mais tarde, em 1829, voltaria ainda acidentalmente, num momento de máu humor: quando, à vista da proteção inglesa e das côrtes da Europa a D. Miguel, rugiu que as desprezava, porque bastavam ao Brasil alianças da America.

A guerra das Provincias Unidas não teve para o imperador senão raros instantes de saudavel regosijo: foi um largo desastre em que as tropas imperiais sofreram o combate do clima, da desorganização administrativa, do fraco comando, tolhidó pela impopularidade da campanha.

Entretanto em Buenos Aires aquela guerra gaúcha, desenrolada no pampa uruguaio, enraizava potentemente no sentimento público e esportava chamas de entusiasmo enrodilhadas em torno dos generais. O império ia ás *cochilhas*, com a mochila da infantaria ás costas, para cumprir um dever que as populações do norte não puderam perceber; as Provincias Unidas para lá arremetiam na festa das guerrilhas, com a promessa de uma anexação territorial diante das suas cavalarias afoitas e valentes. Essa antítese, que em vão exasperou o imperador, a termos de lança-lo ao Rio Grande do Sul com os fuzis da colera estrelajando na impaciencia terrível — transformou a contenda num fastidioso e longo fracasso, que teve cõntudo a virtude de repelir a invasão estrangeira, priva-la, em Passo do Rosario, dos seus melhores esquadrões, que morderam o pó de encontro aos quadrados nortistas, e esgotar-lhe na fronteira os ele-

mentos de ofensiva. A nomeação do marquez de Barbacena para comandante em chefe do exercito, e a remessa para os campos de batalha das tropas de elite da côrte, como o regimento de cavalaria do coronel João Egidio Calmon, foram solenes demonstrações de que D. Pedro I atirava á balança todos os pêsos. Barbacena nunca dirigira um exercito; o seu marechalato era decorativo como um titulo, e lhe seria inútil como um titulo, se o marquez não suprisse a tecnica com os seus talentos de organização. Infelizmente não havia á mão outro general experimentado, capaz de modificar, entre S. Borja e Jaguarão, a sorte das nossas armas: Curado, já velho na conquista da Cisplatina, abafava em flanelas o reumatismo na sua misantropia de inválido, e Lecór que afinal substituiu Barbacena, caracterizou pela inatividade o seu plano militar. Não pedindo de emprestimo ao estrangeiro os seus marechais, tinha o Brasil, ha quatro anos independente, de recorrer aos grandes nomes sociais, como se uma guerra fosse uma embaixada: os generais, creados pelo espirito nacional, na escola severa das lutas, onde eles se fazem, “vendo, tratando e pelejando”, só o segundo reinado os veria. Eles eram tenentes em 1827: Caxias, Osorio, Porto Alegre... No mar, a superioridade da armada imperial, que lográra aparelhar cem vélas, talvez a frota maior do continente — reduzira-se ao bloqueio nominal do Rio da Prata, que ao Brasil custou insolentes e caras reclamações da França e da Inglaterra, pelo porta-voz de suas esquadras. Na guerra de 1827 a unica vitória completa que

o Brasil obteve se enquadrou num remanso de gabinete, onde os diplomatas discutiram. Assim ele ganhou: não sómente a independencia do Uruguai, livre de dominação extranha, como a permanente fiscalização do Brasil sobre a nova Republica, cuja vida soberana dependia ainda da proteção do Imperio.

A honra do imperador não se comprometeu na contenda, porque o epilogo da tragedia lhe justificou a prudencia: mãos fados perseguiram-no desde que em Sarandí os insurretos uruguaiois surpreenderam forças do Imperio. A sua viagem ao Rio Grande, sem produzir os beneficios esperados, foi-lhe funesta: a esse tempo morreu a imperatriz.

A RUINA DE UM SONHO

No dia 3 fôra á quinta do Belem vêr uma procissão. A 4, na Bemposta, comera umas laranjas: sobreviêralhe o acidente, meia hora antes do despacho, e como se nenhuma peça daquele organismo túrgido resistisse á corrosão, em cinco dias acabou, entre terríveis padecimentos...

A 10 de Março de 1826 falecêra na Bemposta o sr. D. João VI.

D. Pedro recebera-lhe a herança — a corôa de Portugal — com uma attitude de perplexidade comparavêl á do guerreiro das Cruzadas a quem o papa dêra principados... em terras mouras. Podia tomar o que se lhe largava? Por um momento fuzilou no seu cerebro uma idéa: seria, como o pai, sómente em titulo, rei de Portugal e imperador do Brasil. Mas o Brasil se insurgiria, naturalmente, contra a união, já impossivel. A guerra da independencia, para ser popular, revolvera, no campo das emoções civicas, velhas camadas de odio: a Europa era o inimigo. Do lado de Portugal sopravam as más auras do despotismo; era a colonia. Com os jesuitas e com a Inquisição, Portugal era o passado, que os liberais não perdoavam. No fundo, negrejava o Li-

moeiro e o perfil de Pombal, de cabeleira, como no plinto da estatua de D. José, infundia o terrôr dos tiranos. Essa aversão eventual tinha uma réplica: a impopularidade dos brasileiros no reino. D. Pedro fôra abominado. Com razão, acusavam-no de filho prodigo; sem ela, o tinham por ateu. Ao ministro de França disséramo: “Carlos X é como você e eu havemos de ser algum dia, tenho bem mêdo disso: foi libertino, e tornou-se beato...” (1). A mãe, Carlota Joaquina, (2) encarregara-se de avisar á nobreza e ao clero que o primogenito desgarrára da senda das ovelhas, para se fazer um lobo maçon. Era pedreiro-livre! Esse nome, em 1826, significou tudo em Portugal. O incrêo, o feitiçeiro, o amoral, o sacrílego — eis o pedreiro-livre. Os

(1) Oliveira Lima, *Dom Pedro e Dom Miguel*, p. 134, S. Paulo 1926.

(2) D. Pedro amava e temia a Rainha sua mãe. É de Maria Graham o depoimento: “Era sabido que D. Pedro tinha grande consideração pela sua mãe e era também sabido que ela lhe inspirava quasi tanto amôr quanto temôr”. (Es-côrço biográfico, *An. da Bibl. Nac.*, LX, 146). Em Dezembro de 1823 Carlota Joaquina secrevia a D. João VI negando o boato corrente, de que “eu, o nosso filho Miguel e o Beresford queremos aclamar Imperador ao Pedro, e fazer aqui uma Regencia, sendo eu e o Miguel os regentes...” (Angelo Pereira, *As Senhoras Infantas filhas del-Rei D. João VI*, p. 30, Lisbôa 1938). Era sincera na negativa. Rompêra politicamente com o primogenito e tudo deu para pôr no trôno o Infante, com as idéas caras ao absolutismo espanhol e á nobrêza “vieille roche” de Portugal. Bastariam, para comprová-lo, a carta que, de Queluz, a 7 de Outubro de 1826, mandou á filha D. Maria Francisca de Assis, mulher de Dom Carlos, transcrita por Angelo Pereira, *op. cit.*, ps. 118-120, e a d’Ajuda, de 15 de Maio de 1828, para outra filha, a Loulé, com ameaças graves, *ibid.*, p. 158-9,

párocos explicavam, que os malditos negociavam com o diabo. A propaganda contra eles aligeirou-se em caricatura, agravou-se em perseguição: até farsas se fizeram, como fosse o roubo de um cadaver ao cemiterio, por que constasse que Satanaz cobrava cêdo a sua divida com os maçons, indo desperta-los ás cóvas... D. Pedro pertencia a tal moirisma politica. Aberrára das tradições reais. Não se parecia com o pai, honesto como um conego, nem com a avó, piedosa como uma abadesa: perdera o direito de reinar em Portugal. A rainhaviuva encabeçava a conspiração. A terrivel rainhaviuva não cedia á idade e ás doenças, teimosa e maligna, as manias da mocidade empeioradas pelas quezílias da velhice: havia de morrer conspirando. Fôra contra o marido, depois contra o pai e o irmão, agora contra o filho. Pobre dela, já não intrigava para si, que a não suportaria ninguem: o seu idolo, a sua esperança, o seu sonho era o infante D. Miguel. Seu filho. O que lhe herdara o espirito dissimulado e sinuoso, capaz de transfigurar-se n'um segundo de mção gentil em tigre, como observou a condessa de Boigne (3): o seu *ai Jesus*; a razão definitiva da sua vida. Certo, D. Pedro conseguiria, com os liberais, a escalada do trono, mas com a condição de abandonar o Brasil. O seu problema girou sobre o eixo deste dilema: voltar, ou prosseguir. Voltar — era emendar-se, ser o que pertencia aos do seu sangue, ocupar na Bemposta a cadeira do pai e, depois de uns

(3) *Mémoires*, III, 224, Paris 1909.

decenios de governo melancolico, tendo por fiel aliada a Inglaterra, ir recolher a S. Vicente do Fôra os óssos. Prosseguir, entretanto, era crear. O seu imperio, fôra, em 1822, a mais interessante aventura dinastica; um destino singular o esperava. Trepidava aí uma civilização original. A raça era nova, como a terra. E que estupendo cenario, o desta corôa aventureira! Até então nenhuma civilização vivaz amadurára debaixo destes tropicos: jamais descera tanto a energia misteriosa que móve as hordas creadoras. Aqui tudo era surpresa: em todas as cousas se manifestava a força de improvização do meio natural. O homem apenas lineára o seu dominio: neste territorio, do tamanho da China, todas as raças se confundiam. O sol da cultura declinava do oriente para o ocidente. A vez da Ásia passára; a vez da Europa chegava ao termo; na America madrugava. A Chanaan do exausto universo, onde todas as dôres se retemperavam, numa forja equatorial, estendia aqui aos póvos os braços dos rios, acenava-lhes com o penacho das florestas, ria-lhes com as areias da costa, refugio dos proscritos, salvação dos desesperados, renovação dos perdidos. Com as lagrimas dos desterrados, o sangue dos conquistadores, a lama do crime, creara a natureza o campo mais solido das experiencias politicas: aqui os colonos, esquecidos da pátria de origem, da sua luta de classes, dos preconceitos religiosos, edificaram, elaborando as rechãs, o "quinto imperio" da profecia do padre Antonio Vieira, agricola e patriarcal, como o do poeta... "Et rerum facta est pulcherima Roma". Entretanto,

no velho mundo as instituições desconjuntavam-se sobre a base vulcânica da tradição, e o vento furioso da revolta circulava em torno dos seus palacios de marmore... Não, D. Pedro não abandonaria o Brasil.

A sua corôa imperial carecera de um fulgôr militar, que a guerra da independencia, regional, não lhe déra. Acolhêra com alvoroço, como á sua oportunidade, a agressão platina no Uruguai. O Brasil precisava vence-la. Não importava ao imperador que a nação fosse pacifista: ele comprehendia, como um rei do seculo XVIII, que a estabilidade do trono dependia do florescimento do exercito. Atirou-se a essa guerra com ardôr: realmente fôra provocado e ofendido; restava-lhe ir a Buenos Aires, numa grossa marcha de desforra.

Coincidiu a campanha, infeliz desde o inicio, com a morte de D. João VI e a abertura do caso dinastico.

Que fazer então?

O Rio de Janeiro encheu-se de emissarios portugêses. Eram membros da nobreza, professores de Coimbra, os letrados, liberais desapontados com a politica reacionaria de 1824, que lhe suplicavam as reais instruções. O mano Miguel permanecia exilado em Vienna... Encontrava-se D. Pedro diante da esfinge, que tinha de decifrar: retraíam-se os brasileiros, os portugêses reconquistavam na intimidade de sua majestade o terreno perdido quatro anos antes. Estes tinham junto do imperador um advogado maravilhoso; o secretario

privado Francisco Gomes. O “Chalaça” foi depois da independência, até 1830, o valido-mór do Paço. Inteligente, relativamente culto, astuto, lograra a confiança absoluta do amo, a quem prestava toda sorte de auxílios. Foi o Lobato do primeiro reinado. Dizia-se que alcovitava os amôres clandestinos do imperador. Era da casa da marquês de Santos. Recebia esportulas pelos presébitos e serviços confidenciais aos personagens da côrte. O proprio marquez de Barbacena, nas despesas feitas em Londres com a rainha D. Maria II e o casamento de D. Pedro I, não esqueceu a comissão do “Chalaça”... Ele, todavia, continuara português no paço de S. Cristovão. Inclinava-se tanto para a mãe pátria, padecente, como o imperador para o Brasil, a refflorir. Namorava-o a esperança de voltar — porque o seu instinto adivinhava a proxima incompatibilidade entre D. Pedro e os nacionalistas. De acordo com o secretario privado, D. Pedro não abriria mão de nenhum dos seus direitos portuguezes. Efetivamente, dessa atmosfera portuguezsa que o “Chalaça” urdiu com a trama esperta da sua intriga, no Rio, partiu o raio de 7 de Abril.

O “gabinete secreto” data desses dias ansiosos de 1826. quando o imperador, como um alquimista, perdia noites a ponderar diante de uma balança — em um dos pratos a corôa do Brasil, no outro a dos avós. O “gabinete secreto” (ou simplesmente particular) resumia-se no “Chalaça” e em dous dóceis guarda-roupas que

escudeiravam as aventuras de sua majestade (4). Só existiu porque, constitucionalmente inviolável o imperador, a censura nacionalista exigia alguém, pessoa ou corporação, para responder pelos seus desatinos. Responsáveis eram os ministros: mas D. Pedro os escolheu, a partir de 20 de Novembro de 1827, entre os deputados e os senadores mais notáveis pela ilustração, pelo sangue e pela popularidade. O Conselho de Estado creado em 1823, dois dias depois da dissolução da Constituinte, era um concílio de cardeais do regimen, sereno como um tribunal. A quem, assim, atribuir a perigosa politica pessoal de sua majestade, os seus desacêrtos, repentinos como as suas coleras, e as decisões inesperadas, que desorientavam? A quem culpar dos excessos juvenis do imperador, da marquezia de Santos, da concorrência de emigrados portuguezes, do rigôr com que se puniam as inconfidencias, como a de Pernambuco, da reacção absolutista que se acentuava, em fórma de nuvem densa, nos horizontes do Estado? Evidentemente, ao "gabinete secreto". A imaginação popular aumentou-o. A maledicencia democratica deu-lhe corpo, idéas, misterio. Nas provincias, onde essas noticias chegavam deformadas, e em S. Paulo, na Baía, em Pernambuco, o "gabinete secreto" tomou o vulto monstruoso de uma Inquisição. Nos

(4) Nomeado o "Chalça" official da Secretaria dos negocios do imperio (4 de Abril de 1825) e encarregado da correspondencia particular, do Imperador... este foi o principio da formação do gabinete particular... chamado pelos inimigos de S. M. ... gabinete secreto... *Memórias do cons. Francisco Gomes da Silva*, p. 98, 2.^a ed., Rio 1939.

seus cadinhos fervia o despotismo entre retortas e frascos, como numa caverna de feiticeiro... A roupêta do jesuita negrejava por detraz dele; na sua umidade dormia a “serpe da recolonização”; aí se respirava, letal, o ar do passado!

A organização coincidente com o “gabinete secreto” tinha um nome arcádico: a “Sociedade dos Colunas”, que substituíra o “Apostolado”. Sobre a sua existencia reina a mesma imprecisão que apaga, no fundo desse quadro politico, o “gabinete secreto”. Seria a aliança em moldes maçonicos dos ultramontanos. Devia conter, imensa arca, toda a fauna de regalistas, clericalistas, retrogradados, unionistas, apostolicos, gente que parára na curva do caminho para olhar o Portugal pombalino, do chapéu chomorro e ferragoulo, polaina de saragoça e amuleto ao pescoço, choupa flamenga na manga e rosário no cinto, dos tempos religiosos do rei D. José — precisamente a gente que, lá no reino, havia de lutar até morrer contra D. Pedro. Os descontentes, portugêses a quem a Independencia empobreceu, homens de bôa fé apavorados do liberalismo francez, ateu e sarcastico, formavam naturalmente o invisivel exercito do absolutismo: “Colunas” do trono...

Não ha fumo sem fôgo. Alguns conservadores “vieille roche” tinham realmente pensado no “club” dos Colunas. Mais do que isto: fizeram a tolice de offerecê-lo ao Imperador como uma guarda suplementar. Sem subterfúgios e sem capuzes. N’um claro desafio ás “correntes anárquicas”. O “Chalaça” estava certo dizendo:

“A sociedade dos Colunas nunca foi sociedade secreta. Houve homens que formaram o projeto de uma sociedade: não importa para que fins, a qual davam o nome de Colunas, se bem me lembro; pediram ao governo a necessária autorização afim de poderem celebrar as suas sessões; o governo negou a dita autorização, e acabou-se a sociedade ainda antes de principiar” (5).

Um dos pioneiros era o coronel Joaquim Pires, agora visconde de Pirajá, de quem o presidente da Baía confienciava para o ministro S. Leopoldo, em 26 de Maio de 1827: “... ha oito ou dez dias têm sido de alguma maneira perturbados os animos de seus tranquilos habitantes, por se haverem espalhados rumôres de que o visconde de Pirajá á testa de um partido se dispunha a aclamar S. M. o Imperador, Absoluto...” sendo que “tais boatos não deixaram de ter origem em algumas expressões talvez menos discretas da parte do supradito visconde...” (6).

D. Pedro franziu o sobr’ólho e a coligação dos “retrógrados” parou alí. Para que continuar?

A política do primeiro Reinado teve de commum com a de D. João VI a preocupação franceza, terror dos velhos, perdição dos moços. O Brasil, entre 1822 e 1831, foi um espelho onde se refletiu, com atrazo e vulgaridade, como as modas, o drama político de França.

(5) *Memórias*, 2.^a ed., ps. 103-4.

(6) Braz do Amaral, anotações a Accioli, *Memórias Hist. e Pol. da Provincia da Bahia*, IV, 327; P. Calmon, *História da Casa da Torre*, ps. 164-5, Rio 1939.

Um rei suspeito de reacionarismo, um parlamento que o combate com armas respeitadas e, mais tarde, numa opposição crescente, lhe nega os orçamentos, extremistas que morrem pela República, realistas que querem, intactos, os direitos da santa corôa, num atricto severamente policiado pelo "gendarme", que é a ordem...

A Bastilha carioca era o "gabinete secreto". A "jacquerie" brasileira era a "Sociedade dos Colunas".

A partir de 1826 a ronda liberal desfilou diante dessas duas ficções. D. Pedro lavou as mãos, como Pilatos: nem isto lhe aproveitou. Ficára no ar o boato de que queria fazer-se absoluto como Luiz XIV. Devia arrastar, até o fim, o que foi afinal a projeção da sua robusta individualidade. Em 1822 exigiram-lhe o juramento prévio, como se já se não alistasse, de corpo e alma, nas fileiras carbonárias; em 1824 parte do Império esteve para desagregar-se, ante a perspectiva da ditadura, afastada a miragem constitucional; em 1829, obrigaram-no a expulsar o "Chalça" e os dous guardaroupas da sua privança; em 1830... Para um homem do seu temperamento tais suspeitas, avidamente exploradas pela demagogia, e que subiam ao Paço enrodilhadas em écos sediciosos, equivaliam a punhaladas regicidas: punham-lhe — e como a sua dôr tinha explosões coléricas — enchiam-no de ira. O seu orgulho não admitia o bilateral contrato de governante e governados, estrutura das Repúblicas. Queria ser moderno e generoso como José II d'Austria, mas não permitia que os seus atos liberais fossem conquistas ou troféus dos

adversários. A estes nada cedia. Apaixonara-se — atestou Monglave — pelo constitucionalismo de Benjamin Constant, e applicára-o. De bôamente. Para dar ao Império uma Carta liberal, que Metternich achou absurda, e a côrte de França não lhe perdoou, dissolvera a Constituinte. Como para afirmar, de rebenque pendurado do pulso, sonoro de esporas, como um gaucho, que no seu coração de monarca havia mais democracia do que nas teorias daquele Congresso palavroso. A Portugal doou a Constituição de 1826, que não lhe reclamaram: se lha exigissem, talvez não lhes desse. Horrorizava-o a idéia do pae, tronchudo e estuporado, prisioneiro de vontades estranhas, como a lira popular satirizara:

“...O rei João
Faz o que lhe mandam,
Come o que lhe dão”.

Herdára, certo, a tara avoenga da rebeldia, amassada nos secretos despeitos dos reis servilizados pelos ministros, nos assomos de liberdade de D. Pedro II, rei varonil, de D. João V, rei egolatra, de D. Maria I, rainha teimosa a numerar, entre as festas da coroação, o martirio de Pombal. Tão grande foi em D. Pedro essa obsessão de autonomia, que os seus ministros nunca exerceram o poder por mais de dois anos, e nenhum poud gabar-se, desde José Bonifácio a Barbacena, de Arcos a Mousinho da Silveira, de ter dominado o imperador. Quando pressentia no estadista de confiança uma po-

lítica de grão-vizir, demolia-o. Como só ele soube demolir. Absolutista, ele? Calunia. A calunia, porém, perdeu-o.

D. Pedro resolveu-se, em relação a Portugal, pela unica solução que lhe resguardava a corôa brasileira. Abdicou, em Maio, em favor da filha mais velha, D. Maria da Glória. Assim, sem deixar o Brasil, legava á pátria uma parte da família, destinada a florescer, perpetuada, no trono dos antepassados. Deu em 29 de Abril a Constituição ao reino (foi portador dela sir Charles Stuart), espontaneamente, sem ouvir o govêrno inglês, este alegaria amúado; (7) nomeou tenente-general, como seu representante, o infante Miguel, que continuava em Viena, sob as vistas de Metternich, longe da mãe, porisso inofensivo, e conveiu, lucido, em que as intrigas de Carlota Joaquina desapareceriam com o casamento de tio e sobrinha, discreta maneira de associar áquele govêrno, pela vida, o irmão. Nenhum acôrdo parecia mais arguto. Datava de 1824, quando se combinara o reconhecimento do Império. De vez acabavam os pruridos ultramontanos, com o apaziguamento da nobreza; e a um marido pouco adiantaria roubar a corôa á esposa, que lhe daria, querendo Deus, mui-

(7) *Memórias* do conde de Lavradio, cit.; diz tambem Oliveira Lima, *Dom Pedro e Dom Miguel*, p. 133: "Se o governo britânico não levantou objeções foi porque não queria... repressão que se intitularia anti-demagógica". D. Pedro cumpriu as idéias contidas na sua carta de 15 de Julho de 1824 do pae. (Vd. A. Lima Junior, *Cartas de D. Pedro I a D. João VI*, a. 77, Rio 1941).

tos filhos, e, de resto, a felicidade. Se esse formoso plano malogrou, a culpa não cabe ao seu autor. Recae sobre os ombros tortos e ossudos da rainha viuva e sobre as espadas marciais de D. Miguel — que faltaram á fé do tratado e replicaram, com a aventura da usurpação, ás puras intenções de D. Pedro IV.

Daí a guerra. Uma das guerras¹ mais ferozes e monstruosas do século XIX. Um país que se dobra em dois — uma metade a devorar a outra. A oportunidade para surgir o Rei Cavaleiro. A segunda grande hora de D. Pedro — depois da Independencia do Brasil — yarrida por uma rajada de epopéia.

XI

O MINOTAURO

Caluniado e insultado nas côrtes européas (a duquesa de Angoulême recusara-se a receber Pedra Branca!), D. Pedro I passava, em 1827-29, por ser o Minotauro da América.

Os reis comparavam-no a um jovem príncipe-demagogo, que atraíçõara a causa dos reis, e a Casa d'Austria detestava-o, menos pelos padecimentos de D. Leopoldina do que pela Constituição imperial.

Tinha razão Metternich: nenhum outro rei tanto mal fizera á Santa Aliança como este do Brasil, maçõ e democrata, que oficializara a "soberania nacional" dizendo-se imperador por aclamação dos póvos. A Santa Aliança era um edificio moral. Ela temia mais a herezia que a guerra. Um exemplo valia-lhe um exército. A deserção de um monarca da sociedade defensora das monarquias tinha para o govêrno de Vienna a importancia de um shisma; québrava o encanto da sua religiosa unidade. Luiz XVIII concedera á França a Carta; parára aí. Carlos X, este recuava. D. Pedro, não sómente déra a Carta, como erigira em principios de Estado os dogmas da Revolução francesa. Esse homem, que em nome do povo ofendia as razões dos reis.

era um perigo universal. E Metternich sempre o tratou assim. Dúplice e cauto, ás vezes violento como Junot, outras vezes manhoso como Talleyrand, Metternich combateu-o sistematicamente, desde a questão do reconhecimento do Império até á da sucessão portugueza. Chegou a occultar a vantagem de reconhecer-se o império, para fixa-lo na América, entre as repúblicas anarquicas; retardou, esfriou, protelou, fiado do tempo, que parecia o seu melhor auxiliar. Depois, vélendo pela educação de D. Miguel, dispuzera ao seu geito a solução do problema de Portugal: Barbacena desmanchou-lhe o jogo, entregando á proteção da Inglaterra a rainha-menina. Se Barbacena tivesse levado ao avô D. Maria II, Metternich, seu carcereiro, imporia a D. Pedro a fórmula que lhe conviesse, e D. Miguel reinaria.

A seguir, foi a diplomacia do casamento.

Metternich fingiu favorece-la; porém não houve família reinante da Europa que quizesse semelhante aliança, contra a vontade da Austria.

O gabinete de Vienna humilhou longamente o imperador do Brasil, tornando-o ridiculo e hediondo em todas as côrtes, onde a marquezia de Santos, a morte da imperatriz, os amôres da pretendente lhe rodeavam o nome de um halo trágico.

Barbacena voltou da Europa, a 12 de Maio de 1828, trazendo as negativas das princezas de Sardenha, Suécia, Nápoles e Baviéra.

O pretexto foi a marquezia de Santos; de fáto, Metternich fazia-lhe impossivel o noivado.

Pedra Branca e Rezende, os dois abnegados diplomatas, nada podiam adiantar, de mêdo a que as recusas compromettessem o decôro nacional. Puzêra-se a questão num plano falso, qual o do afastamento da amante do imperador. Repudiada esta, porém, as côrtes continuariam fechadas para os propositos conjugais de D. Pedro I.

Foi quando apareceram os intermediarios, que derrotaram silenciosamente a política austriaca: o coronel Brack realizou, com a sua astúcia, o que não lograram os ministros, com as suas credenciais. Compreendeu que aquela vida tinha um paradigma, e surgiu no Rio disposto a aproximá-lo do objéto do seu culto. O paradigma era Napoleão. Brack pertencia ao obscuro exercito dos "demi soldes" em cuja miseria novelêsea se fundiam a sagacidade dos charlatães e o idealismo dos misticos. Chefe de esquadrão reformado, bonapartista, com dez anos de campanha na Guarda Imperial, conhecendo tão bem a Alemanha como a França, chegado ao ramo Beauharnais da família de Napoleão, descobrira em Munich a flôr feminina dessa raça. Beleza, juventude, espiritualidade; graça e virtude; filha de Augusta, a esposa exemplar, e Eugenio, o justo; meio sangue real, nobreza mais de carater que de pergaminho, sobretudo moral; uma rara mulher.

Chamava-se Amelia Napoleona de Leuchtenberg, tinha dezeseite anos, e aos seus encantos, que lembravam a avó de Martinica, aliava a dôce melancolia de um destino infeliz. Nascera no esplendor da côrte de Mi-

lão, iluminada por um raio da Renascença italiana, e crescêra, como o *edelweiss* dos cimos, á beira de um abismo, que lhe tragára a fortuna, com o império francês.

Brack pensou em D. Pedro, embarcou para o Brasil, acompanhado da esposa, e revelou em S. Cristovão a sua idéia. Decerto ilustrou-a ao seu geito, porque logo tornou á Baviera, munido de instruções particulares, e a embaixada secreta custou ao imperial bolsinho cem mil francos. A grã-duqueza de Baden foi o apoio que o antigo lanceiro achou, para vencer. Essa princeza escreveu: “Si D. Pedro rend justice à la gloire de Napoléon, pourquoi ma nièce de Bavière la fille d’Eugène ne remplacerait elle point ma Louise (de Suecia) ?”

As segundas nupcias de D. Pedro celebraram-se de acôrdo com estas duas inspirações. Brack, ajudado de um Dumoulin, que aliás se intitulou depois autor do projeto, rumou a Munich, convenceu Beauharnais-Leuchtenbergs, regressou a París, entregou o assunto, a termo de concluir-se, ao visconde de Pedra Branca, e o casamento se fez, desorientando Metternich, como um duplo golpe vibrado á sua diplomacia. O casamento — e os Beauharnais. O imperador sectario fazia refflorir o tronco decepado do côrso, o “inimigo do gênero humano”!

Realmente, pareceu a D. Pedro um sonho delicioso aquele matrimonio, ao cabo de dez noivados imagi-

nados e desmanchados, resonando pelas chancelarias como pequenos escandalos.

Nenhum homem do seu tempo experimentára tão sucessivas impressões de noivas feias e nobres, que passavam diante da sua cobiça como figuras de um pezado, loiras, altas, secas, falando alemão e odiando a América. Julgava-se casado na Baviera, e lhe diziam que tudo acabara, e o casavam em Baden, para depois desmentirem, afirmando que a imperatriz do Brasil sairia da Dinamarca... As instruções dadas a Barbacena definem o desejo conjugal do imperador: não fazia questão de princeza de primeiro sangue (pensava em D. Leopoldina, archi-duqueza d'Austria e "une vraie gitane...") mas queria mulher bonita e virtuosa. Brack satisfez o Minotauro: não subiu ao trono no século XIX mais linda rainha que a Leuchtenberg. Barbacena apressou-se em mandar ao amo o retrato. Aquele retrato em que Amelia sorri tenuemente, com o seu modesto penteado "Maria Stuart", o longo pescoço de garça, um par de olhos limpidos e negros, o oval do rosto modelado pelos marmores classicos, uma impecavel cabeça de medalha misteriosamente animada duma emoção intraduzivel, que lhe atenúa a severidade das linhas, dulcificando o traço firme da boca, acentuando, numa palpação subtil, os riscos espirituais das sobran celhas. Tamanho abalo causou ao noivo essa imagem de gentileza, que Don Juan desapareceu e em seu lugar ficou o namorado romântico. "Nosso amo, escreveu o Chalaça, depois da chegada do paquete (com o

retrato) mudou de vida; não dorme fóra de casa, faz suas visitas sempre acompanhado do camarista, e nada de novo...”

Havia alguma cousa de novo.

Era a marquêza de Santos!

Mandára-a buscar a S. Paulo em Abril de 29, apesar do “Chalça”, que se ralava de desgosto e pressentimentos tristes: “ninguem é capaz de tirar da cabeça de S. M. I...” a temeridade. Voltára para dominar, para permanecer — uma vez o amo desalentado com os contra-tempos da Europa e a achar o casamento uma burla, com que o humilhavam. Em 21 de Junho enchia-lhe de flôres o regaço: “Minha Filha. Remette como em sinal de Paz esses lírios brancos que são produzidos nesta minha chácara...” Súplice: “Peço-te que pelo menos um dos lírios goze do teu calêr no teatro”. Coincidia com o seu máo humor, dizendo a Barbacena que abandonasse o projéto de arranjar-lhe noiva. Cançava-se: e vivia a sua vida. A 30 de Junho, porém, chegou o retrato. Salvação! “Se fôsse possível pintar-lhe nesta carta meu contentamento para que chegando a tempo de lá a achar (que Deus não permita) a mostrasse á Minha Salvadora, á Salvadora do Brasil, a minha adorada Amélia, que felicidade seria a minha!!” — escreveu a 29 de Julho para Barbacena. E despediu Domitila — desta vez definitivamente — por intermédio de José Clemente e de quantos serviçais achou próprios para a missão difícil.

Que não, reincidiu a marquezia, mais bravia depois de iludida outra vez, espicaçada pelo ciúme do retrato, vendo cair o castélo nas nuvens que reerguêra com tanto geito, n'um prodigio de mãos feiticeiras. “Despropositou (conta o “Chalaça”, a estourar de satisfação); e disse que não queria sair. Foram mandados aconselhá-la Manuel Alves, João José, Oliva, o irmão José de Castro, Inhomirim, etc.; continúa no mesmo; Nosso Amo tem esperado tres dias...” Porque recalci-trasse, o imperador se pôz a insultá-la. Tomou-lhe o titulo de Dama, suspendeu a pensão, proibiu que a visitassem, devolveu-lhe presentes... Afinal lhe comprou os prédios, meteu-lhe no baú de vequêta uma fortuna e, aliviado, a viu partir a 27 de Agosto, para sempre. (2)

À regeneração foi definitiva. Ajuntava-se ao amôr nascente a amargura política. Como que, a subitas, se convencera da sua impopularidade oriunda das estroinices absurdas. A “Aurora Fluminense”, desde Outubro de 1828, trazia a côrte suspensa aos artigos fulgurantes de Evaristo. A crise nacional precipitava-se e sentia em perigo a corôa. A 3 de Setembro, indignado com a protelação dos orçamentos, encerrara a primeira legislatura do Império com este sêco discurso: “Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira. Está fechada a sessão”.

(1) Vd. Alberto Rangel, *op. cit.*, p. 268.

A fragata que trazia a segunda imperatriz, a “Salvadora” do Brasil, chegou a 17 de Outubro.

Barbacena confidenciou a Palmella: “O Imperador meu amo foi encontrar as fragatas fóra da barra, e tamanho foi o seu prazer abraçando a rainha que quasi perdeu os sentidos. A imperatriz que estava muito timida e sem se atrever a dizer palavra, tomou coragem ao ver aquele transporte de ternura paternal e ajudou-me a prestar algum socorro ao imperador”.

No dia seguinte ao do desembarque creava a ordem honorifica da Rosa, inspirada nas meúdas rosas que ornavam, com uma chuva de petelas, o vestido da noiva. Saía da brutalidade da luta para o sonho da sua primavera: a alma envelhecida precocemente re-florava, e a felicidade lhe repovoou de ilusões a vida.

Amélia concorreu, com a sua amizade a Barbacena, que a acompanhou da Europa, com D. Maria II — para que o ano de 1830 começasse como uma éra de reparação. Cordial, sensata, generosa. Sem os equívocos do “gabinete secreto”, o faciosismo ministerial, os atritos anteriores. D. Pedro entregou a Barbacena a tarefa de fazer um governo conciliador: e o marechal a executou. José Bonifácio chegara do exílio, disposto a viver em paz os últimos dias: negou-se a entrar para o ministerio, achando que Barbacena, Calmon e Caravellas apaziguariam as facções.

Um acontecimento intercorrente mostrou que o imperador não alienára ainda a estima dos fluminenses.

O fraco de dirigir carruagens como um postilhão dominava-o, e para revelar á joven esposa a sua pericia meteu na sége a família, e mais o cunhado, o duquezinho de Leuchtenberg, e tocou-a pela rua do Lavradio num galope furioso. A traquitana desaprumou-se, arrancaram os cavalos, e foi tudo ao chão, despejando na calçada a carga preciosa. Por pouco esse desastre de carro não transtornara a história de dois paizes. D. Pedro, D. Amélia, D. Maria II e o duque, contundidos, sangrando, saíram de debaixo da sége em braços do povo, e o Rio de Janeiro, esquecido um instante das intrigas da imprensa, afirmou por todas as vózes a sua magoa.

Barbacena encontrou propicio o terreno para uma obra de concentração monarchica, que encetou, acabando com a recâmara portuguesa de S. Cristovão, isto é, o Placido e o "Chalça". Contava com o bom senso da imperatriz; assim pareceu vencer. Perdeu-o o excesso de poder que teve nas mãos hábeis: a mesma causa da queda dos Andradas.



Uma côrte imperial no velho Rio vintista, escravocrata, tão quente no verão que parte do povo, com os seus negros comboiando as liteiras, mudava para os arabaldes agrestes, era como um prodigio de civilização abrindo nos tropicos a flôr exótica. D. João VI transportára-a a bordo das náos, e fôra ela perdendo, em

treze anos de aclimação, a austeridade e os hábitos que os séculos lhe dêram na Europa: era em 1821 uma simpática côrte familiar, apesar da guarda de arceiros, das fardas vermelhas dos fidalgos e da etiquêta de Lisboa. Debret, no “Voyage pitoresque au Brésil”, atribue á chegada da arquiduqueza Leopoldina a reeducação européia do Rio, com as belas equipagens, os cavalos inglezes, os usos austriacos que imprimiram novo carater ás recepções da Bôa Vista. Antes, a pobreza dos mobiliarios, aliada ao aspecto burguez e uniforme das arquiteturas, transformara a residencia real num solar campestre onde a família de Bragança refrescava, saboreando a paizagem. S. Cristovão soffreu em 1817 a sua segunda remodelação. Invadiu-o a arte *Império*, com os bronzes, os moveis de castanho e a cerâmica mandados de Paris pelo pródigo Marialva. O segundo casamento de D. Pedro ensejou terceira e melhor reforma, dirigida pelo decorador Amaral, que enfeitára com uma graça franceza leve e pastoral a casa da marquêza de Santos. O sobrado de Elias Lopes perdeu então o feitio colonial, de mansão triste metida na sombra dos seus beirais: arribou á ilharga uma torre de cornijamento classico, revestiu-se de estilo nêo-renascente, espalhou pelos salões corôas, monogramas e figuras românticas, e poudo receber dignamente a imperatriz Amélia. Alí, todavia, a paizagem (a “paizagem inédita”, que tanto enervou a Gobineau, caçador de tradições) tirava á obra humana o seu interesse: e foi a ela que volveria D. Pedro, na Europa: “Repetidas

vezes desenrola o panorama de S. Cristovão e passo bastante tempo a vê-lo e a verter lagrimas...” D. Leopoldina amára sobretudo “ce bonheur tranquille éloignée du grand monde”. Esse sentimento do ambiente, reagindo sobre o cortezanismo histórico, creára no Rio uma nova idéia de magnificencia, que a Europa confundiu com a barbárie.

A vida de D. João VI, exclusivamente interior em Portugal, tornára-se no Brasil principalmente exterior: preferira aos conventos as montanhas, e as excursões pelo campo á misantropia enfezada de Mafra.

D. Pedro não conheceu os habitos mosteirais do tempo de D. Maria I e deu á sua côrte uma feição jovialmente americana. Foi o imperador atleta. Compreendia a América como a sonhou Napoleão, no “Memorial”: “... un immense continent, d’une liberté particulière. Si vous avez de la mélancolie, vous pouvez monter en voiture, courir mille lieux et jouir constamment du plaisir d’un simple voyageur...” Os sarãos rarearam, substituidos pelas cavalgatas; em logar de bailes, que exhibissem uma riqueza recente e burguêza, os exercicios fisicos. D. Leopoldina caracterizou-se pela indumentária de amazona, de chapéo alto, botas de grnadeiro, bombachas, a montar como homem, especie de secretario alemão do esposo, que habituára o Rio á sua simplicidade, á sua jaqueta e ao seu estouvamento. As festas desse periodo não tiveram o esplendôr dos “salões” do segundo reinado, que refletiram a prosperida-

de e a hierarquia. Os mais belos espetáculos do Paço foram os que a imperatriz Amélia presidiu, com a sua graça de Beauharnais, a juventude cheia de espiritualidade: constituíram cinco ou seis noites de elegancia na profunda nostalgia da crise política.

As carruagens (a de Strangford era de duas parelhas) e cadeirinhas inglezas atravessavam o parque de S. Cristovão pelo pórtico classico do architecto Monteiro, e paravam diante de uma dupla escadaria, em cujo patamar os archeiros verdes e doirados se perfilavam, com os seus bicornios e as suas alabardas. O solar, acaçapado, quasi vulgar, os dois torreões — um de linhas italianas, aspirando a estilo, que Pézerat acabava de construir, o outro banalmente portuguez, com uns longes de pagode chim — abrindo na tréva, entre as arvores, um facho de luz — parecia, com os lanternins e as luminárias, de encontro ao céu limpo, mais alto edificio num terreno levemente arrampado, uma casa lineada de fogo no seio da floresta. Pela escada que se desenvolvia tomando parte da fachada, subiam os fidalgos de casaca verde bordada, as damas de altas cinturas Récamier, com os bandós constelados de jóias e os léques monumentais, menos vestidas que as senhoras do século XVII, que transportavam sobre arcos de arame, como toneis, os “balões” de tafetá, e mais compostas que as “merveilleuses”. O imperador trajava a farda de marechal toda coberta de ouro como um pluvial, e sobre as comendas, a banda de todas as ordens, o To-

são, usou mais tarde o colar da Rosa, que lhe envolvia o busto de uma carícia primaveril. A imperatriz ostentou famosos vestidos á “*Dame blanche*”, com as suas barras de rosas, como os de *Mademoiselle Busc*. Predominavam o vêrde e o azul. Os rapazes vestiam-se pelos modelos de Londres, o “*frack*” de gola alta abotoado de cobre e calções brancos ou azul celeste, da côrte de Jorge IV. As grandes senhoras eram alí a *Jundiaí*, cujas joias encantariam as sociedades mais perdulárias, e realçavam, numa apoteose de gemas, a frescura e a graça de marquezia, D. Mariana da Cunha, filha dos marquezes de Inhambuque, segunda mulher do riquissimo Joaquim José de Azevedo, tesoureiro da Casa Real, 1.º visconde do Rio Seco; e a viscondessa de S. Salvador dos Campos, quasi criança, nora de Braz Carneiro, o mais abastado dos fluminenses. A Inhambuque, a Maceió, a Jacarepaguá, a Cantagallo, a Itapagipe, formavam a constelação das matronas; á sua roda gravitavam revoadas de satélites vigiados pelo olho critico de D. Mariana Carlota de Verna, a Belmonte. Os officiais da Guarda, os moços-fidalgos, os camaristas, o médico Inhomirim, o guarda-roupa Sorocaba, o 2.º visconde de Castro com as suas medalhas militares, o Dr. Tavares, o outro médico do imperador, que o acompanharia a Minas e seria, na Europa, o principal confidente, os ministros estrangeiros, os capitalistas que tinham entrada no Paço, com a cruz de Cristo pendurada do pescoço — completavam a sociedade séria dos saráos da Bôa Vista, que ia aos *Te-Deums* da capela imperial

em séges inglezas, e frequentava as festas do soberano com o seu resto de acanhamento, esse “triste” vago que Rousseau disse corresponder á barbárie dos póvos primitivos.

Treze anos de reinado, nove ou dez de império, fizeram o milagre de polir, afrancezar, anglicanizar aquella pacata burguezia que Debret e Saint-Hilaire ainda surpreenderam com os seus hábitos da Martinica, a sua melancolia aldeia e o seu isolamento colonial. O jornal completou a obra do trono: 1830 parecia-se tanto com 1820, como se um século se abrisse entre eles! O parlamento, onde o amôr da frase creára uma eloquencia política, traduzia em voz alta a Inglaterra dos partidos, do jury, das eleições; e a gazeta, refletindo París, tisonada de revolta, sonhava em francez. Internacionalizara-se o comércio, e com ele, o pensamento: o Rio de Janeiro solarengo, do Valongo e de S. Cristovão, vibrava com a Europa, “whigs” e “tories”, como se o drama longinquo fôsse parte da sua vida: não era de extranhar que a quêda de Carlos X abalasse o Brasil como se aquele fogo queimasse alí na rua do Ouvidor. A guerra da Independencia fechara a universidade de Coimbra para os brasileiros; e o governo de França, por intermedio dos consules, estimulava cubiçosamente a remessa dos nossos estudantes para as suas escolas, saturadas de idealismo. O periodo coimbrão encerrára-se definitivamente em 1822; o francês foi até 1835 ou 40; seguir-se-ia o periodo alemão, coincidente com a ressurreição da Prussia. E no Paço, com a imperatriz

Beauharnais, a influencia gaulêza adquiriu um aspecto grandioso, que o culto de Napoleão — ainda a “napoleomania” de D. Pedro I — revestia de classicismo: então floresceram as artes e as forças armadas recuperaram o prestígio dos primeiros dias do reinado (1).

(1) Para o capitulo: J. Armitage, *Historia do Brasil*, ed. de Eugenio Egas, S. Paulo 1914; Alcindo Sodrê, *Imperatriz Amélia* (Anuario do Museu Imperial, v. II, Petropolis 1943); Tobias Monteiro, *Historia do Imperio, O Primeiro Reinado*, Rio 1939; Pereira da Silva, *Segundo periodo do reinado de D. Pedro I no Brasil*, 2.^a ed.; *Memórias*, de Francisco Gomes da Silva, 2.^a ed.; Alberto Rangel, *D. Pedro I e a Marquês de Santos*, Rio 1914.

XII

BARBACENA E CHATEAUBRIAND

A política do primeiro reinado girou, naturalmente, á roda desse homem que resolvera ser um dos primeiros reis constitucionais da História. Sem partidos definidos, sem instituições ajustadas ao espírito nacional, e sem que pudesse a monarquia impôr a confiança precisa, a vontade do imperador foi a mola principal do Estado. A maquina da administração rodava ao seu impulso e a vida política refletia-lhe a personalidade, feita de força, imprevisto e cavalheirismo. As crises ministeriais desses dez anos de reinado têm uma razão política secundária: foram todas soluções de ante câmara, pois não permitiu nunca que o voto legislativo lhe derrubasse os ministérios. Apenas, a partir de 20 de Novembro de 1827, transigiu com as Câmaras, chamando deputados aos conselhos do Império: o parlamentarismo que ensaiou era primitivo e rude. Devia morrer, exausto, na esfera neutra dos orçamentos.

Como caíram os gabinetes, depois de instalada a primeira legislatura imperial?

O de 21 de Janeiro de 1826, diz-se que foi arredado pelo pézinho nervoso da marquezia de Santos, indignada porque não a deixaram visitar a imperatriz enfer-

ma. D. Pedro, de volta do Rio Grande, recebeu friamente os ministros, e eles, recuando curvos e palidos se demitiram. O gabinete de 15 de Janeiro de 1827 incompatibilizou-se com o movimento liberal, que erguera o nível da Assembléia ao romantismo político, nacionalista e democratico; mas o de 20 de Novembro, parlamentar, caiu porque D. Pedro, de repelão, despediu o ministro da guerra, inerte e inútil por ocasião do levante dos batalhões estrangeiros. Sentira então, obscuro mas próximo, o perigo que corria. Soldados alemães e irlandêzes dos dois batalhões de mercenários de 9 a 11 de Junho de 28 encheram de terror a cidade, de começo vingando-se dos máos tratos de oficiais violentos, afinal em tom de revolta abafada á viva fôrça pelas tropas ao mando do conde do Rio Pardo, e pela multidão a páos e pedras que se lhe misturou. Os rebeldes foram expulsos em massa. Falou-se do contacto que tinham com o governo de Buenos Aires. Seria o conflito nada menos que um dos episodios do acôrdo, a que se seguiria o rapto do Imperador, prisioneiro dos amotinados... (1) Talvez D. Pedro ignorasse tais projéto; mas percebia que atraz dos granadeiros bêbedos os seus velhos inimigos rastejavam. O "Chalaga" chama-lhes, genericamente, "partido revolucionário". E positiva o aspecto de atentado que aquilo teve. "Quan-

(1) A conspiração, associada á revolta dos mercenários, foi descrita por Saldias, *História de la Confederación Argentina*, I, 251, e, entre nós, Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*, I, 253 e segs., S. Paulo 1937.

do o partido revolucionário deu cuidado ao Imperador, e chegou até a por a sua pessoa em algum risco, achou-se S. M. sem ministros a seu lado...” Barbacena achou indispensavel que se apelasse para os almirantes inglêes e frances, que desembarcassem a maruja para evitar o peor. (2) Aquiétou-se a côrte: e nówos ministros aparentaram uma autoridade robusta. Não se aguentou o ministerio de 15 de Junho de 1828 em razão da sua diplomacia portugueza; o imperador abandonou-o á ferocidade das Câmaras para construir, com Barbacena, um governo de conciliação. Ia bem essa administração sagaz e maleavel, mais diplomatica do que executiva, equilibrando-se na linha das cumiadas, entre duas fortes depressões, que eram os partidos nascentes — quando D. Pedro, avisado de longe pelo “Chalaga”, atribuiu ao marquez desvios de dinheiros e o afastou brutalmente.

Se a tarefa de Barbacena era difficil com a simpatia dos dois lados, que aliciára, impossivel seria a de José Antonio da Silva Maia ou do visconde de Alcantara, contra ambas as facções.

Silva Maia não conseguiu sequer reeleger-se deputado por Minas, e os outros ministros foram impotentes para manter a tranquillidade no Rio.

Os gabinetes de 19 de Março e 5 de Abril de 1831 não tiveram côr política, nem propositos transcendentes.

(2) *Memórias do conselheiro Francisco Gomes da Silva*, p. 168.

tes; montaram guarda á agonia do reinado e se esfumaram no drama da abdicção.

* * *

D. Pedro perdeu com Barbacena a partida inicial, quando consentiu na deportação dos dois supostos ministros do “gabinete secreto”, o “Pinto e o Chalaça” Mas a ambos deu encargos diplomaticos e os meios de uma vida confortavel no exilio. Francisco Gomes fixou-se em Londres, onde conheceu Almeida Garrett, que dizem ser o autor das “Memorias” que publicou em 1831. Ora, ninguem melhor que o valido sabia o segredo da fazenda imperial, e a lisura ou leviandade dos funcionarios: decerto achou em Londres outros elementos de que carecia, porque não tardou em escrever as suas denuncias, que envolviam Barbacena. O imperador herdara do pae o instinto economico. Era uma das suas contradicções: um perdulário de energias que não esbanjava a fortuna. Crescêra numa côrte decadente e parcimoniosa, gafada pelas dividas, assaltada pelos agiotas, e a prosperidade não lhe tirára dos olhos o exemplo de D. João VI, com a sua rabona histórica coberta de nodoas. Por isso não fizera no paço de S. Cristovão senão obras mediocres e conservava o da Cidade como lhe deixára o rei: neste particular era a antiteses de Napoleão. As joias que dêra a D. Amélia tinham pertencido... a D. Leopoldina. Tomou-as de emprestimo á legitima dos filhos, como solenemente

declarou em escrito de 26 de Abril de 1830. A primeira imperatriz familiarizára-se com a sovínice da Bôa Vista; não a alterára a outra, preferindo ás galas do trono uma paz virtuosa, mesmo campestre, no alto da Serra, á procura de melhoras para a princezinha D. Paula. E' imaginar, assim, a colera de D. Pedro, ao saber que Barbacena exagerara as grossas despesas do casamento e viagem da rainha de Portugal. Desceu de Correias, revolveu papeis, fez conversões de moedas, balanceou contas, para concluir que estava lesado. Quando se convenceu disto, o prestigio de Barbacena era formidável. A ausencia do imperador da capital dera-lhe um realce de primeira pessoa do governo, como só o duque de Caxias teve depois, no segundo reinado. Seguiu-se a noticia da revolução liberal. Tombara o absolutismo, e a causa de D. Miguel, contra D. Pedro, acompanhava-lhe o destino. Vencia sobretudo o imperador do Brasil, liberal antes dos outros, orgulhoso das duas Constituições que déra, intransigente na guerra ao irrição, que ricochetava nos muros da Santa Aliança e feria Wellington e Polignac. Oportunidade tão propria para uma violencia, que lhe recortasse ao vivo a individualidade, cheia do dominio de si mesma, não a perdeu: mandou abrir uma devassa nas contas de Barbacena e nomeou para substitui-lo o visconde de Alcantara.

“... E' evidente que eu não pedi demissão — fri-zou Barbacena em carta para o sucessôr; e que o Decreto, se não contiver a causal — para tomar mui rigo-

rosas contas, deve pelo menos dizer: hei por bem demitir, porque tal é a verdade". (3)

O choque, que esse decreto produziu na côrte, pôde ser comparado ao de um tremôr de terra. O Marquez-marechal simbolizava a ordem monarchica, aliada ao exercito; representava o Brasil conservador, proprietario, anglicanizado, que tratava de recompôr pela imagem da Europa o seu mosaico político. Quando faltavam homens, confiança, credito, elle surgira da carreira diplomatica como um titan, que asfixiava na America carecendo de espaço, e ia tonificar em Londres o pulmão intoxicado de Ituzaingó: Canning estimara-o, Aberdeen respeitara-o, a Inglaterra reputara-o um incomparavel diplomata, que comprava navios e engajava marinheiros com a mesma presteza com que negociara empréstimos. Fulminou-o D. Pedro com um desdenhoso banimento, como fizera Luiz XVIII a Chateaubriand. Este paralelismo aproxima dois destinos históricos. Barbacena representou no Brasil — mais a espada, menos a literatura — o papel que em França teve Chateaubriand; apenas este era um realista místico, e aquelle um empirico burguez. A opposição das Câmaras ao imperador revestia-se dos mesmos ardis que ilaquearam o governo reaccionario do Bourbon. O afastamento de Barbacena produziu a mesma surpresa e os mesmos re-

(3) Ms. no arq. do castelo d'Eu. Carta de 1 de Outubro de 1830, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 368. Outros informes: Antonio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, Rio 1896.

sultados que causou em França o ostracismo de Chateaubriand. Carlos X ensorbeceu-se, depois, com a conquista de Argel; D. Pedro I, com a revolução de 1830. Lá e aqui, foram os pilares do trono que ruíram. A humilhação floresceu em vingança. “Un homme tel que lui ne rentre pas dans l’ombre”, disse um biografo do segundo. E em Paris, e no Rio, os dois antigos ministros tiveram nas mãos imprudentes o raio.

Barbacena, porém, foi mais longe. Escreveu ao imperador uma carta sinistra, lembrando-lhe Afonso VI, preso em Cintra, onde acabou os seus dias: “V. M. I. poderá acabar os seus em alguma prisão de Minas a titulo de doudo...”. Conspirou com os democratas, e não fugiu aos republicanos. (4) Pertenceu, na Regencia, ao grupo radical, que predominou até á renuncia do padre Feijó, desde Abril de 31 a Setembro de 37; levou mesmo para o Senado o facho rebelde que circulava pela Câmara, e a sua ultima viagem ao estrangeiro seria a soldo dessa política. Quanto a René, permanecera inabalavelmente retrógrado e disséra: “Je reconnais au malheur toutes les sources de puissance, excepté celle de me délier de mes serments de fidélité...”

(4) Vd. *Almanach Garnier*, Rio, 1907, declarações do visconde de Barbacena.

XIII

A ABDICAÇÃO

O *Rei Cavaleiro* esboçou-se nas cinzas do *Rei Creator*. Pódem as virtudes ancestrais, longamente incubadas na hibernação da decadencia, resurgir num folego súbito de heroísmo. D. Pedro I ia reviver a aventura lendária de D. João Mestre de Aviz. Ia buscar a Lisboa uma corôa. Com um exercito de peralvilhos que se entrincheirava rugindo de fome, nos rochedos dos Açores; sem armada, sem dinheiro, sem ajuda estranha, lutando com a hostilidade indignada dos monarcas e a irritação da Europa.

Desde 1829, quando o parlamento o ofendia com as suas ásperas alicantinas, decidira-se o imperador a cavalgar o ginete ajaêzado e atestado de ferro do seu sonho cavalheiresco.

Era singular o seu destino. O Brasil repelia-o, com a mesma impetuosa paixão com que o prendera, e Portugal lhe estendia, atravez do Atlantico, os braços aflitos. Oferecia-lhe, é certo, uma gloria esfarrapada sobre um trono pauperrimo, que o absolutismo e a guerra civil devastaram: porém lá, ao sol de Ourique e de Montijo, as ações valorosas seriam vistas pelo mundo. Era uma conquista,

Ao acabar o ano de 1829, — a desilusão política e a ventura sentimental — a rainha D. Maria II não podia alimentar grandes esperanças de subir á Ajuda com o manto vermelho semeado de globos do rei D. João VI aos ômbros infantis.

Não havia um só soldado liberal no territorio portugûes e a Inglaterra pugnava desembaraçadamente pelo rei Miguel. Devéras, ajudou-o desde 1824. A política conservadora de Wellington atirára-o, com a importancia do seu nome e a força do seu partido, á contenda lusitana: a Inglaterra industrial de 1829 permitia á sua diplomacia uma dessas contradições admiráveis. Ao não-intervencionismo, consequente á formação da Santa Aliança e ao congresso de Verona, fizera succeder a manobra em favôr do legitimista portugûes mediante a proibição implacavel de navegarem barcos para a Terceira. O usurpador contentar-se-ia em defender o reino, que do bloqueio maritimo a velha aliada se incumbira. Como resistir o imperador do Brasil á Grã Bretanha? Cançando-a. Barbacena, habilissimo, descobrira e desmoralizara o jogo da Austria, dando com D. Maria da Glória em Londres, onde, como num campo neutro, tal a severa vigilancia dos “whigs”, ela pudéra observar o sôpro dos ventos. Ganhara a força moral: D. Maria II era o direito ao encalço da justiça... Os ministros de D. Miguel, espalhados pela Europa, comunicavam á correspondencia nesse tempo para o visconde de Santarem a vibração alarmada dos seus sustos. O rei Jorge IV rece-

bera a real menina... A esquadra de D. Miguel não lograra expungir a Terceira... D. Pedro, do outro lado do oceano, intrigava com desespero. "...Não cêda na demanda siquer cinco réis, pois senão estamos perdidos; o mano tem coragem, faça um rasgo do seu valor" — concitava-o a infanta Isabel Maria. (1) Essa confusa situação, que parecia a termos de concluir-se com o destroço final do liberalismo, mudou de subito em Julho de 1830.

Era uma grossa nuvem que só o raio podia rasgar. O raio partiu de París. Tres dias alucinados bastaram: "les trois glorieuses journées". A face da Europa mudou, ao amanhecer do quarto dia: ainda uma vez as plébes imundas tiravam aos reis o seu trono. Uma rajada de demagogia, de constitucionalismo, fez a volta ao mundo, derrocando os regimes tradicionais: Wellington caíu como Polignac, com o ruído e a imponencia de um Estado que tomba, e por toda parte os partidarios das idéias liberais, aliados lógicos da causa de D. Maria II, galgaram o poder chamuscados de polvora. A hora da vindicta soára. O marquez de Santo Amaro, surpreendido em París pela revolução, não chegou a apresentar as credenciais a Carlos X: contramarchou contente, a esfregar as mãos engelhadas de antigo amanuense, pensando que o acaso é o embaixador mais feliz. Já não havia necessidade de conversações dilatórias, porque a attitude da nação ia ser outra: a Ingla-

(1) M. no arq. do castelo d'Eu.

terra recolheria as suas náos de bloqueio e a França ameigaria a sua hospitalidade aos emigrados portugueses. A Austria, tutôra das dinastias, não estava mais lá, a proteger o intruso, e como se todas as circunstâncias se apastassem em traír o legitimismo, a rainha-mãe D. Carlota morrêra na sua alcova da Bemposta, quasi esquecida da côrte que já encantára como uma fada, escandalizára como uma regateira, furiosa de deixar o filho á mercê do destino incerto, adivinhando-lhe, com os seus raros sentidos de histérica, o desgraçado fim.

Como todas as criaturas de dúbia vontade e genio reservado, D. Miguel precisava daquela astucia afinada pela larga experiencia de quarenta anos de conpirações subtis: a mãe fôra-lhe a confidente, a mestra, a consciência, o pharol sempre aceso. Só ella conhecia, a um tempo, o carater dos filhos e do irmão e genro rei de Espanha, só ella conseguiria aliciar em Madrid a solidariedade necessaria ao usurpador, ella só lograria fiar, com seus dedos afusilados, que nunca perderam a belleza, a teia dos conchavos que lhe prendiam a nobreza de antiquissimos titulos e os interesses das casas principais. Morta Carlota Joaquina, fôra como se lhe faltasse um pilar ao edificio, que gemêra num falso equilibrio: a sorte volvia a bafejar o imperador depois de longo abandono.

D. Pedro continuou a colher os beneficios do seu constitucionalismo: a agitação democratica que ia pelo resto do universo parecia respeitá-lo. Servia-lhe.

Tornou-se arrogante. Vimos como despedira Barbacena. Era do seu feitio. O momento das transações, difíceis ao seu temperamento, passára: queria agir, e agiria só. O “Chalaça” vencia, projetando sobre os mares a perfidia da sua cavilosa política. Os emigrados recobravam um animo insolente e reclamavam a marcha sobre Lisbôa. Eles condensaram em torno de S. Cristovão um ambiente bélico onde lampejavam as coleras liberais, jurando a desforra. D. Pedro convenia-se, entregava-se, capitulava ás sugestões daquela atmosfera reivindicadora. D. Amélia, empolgava pelo regozijo dos partidarios da enteada, não ousava observar ao marido que no Brasil todo uma onda de protestos se elevára soprada pelas desconfianças nacionalistas. Entretanto os fátos se precipitavam: na côrte o espírito popular absorvia, desde 14 de Setembro de 1830, quando se soube da revolução de Julho, a poesia republicana, e turrava com os portuguezes, muito desabridos na sua adesão á rainha. Os agitadores lavraram livremente esse velho campo de odios: D. Pedro passava a ser tambem “o portuguez”. Pelas esquinas, quadrilhas de brasileiros assaltavam os desafetos, caindo-lhes de páo sobre as costas, enquanto estes se despicavam dos contrários com outras e semelhantes aggressões. O pior — a popularidade da rixa — aterrava sem proveito o ministerio: D. Pedro I urdia um plano misterioso de ação, que não comportava as meúdas providencias de polícia.

Os “Colunas” reapareceram para gaudío dos extremados, e em S. Paulo o jornalista Libero Badaró, mestre escola italiano que verrinava corajosamente na sua folha republicana, foi assassinado com o tiro liberticida que um embuçado lhe desfechou, ao que se disse, mandado pelo imperador.

Nem D. Pedro mandara matar o foliculario, nem os “Colunas” resurgiram do pó e da imaterialidade dos dias idos.

Mas a propaganda é exigente e o assunto calhava. A “Aurora”, do poeta e livreiro Evaristo da Veiga, alcançava as notas mais altas nesse desafinar de vozes exasperadas: era gazeta — ariête. Os seus golpes percutiam no país; nos seus artigos de fundo escritos com a pena flamante e honesta dos apóstolos, ondulava a chama devoradora das instituições. Evaristo coroava-se nele, como um deus, dos coriscos da ameaça popular; o mercador de livros da rua dos Pescadores assomára á tribuna, que nas Câmaras, em férias, silenciára. O exito do jornal tardara, mas D. Pedro lhe sofria as espaldeiradas quando era já impossivel defender-se. Transformára-se o meio em que florescia a sua mocidade ambiciosa e os seus amôres cantaram. As dedicações políticas fugiam-lhe, substituidas pela assidua fidelidade portugueza; os homens em quem confiára, desgostosos, evitavam-no; o Paço da Bôa Vista entristecera, e baldadamente a imperatriz lhe animava os salões com a presença gentil, o sorriso angelico, um encanto espiritual no seu sonoro linguajar entre francês

e português, cheio de erros de vernáculo e graça feminina.

Quem não conhecesse o imperador diria que Sua Majestade perdera a cabeça; porém os intimos sabiam que o sonho o dominava, e ao seu esplendor sacrificaria mais que um trono envolvido em espinhos.

Entre os memoristas dignos de credito, Menezes de Drummond assegura que D. Pedro I pretendia de muito — desde 1829 — lançar-se á aventura, que fosse a emoção definitiva da sua vida. (2)

Naquela alma, que aos 15 anos revelára um bolieiro, aos 24 fizera um imperador, engendrava-se um cruzado. Laborou-se pacientemente o desengano. Pelo mesmo processo psiquico que do mundano se arranca um místico, daquele soberano se destacava o cavaleiro andante. De ponto a colaborar, inconscientemente talvez, com os seus inimigos do Brasil, e a conspirar, com os portuguezes, contra o seu próprio trono, como em 1822. Todos os seus atos concorrem para o mesmo fim, entre Setembro de 1830 e Abril de 31. A politica é uma ladeira, e por ella rola desamparadamente o prestigio do imperador. Torna-se aspero e irritadiço como em 1826, quando açoitava os funcionários, tratando os empregados relapsos como os parelheiros de sua sége. Entretanto, não congrega os elementos militares, que se esquivam, desconfiados das intenções obscuras de Sua Majestade. Deixa que na caserna cristalize o idea-

(2) Vd. Drummond. Contribuições á Biografia, *An. da Bibl. Nac.*, XIII.

lismo democratico e finge não perceber — ele, que visitava de imprevisito os quartéis e chamava pelo nome os officiaes — que o brigadeiro Francisco de Lima e Silva avulta como um cabecilha. A revolta freme nos subsolos do partidario e faz-se uma aspiração geral. Reapparece a maçonaria. Sente-se, de accordo com as doutrinas da “Aurora”, a necessidade de uma segunda Independencia, com a rutura do ultimo laço colonial, e os estudantes esbravejam contra o *lusitanismo* reinante. As plébles começam a chasquear da fidalguia portuguesa, que borboleteia á volta do monarca, e coage-o; os partidos retraem-se, e Barbacena governa, dos bastidores onde refugiára o seu terrivel despeito, a orquestra da opposição.

O imperador, imperturbavel, não tem mais para os adversarios que o injuriam aquelas juvenis explosões da sua raiva, que nada poupava: dir-se-ia que lhes estimava a petulancia crescente. A indisciplina invade as guarnições e rosnam ameaças os jacobinos da Baía, de Pernambuco e do Ceará. Em Minas Gerais, onde os liberaes extremistas tinham ganho as eleições de 1829, mandando á Câmara Souto e Evaristo, dois jornalistas do Rio, que Bernardo de Vasconcelos impuzé-
ra ao eleitorado, os conservadores monarchicos são uma minoria tímida.

D. Pedro decide-se afinal, em Fevereiro de 31, a visitar Minas Gerais. Resolução temeraria, sofre-lhe estoicamente as amarguras. Os inimigos preparam o terreno para a recepção glacial, e uma dolorosa surpre-

za o espera em Ouro Preto. Acompanha-se da imperatriz, do ministro Maia e de um troço da Guarda de Honra, cujos enormes capacetes de crina ao vento comovem as populações. Em 1831 o imperador vê o reverso da medalha de 1822: então, a delirante homenagem de um povo crédulo, agora a sua tristeza e a sua muda censura. Só lhe aparecem com bôa cara vereadores, com as suas varas, e os magistrados de toga, que lhe devem respeito: faz-se em torno dele um vacuo, que é a zona fria da sua impopularidade. Finge desaparecer-se da insensibilidade dos póvos á sua chegada espectacular, precedido dos seus esplendidos dragões de elmo dourado, e indaga, perquire, palestra amavelmente, anotando as supplicas que lhe dirigem. Em Ouro Preto, porém, dobram os sinos a finados.

Das lindas igrejas barôcas trepadas aos môrros abruptos, sóbe para o céu limpo uma lamúria de sons duros, e perde-se no horizonte serrano um éco de funerais. De Santa Efigenia, do Carmo, do Rosário, das culminancias pedregosas da antiga metropole do ouro o vozerio plangente cruzava-se com o gemido do vento e pairava, lutuoso, sobre a casaria arcaica derramada escarpas abaixo. D. Amélia horrorizou-se, e o imperador quiz saber que grande morto era aquele, assim tão celebrado dos sinos lamentosos na ocasião mesma da sua entrada em Ouro Preto. Disseram-lhe — e D. Pedro I empalideceu — que os sinos dobravam por alina de Libero Badaró...

Desde esse tempo a terra mineira lhe queimou os pés.

Recomendou com volubilidade a candidatura do seu ministro Maia para deputado em recondução, e o ministro foi derrotado nas urnas.

Chegou ao Rio a 13 de Março, e os portuguezes engrinaldaram e iluminaram as ruas. A' noite, provocado pelas luminárias, estalou no centro comercial um conflito pavoroso. A história guardou a memória desse serão de pancadaria: a "noite das garrafadas". Brasileiros aos bandos, com o chapéo de palha por insigna, descobrindo a trunfa atrevida, os mulatos capoeiras de navalha no cinto e cacete na mão, os estudantes armados de porrête e faca, uma ou outra pistola de chispa oculta sob os capotes, correram ás vielas coalhadas de luzernas e esbordoaram, amassaram, dispersaram os festeiros. Volveram estes em esquadras, igualmente munidos de páos, as garrafas das lojas de molhados, punhais e armas de fogo, e vingaram-se. Com vantagens parciais a luta estendia-se, jogando os caixeiros a vara como nas feiras minhotas, quando marinheiros, milicianos, negros lançaram á balança o pezo dos seus punhos. Daí por diante foi uma perseguição atroz, levados os mercieiros a cajadadas para dentro dos armazens, onde se recolheram cançados de bater e apanhar, emquanto as tijelinhas de azeite caíam á pedrada. Os rumôres dessa briga inesperada chegaram a S. Cristovão e D. Pedro, contra a expectativa dos cortezãos, proibiu que a força castigasse os desordeiros.

Dormiu muito tarde a 13 de Março. A indignação fervia-lhe n'alma e o seu genio insubmisso vaporava dentro nele a ansiedade e a violencia. Decidiu-se a jogar na mesa a ultima cartada. Seria a da abdicção — para reaparecer, general apenas, na Europa, que o chamava. D. Amélia ouviu-lhe, aflita, a confidencia, e deplorou-a. Ela previa os riscos e as tribulações de uma guerra desigual á mercê de um destino incerto. Aprendera na sua família a crêr na América. O "Memorial de Santa Helena" lá estava: sobre esse livro chorára a emoção de mulher e a dôr de princeza, e meditára-o com precoce gravidade, como se a sua vida ali se explicasse. A América era o campo virgem. Os dramas sociais do mundo velho aquí não repercutiriam, e as asperezas da sorte dos reis se amaciariam na gratidão dos povos, cuja prosperidade dependesse deles, e no enlevo de uma ordem toda nova. Em Portugal, porém, num horizonte ramalhudo de fôrcas, que o absolutismo levantara, a escassa terra submergia em sangue, e ao lado do usurpador o próprio clero cobria de maldições os liberais... Porque tentar então?

D. Pedro fechou-se numa discreção teimosa. Porém os dias que medearam entre 14 de Março e 6 de Abril foram de secretos preparativos. Como o pae em 1807, despistava os ministros, recebendo fóra de horas os amigos portugêses. Levaram-lhe as gazetas estrangeiras e as communicações da junta da Terceira. Jornais e officios concordavam: se o rei de Portugal D. Pedro IV tomasse a frente á guerra, D. Maria da Gló-

ria subiria no seu trono. D. Pedro, comtudo, tinha o futuro dos outros filhos que resalvar. Abdicaria em favor do príncipe imperial D. Pedro, que em 2 de Dezembro completara cinco anos. Poderia deste modo assegurar ao seu sangue as duas corôas, e de ambas se conservaria, á disposição da bôa causa, o Condestavel. Bem o marquêz de Barbacena avisara a Evaristo, como disse Armitage: "sabia que D. Pedro facilmente seria induzido a abdicar".

Extranhavam-lhe, que fundasse uma monarquia, que reconquistasse outra, e no fim só tivesse de seu o velho ducado de Bragança, pertença todavia dos reis de Portugal.

Exultava nessas ocasiões e dizia que o desinteresse lhe remataria a vida, dando fé á sua palavra e perdão aos seus erros.

Correra que fôra liberal por industria, e o continuaria a ser por ambição: provaria que não. A sua má educação, entre a plêbe desbocada e a soldadesca, ensinára-lhe, mais do que julgara frei Pedro de Arrabida, o tolerante oratoriano: ensinára-lhe a amar as idéias que faziam sonhar aquela ralé. Porisso fôra um rei diferente; mutilára a sua herança, creára no Brasil um Império e voluntariamente, como jurára a Constituição espanhola e adotára a portuguesa, lhe déra a Carta, analoga á que concedeu a Portugal, libertando-o de improviso do obscurantismo antigo, desde que nada de melhor pudéra oferecer-lhe. D. Maria II seria lá, na pátria, a fiadôra desse constitucionalismo; no Bra-

sil o representaria D. Pedro II. Depois disto... Pensava em Napoleão: mais ditoso do que Cesar, seus filhos e seus netos ostentariam na frente austriaca o diadema que lhes legava.



A “journée des dupes” começou naquela noite de 13 de Março.

O Rio de Janeiro dividiu-se em duas bandas: os portugueses, unidos pelo receio, os brasileiros, unidos pelo espírito regional.

A imprensa de opposição, principalmente o “Republico”, pasquim dos federalistâs que vociferava uma linguagem feroz, de odio e injúria, explôrou delirantemente o dissidio, e no bôjo do boato ele assumiu fórmãs fantasticas. A 17 de Março, reúniram-se na casa do padre José Custódio Dias 23 deputados e o senador Vergueiro e assinam a representação, redigida por Evaristo, exigindo da corôa o castigo dos portugueses, em desofronta do “Brasil vilipendiado...” D. Pedro, a 20, exonerou os ministros, como em atenção aos queixosos, e nomeou outros, filhos do país e mediocrementemente populares. Entregou o comando das armas ao brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Arrefeceu as iras, que nem por acalmadas se desarmaram.

Houve *Te-Deum* a 25 de Março, na igreja de S. Francisco de Paula, em regosijo pelo aniversário da Constituição, e para ele os deputados não convidaram

o imperador. Pois á hora da cerimonia, repleto de povo o largo de S. Francisco, surgiu D. Pedro, entre aplausos da mesma plébe que andava de súcia com os seus inimigos. Aí proferiu a frase, que foi o retrato do seu genio: "Tudo para o povo, nada pelo povo".

Cinco dias depois, uma notícia absurda punha em pé de guerra a côrte.

Circulára a denuncia de que os portuguezes, acamarrados com o batalhão 1 e maruja, iam assaltar e desarmar os regimentos de artilharia. Nada menos provavel; e em nada se creu mais no Rio, naquele dia primeiro de Abril. O Largo do Moura encheu-se de patriotas e os exaltados, num côro de improperios, ameaçaram pela primeira vez o imperante. Nesse ambiente de suspeitas, misteriosamente trançado de perfidias, que nasciam e morriam nas ruas por onde fervilhava a rebelião, achou azado D. Pedro convocar extraordinariamente a Assembléia e substituir o gabinete, considerado inepto, porque não lográra infundir á população uma confiança razoavel.

Na noite de 5 de Abril, foram nomeados ministros os marquezes de Baependy, Inhambupe, Paranaguá e Aracaty, o conde de Lages e o visconde de Alcantara. O estado-maior palaciano; a elite politica de 1823; o grupo dos aristocatas luso-brasileiros de idéias inflexiveis e espirito arcaico, encanecidos ao serviço da monarquia, conhecidos do povo pelo esplendor dos seus nomes ou pela tradição das suas pessoas... O menos democratico dos ministerios que então se podiam for-

mar; um ministerio que sómente a vitoria completa do partido da direita justificaria, empoad, sêco, superior, tambem longinquo e exausto como um governo do século XVIII, feito para as serenas meditações do Paço em dias suaves de calmaria e elegancia... Ou D. Pedro endoidecera, ou queria perder o Brasil. Perdeu o Brasil; mas D. Pedro estava no seu juizo perfeito.

Aceitava a luta extremado-a.

Nem siquer nomeára para seus ministros alguns jovens fidalgos violentos, de mão pezada e tirocinio militar: os homens de 5 de Abril eram os velhos corteções de D. João VI...

Ficava, defronte do motim ou da revolução, apenas o imperador.

Com efeito, mal se soube, na manhã de 6, que substituiu ao ministério retrogrado, explodiu a fúria popular.

Ao dia de agitação seguiram-se a noite de ajuntamento e a madrugada de ação.

O primeiro miliciano que pôs na praça pública o pé indisciplinado, levando ao ômbro a espingarda e a mochila nas costas, transportava comsigo uma nova éra. Multidão, tropa, canalha, queriam simplesmente a reintegração do gabinete demitido. Que o imperador recuasse; que cedesse. Sabiam muito bem — entretanto — que para D. Pedro I só havia tudo ou nada. Morreria antes de capitular.

Quando resistiu ao povo, recusando-se altivamente a demitir os “marquezes” do gabinete de 5 de Abril de 1831, realizava D. Pedro I o ato inicial da abdicação.

Este é um dos elementos da convicção que nos dá sua antiga e firme idéia de abandonar o Brasil pela porta do primeiro pretexto. Sabia que tinha nos quartéis tropa que sufocasse um movimento, nem dispunha de políticos populares que o desviassem. Conhecia o estado de animo dos oficiais e previa, pela noitada de 13 de Março, o que seria a orgia sangrenta da patulêia no dia em que a deixassem escapar-se dos *clubes* para a rua, de navalha e cacête. E não a conjurou. Bateu o pé, irretorquível, e passeou com imponencia o vulto marcial pelas salas quasi vazias de S. Cristovão. Não atendia aos reclamantes, não atendia a ninguem.

Lembrava-lhe o 5 de Junho de 1821, quando sacrificára o conde dos Arcos, Barbacena, Vergueiro. Pegou-se vagamente a este último nome, certo d'antemão de que Vergueiro não faria ministério. — Ora, chama-me aí o senador Vergueiro...

O resto se passou como na loja de Evaristo da Veiga, á rua dos Pescadores, fôra planejado. Abalou para o Campo de Sant'Ana o primeiro batalhão ás primeiras horas da manhã de 6 de Abril, equipado como para campanha. Juntou-se-lhe uma curiosa multidão puxada pelo rapazio escolar com armas, bradando vivas á revolução, ao lado de mulatos capoeiras e políticos. Na vasta praça onde uma relva viçosa amortecia os passos dos regimentos e o rolar da artilharia,

a população sediciosa cresceu a breve termo, e fraternizou com os soldados. Encheu o quadrilatero imenso entre a caserna, que defrontava de um flanco a igreja de Santa'Ana, o palácio do Senado, a casa do antigo intendente Paulo Viana e os sobrados fidalgos do quartirão do sul: consequentemente obstruia o caminho da Bôa Vista para a cidade, podendo de subito encrespar um exército irregular e tumultuoso no rumo da Quinta Imperial.

O brigadeiro Francisco de Lima e Silva appareceu, a cavallo, um sorriso triunfante nos lábios, a retribuir com benevolencia os aplausos: era o vencedor militar. E incruento. Não correria sangue, porque o imperador não se lembrára de resistir...

No Paço, a imperatriz, um vinco amargo nos cantos da bôca, seguia o marido nos seus passos errantes pelas recâmaras, como se fosse a sua sombra. Os semanários empalideciam pelos corredores, prevendo a catastrophe; gentishomens empoeirados, que tinham ido recolher-se á Bôa Vista para avisar, saber, extranhavam que não houvésse força no palácio, além de alguns archeiros de bicornio emplumado como marechais, que dormitavam agarrados ás alabardas do tempo de D. João VI — e que os canhões não guardassem o parque, que a Guarda de Honra alí não estivesse com as fardas brancas, tão do agrado de D. Leopoldina, por lhe recordarem os granadeiros de Vienna, e o inverosimil capacete de penacho... Os ministros calavam-se, reflexivos, e os velhos aulicos, com as pontas da casaca vêrde abanando,

os lenços de alcobaça pendurados dos bolsos, tontos, medrosos, confundiam as sombras exquivas pelas galerias, onde os lacaios de libré e as açafatas de D. Amélia choravam. D. Pedro I conservava a serenidade heróica, do homem que despreza os sentimentos mesquinhos e obedece a injunções que ninguém percebe. A propria D. Amélia, que quer mostrar-se forte, como quem já vira tronos tombarem, não lhe penetra o reservado pensamento: o imperador diz, soberbo de tranquilla segurança, que se vae embóra.

Ir-se embora para ele, naquela tarde, naquela noite de ameaças, era pagar a seu modo a ingratição — e safar-se jovialmente. A ironia ameniza-lhe a consternação, e acha graça, a sorrir, do pavôr da Côrte. Não tem soldados. Comunicam-lhe, em recados sucessivos, que todos aderiram: as casernas da Quinta estavam vazias e não havia mais sentinelas nos portões. E a Guarda? A Guarda, como uma tropa casquilha a quem a polvora aborrece, dissolve-se. As espadas que brilharam ao sol do Ipiranga dormiam nas bainhas o sono eterno: não se desnudariam mais por D. Pedro I. Eram espadas brasileiras... A imperatriz sente impetos de insultar, gritar em francês os desafôros da ama abandonada pelos criados, e afoga em lenços vaporosos o pranto e a angustia. Se invadissem o palacio? As damas inquietam-se. A população não odeia a casa reinante e se limita a coagi-la. A revolta é política: os sediciosos só exigem mudança de ministério e a nacionalização do governo. Esquecera-lhe pedir a depo-

sição do imperador, até porque cogitára de dar-lhe substituto. Quem? Os republicanos eram poucos e não tinham direção. Evaristo, na "Aurora", chefe intelectual da revolta, era conservador e anti-federalista. Lima e Silva, chefe militar da revolta, por ser o governador das armas, era por nascimento e indole um aristocrata — e um conservador. Alguns moços da academia de marinha, que vivavam a federação, não poderiam alcança-la aos brados e berros. A participação do exército assegurava a honestidade dos propositos...

Debalde os juizes de paz das freguezias de Sant' Ana, Sacramento e S. João, e o major Miguel de Frias e Vasconcelos, e o brigadeiro Lima, expuzeram a D. Pedro as exigencias da revolução. Não. Recusou desde o principio, frio, laconico, sem temer consequencias, como se as provocasse. Não obedeceria. Não sabia obedecer. "Tudo para o povo, nada pelo povo".

O major Frias disse-lhe que eram mil os cidadãos reunidos no Campo. Respondeu afinal, ladeando a questão, que mandara chamar Vergueiro, para que organizasse o ministério, porém, jamais reintegraria o demitido. O major Zeferino, do 1.º de Artilharia, aproxima-se, faz continencia e explica, que até o Batalhão do Imperador fôra para o Campo, e os outros, todos os officiais sentiam desejos de acompanhá-lo. D. Pedro replica: "Juntem-se no Campo aos seus companheiros, não quero o sacrificio de pessoa alguma".

Eram 3 e meia horas da madrugada de 7 de Abril.

Segunda vez o major Frias insiste, com clareza e persuasão, lembrando a sua megestade que não podia demorar-se ali, á espera de uma solução que tardava, porque o povo julgaria que fôra assassinado e poderia passar da expectativa á agressão.

Os ministros da França e da Inglaterra estão no palácio.

D. Pedro troca com eles impressões ligeiras.

Volta-se para o major Frias: “Espere ainda um pouco. Leve uma resposta mais decisiva”.

E atirando-se a uma mesa, com letra rapida escreveu estas simples palavras: “Usando do direito que a Constituição me concede, Declaro que Hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara. Bôa Vista, 7 de Abril de 1831, 10.º da Independência e do Império”.

“Meu muito amado e prezado filho...”, foram as palavras do decreto de D. João VI, em 1821, deixando-lhe a regencia — e o Brasil!

Tomando esse papel, entregou-o ao major Frias e disse-lhe: “Aqui tem a abdicção; estimo que sejam felizes; eu me retiro para a Europa e deixo um país que tanto amei e ainda amo”.

O major Frias partiu, aconchegando ao peito aquele autografo com os cuidados de quem levasse ao relento uma chama...

D. Pedro sacudiu os ombros, fez estremecer o assoalho debaixo dos seus pés solidos, e anunciou á côrte o fim daquele drama.

O ministro francez Pontois reproduziu-lhe a frase comovida: “Prefiro descer do trono com honra a reinar deshonrado e aviltado. Os nascidos no Brasil congregaram-se contra mim no Campo da Aclamação. Não querem mais saber de mim porque sou português. De ha muito esperava isso, e anunciei-o após a minha viagem a Minas. Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser brasileiro. Os brasileiros prezam-no. Governará sem dificuldade e a Constituição garante-lhe seus direitos. Renuncio á corôa com a gloria de acabar conforme comecei — constitucionalmente”.

“Soube melhor abdicar do que reinar. No decorrer dessa noite inolvidavel para quantos a testemunharam, o soberano elevou-se acima de si proprio...” — confessava, para Paris, o diplomata, surpreendido da imprevista grandeza daquele homem.



A emoção suprema daquela noite de desalinho e vigilia foi a despedida dos filhos. Pé ante pé, D. Pedro e D. Amelia, acompanhados de um laçao que elevava á altura dos olhos o candelabro, penetraram no quarto em que os príncipezinhos dormiam, rodeados de um delicado mobiliario negro que mais resaltava a alvura dos lençóis. D. Januaria e D. Francisca, de um lado, do outro D. Pedro, nas caminhas de grade doceladas de

branco, resonavam: havia no ar, afogado pelas cortinas, uma doce palpitação de vidas tenras em repouso. O imperador beijou os cabelos ás filhas e demorou-se a olhar o menino a quem transferira a enorme herança do imperio. Os seus olhos laivados de sangue coruscavam e era cena digna de perpetuar-se a sua attitude de veneração diante do leito em que o pequeno soberano sonhava, talvez, com os brinquêdos que na manhã seguinte teria para brincar. Mais crescido que as outras crianças da sua idade, D. Pedro II — o imperador! — tinha uma grande cabeça loira de Habsburgo, a augurar inteligencia e vontade. O seu queixo saliente era dos Austrias, o labio inferior vagamente bello lembrava o rei seu avô, e nas suas faces pintavam duas rosas de sangue como as tivera D. Leopoldina, a quem tanto saíra. O pai alegrava-se dessa semelhança: o que lhe faltava em bom senso, estouvado Bragança, desejava ao filho, para reinar com brandura e acêrto num tempo improprio para violencias passionais e loucuras dinasticas... D. Amelia não conteve as lagrimas, que lhe borbulhavam nos olhos, e, sem forças, ajoelhou. Os seus braços envolveram a cabeça do adormecido, e com os dele se confundiram os seus cabelos. O candelabro, erguido pelo criado, tremeu; D. Pedro não pode evitar que a perola de uma lagrima se lhe pendurasse dos cillios; e a imperatriz depôz na travesseira do enteado um papel. Levantou-se penosamente, e inclinada sobre o catre, beijou-o ainda com ternura. Soluçou. Nunca mais! Nunca mais! A mão firme do marido tocou-a no ombro. Vol-

tou-se, o rosto alagado de pranto, e surpreendeu-se da expressão quasi alegre da sua fisionomia, em que a luz incidia. Ela o compreendeu. Alí estava o novo imperador do Brasil. Seu filho! E em Portugal havia de reinar D. Maria da Gloria. Sua filha. O coração de pai serenava, aplacava o orgulho de rei, e o amôr de esposo sorria. O mundo é grande. Recolheriam a algum recanto manso da terra, que os cercasse de rosas, o idilio perpetuo...

A imperatriz refugiou-se nos braços de D. Pedro, que a conduziu para os seus aposentos, já a esta hora pôstos em alvoroço pelas açafatas que metiam sofregamente nos baús roupas, documentos, joias, frascaria, os maravilhosos vestidos que o Rio copiára enternecidamente, o enxoval que ela trouxera da Baviera.

Precisavam partir para bordo de uma fragata que os transportasse para a Europa.

Os fâmulos atropelavam-se, os camaristas pasmavam, imprestáveis, suando frio, e com a balburdia dos empacotamentos o verniz da polidez se diluía no monarca abdicante. Enfurecia-se, distribuía ponta-pés aos lacaios, que lhe fugiam, e atirava para as canastras as fardas, as armas, os estojos de condecorações, numa ansiedade de viajante que não quer perder o paquete. A roupa de cama, então esquecida, foi por ele pedida no dia 12, de bordo. O seu proposito era embarcar antes do dia claro, para que os filhos não lhe demorassem a partida. devéras, obrigado á inacção até aquele momento, o temperamento explosivo de D. Pedro se despejava, na

superexcitação que o aliviara afinal. Sentia-se livre, e um desafôgo alargava-lhe o peito, como se retirára daí um pêso. — As espadas! Não esqueçam as pistolas! — Comandava, febril, empurrando para as tulhas de roupas os objetos que lhe caíam ás mãos, interessado em levar comsigo uma parte da sua comodidade da Bôa Vista, e as baixelas, que havia de depositar em Londres, porque eram a porção maior da sua fortuna.

Pronta a bagagem, ou ensacada como foi possível, D. Pedro e D. Amelia saíram de carro, para tomar em S. Cristovão o batel. Lúgubre galopada, com o casal escondido por detraz das sanefas de couro e um espavorido postilhão a vibrar o pingalim nervosamente, vendo pelo caminho sombras que se exquivavam. O escaler deslizou num mar calmissimo, e alvorecia quando embicou no costado da “Warspite”, a celebre não britânica surta no porto. O “comodore” esperava os imperiais passageiros com a tripulação formada, no penol da carangueija, espalmada ao rosiclér da aurora, a bandeira do Reino Unido. Estava-se bem alí, entre rosas das caras de marinheiros, sem ninguem que soubesse do que ocorria na cidade, em tudo a disciplina mecânica, a profunda consciencia nautica de um povo ordeiro, que sê não dava ao luxo de despedir os seus reis...

Tres dias D. Pedro esperou, a bordo da “Warspite”, fundeada á distancia do Largo do Paço, que se apresentasse a “Volage”, ótima fragata ingleza, que o conduziria á Europa. A prataria e os haveres que devia levar foram embarcados a 11. Alí apertou a mão aos cor-

tezãos mais fieis, que iam lastimar-se do seu abandono, e reclinado na amurada ouviu as distantes aclamações de 8 de Abril. O Rio de Janeiro enfeitara-se de palmas e luminárias, e no Largo do Paço, edificado como o seu congênere da Ribeira de Lisbôa, para ser visto do mar, formára a tropa florida de ramos, entre a multidão que dava muitos vivas ao sr. D. Pedro II (3).

(3) Um inédito que bem define a serenidade em que recaiu a capital após a Abdicação, é a comunicação seguinte, da Regencia, ao ministério de Estrangeiros (ms. no arq. das Relações Exteriores, Rio), resumindo os sucessos:

Pa. Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Os extraordinarios e gloriosos acontecimentos que acabão de ocorrer nesta Corte nos dias 6 e 7, não podem ser detalhados, como convinha, visto que nem a partida do paquete dá lugar para a sua extença narração, nem o peso dos muitos negocios que me cercão m'õ permittem. Limito-me pois a dizer a V. Me. que S. M. o Imperador D. Pedro 1.^o Abdicou a Coroa em Seo Augusto Filho, o Principe Imperial pelo Decreto de 7 do corrente, que os Representantes da Nação que se achavam nesta, reunindo-se em Assembleia Geral, nomearam hũa Regencia Provisoria, da qual sahirão eleitos Membros os Srs. Senadores Marquez de Caravellas, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e o General Francisco de Lima e Silva; eleição que mereceo a approvação geral: que a vinda hoje do Imperador o Senhor D. Pedro 2.^o do Paço de S. Christovão para a Capella Imperial, onde se celebrou hum Te Deum em ação de Graças ao Altissimo pela Sua Exaltação ao Throno, foi recebida com hum tal enthusiasmo pelo Povo e Tropa Brasileira, que não he possivel ser exercida, mostrando todos os semblantes os signaes da viva alegria que transbordava dos seos Corações, lisongeando-se com o risinho prospecto que parece-nos augurar hum Governo que tendo a sua frente hum Principe Brasileiro, he todo composto de pessoas amantes da Patria e da Constituição. Os proprios Estrangeiros tem visto com bastante admiração, e pasmo hua revolução, onde só tem aparecido Patriotismo, moderação e credito da honra Brasileira, sem que houvsse hua só desordem, quando a maior parte dos Cidadãos se acha-

O pequenino imperador apparecera a uma das sacadas do palacio e subira a uma cadeira para que o distinguissem, com o seu cabelo doirado, mais um simbolo e uma imagem que uma pessôa. No entretanto o Marquez de Paranaguá, segundo o depoimento do ministro austriaco, queixára-se ao amo de sua pobreza, ao que este, enfartado de lamurias, replicara desabridamente, que devia ter feito como os outros... A alusão era talvez a Barbacena. Mas o duque de Bragança — o ex-imperador do Brasil adotava esse titulo avoengo — inflamava-se. Extravasava-lhe a nausea dos politicos; a hipocrisia de dez anos de contemporizações se lhe derretia ao calor da sua independencia, de homem a quem nenhum laço prende ás conveniencias e cortezias; e affligiu vários diplomatas presentes com a sua chalaça feroz. Ingratos! Inhabeis! Egoistas!

Os diplomatas haviam de pensar como Macaulay, a proposito de Frederico o Grande: Ser amigo de um homem assim, que gloria... e que tormento!

vão armados. Junta achará V. Mce. hua Proclamação da Reunião da Assembléa Geral, em que verá os nobres sentimentos, de que se achão animados os seos Membros, e que se pode dizer com affoiteza serão correspondidos por toda a Nação. S. M. O Senhor D. Pedro 1.^o e Sua Augusta Esposa e a Senhora Rainha de Portugal achão-se a bordo da Nau Inglesa, e devem sahir por estes dias.

Pelo proximo Paquete instruirei cabalmente a V. Mce. de todo este pasmoso acontecimento, recomendando a V. Mce. que immediatamente que receber este Despacho, haja de comunicar o seo conteudo a todas as Legações Brasileiras na Europa, e nos Estados Unidos, e Columbia.

Deos Ge. a V. Mce. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Abril de 1831.

3

Eteocles e Polynice

XIV

O REI CAVALEIRO

D. Pedro, passando a linha, deixára para trás o imperador do Brasil e a sua breve epopéa. Começava a viver o rei de Portugal.

A idéa fixa da guerra martirizava-o. A barba cresceu-lhe, hirsuta. Salta na Inglaterra á procura de um ministro, que lhe apoie a causa, e de um judeu, que lhe empreste dinheiro. Os ministros e os judeus fecham-lhe as portas. Só o povo o compreende.

A Grã-Bretanha atravessa a sua crise decisiva, da maquina que desorganiza o trabalho, da lei eleitoral que subverte a hierarquia, do espirito novo que peleja com o velho nos campos, nas ruas, no parlamento.

Só a França pôde auxiliar essa aventura, nitidamente romântica, em cujo êxito os literatos crêm. Poétas, maçons, republicanos... (1) Luiz Felipe é o chefe liberal da Europa. Depois de socorrer a Belgica, agride Portugal. Bastam umas grosseiras tropelias policiaes contra súditos francezes, para que o almirante Roussin apareça á barra do Tejo, com o seu "ultimatum". E'

(1) Vd. João Ameal e Rodrigues Cavalheiro, *Erratas á História de Portugal*, De D. João V a D. Miguel, p. 308, Porto 1939.

o embaixador da força. As baterias de terra trôam; investe-as, responde-lhes, desfila com os seus navios de baixo dos tiros de S. Julião e do Bugio e deita ferros defronte de Belém, ao lado da torre manuelina, sem perder um grumete. Roussin remata a negociação propondo que se levante o sequestro dos bens aos exilados portugueses; em troca, libertaria metade da armada de D. Miguel que aprisionára no porto. D. Miguel prefere largar a frota. O visconde de Santarem, seu ministro de Estrangeiros, apéla para a Inglaterra, e esta lhe extranha a queixa, porque, nas leis da guerra, a esquadra portugêsa era bôa presa; Roussin podia ficar com ela.

O absolutismo desconjunta-se. Mas os liberais, errando aos magotes pelas capitais da Europa, têm fome e se alimentam de sonho. Inicia D. Pedro a odisséa de rei de mendigos, esmolando dos capitalistas e dos governos os recursos para armar una expedição, embarcar os exilados, correr com eles os riscos do mar, num vôo aos Açores, onde outro pugilo espera, sobre as armas, a hora da partida, e a Portugal.

A diplomacia do Usurpador é inteligente e ágil.

O visconde de Asseca, em Londres, percebe, desde Junho de 1831, quais os projetos do duque de Bragança. “O partido de ir á Terceira fraterniza-o demasiadamente aos olhos da Europa com a revolução” — escrevia em 10 de Junho. Em 9 de Agosto, entretanto, confessava D. Pedro: “Vou vender a minha prata e as joias para fazer um fundo, para poder viver e andar

de camisa branca e engomada sem dever a ninguém cousa alguma”.

Em Paris, Luiz Felipe acolhe-o cordialmente. A opinião parisiense envolve D. Pedro numa atmosfera elétrica. Torna-se popular, com a mulher e a filha. Parece que o rei de França destróe o efeito causado, entre os bonapartistas, pela sua opposição á subida do duque de Leuchtenberg ao trono da Belgica.

O povo grita ao ver passar D. Pedro: “Viva D. Pedro, morra D. Miguel”.

Um estado-maior de exilados, devorando em altivo silencio a miséria, acompanha-o.

Mas, como se prostrado por uma fadiga invencivel, descansa por dois meses de verão num castelo de Meudon, tratado como um soberano, com uma guarda ás ordens, enquanto Palmella vem da Terceira, trazendo á pôpa do barco a bandeira azul e branca de D. Maria II.

Essa bandeira grava-se nas imaginações. Pela primeira vez ela tremula no porto de Londres. Um vento propicio volta a bater-lhe. O magico que arranja o dinheiro é o espanhol João Alvarez e Mendizábal. Um rico sujeito que goza da intimidade dos banqueiros e intriga na “City”, sutil, insinuante, misterioso.

Quando D. Pedro pensava sériamente em leiloar as gêmas da imperatriz, tendo mesmo vendido algumas, como para seu governo avisou o ministro do Brasil, Mendizábal lhe remete uma fortuna.

A Inglaterra liberaliza-se — ao tempo em que o papa reconhece o governo de D. Miguel. E a causa

da rainha conquista o suspirado empréstimo, nominalmente de 2 milhões esterlinos, na realidade de 606.909 libras, que dão para as operações, apenas 340.529!

Esboça-se a campanha.

Pulsa em França o coração constitucional. D. Pedro dissimula ainda, por uns acusado de usurário, que esconde as imensas somas que trouxera do Brasil, por outros qualificado de tímido, que se não resolve a combater, receioso da aventura. Protestam em vão Aberdeen e Wellington. Os "tories" abraçam uma causa condenada, o conde Grey rechassa-os, a opinião "whig" vence, Londres imita Paris, o paladino português comove a nação. A política passada sofre a censura áspera do governo, a Inglaterra admira-se do que fizera dois anos antes, no bloqueio da Terceira, e Wellington não consegue demover o ministério da sua neutralidade bizarra. Palmella preside em Londres á comissão que arma os navios para o assalto de Portugal, e Mendizábal regateja em plena "City" o preço das fragatas.

Rapidamente, o cambio de D. Pedro sóbe, graças á prodigiosa atividade de Palmella, plastico, convincente, irresistível.

A fala do trono do rei de Inglaterra contém afinal uma alusão hostil a D. Miguel.

Em 10 de Dezembro já se anuncia para Lisbôa uma possível aliança com a Espanha, para resistir aos rebeldes da Terceira... De Roma, o conde de Funchal avisa a D. Pedro, que um mês perdido talvez juntasse á Santa

Sé a Austria, a Russia e a Prussia, no reconhecimento de D. Miguel. Pelo menos, a diplomacia do Usurpador tenta obter das nações do norte o consentimento, para que a Espanha ajude Portugal a defender-se. Teve o consentimento; apenas á Espanha, (já não vivia Carlota Joaquina!) de medo á Inglaterra e á França, não conveiu utilizar-se dele. Exquivou-se pela porta travessa da mediação.

A guerra define-se. Debruça-se a Europa sobre esse taboleiro de odios e impressiona-se da grandeza dos homens.

São os principios que se defrontam e a luta interessa ao universo.

D. Miguel polariza o legitimismo, D. Pedro atrái a Revolução. E' um seculo em face do outro. O passado e o presente. Uma aristocracia de cabeleira e espadim, uma mocidade que furiosamente crê na liberdade. O ex-imperador do Brasil é um chefe digno da sua facção. Fizéra 33 anos. Ansiava pela batalha. Vivia a sua dôr, a alegria e a inquietação dos milhares de expatriados que se reúnem á sua sombra, que esperam o seu gesto de comando, afim de correr á morte, preferivel á miséria anônima do desterro. Mudára muito D. Pedro de Alcantara.

Uma ruga pensativa golpeava-lhe a testa, um clarão espiritual andava-lhe nos olhos, a convicção do seu papel histórico reprimira-lhe os instintos brutais, que as emoções de Abril para sempre enjaularam, como feras, na sua decepção imensa. Achára o sentido da vida, desde

que a tropa o expelira do Brasil. A vocação guerreira renascia nele D. Sebastião a vésperas da aventura, quando organizava as forças da sua esplendida jornada. Debalde lavra a intriga e o demonio da lisonja lhe mostra a necessidade de retomar a corôa que déra á filha. Talleyrand aconselhára-o a ser rei de novo, integralmente rei, os homens da sua côrte propunham-lhe isto, houve um tempo em que ninguem duvidou disto. Mas o sentimento da sua missão o elevára de tal fórma acima dos interesses subalternos, que jamais lhe passou pela cabeça a idéa de perjurar. Afinal, impessoalizava tanto aquela missão terrível, que lhe sacrificava a fortuna e a existencia, como se as suas obrigações de pai se limitassem á menina D. Maria II. Mousinho da Silveira, ministro da fazenda na Terceira, estudava os decretos que iam aluir toda uma velha ordem social. O Portugal histórico da mão-morta, do morgadio, das corporações religiosas, das sizas e dos dizimos, estremezia ao sopro longinquo da Revolução: D. Pedro era a Revolução corôada. Porisso Alexandre Herculano diria: "... Nesta epoca ha apenas duas grandes e nobres figuras: Mousinho e o filho de D. João VI. O resto não vale a pena dar menção". A patria, a raça, a idéa, obsessões definitivas, incutiam-lhe a mania heroica.

O ator resurgira.

"Ambicionava a gloria como artista que era, e para a conseguir não havia difficuldade que não afrontasse" — conceitua D. Antonio da Costa (2). Representava

(2) *História do Marechal Saldanha*, Lisbôa 1879.

para o mundo. O palco de Paris era pequeno. Buscava o oceano. A Terceira seria a pousada da aguia; um ninho no infinito. Confidenciava a 26 de Novembro: “Estou satisfeito, mas ainda não pára aqui a minha ambição de gloria; eu quero fazer conhecer a todo mundo mais claramente até que ponto sou capaz de me comprometer pela minha honra: eu parto por estes dias, o mais tardar, para as ilhas dos Açores, afim de marchar de lá em frente da expedição contra o tirano usurpador do trono de minha filha (depois de ter tomado conta da regencia á qual sou chamado pela Carta Constitucional), com o intento de restabelecer a ordem e esta autoridade legitima em Portugal e acabando a tirania fazer este incomparavel serviço á humanidade...” Fíndo esse serviço, e segura a corôa, abandonaria o poder e a sua vangloria para recolher-se a algum remanso, onde a tranquillidade lhe embalasse a velhice... O seu caminho estava traçado: “de imperador e Rei a duque e cidadão.” (3)

D. Amelia, porém, ia dar á luz. Meudon. Um pequeno paraíso recheiado de história e arte, que Delorme desenhára, e onde o Grande Delfim, fátuo e estéta, morára... Aí Maria Luiza se acolhêra, com o rei de Roma no seu berço de “aiglon”, em 1812, quando Napoleão entrava na Russia — e da “terrasse”, com os famosos jardins de Lenôtre embaixo, via o panorama inteiro de Paris, cinzento e confuso ao longe, trespassa-

(3) Antonio Feliciano de Castilho, *Casos do meu tempo*, III, 8, Lisbôa 1906 (Obras Completas, XLI).

do pela espada do Sena... Lenôtre! Como aqueles, eram os seus jardins geométricos de Queluz... Nasceu a filha de D. Pedro em 1 de Dezembro. Uma linda menina, a quem chamou de Amelia, tambem em honra da rainha dos francezes, a madrinha. O maior sacrificio que o amôr da esposa impõe ao duque de Bragança é não a desamparar nos dois meses seguintes ao parto. Adia-se a expedição, seis mil homens aguardam ordens, a Europa espera, D. Miguel mantém de sobre-aviso um exercito de 80 mil, enquanto D. Pedro contempla o anjo que o céu lhe enviou. Parece esquecer-se ali, entre os marmores celebres, da sua alta missão, de novo pai, como ha doze anos passados, quando toda a sua occupação era a pequenina Maria da Gloria. A duqueza encoraja-o. Deve partir. D. Amelia vive com ele, despedaçando o coração, a sua larga hora histórica. Revela-se bem Beauharnais — sensata, decidida, resignada. Como fôra sua mãe na Italia. Dois meses de inacção não prejudicaram a cruzada liberal. E' o tempo em que a Inglaterra afirma a sua simpatia ao rei-cavaleiro e uma ebulição crescente ferve em Portugal. Pela primeira vez, depois da Independencia do Brasil, veste D. Pedro a sua farda de general portuguez na visita de despedida que faz a Luiz Felipe, nas Tulherias. E' em 24 de Janeiro. No dia 10 escrevera para a aia dos filhos, no Rio, prometendo embarcar a 20, para tomar a chefia da expedição contra D. Miguel, "assassino de seu pai e da Constituição..."

Parte na manhã de 25. Não antes, porém, de ir aos aposentos da filha, beijar-lhe a mão com um aparato teatral e proferir estas palavras: “Minha senhora, aqui está um general português que vai defender os seus direitos e restituir-lhe a sua corôa!”

D. Maria da Gloria, chorando, caíu-lhe nos braços. O Cavaleiro, que pela honra e pela dama desembainhava a espada, beijou-a com ternura.

Em tão poucos meses a sua fé transformara os bandos indigentes de emigrados num exercito e creára uma esquadra. Gente bem vestida e melhor armada; frota bem petrechada e melhor conduzida. As potencias vêm com aparente indiferença concentrar-se num porto de França essa expedição consideravel. Consta de tres navios comprados em Londres, (fragatas “Rainha”; de 46 peças, antiga Congrès, e D. Maria, de 40, antiga Asie) um alugado, e embarcações menores de transporte. De Belle-Isle atira-se a S. Miguel, onde chega a 22. A bordo, embalado pelas ondas, no navio atulhado de tropa, compõe o hino da expedição — como fizera o da Independencia. E’ Marte e Tirteu.

*“Da rainha e da Carta o pendão
Já nos mares se vê tremular.
Nobre esforço que a honra dirige,
Vae de Lysia a desgraça acabar.”*

E’ o raio que se abate.

A esquadra galvaniza os Açores, sob o comando de Sartorius. A agitação da Terceira lembra uma colméa maravilhosa. São tres milhares de homens que pensam

na pátria. Os voluntarios estrangeiros somam mais 3.500. Os sofrimentos do exilio aguçaram-lhes o sentimento, a saudade do lar purificára-lhes o ideal — e dispunham-se a morrer, antes de ceder. Moços na maioria — allí enxameiam os estudantes, levantados em 1828, os voluntarios da Rainha, a nata cidadôa, poetas e jóvens doutores, que saíram das classes para o campo da batalha ainda tontos da fantasia literaria. Os inexperientes, os sonhadores, os *escudeiros* da Carta, formados pelo espirito de 1820, alimentados pelo farto leite da Enciclopedia, dando vida por abstração. Admiravel juventude, enquadrada pelos veteranos do Porto, pelas reliquias dos corpos que seguiram a Saldanha, por aquele batalhão 5 da Terceira, núcleo do exercito de D. Maria II — D. Pedro se confundiu com ela. Poude ser o mais juvenil e o mais experimentado da sua confusa legião de visionarios. Allí estava Garrett, que “a imperiosa lei da honra” fôra buscar á Inglaterra. Alexandre Herculano, Joaquim Antonio d’Aguiar, José da Silva Carvalho, José Estevão com as divisas de cabo na manga, Luz Soriano, irradiavam entre a soldadesca a espiritualidade quente. Nos *clubs* maçonicos forjava-se a doutrina. Os arsenais ressoavam do trabalho e as casernas porejavam pensamento. Voluntários chegaram de toda parte, falando as suas linguas, vagabundos do ideal, disputando a vez de disparar a espingarda... pela Constituição.

A 7 de Março nomeou D. Pedro seu logar-tenente ao conde de Vila-Flor. Saldanha ficára na Europa.

Fôra preferível dispensar o seu concurso, já para conservar Vila-Flôr e Palmella, com quem Saldanha jamais se harmonizára, como para contentar a Espanha, que ameaçára derramar sobre Portugal 40 mil homens caso Saldanha acompanhasse o imperador.

A escolha de Vila-Flôr desvaneceu suspeitas e dúvidas. Conquistara todo o arquipelago; era o general invencível da rainha. Entretanto, só o convívio, as vigílias, a abnegação de D. Pedro desmanchavam as prevenções que encontrara na Terceira, pelo muito que a abandonara, em 1829 e 1830, quando governava o Brasil.

Devéras a atividade de D. Pedro, a permanente movimentação, a serena confiança que era alí a sua mesma virtude, não tiveram rival nos Açores.

Segundo Carlos Napier, “era regente, general e almirante”.

O mesmo chefe naval havia de declarar que, se não fosse D. Pedro, a expedição jamais sairia ao mar.

Como no Rio de Janeiro em 1823 e em 1827, metia-se no arsenal com os mecânicos, superintendia nos estaleiros as calafetagens, assistia montar as peças, e rubricava sobre o joelho os despachos.

No peito do seu uniforme de campanha só havia uma condecoração, que era a Imperial do Cruzeiro, a da Independencia, retalho do seu passado em que luziam as estrelas do Brasil.

A barba toda, crespa e inculta, levemente doirada, confundia-o com a sua tropa de melenas selvagens, bronzeada do sol praieiro, curtida ao fogo dos tropicos. O

seu sôno era curto, a refeição apressada, o movimento febril. “Era o homem mais ativo que tenho visto”, afirmou Napier, que conhecera os principais personagens do seculo. “Era o unico portuguez que eu via não entender a palavra “amanhã” usual resposta dos portugueses mesmo nas ocasiões urgentes...”

Só repousava devéras quando, ás noites, reunia os officiais em músicas e danças. Era nesses serões bizarros do palacio da Terceira, em que aparecia de botas e esporas, como se estivesse no quartel, que D. Pedro se manifestava tal qual o conheceram os cortezãos da Bôa Vista. O discipulo de Marcos Portugal discutia então com a orquestra, formava os pares, fiscalizava os namôros, ria, aconselhava, batia com o pé o compasso, enchia de juventude e arte as salas mosteirais do governo, igual aos cadêtes-estudantes que o rodeavam. E quando por vezes parava, de súbito, em meio ao borbo-rinho da festa, perturbado por um pensamento repentino, que o entristecia — era porque a saudade da mulher lhe passára no espirito. Então recolhia a um canto, mergulhava nas mãos a cabeça lanzuda, e pensava no bem distante. Em S. Cristovão. Nas arvores, nos môrros do Rio, na paizagem do seu supremo amôr. E D. Amelia surgia-lhe com o seu pezado vestido semeado de rosas... Passageiros quebrantos da sua dura resolução, esporeavam-lhe a alma, para ousar.



A vida de D. Pedro nos Açores — quatro meses épicos de boêmia politica — foi a necessaria transição entre a tranquillidade burgueza de S. Cristovão e o cêrco do Porto.

Naquele purgatorio fustigado pelos ventos do oceano, sobre os basaltos fragosos, em meio de uma soldadesca embriagada de poesia e de saudade, fez a sua vigilia das armas.

Readquiriu, com o contacto dos voluntários, os habitos portuguezes que no Rio perdera, congraçou-se allí com a sua gente, que repudiára uma vez, e procurou entende-la, como o faziam os antigos reis, confundidos com a grei em guerras e andanças.

Os emigrados formavam á sua volta uma República amavel, dominada por tres poderes distintos: a irradiação do imperador, a espada de Vila-Flôr e o engenho de Mousinho da Silveira. Este era o pensamento, aquele a força, o primeiro a alma do pequeno Estado, onde se concentravam, com os moços coimbrões e os liberaes fugidos do Minho, as vibrações nóvas de Portugal.

Cada um daqueles jóvens soldados chegára allí arriscando a vida, á saída da patria, no exiilo áspero e no mar bloqueado. Trouxéram assim a alegria pura do triumpho. O seu ideal distilava sangue. Cada homem transportara consigo os cuidados da familia abandonada, da carreira cortada, do futuro comprometido; e por saberem que para eles só havia vitoria ou morte, como os espanhões que queimavam os navios ao invadirem a

America — respiravam com paixão o seu livre ar da ilha. Riam, sonhavam, amavam, cantavam, nos rochedos coroados pelos solares velhos, onde uma população comunicativa trepidava dos mesmos arroubo. Acomodavam-se os academicos no velho quartel de Angra, antigo convento, dormindo sobre os capotes em fio: essa miséria tarimbeira não lhes impedia de deslumbrar os açorianos, principalmente as açorianas, com a sua farda franceza — calça de brim, o peito branco sobre baeta azul, barretina á banda, mochila nas costas, e, pelas noites, a guitarra sob o braço.

A guitarra era a voz comum do exercito: ela chorava lagrimas de versos, que sonorizavam ao gemer da ventania o sofrimento e a esperança.

Era na Ribeira Grande que os rapazes jacobinos, acostados aos muros do mosteiro de freiras, faziam soluçar junto do peito guerreiro a viola do fado. Os versos de Garrett subiam daí, tristes e límpidos, numa revoada de queixa, pelos muros acima...

Repetia-se a rima de um poeta, que a bordo da "Juno" enfrentára o temporal, enamorando-se dele:

*"Sibila o vento: os torreões de nuvens
Pesam nos densos ares"*

Impressionavam a fisionomia rígida, o tom profético daquele mocinho que viéra á Terceira empunhar uma espada, entre os anônimos campeões da Carta. Chamava-se Alexandre Herculano.

D. Pedro tem a idade dos estudantes e mete-se com eles. Namora também na Ribeira Grande. Igualmente canta á guitarra. Sáí ás noites de capa traçada, disfarçado em oficial de infantaria, para saber o mal que deje dizem. Continúa a perseguir ólhos bonitos. Atreve-se, arrisca-se, renova as loucuras cínicas de outr'ora. Uma vez bate fóra de horas á porta do convento de São Gonçalo. Abrem-lha noviças ariscas; a sinêta de repente se põe a tocar; e as freiras, medrosas, se reúnem em capítulo, para receber... Sua majestade. Retira-se furioso; depois ri. Como se voltasse a ter dezoito anos! Torna-se em breve o heróe de um drama amoroso em Angra, que vai aumentar-lhe a lista dos bastardos imperiais. A moça, que pelo seu estado e qualidade não póde aparecer (4), envolve no misterio a maternidade: seis anos depois, os habitantes do Fayal promoveriam um enterro régio para a criança, que tão cedo morreu.

Foi a imprudente lealdade ilhõa que descobriu o episodio.

D. Pedro, porém, não se detém na sua aventura: o cavalheirismo arrasta-o.

Em visita ao Fayal recebe da familia da Silveira um acolhimento afetuoso. Uma das filhas do fidalgo faz anos dentro em pouco. O duque de Bragança não póde aguardar a festa de aniversario, e compromete-se a voltar para assisti-la. São dezenove léguas, entre a

(4) Vd. Vitorino Nemesio, *A Mocidade de Herculano*, II, 267, Iisbõa 1934.

Terceira e o Fayal. Na noite do baile, 22 de Maio, quando maior é a animação dos pares nos salões iluminados, de um hiato, que aportára silenciosamente, salta um homem embrulhado no capote, que se dirige apressadamente para a casa nobre. Entra sorridente; o capote abre e surge D. Pedro, de casaca e grã cruz de Cristo a tiracolo, dizendo que cumpria a palavra dada.

Não repousa. Dórme cinco horas. A alvorada tira-o do leito, e só se recolhe muito tarde, febril, inquieto, infatigável. É o general, é o quartel-mestre, é o almirante, é o governador, é tudo ali.

Não o intranquiliza menos o problema dos espiritos.

Achou nas ilhas uma prevenção cruel, que lhe era hostilidade, quasi guerra. Saldanha tinha partido. Este não lhe perdoava o afastamento de Saldanha, atribuído pela intriga á suspeita de republicanismo, que para os radicais era merecimento, não prejuizo. Conseguiu transformar o ambiente, purificando-o com a sua sinceridade, rude e brusca: de começo era só um nome, depois se tornou principalmente um homem. Como Vítor Hugo havia de dizer de D. Pedro II: "cet empereur est plus qu'un empereur, il est un homme". Foi a revelação.

Costumava no Rio, quando a gente do povo queria ajoelhar-se para lhe oscular a mão, repreender alegremente, e pedir: "Tratem-me como homem!"

Na Terceira trataram-no assim: e a animosidade se fundia em afeto, que chegou a ser fanatismo nas linhas do Porto.

O homem era maior que o rei.

A convicção, a equidade, a bravura, a lucidez, equilibravam-se na sua impaciencia de conquistador: e voltando para o oriente a face envelhecida, intimava a Europa a ouvi-lo.

Alterna as funções de regente e de sargento, saindo dos despachos com o ministério para a instrução dos recrutas.

Acabava de estudar com Mousinho a derrubada das instituições seculares, e saía para o campo a adextrar os voluntarios. — Ômbro armas!

“O imperador assombrava, infatigavel, madrugador, ativissimo. Volteava de ilha em ilha”.

Escrevia sempre, nos intervalos dessa agitação incessante — as suas cartas conceituosas, repassadas de um idealismo sereno, que já não lembravam a correspondencia excentrica de 1824, pulha e raza.

“Eu estou bem e toda a minha familia da qual acabo de ter noticia (dizia em carta para o Marquez de Cantagalo, no Brasil) e aqui estou no meio do inverno por amôr da humanidade, de minha filha, e da liberdade: é deste modo que os homens de bem provam que são verdadeiramente liberaes e não com palavras e palavreados como por aí os há infelizmente, e que a nada mais aspiram que o, esmagar aqueles cujos principios não são os seus. Espero por este mês, ou meiado do outro, poder partir em frente da expedição a derrubar a tirania, e dar uma prova não equívoca do meu

desinteresse e do meu amôr pela causa da Liberdade bem entendida...”

E para D. Pedro II, seu filho, concitando-o a estudar e polir-se: “pois o tempo em que se respeitavam os Principes por serem Principes unicamente acabou-se; no seculo em que estamos, em que os Póvos se acham assás instruidos de seus direitos, é mistér que os Principes igualmente sejam e conheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensavel terem muitos conhecimentos e bôa opinião para que possam ser mais depressa amados do que mesmo respeitados — o respeito de um povo livre para seu chefe deve nascer da convicção, que aquele tem, de que seu Chefe é capaz de o fazer chegar áquele gráo de felicidade a que ele aspira, assim não sendo, desgraçado Chefe, desgraçado Povo”.

Eram palavras de Marco Aurelio...



Em face do oceano, numa escassa terra rochosa, comandando um pequeno exercito que só pedia a graça de combater, o duque de Bragança não duvidava do triunfo.

Em 6 de Junho passou em revista 6.500 homens. Tinha sobre agua 42 navios. Dispunha de tres brigadas de artilharia e tres obuzes. Contava com 7.500 soldados para desembarcar em Portugal. As nações não se imiscuiam na contenda; o mar abria-se-lhe á ventura.

Proclamára: “Cheios de confiança na proteção visível do Senhor, Deus dos exercitos...”

No dia 23 — véspera de S. João — ouviu o exercito missa campal ao Relvão.

“Foi em S. Miguel, as antenas dos nossos navios já levantadas para sair a expedição... também ali estavam, para inspirar o poeta, uns olhos pretos de quinze anos...” — lembraria Garrett. Afinal, na tarde de 27, a expedição se fez á vela na baía de Ponta Delgada.

D. Pedro arvorou o pavilhão no hiate *Amelia*. As fragatas *Rainha de Portugal* e *D. Maria*, por chefes de fila, levavam na esteira o *Terceira*, *Liberal*, *Bôa Esperança* e *Eugenia*, brigue *Villa Flôr*, as escunas e uma dezena de chatas de fundo de prato montando pegas de 6.

A essa esquadra podia chamar-se a cruzada da fortuna. Esperava-a a vitória — ou o destroço, porque não voltaria mais ás ilhas. Era um assalto sem recuo possível. Tivesse embora pela prôa a armada miguelista ou dêsse numa costa fortificada, só havia atacar, manter-se e avançar.

A volta não custa, quando é no caminho da pátria: e as suas quilhas apontavam para a pátria.

Não se acertara préviamente o ponto do desembarque, nem os expedicionarios suspeitavam do rumo dos seus barcos. Bastava-lhes a certeza de que iam para Portugal.

Pela tarde de 7 de Julho avistavam um litoral pedregoso, de ásperas penedias que as ondas varrem, onde

não se vê traço de gente. Era a pátria. Um trecho deserto da sua costa, outr'ora frequentado de piratas, que ali acharam uma angra hospitaleira, valhacouto dos vagabundos do oceano. A sua hospitalidade era tôrva como os seus hospedeiros: uma caverna rasgada nos recifes. Os pescadores apelidavam-na de Praia dos Ladrões. Era Arnosa de Povelide, perto da vila do Conde, a mais proxima guarnição do rei (5).

Os navios entraram, uns após outros, naquele porto tenebroso.

As tres horas da tarde do dia 8, 7.500 homens alinhavam-se na praia, sob as bandeiras azues e brancas, 3.500 deles extasiados da beleza do céu, ungidos de uma felicidade perfeita: os emigrados de 1828.

Beijavam uns aquela areia historica, alçavam outros os braços em louvor de Deus, e abraçavam-se, chorando, como se a vida recomeçasse ali.

E recomeçava!

(5) Vd. João Grave, *O Passado*, p. 28, Porto 1921.

LINHAS DO PORTO

Vibrára D. Pedro o golpe de morte no governo absoluto. D. Miguel, os seus ministros, os seus validos, criam no ataque de Lisbôa, a exemplo de Roussin, e Lisbôa fôra fortificada e armada, de acordo com as recentes observações de Wellington. Decerto — pensavam — a expedição liberal visava ao efeito e preferiria não sacrificar o impulso á prudencia. Cairia sobre a capital, porque só a capital lhe interessava... Mas D. Pedro não era assim ingenuo, que fosse oferecer ás balas dos fortes do Tejo os seus pobres navios abarrotados de gente. Não queria vencer de repente. Venceria pela perseverança. Quando nos aldarves de S. Julião e do Bugio as sentinelas de D. Miguel espia-vam o mar, os 7.500 expedicionarios desembarcavam surdamente na Praia dos Ladrões.

Os artilheiros de Lisbôa esperaram em vão.

Não se déra conta o governo da guerra que lhe entrára em casa, e D. Pedro mandava intimar o comandante da vila do Conde — general José Cardoso de Carvalho — a que se rendesse. Recusou, mas Pedras Rubras foi logo occupada pelo lendário batalhão 5, ao mando do conde de Antas, e o coronel Schwalbach se lançou

sobre Leça, atraz do visconde de Santa Marta, que se recolheu quiétamente ao Porto.

Fraca resistencia aquella região do Douro e Minho apresentava.

Os soldados do rei desapareciam, como aves migradoras, ao repontarem os bandos constitucionais. As populações abriam aos invasores braços comovidos. Santa Isabel passou a ponte, para Vila Nova e Gaia, Schwalbach estugou o passo e entrou triunfalmente no Porto. Cada expedicionario levava na boca da espingarda uma hortensia azul e branca, dessas que esmaltam os arredores do Porto. A cidade ressoou de regosijo, como um tambor heroico. Não se viu mais um absolutista á sombra da serra do Pilar. E ao meio dia, para a entrada de D. Pedro, as ruas se juncaram de flôres e os portuenses deliraram de entusiasmo. Os homens prenderam aos chapéos laços azues e as damas, enchendo as janelas da rua do Cedofeita, vestiam branco e azul de céu. Nos conventos os frades mergulhavam num silencio apavorado, a aristocracia, acumpliciada com os realistas, abandonara os solares, pelas quintas do Douro se espalharam as familias medrosas e os negociantes ricos enterraram a sua prata — espantados da insignificancia do exercito da rainha. Fizéram-se crêr que eram 32 mil homens, e afinal não passavam de 7.500!...

O duque de Bragança montava um garrano lamentavel, o único que se achára capaz; desfilou entre as aclamações, foi direito ao paço municipal e fez lavar

o auto da proclamação de D. Maria II. Depois, indicando as fôrças com o rebenque, mandou abate-las...

Tão facilmente vencera até aí, quasi sem disparar um tiro, que o resto se lhe antolhava por dias.

O exercito do irmão, 80 mil, cem mil homens, desmanchava-se, como um rebanho que estoura; e o Douro era meio Portugal.

Toda a Europa soube, num sobresalto, desse triumpho; os "whigs" exultaram e Wellington sorriu enigmaticamente.

Desta vez era D. Pedro quem se enganava.

O Porto não lhe valia.

Estava cercado e condenado a morrer de fome num circulo de ferro!

Porque Santa Marta não lhe incomodara siquer a avançada, tocaindo-lhe os piquetes entre a praia de Lavra e o Porto? Porque retirára tão em ordem que não perdera um só recruta, um fuzil, uma mochila, embóra marchando durante o dia e pela noite dentro? Porque?...

O marechal Cunha Matos explicou: porque D. Miguel encerrava no Porto o que havia de constitucional no reino... e arrazava-o (1).

D. Pedro caíu na armadilha.

Veremos como se saíu dela.

(1) Vd. Cunha Mattos, *Memórias da Campanha do sr. D. Pedro de Alcantara*, 2 vls., Rio 1833.

Santa Marta estendera ao longo do rio as suas partidas e a massa do exercito miguelista rolára do sul para o norte.

A 14 de Julho o usurpador chamara ás armas todo o povo.

Os écos da guerra santa plangeram, desfolhando-se pelos campanarios das aldeias. O fanatismo soprou nos campos a labarêda do sebastianismo. Contra os maçons, o espirito novo, a impiedade franceza, o anticlericalismo que vinha derrubar os conventos, pilhar os templos, os camponeses abandonaram as suas lavouras e correram ás casernas. Portugal, velho e sólido, das provincias do centro e do sul, fechou os ouvidos á palavra de D. Pedro. Não lhe mandou mais nem um homem. Amaldiçoou-o, protegido pela linha de Santa Marta. Odiou-o, com o peor dos odios, em que se transforma o amôr, como disse Garrett. Comparou-o ao Anti-Cristo, desde que era a "besta danada". O flagelo da fé. A antitese de D. Sebastião. Nunca ninguem foi combatido como D. Pedro no Porto; raras vezes um general combateu alí como ele (2).

Percebeu o perigo da inacção e lançou-se fóra do Porto, tanto que Sartorius subiu o Douro metralhando os caçadores de Santa Marta e Schwalbach acantonou em Souto Redondo e Grijó.

(2) Para o capitulo: Luz Soriano, *História do Cerco Almeida Garrett, Viagens e O Arco de Sant'Ana*; Sousa do Porto, Porto 1889, 2 vols.; e *Revelações da Minha Vida*; Monteiro, *Vida de D. Pedro IV*.

Mas os liberais não puderam manter-se em Penafiel, retiram de Valongo batidos por tropas dez vezes superiores e investem na Ponte Ferreira o exercito de Santa Marta. D. Pedro comanda-os em pessoa. É, verdadeiramente, a sua primeira batalha. Dirige, com Vila-Flôr, a coluna do centro, que invade por Valongo, ao tempo em que, Maia e Brito sobre a direita, Hodge sobre a esquerda do inimigo, acúam os realistas, apertados entre o rio e a serra, a que se encostam. Às 11 horas da manhã o grupo do centro força a Ponte.

É um inferno esse taboado que o sangue lava, varrido pela metralha, disputado por milhares de fuzileiros que o encobrem com uma cortina de fogo. Mas a coluna se precipita, em duas linhas de atiradores, com duas peças ao meio, atravessa a ponte, recalca as fileiras adversárias, depois de oito horas de luta obriga-as a retirar sobre Penafiel.

Os liberais, porém, não pôdem prosseguir. Faltam-lhes cavallhada, transporte, artilharia. Não é possível a D. Pedro, como outróra ao condestavel, dormir tres noites num campo ensanguentado.

No Porto os seus inimigos ensaiam uma comedia, que serve para revelar o perigo que o ameaça, com auxiliares ineptos e um povo perplexo.

Alguem levára ao governador da cidade, D. Tomaz Mascarenhas, a falsa noticia de que o duque-regente fôra derrotado e fugia, para reembargar apressadamente. Chega a baléla com os primeiros écos da ação de Ponte Ferreira. D. Tomaz acredita na informação, re-

colhe a tropa, empacota os papeis publicos, aloja nos barcos parte das alfaias, e dispõe-se a partir, quando percebe o lôgro e volta a si do terrôr. D. Pedro entra no Porto esbaforido, clamando vitória, a serenar os partidários, porém nessa noite de 25 de Julho um incendio pavoroso lavra no convento dos franciscanos da Serra, onde o batalhão 5 aquartelava... O Porto arqueia o vulto montanhoso ao clarão dessa imensa fogueira, que é uma advertencia. A sorte desanda.

Sá de Nogueira substitúe Mascarenhas: perdêra um irmão, alferes do 5, no primeiro combate travado á vista do Porto. É um titan — de bravura e atividade. Entretanto Vila Flôr corria sobre o general Póvoas no Souto Redondo, em 6 de Agosto. A sua infantaria desbarata a cavalaria de D. Miguel. Póvoas toma o caminho de Oliveira de Azemeis. A vitória está assegurada. Vila Flôr abriga-se na sua barraca com o estado-maior. Eis senão quando um grito de alarma, desorienta os atiradores, a tropa suspende o fogo, apavora-se, afrouxa as ligações, e os esquadrões inimigos avançam a passo, enquadrando o batalhão de infantes 24. Debandam os liberaes, ao clamôr da carga, e os tiros dos adversarios dizemam os seus artilheiros, que não abandonam as baterias. Vila Flôr é forçado a partir para o Porto com os restos do exercito e encontra-se no Alto da Bandeira com D. Pedro, que lhe vai ao socorro. Perdera-se toda a artilharia. E isto porque um capitão do 5.º, tomado de medo, lançára de repente o grito de “cavalaria degolar”...

Esse poltrão foi expulso, por infame, das fileiras constitucionais. D. Pedro havia de lembrar-se que, como Póvoas, as suas armas ganharam em 1822, na Baía, nas mesmas condições, uma batalha fulminante. Na alternativa de reembarcar, para os Açores, ou ficar ali, disputando a um inimigo vinte vezes mais poderoso aquele pedaço do reino, D. Pedro adotou o ultimo alvitre.

Era agora fortificar-se na cidade, levantar em cada ângulo da sua linha entrincheirada um baluarte, desde Monte Pedral á Vila Nova, fechando as estradas de Braga, de Guimarães, de Valongo, enquanto os realistas ensarilhavam as espingardas em Leça, no Rio Tinto, em Avintes, em S. Cosme... Nesse semicirculo travar-se-iam os mais sangrentos choques da guerra civil, numa terra bonita e rica, que até ha pouco era um mosaico de parreirais num duro relevo de colinas. Todas as forças immobilizadas no Porto se entregaram ao afan de construir as defesas, que lhe tornassem inexpugnável a praça: levantaram-nas “com uma rapidez de que se não faz idéa”. D. Pedro abandonou qualquer veleidade de manobra, obrigado a salvar de uma hecatombe a sua rala tropa. Encastelou-a. Não houve anfratuosidade de serra, dobra de terreno, muro secular, que ele não aproveitasse para ali emboscar uma escolta, mascarar um tróço, cimentar um reduto.

O verão arrastava-se esbrazeado, com um sol intolerante, noites abafadas, num ar parado propicio ao desenvolvimento das molestias, á corrupção das aguas, á peste, habitual dos cêrcos. D. Pedro perambulava por

aqueles caminhos pedregosos, metido num casacão que lhe roçava as esporas, em meio dos oficiais cobertos de pó, animando os sapadores que levantavam as barricadas. Por vezes arrebatava aos galêgos a pá e o alvião, limpava com as costas da sua ampla mão de Bourbon o suor da fronte, e trabalhava como um faxineiro. Doutra feita, porque o operario incumbido de arrancar de um tóro bruto o reparo para o canhão, hesitasse em atacar o serviço, tão rija e sêca era a madeira, gritou-lhe: Vai-te embora. Não percebes nada do teu officio. — E de enxó e machado lascou, cortou, feriu, rasgou o berço, a que os munhões se ajustaram, e montou a peça. Andava entre os soldados, que a canicula asfixiava, para que continuassem a senti-lo igual a todos, arriscando-se como os outros, desafiando a morte com a serenidade dos veteranos — dos velhos sargentos de Bussaco, dos guerrilheiros de Gomes Freire. Minaram-se verêdas e ruas, abateram-se casas para impedir o avanço do inimigo a coberto delas, passaram-se rastilhos enrodilhando um sistema de armadilhas nas escarpas do Pilar, cujo convento franciscano, enorme e em parte destruído, com o torreão debruçado sobre os pendôres da serra, fazia o papel de menagem.

Proseguia a guerra sem quartel, feroz e tacanha, braço contra braço, de um lado alguns milhares de soldados chumbados ás suas posições como caçadores montêzes, do outro 60 mil homens e o espirito nacional.

Desde 8 de Agosto estão os realistas em Vila Nova. O visconde de Pezo de Régua resolve bombardear o

Porto. A artilharia do imperador de pouco lhe serve, pela indeterminação do alvo; mas suas linhas, nitidamente traçadas, podem ser facilmente varridas e revolvidas pela metralha. Apenas, atraz das linhas ficava a cidade, compacta, alta, aberta, protegida pela sua antiga indole mercantil... Pezo da Regoa consulta o governo de Lisbôa. Lembra ligeiramente a existencia de consules estrangeiros, que hasteiam os seus pavilhões. O ministro, visconde de Santarem, responde implacavelmente: bombardeasse sem piedade. Isto a 5 de Setembro. A roda da fortuna déra uma volta. Dois meses antes D. Pedro era César, atravessando o Rubicon, com o exercito invisivel; agora um doido, condenado a morrer na fogueira feita do proprio carcere. Então o rei cavaleiro confessa a Palmella — a 15 de Agosto — que já não lhe é possivel siquer retirar; — e Palmella intervém secretamente, para que o governo inglês não deixe consumir-se a catastrophe.

Em Londres, nos cismografos da Bolsa, onde os acontecimentos europeus arrebetam em tempestades de algarismos, nas tabelas dos titulos, o exterminio da tropa liberal é previsto. Era quasi o fim... Devia arder com o Porto. A prova rude, o desembarque, a conquista do Minho, a aclamação da rainha no norte, não abalára o rei Miguel, antes lhe consolidara o trono, porque a maioria do povo jurava morrer por ele. Tudo fazia D. Pedro por aliciar soldados, leva-los á deserção e seduzir a milicia realista: de preferencia desertavam os seus proprios, não os do irmão. A nação não lhe correspon-

dera ao apêlo, cegára, ensurdecera. Portugal assiste, impassível, ao lento sacrificio, á vasta tragedia na qual figurava por primeiro ator. Mais lhe apoiavam, fóra do país, inglêses, do que lá dentro, portuguezes, cuja liberdade ia impôr pelas baionetas. Chegou a não saber como sairia dali vivo e honrado... A 10 de Setembro o visconde de Santarém enviava ao comandante geral do exercito em operações as suas ordens, ácerca da sua conduta na entrada do Porto — tão certa era essa entrada! (3)

A 8 de Setembro, realmente, tentaram os miguelistas o assalto geral. Reconquistaram Vila Nova. Investiram o convento da Serra. Atacaram pelo norte e pelo sul. Combateu-se corpo a corpo. O governador militar Bernardo de Sá Nogueira perdeu um braço. Exposto ás balas, que lhe mataram oficiais da sua escolta, D. Pedro conteirou os canhões da bateria da Vitória. A violencia do choque aterrorizou a cidade. Mas a energia da defesa quebrou o impeto aos assaltantes, que se contentaram com a Gaia, cuja ponte de barcas fôra cortada. Desde então a posse do convento da Serra se tornou o objetivo permanente. Nas recomendações de Santarém a D. Miguel, havia este aviso: “A primeira operação de guerra que agora se deve empreender conforme com a opinião de Monier, e do conde de Barbacena, e de todos os militares inteligentes, é a tomada do convento da Serra, e estabelecer alí baterias e em toda

(3) *Correspondencia do 2.º Visconde da Santarem*, IV, 406, edição de Rocha Martins, Lisboa 1921.

margem de cá de Douro para se bombardear a cidade alguns dias antes do ataque simultaneo pelo norte e pelo sul". Este plano explica a tenacidade da luta e a sua crueza ao pé de umas ruinas veneraveis e calcinadas: a carnagem do Porto gira sobre essa idéa — e aquelas pedras queimadas.

A 29, desfechou Pezo da Regoa o ataque definitivo.

Nesse dia D. Miguel se encerrou na Ajuda, a rezar, e em todos os lares realistas arderam cirios em honra da santa rainha Izabel, a mesma dôce senhora gótica que dórme no seu sarcófago de Santa Clara de Coimbra com uma escarcéla de peregrinos, tão despida de vaidades humanas... Duas colunas avançam encostas acima. O conde de S. Léger e os francezes repelem a primeira, quasi no Poço das Patas. A outra alcança as ruas do Porto. Leva de vencida os atiradores, choca-se, na rua do Prado, com a força do coronel Nepomuceno de Macedo, que desce do largo do Bomfim em passo de carga, enrodilha-se nos batalhões do "Pataco" e dos Voluntarios da Rainha. Os "Patacos", com a tunica fôfa e a gorra de estudante, rechassam á baioneta os bravos caçadores de barretina cilíndrica, arrastam-nos para as escarpas, com as armas nos rins os põem fóra da praça, enquanto por todas as frentes róla a espingardaria e os inimigos se batem á queima-roupa. Malgrado o ataque, castigado duramente o general miguelista, o Porto respirou tres semanas.

Mas a tregoa era enganosa. Os odios extremavam-se, com os estragos da guerra, e o governo de Lisbôa,

inquiéto, exigia uma conclusão imediata. Não era propriamente D. Pedro quem o assustava, mas os ingleses. Temia Santarém que o prolongamento da luta determinasse a mediação das potencias, e fosse D. Miguel coagido a transigir. Por outro lado, a sua esquadra não compensava, no mar, os desastres que sofriam em terra as bandeiras reais. Comandava-a João Felix Pereira de Campos, o mesmo chefe de divisão que a comandára na Baía, durante a ocupação do general Madeira. Prova-se então que era apatico, indeciso, desprovido de iniciativa e nervos, que fazem os almirantes. O governo legitimista aproveitára-o, a despeito desses precedentes, e João Felix não logrou reabilitar-se. A sua armada, mais numerosa e melhor que a de Sartorius, pudéra aniquila-la numa ação resoluto, se não preferisse navegar paralela ao inimigo, indo afinal fundear em Vigo. Assim mesmo, no primeiro encontro das duas frotas foi a de D. Pedro maltratada de tal modo que uma hora mais de fogo lhe arrazaria as duas unidades principais. O proprio Sartorius foi ferido levemente. Sem a visão táctica do chefe contrário, João Felix não sómente levantou o bloqueio do Porto, como se julgou incapaz de qualquer cooperação com as forças sitiadas. Anulou-se.

A causa de D. Maria II perigava, apesar da incapacidade de João Felix e do infortunio de Pezo da Regoa. A guerra de posição esgotava os deves recursos do duque de Bragança, e o seu plano de campanha não rasgava num horizonte proximo perspectivas claras. Queria fatigar com sortidas constantes além das suas

trincheiras da serra a vanguarda de D. Miguel. Vila-Flôr opunha-se. Votava por um combate largo, para o qual havia poupar munições e viveres, que mingüavam. Devéras, começava D. Pedro a aborrecer o seu logar-tenente general. A batalha de Souto Redondo fôra um desencanto. Naquella extremidade os santos de casa não faziam milagres. Vila Flôr falhava. D. Pedro combinou com Palmela a escolha de um grande general estrangeiro. Um nome francez. Uma espada histórica. A hora de Saldanha não chegava. Palmela embarcou para Londres e D. Pedro, demitindo Vila-Flôr, nomeou-o duque da Terceira e primeiro ajudante de campo.

Essa destituição não lhe favoreceu os projetos. Desferiu heroicos ataques que se partiram, do lado oposto do Douro, na massa inimiga. Para um realista que caía surgiam cem. Em 14 e 17 de Novembro imolou debalde centenas de homens á artilharia e aos fuzileiros de Santa Marta. Cada regimento que voltava, desfalcado, rôto, coberto de sangue, espalhava pela população civil um terrôr secreto; o Porto enchia-se de uma aflicção indizível e a derrota andava nas almas. Encareceram excessivamente os generos, os soldados espezinhavam os cidadãos, e D. Pedro, todo o dia e ainda ás noites pelas cristas da serra, metido com os seus atiradores, não tinha olhos para a miséria e o desanimo que lá dentro apodreciam. Da outra banda, em Vila Nova, beirando o rio, os miguelistas cantavam:

*Rei chegou,
Rei chegou,
Em Belem
Desembarcou.*

Respondiam-lhes os “pedreiros”:

*D. Miguel queria ser rei!
Arre, corcunda...*

E no fundo do canhoneio, atravessando o Douro — na bafagem das noites, a cantiga ritmava a fuzilaria:

*Os tripeirinhos do Porto
Já não podem comer pão...*

Era o tempo em que o “voluntário academico”, “descendo rua de Sant’Ana abaixo, braço no armão da peça e os olhos na alta janela donde, entre o festivo azul e branco, lhe sorri constitucional beldade” — pensava nas tradições tripeiras e idealizava livros românticos. Garrett, no convento dos Grilos, escrevia a sua novela.

Acontece que explóde uma peça da bateria do Bispo e pensa o comandante da artilharia, Silva Lopes, em fundir um morteiro com os bronzes que pudésse escolher. Numa oficina de fabricante de sinos, com o metal que se arranjou, sempre se fez o morteiro, considerado pelo exercito uma obra prima de tenacidade. Mas faltava a madeira para o reparo, e foi num dia de bombardeio implacavel que Silva Lopes propoz a D. Pedro derrubar uma das arvores seculares da quinta do Van-

zeller. Uma arvore — pela causa, não parecia muito. Porém D. Pedro replicou, que déra a sua palavra de que não cortaria uma só das arvores do Porto e preferia capitular ao inimigo antes de quebrar o juramento.

Ninguem ousou investir as formosas arvores da quinta. Nessa mesma noite, todavia, uma tempestade medonha desencadeou-se sobre a cidade e o furacão arrancou da terra um daqueles madeiros veneráveis. Silva Lopes madrugou no Paço, para avisar o imperador: “O que V. M. não quiz conceder acaba Deus de o permitir; a tempestade desta noite deitou por terra a arvore de que precisavamos, agora só peço licença a V. M. para mandar cortar o cêpo”. O imperador perguntou, desconfiado: “Batista, tu fizeste alguma?”

— “Meu senhor, dou a minha palavra de honra a V. M. de que em tudo isto só entra a Providencia”. Só então lhe deu D. Pedro licença para meter o machado naquele páo histórico — e o moiteiro, carregado em triunfo para a Torre da Marca, ajudou a devastar a bateria de Vila Nova de Gaia.

A diplomacia de D. Miguel exultava, os capitalistas inglezes ofereciam-lhe um credito de 50 milhões, e D. Amelia, em Meudon, aconchegando ao peito a filha, que crescia sem conhecer o pai, continuava a confiar na estrela do marido. Mousinho deixou o ministerio em Dezembro, carregado de glória e desanimo, declarando que a resistencia não passaria de 15 dias. A velha Europa apostava em D. Miguel. Nenhuma das cidades de Portugal, que os liberaes não tomaram á força,

sacudira o jugo do Usurpador. Os fidalgos comandavam-lhe os batalhões. Toda a sociedade figurava na guerra. Não houve nobre, dos que não se pronunciaram desde 1828 por D. Maria, que deixasse de arrancar da panoplia histórica o estoque das linhas d'Elvas, lá enferrujado; e a sorte de todas as casas senhoriais do reino andava á mercê daquela luta. A pátria dessanguava-se; nunca uma guerra civil prometera deshumanizar-se tanto como nessa Vendéa ás avessas, em que os liberais eram a minoria armada, os tradicionalistas a maioria vitoriosa. Chegou a situação a extremos de só um homem não perder a esperança: o duque-regente. Ele era a vontade. Nem calculo, nem tática, nem logica: simplesmente a vontade. A campanha, em Dezembro de 1832, estava tecnicamente perdida para as armas constitucionais. O sacrificio superava as possibilidades e os portuenses caminhavam para a morte. O seu pequeno exercito não aumentava, diariamente abandonando sobre as trincheiras da serra as suas reliquias heroicas. O bombardeio intermitente tecia ao largo uma malha sinistra: palpitava a cidade dentro desse sacco. Cruzavam as balas sobre o convento de S. Francisco, cujos escombros esburacados vacilavam na corôa do monte: e a tragedia voava na aza da metralha. Não havia ninguem seguro dentro do Porto, e em vão D. Pedro, descobrindo-se nas linhas, com uma bravura teatral, incutia ao povo um estoicismo frio. Não faltava quem comparasse o destino do Porto ao da Baía, D. Pedro a Madeira, 1832 a 1823, para deduzir disto que o castigo

chegava, punindo o príncipe que se rebelara contra o pai. Mas o príncipe real, com a placa do Cruzeiro em cima do coração, conteirava os seus canhões e apregoa-a a vitória. Ele sabia que as guerras se travam primeiro nos espiritos e o vencido prévio deve ser o impaciente. Despedindo Vila-Flôr, mostrava que ninguém era indispensavel no Porto, além dele.

O visconde de Santarém, nos entrementes, obteve de D. Miguel que fosse assumir o comando das tropas. Partiu com as infantas para Braga, passando por Coimbra, onde lhe abriram os tumulos dos reis, para que os visse, como os vira D. Sebastião.

A cena patética do moço rei, belo e nervoso, dotado dos mais famosos olhos espanhóes da sua côrte, diante dos sarcófagos manoelinos que abrigavam o fundador e o povoador da monarquia, Afonso Henriques e D. Sancho — comove os frades e a comitiva. Onde, porém, o amor do passado subtiliza-se em poesia é na quinta da Lagrima, penetrada do velho romance de Inez de Castro que a fonte, entre salgueiros, conta aos namorados: o morgado oferece a el-rei uma mécha dos cabelos da propria Inez, e com esse talisman da desgraça e da vingança rompe ele para o campo de batalha. As populações deliram á sua passagem e a alegria dos camponezes tem emoções religiosas: o mancebo predestinado é que é D. Sebastião. D. Miguel vai p'ra o altar com dous palmitos ao lado. O outro, o irmão, é o Anti-Cristo. Os fanaticos retratam-no á côr vermelha, como um embaixador infernal, e os leais corações forçados na fé cega

o abominam furiosamente. Continúa a ser a *besta danada!*

D. Miguel passou em revista o exercito no Valongo. Via-se da serra do Pilar o distante espetaculo, e o estado maior do rei se destacava pela plumagem branca. Um artilheiro preparára a sua peça para interromper a tiros a cerimonia. Ia chegar a chispa ao ouvido do canhão, quando D. Pedro lhe suspende o gesto, advertindo: — “Se lá estiver meu irmão, não”.

Por esse tempo, iludida e vibrante era que D. Amelia escrevia para os enteados, no Brasil: “Les dernières nouvelles que j’ai de votre excellent père sont du 16 de ce mois, (Dezembro de 1832), il se portait très bien grace à Dieu et était toujours rempli du meilleur espoir de voir triompher la noble cause q’il défend au péril de sa vie...”

Nas guerras civis, porém, não ha desgraças completas. Quando a Europa julgou que D. Pedro morria de fome, soube que D. Miguel sofria a mesma miséria. Portugal tambem esgotava a sua capacidade de sacrificio.

Em Fevereiro de 1833 viu-se D. Pedro no Porto com munições para um só dia, e viveres para quatro.

Pois o conselho de ministros do usurpador lhe representara, em 9 de Janeiro, que a ordem em Lisbôa era um prodigio de equilibrio, o exercito, a quem já se não pagava, lutava com a falta de viveres, a questão dinastica agitava a Espanha, ultima aliada ativa do absolutismo, e a sorte da corôa dependia de um lanço de

guerra. Os ministros pediam a D. Miguel que se transformasse em el-rei D. João I. Mas os Joões I têm Nunalvares — e o nuncio Giustinini mostrava ao visconde de Santarém o almirante da marinha do reino transformado em cortezão nos serões de Braga —, a Capua do “velho regimen”.

Palmela, em Londres e Paris, á cata de um general, de um banqueiro, dos barcos e dos voluntarios, para uma nova expedição, representava a constancia, a fé, a agilidade dos homens que, colhidos pela tempestade liberal em plena madureza, faziam de metade da vida a antitese da outra metade. Madame de Stael fez dele o “Lord Oswald” da sua “Corina.” As cortes habituaram-se a trata-lo como áqueles raros marquezes do seculo XVIII sonhadores e formosos, que passaram espiritualmente pelas embaixadas, perfumando de frases a diplomacia. Ele só, valia um ministerio todo. Não se comprehende o êxito de D. Pedro na Inglaterra e em França, sem a intriga sutil de Palmela, a sua entrada franca nas chancelarias, e sua amizade com os governantes. Agora, esse homem extraordinario tinha em Paris uma parceira infatigavel. A imperatriz D. Amelia.

Mandado por Palmela, o general Solignac tomou o comando ao exercito liberal. Não obteve mais que Vila-Flôr. Entretanto chegára Saldanha, resolvido a correr os riscos daquela aventura. D. Pedro, em 28 de Janeiro, achou a solução verdadeira, dividindo em duas divisões a força, e a linha em dous distritos, para que Terceira e Saldanha comandassem sem atritos nem confusões.

Ficou aquele no Monte Pedral, est'outro na Foz do Douro. A Foz era tudo. O caminho do mar. A estrada das munições e dos viveres. "Passagem entre a casa de jantar e a cozinha", na frase do inglez Badcock. Interceptada essa ligação, que Solignac descurára, o Porto rendia-se. Viu-o Saldanha n'um relancear de genio. O Pinhal, monticulo junto da fortaleza da Foz, que o inimigo conquistara e fortificara, devia ser recuperado imediatamente: Saldanha empalmou-o com quatro companhias, á arma branca, e a 4 de Março rechassou 10 mil homens que lh'o disputaram.

A 27 de Maio de 1833 havia nos portos inglezes oito barcos de vapôr com tropas, prontas para sairem em socorro do Porto: Palmela fretara-os, provera-os, armara-os! Sob o comando de Napier, entraram festivamente o Douro, a 2 de Junho. Substituíram a esquadra que Sartorius, por falta dos seus pagamentos, levára para Vigo, abandonando bruscamente a causa.

Debateu-se o plano de operações. O unico que poderia mudar de repente a face das cousas. Seria uma expedição ousada ao Algarve. Audaz como um golpe de desespero, mas habil, como um derivativo para a intoleravel angustia do sitio. Escrevendo em 11 de Junho, D. Pedro chamou a si a autoria do projeto.

Apenas divergira, com Solignac, do ponto do desembarque. Sempre se venceu que fosse uma parte da tropa, com os navios, forçar o absolutismo pelo sul, enquanto ao norte lhe retinha o exercito o cêrco do Porto.

D. Pedro — disse depois Napier — queria ir á frente de 5 mil homens. Era temerario e não lhe consentiu o estado-maior.

Uma marcha de flanco no desconhecido. “Se ela falhar, confessava D. Pedro, não sei o que será...” E confidenciava a D. Amelia: nada mais se devia esperar, além do milagre! Por esse tempo lhe chegara a noticia da morte da princeza D. Paula, sua filha de dez anos, no Rio de Janeiro: o coração se lhe confrangera e as lagrimas borbotaram dos olhos. Teve de disfarçar a dôr, para não impressionar o exercito. Choraria mais tarde... Ao duque da Terceira deu o comando de 2.500 homens, escolhidos entre os de mais confiança e serviços. A 21 de Junho a esquadra se fez á vela, no dia 24 embicava na praia da Alagoa, entre Cacéla e Montegordo, saudada pela fortaleza da costa. Como em Mindelo, desembarcaram os batalhões rapidamente, formando, como em parada, sob a proteção da artilharia de bordo, e enquanto a esquadra navegava para o cabo de S. Vicente, eles punham em fuga as avançadas realistas do visconde de Molelos, no rio Almargem, investiam de improviso Tavira e caíram sobre Olhão, qual um exercito maravilhoso, que houvesse surgido da terra num imprevisto de magia. Terceira vencia. Os habitantes de Olhão aclamaram a rainha. No dia 27 de Junho entraram em Faro, onde ficou Palmela, a organizar os serviços administrativos. Terceira seguiu, sem combater, por Silves e Loulé, para Messines. Recebeu allí o mensageiro que lhe enviara Palmela, com a noticia

de que Napier destruiu ou tomara a armada portugueza em S. Vicente.

D. Pedro escreveu então a D. Amelia: "*Fez-se o milagre*: a esquadra foi tomada, e estamos salvos".

Estavam salvos.

O proprio representante de D. Miguel na Inglaterra avisava: "Todos reputam a nossa Causa senão perdida, ao menos sumamente difficil de recuperar".

XVI

A MORTE DE UM ROMÂNTICO

Daf por diante, foi o inevitavel que se deu. O duque da Terceira prosseguiu, fatal e direito como um destino, sobre Lishôa. Em Setubal e no Azeitão destroçou o inimigo, rendeu-o em Almada, entrou na capital a 24 de Julho de 1833. Entretanto assumira o marechal conde de Bourmont o comando do exercito realista diante do Porto. Levava cem officiais que viram os mais tragicos crepusculos do seculo.

O representante de D. Miguel em Londres não esqueceu de acrescentar: "Bourmont devia considerar-se como indo a Portugal na missão de salvar não só a Causa portuguesa, mas tambem a Causa da legitimidade em toda a peninsula, na Europa e no mundo".

O marechal era um nome, uma tradição, uma causa. Portugal conhecia-o desde o tempo do embaixador Junot, quando o emigrado realista, veterano das guerrilhas da Vendéa, acariciava o projeto de alistar-se no exercito de Napoleão. Subira depois; general bourbonico após a abdicção de Fontainebleau, bonapartista nos Cem Dias, debaixo do seu esmalte militar uma velha expressão de raça, tivéra de repente nas suas mãos o destino da França. Foi na Belgica, quando, Napoleão de um

lado, do outro Wellington e Blücher, se jogara sobre as campinas suavemente verdes de Brabante a mais perigosa partida da Europa. No dia 17 de Julho de 1815 Bourmont, com um pugilo de oficiais, desertou para o inimigo, denunciou os planos da batalha, principalmente revelou o rumo do ataque francez, destinado a isolar os exercitos coligados... e por isso Waterloo, no dia imediato, foi a "journée incomprehensible". O fidalgo venceu o cabo de guerra. O atavismo descobriu a si proprio o verdadeiro Bourmont, a quem os dous reis Bourbons consideravam o melhor soldado da nação e Carlos X mandou buscar ás areias de Argel o bastão de marechal, que ele trouxe, com a conquista do país misterioso que então a França desencantou. A ultima vitoria da monarquia legitimista — não evitou a revolução de Julho e o advento dos Orléans. Bourmont recusou-se a servi-los, expatriou-se, intrigou e conspirou, obscurecido nas dobras da sua história, vendo realizar-se a profecia de Napoleão, em relação aos vencedores de Waterloo, cuja memoria... "s'ensevelira peut-être dans son triomphe!..." O rei Miguel atraíu á labarêda do absolutismo aquela falena do passado.



O vencedor de Argel lançou o exercito por cinco caminhos contra a praça, no dia 25. Do alto de S. Gens D. Miguel, o oculo apontado para a fogueira longinqua, assistiu ao desenvolvimento do ataque, á sua furiosa ascensão, depois a parada, a perplexidade, a derrota das

colunas ceifadas pela infernal fuzilaria de toda a linha. D. Pedro dirige do forte da Gloria. O Porto era inexpugnável.

O imperador não esperou mais alí: a 28 de Julho pisava com o seu pé imperial o cães de Lisbôa. No dia immediato foi rezar junto da sepultura de D. João VI, em S. Vicente. Dizem que deixou aí um papel com este escrito: "Um filho te assassinou: outro filho te vingará".

A cena virava pelo avesso. Agora era D. Pedro a legalidade e D. Miguel a rebeldia...

Mas D. Miguel tinha Bourmont. A 9 de Agosto levantara acampamento, recolhendo á Coimbra. Os ultimos tiros foram disparados no Porto em 11 de Agosto. Bourmont imaginára renovar a guerra em campo aberto, desde que a sua estrela empalidecêra no cêrco. A quéda de Lisbôa não lhe parecia o fim. Organizando o exercito em Coimbra podia ainda esmagar as forças inimigas de encontro á capital indefesa. D. Pedro cuidou de fortificar Lisbôa: os seus trabalhos continuaram, as vigalias, a assombrosa atividade, a minuciosa preocupação do general que não quér ser surpreendido. Como no Porto, a madrugada encontra-o de pé. Emagrece e estiola-se na sua faina interminavel, a que Saldanha se associa em 25 de Agosto, disciplinando-a. Corre as linhas duas vezes ao dia. Os seus nervos, o seu pensamento, a sua vontade, encadeiam-se á obra da defesa da cidade, sensibilizam uma ampla organização militar, resignado com o destino de tigre enjaulado, sentindo que

a terra de Portugal só se lhe cede palmo a palmo. A 3 de Setembro aparece o exercito realista. Engaja-se a batalha no dia 5.

A luta fratricida desata novo caudal de sangue. Em torno ao reduto da Ataláia, ao palacio de Lourical e á quinta do conde da Baía, onze mil homens, que Bourmont expedira em busca da vitória, disputam um combate feroz. Assiste-o D. Pedro do alto de Campolide e as balas assobiam sobre a sua cabeça. Carlos XII, em Copenhague, disséra que por d'ora avante não queria outra musica — senão a das balas que sibilam, cortando o ar com um lamento sútil. Apaixonou-o, no Porto e em Lisbôa, aquella orquestração dos combates...

A 14, novo ataque se frustrou. Bourmont demitiu-se, substituído pelo general escossez Macdonell. Destino singular: Napoleão foi vingado em Portugal e a traição de Waterloo castigada por D. Pedro, duque de Bragança! Em Lisbôa deixou Bourmont a reputação de Argel e, para ele, nunca mais clareou o sol da vitória. A 23 de Setembro chegou a rainha-menina. Vinha como um anjo, essa rapariga de quatorze anos cujos belos olhos inocentes não compreendiam a áspera luta que por sua causa allí ensanguentava um país, que via pela primeira vez. Lisbôa toda foi recebe-la ao Tejo. Como raras vezes uma população tormentada ainda festejou a santa milagrosa. Encheu-se o rio de barcos empavezados e a mó de povo atestou a ribeira. As côres azul e branca, retalho de céu e de nuvem, cobriram a cidade. O entu-

siasmo das ruas proporcionava-se com os sacrificios pa-decidos...

E tudo por uma pequenina mulher de face austriaca em cujos cabelos loiros queimava a manhã do tropico!

D. Pedro reviu aí a espôsa e a princezinha Amelia. Ambas choravam. De alegria a imperatriz, a criança de susto. Como que a horrorizavam as hirsutas barbas do pai. Este vivia o seu melhor dia de Portugal. Realizára a sua vontade; a causa de D. Maria II estava ganha. Fôra até aí o rei cavaleiro. A gentileza desarmava-lhe agora a barbara veemencia e o sentimento do triunfo ameigava-lhe o coração. Apresentou Saldanha á rainha, com estas palavras: "Maria, não lhe apresento o general Saldanha, que já conhece, mas o marechal Saldanha, a quem deve o estar hoje aqui". Os aplausos ensurdeciam. Fez um largo gesto, impondo silencio, e D. Maria bradou: "Viva a Carta Constitucional!" No dia seguinte levou a rainha, de carro, á revista nas linhas. A 10 de Outubro Saldanha rompia o cêrco, lançava sobre Loures o corpo do exercito de D. Miguel, ainda de 22 mil homens, e forçava-o a rumar para Santarém, batido e dizimado. O marechal e o imperador arriscam alegremente a vida por detraz da primeira linha. Um temendo pelo outro — ambos afrontando as balas que lhes matavam á roda criados e ordenanças. Já diante de Loures, D. Pedro exclama: "Pobre Maria, se uma bala nos levar a ambos"... Sal-

danha disse mais tarde: “Aquele heroe fazia de mim o conceito de que, mesmo depois da sua morte, a causa de sua filha seria salva se eu continuasse a viver”.

A derrocada do legitimismo prolongou pelas provincias o seu fragôr da catastrophe. Santarém foi o ultimo reduto de D. Miguel. Caíu Leiria. A batalha de Almoester, furiosamente desfechada sobre a avançada do imperador, inteligentemente combinada para flanquear o exercito liberal, separar de Lisbôa o marechal Saldanha, e alcançar a capital — sepultou as esperanças do absolutismo debaixo de dous mil cadaveres. Depois de Almoester, passou D. Pedro a sua ultima revista ao exercito liberal, a que evocou Garrett, nas “Viagens”. Desembarca Napier com quinhentos marujos na margem galêga defronte de Caminha, investe de noite essa posição, entra pelo alto Minho, toma sucessivamente as vilas e as cidades e recolhe, triunfante, ao Porto. Entretanto o barão de Sá da Bandeira isola o Algarve e Terceira, sem combater, conquista Traz os Montes e Beira, Coimbra, que se lhe abre diante da vanguarda, e Tomar. Na Asseiceira a honra dos miguelistas levanta a ultima barreira: destroçado, deixando ao adversario mil prisioneiros, o infeliz grande exercito desampara Santarém e os seus muros árabes, onde não fôra possivel a D. Pedro ataca-lo, passa o Tejo e se dirige para Evora, com Saldanha e Terceira ao encalço. Parece ainda uma manobra, mas já é uma perseguição. A 24 de Maio de 1834,

em Montemór o Novo, a um dia de Evora, na vespera do conflito final, recebe Saldanha um próprio que o general realista Lemos lhe envia, com o officio em que pede um armistício. Consulta o governo — e tem ordem de exigir a entrega do exercito “rebelde”. Marcha então, a 26, sobre Evora, entende-se com Terceira para cair de vez sobre o resto da força, que se desorganiza e deserta, concerta o plano definitivo, que seria o ato derradeiro da guerra longa e mortifera, quando lhe entra pelo campo o general Lemos em pessoa, dando a sua causa por vencida. Á noite, em Evora Monte, os dois marechais e o general assinam a convenção, que estanca a sangueira.

Depuzeram as armas os realistas.

Depuzeram, diziam as partes officiais. De fato, quebraram as espingardas no muro do seminario de Santarem, chorando de raiva e desespero. Deixou-se D. Miguel embarcar a 1 de Junho, a bordo da fragata ingleza “Stag”, para Genova e para o exilio, em que devia morrer, consolado pela certeza de que poucos reis foram no seu reino tão populares, poucos homens tiveram de outros homens a dedicação fabulosa com que o seguiu, de perda em perda, o seu exercito numeroso e desgraçado. Imediatamente parte-se em D. Pedro o esmalte do chefe e é apenas o homem que aparece. A clemencia suavisa-lhe o perfil marcial e os seus braços sentimentais abraçam com afeição o país. Ha nele uma admiração intima pelos guerreiros que capitulam

na ultima estacada, e ainda, desarmados, crêm em D. Miguel como no rei de verdade; e intranquiliza-o o futuro da filha, entre um povo que só superficialmente a amou. O bom, o velho, o instintivo Portugal do passado, nacional, popular, rural, que o estrangeirismo não deformara, que a literatura não corrompera, o das tradições, das epopéias, da religião, esse ficava com o mano Miguel, tinha-lhe o retrato nos nichos, permanecia realista. Apenas recolhia dos campos ensanguentados para a saudade — e encerrava numa tristeza a sua historia, como quem fecha um livro... D. Pedro entendeu-o — e anistiou-o. Que ninguém sofresse por suas opiniões! Que a mortalha do esquecimento envolvesse a guerra civil — e á sombra da Carta, abstracção que custára tão caro, o cidadão condescendesse em ser livre. “Os pastores sem grei, (diria Oliveira Martins) os revolucionários, liberais, eram uma resurreição de Pombal, e vinham construir de novo, sobre as ruinas do regime antigo, da mesma forma que o ministro construiu sobre as ruinas do seu terramoto...”

Só a arte é capaz de dar aos espíritos aquela harmonia serena e construtiva que para sempre boleara a aspera aresta do seu cavalheirismo.

Em 1834 desaparecera o D. Pedro impulsivo das aventuras cariocas, o príncipe injusto que cortára as amoreiras do intendente Paulo Viana, o homem imper-

feito que calcinara ao fogo das paixões o destino de sua Casa. (1)

Todo esse passado de ontem, a rebeldia, a ambição, o desvairo, o amor aventureiro, a brutalidade moça, ficaram num distante fundo de lembranças amargas, de permeio ás quaes corria o sangue de dois anos de guerra, tragicos e renovadores. O que ele vivera, olhando de frente a morte nas trincheiras por todo aquele tempo, de luta rude e ingrata! A vida de 7.500 homens, a causa da filha, a tranquillidade da patria, o seu nome, jogara sucessivamente, no seu jogo febril, que oem vezes estivera para perder e ganhára afinal, quasi por milagre — milagre de vontade e fé... Arruinara assim a saúde, voluntariamente, como se a existencia, fóra das linhas do Porto, não valesse a pena viver, e fosse preferivel morrer depressa, antes de vêr sepultar o seu partido, o seu minuscuro exercito, a Carta. A consunção apunhalou-lhe o peito depois do triumpho. A rainha D. Maria II subira ao trono. A sua filha reinava em Portugal; no Brasil reinava seu filho.

Começava a comprehendê-lo; faziam-lhe, da outra margem do oceano, uma justiça cortez. Até apelavam para ele — que voltasse! Antonio Carlos fóra á Europa cuidar da contra-revolução. O problema parecia simples: o rei em vez da desunião, da anarquia. Os

(1) Vd. para o capitulo: Alberto Pimentel, *A Corte de D. Pedro IV*, Porto 1896; Antonio Feliciano de Castilho, *Tributo português à memoria do Libertador*, Lisbôa 1836; *Castilho, pintado por ele proprio* (Obras, LXIV, 24). Alexandre Herculano, *Opusculos*, v. II.

“filosofos” diziam como Chateaubriand a Luiz Napoleão: já que a educação do povo não tolerava ainda uma República, que se desse a corôa ao representante plebicitário de outr’ora... “Aclamação unânime...” Não! — recusou com fôrça. E escreveu: “Art. 1.º. A minha abdicação está valiosa: jamais tive tenção de a declarar nula. No art. 2.º: Eu amo muito o Brasil, eu amo muito a meus filhos e a todos os meus cidadãos; eu amo muitissimo a minha honra e a minha reputação; eu respeito sobremaneira o juramento que voluntariamente prestei á constituição Brasileira, para ir empreender cousas que não sejam legais e não sejam conformes com a vontade geral da Nação brasileira a que pertengo”. (2) Quando a José Bonaparte os mexicanos ofereceram o trôno imperial, ele respondeu com um geito benévolo de quem doutrina a crianças: em vez d’uma aventura, senhores, imitai os Estados Unidos, que não têm essas idéias! D. Pedro pedia menos. Imitassem, no Brasil, o seu respeito ao juramento; e zelassem pelo menino que lhes confiara... Não o veria mais.

Aquí e lá o seu destino florescera em corôas. Entisicara entretanto. A autopsia revelaria o pulmão direito cheio d’agua; o esquerdo desaparecera... No Paço das Necessidades escondia a tosse dobrando sobre o piano o busto abatido, e soltando sobre o teclado as mãos ligeiras que despertavam, no salão sombrio, os

(2) Ms. no arq. do castélo d’Eu, *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 430.

velhos écos de Neukomm e Marcos Portugal, e faziam dansar aos cortezãos d'outrora os fantasmas graciosos dos serenins de Carlota Joaquina. O piano, depois do bombardeio do Porto, foi o ruído predileto desse homem que envelhecêra aos 35 anos.

Lisbôa, após Évora-Monte, rabiava o delírio político indignada pela absolvição do infante.

Ha em todas as lutas a ala branca dos generosos, que perdoam, e a ala retinta dos vingativos, que castigam. A população, que amára D. Miguel até o fanatismo, queria agora enforca-lo. Irmão ou inimigo, D. Miguel era para o duque de Bragança o vencido, a quem se respeita, e o vencido honrado, que tem direito á homenagem do vencedor. Não sómente deixou que ele saísse do reino, como consentiu se lhe fixasse uma pensão de 60 contos — que afinal ficou no papel. Lisbôa insurgiu-se. Aquela palavra de piedade ao fim de uma guerra barbara a uns parecia traição, a outros ultraje: ultraje á memoria dos que tombaram — no Porto, em Almoster, na ponte de Santa Maria, na Asseiceira, heróes mortos em odio... D. Pedro foi vaiado no teatro de S. Carlos em 27 de Maio.

Atiraram-lhe lama e pedras ao côche: ainda assim entrou no teatro, assomou ao camarote perante uma platéa enfurecida que apupava, enfrentou-a com o olhar sereno e duro. A assoada mudou-se em tempestade: gritos injuriosos cruzaram-se no espaço; a plébe urrava — “Fóra, fóra!” Então, um acesso de tosse agitou o imperador. Levou de pronto á boca o lenço, e retirou-o

tinto de sangue. Era a hemoptise. Uma pausa, de espanto, arrefeceu a desordem; porém D. Pedro, palido, a grossa mão de soldado (3) apoiada á tribuna, ordenou em alta voz á orquestra — “Póde começar.” — E o espectáculo começou...

De fato, o espetáculo concluía-se.

D. Pedro doeu-se, horrorizou-se das violencias que se praticavam em nome da liberdade, teimou, escondeu por mais tempo a tosse tocando piano ás Necessidade, entre D. Maria II e D. Amélia, que se assustavam em segredo da sua lividez, da sua magreza, da sua melancolia — e continuou a organizar a vida nacional.

Triste ocasião, essa da lenta normalização, com as cinzas de um longo passado ainda queimando, debaixo dos destroços da sociedade histórica!

A 20 de Junho, em Queluz, para onde fôra espairecer, com o médico leal, João Fernandes Tavares, trazia causticos, pensando em restabelecer-se na provincia, esperançoso de dias quiétos, que lhe permitissem recordar a sua musica, a sua mocidade, o seu sonho. A família acrescera-se aí de uma infanta. A sra. D. Isabel Maria. A mesma infanta que regêra o reino depois da morte de D. João VI e a toda parte acompanhara D. Miguel, fiel á sua causa até Evora-Monte. Com o embarque

(3) O conceito é de Mousinho de Albuquerque em carta ao príncipe Luiz Felipe: “E tanto se lhe enraizaram na alma os brios de soldado que, quando se viu insultado, sem poder desembainhar a espada, estalou de dôr.” (Carlos de Passos, *D. Pedro IV e D. Miguel I*, p. 46, Porto, 1936.

do irmão rompêra mansamente o seu laço político e voltara, muito breve e muito digna, ao convívio de D. Pedro. D. Isabel Maria e a Loulé recordavam-lhe a Bôa Vista, a larga família dissipada e dispersa pelo tempo. O cunhado, o duque Loulé, completava-a. Com a sua fisionomia duma impassibilidade olimpica, mixto de majestade, de indiferença, de abstração e de leve desdem" (4) de Marialva, que era... D. Amélia abria-lhes os braços indulgentes, avidos de apoio. D. Pedro peiorava. A medicina diagnosticava inflamação do bofe, hecítica, sintomas de hidropsia. A doença escavava-lhe o pulmão. Transfigurava-se, macilento, a barba mais negra sobre a face de cêra, o forte nariz afilado, as narinas transparentes, um suor glacial na fronte, enfraquecendo todos os dias, a assistir á lenta deserção das suas forças, á gradual invasão da morte.

Em 27 de Julho foi a visita ao Porto, em companhia da rainha. Depois da tragedia, a apoteose. Naquele horizonte incandescente da guerra os arcos de triunfo coroaram as ruínas; e a população estoica, orgulhosa dos seus sacrificios, se enfeitou com as *hidranjas* do Mindelo...

Á partida, D. Pedro suspirou:

— Adeus Porto, nunca mais te verei...

A abertura das Côrtes foi a 15 de Agosto, dia de D. Maria da Glória. D. Pedro vae lêr a fala do trô-

(4) Conde de Sabugosa, *Embrechados*, p. 303, 4.^a edição, Lisboa.

no. Sôbe as escadas de S. Bento, entre a mulher e a filha, devagar, parando em cada degráu, a respiração difficil, como ao cabo de uma terrivel carreira. O discurso fatiga-o ainda mais. A' noite comparece ao teatro por instantes, visivelmente doente, sem pinta de saúde na face escaveirada, que lhe contrasta com o oiro e as gemas do uniforme. Tres dias depois — as Caldas da Rainha. Diz-se que ia em busca de um lenitivo; também se afirma que, delicadamente, deixava Lisboa no momento em que se discutia a questão da regencia. O imperial enfermo definha. Dia a dia, hora a hora. Arriba das aguas a 24 de Agosto, tão fraco e tonto, que tem de pernoitar em Vila Franca. Recolheu a Queluz. Mas logo é chamado a Lisbôa, para prestar o juramento de regente constitucional, na Ajuda. Isto a 30 de Agosto. A 7 de Setembro o médico, João Fernandes Tavares, publicava um boletim annunciando a progressiva melhora do imperador. Era falso. Tanto que não quiz mais continuar na capital. A sua dispnéa exigia o largo campo; a sua vista vertiginosa pedia a luz livre; só Queluz lhe apetecia. Dita o testamento no dia 15 — cinco dias depois de ter chegado ao palácio em que nascêra. Quer que o seu corpo seja dado á sepultura sem outra pompa alem da usada no enterro dos generais. Era general — mais nada desejava ser. Um soldado que cumprira o seu dever. Legava ao cunhado e futuro genro Augusto de Beauharnais a sua espada. A espada da Terceira, da Ponte Ferreira, do Porto. Destinára-lhe em casamento a fi-

lha D. Maria II. Como desde 1829 lembrara o excelente Rezende. Acudia ás dividas, que os seus testamenteiros deviam pagar, e sem esquecer a prata de Vila Viçosa que fizéira amoedar, previa o caso da saída dos seus filhos do Brasil, que ficariam então por tutelados da madrastra. O testamento do regente de Portugal era singelo e familiar, sem nenhuma das grandes frases com que morrem os capitães celebres, prelibando a immortalidade. Pagava aos credôres, amparava os bastardos, entregava — quasi pobre! — á generosidade nacional a esposa e os filhos.

Com que suave melancolia atravessou ainda uma vez, entre latadas de buxo e os bancos enormes vigiados pelo olho risonho de sátiros de pedra, o parque francês povoado das imagens graciosas e nítidas da sua infancia! E tudo tão igual... A calçaria parda, os varandins outr'ora tomados pela onda farfalhante das sêdas, pelas manchas vermelhas das casacas, as alamêdas geometricas que um saibro sonoro revestia, e nas quais parecia fugir-lhe o passado, de calção e rabicho, com o seu oculo de oiro e o seu sapato de fivela — o passado que ele devastara! — enquanto dos salões emoldurados de rosas, a Sala das Talhas, a da Tocha, a dos Archeiros, a do Lanternim, coavam para fóra, para o ar luzente e pacifico de Setembro, écos doces de espinêta, perdidos bemôes italianos errantes entre as sombras dos serenins da Princeza... Ó, como alí o velho Portugal cortezão, enfático e beato ameigára a sua aspera tristeza e refegara num sorriso a sua grossa face

envernizada de pomadas e sinais de tafetá dos saráus da princeza Carlota! Entrando no paço, que a rainha D. Mariana Victoria inaugurára, com as suas noitadas preciosas de pura e rica musica illustrada pelas vozes mais raras, pelas mais fidalgas batutas da Europa, D. Pedro IV descerrava diante de si os batentes da memória: e uma inefavel amargura que ali achára foi o ambiente necessário á sua agonia. Podia, de sob o doce daquele leito, olhar a estrada percorrida desde o ponto de partida: Queluz! E, supersticioso como todo soldado, verificava com espanto que ela descrevera uma circumferencia, e terminava onde começara...

D. Amélia era, só, a realidade bemdita. Ela o amou com todas as forças da sua alma romantica, como se a sua missão de rainha e o seu papel de mulher isto só lhe exigissem. Pensou morrer, quando ele, devagar, morria, e a si mesma jurára sepultar-se em irremediavel recolhimento tanto que lhe faltasse o esposo, sua paixão e seu orgulho. A herança da mãe sentimental acalorava-lhe de uma ternura absorvente o sangue moço: e a outra Amélia, a que escrevia a Eugenio estas palavras reparadoras: "a tutto son disposta e di nulla mi lamentaró se mi resta la tua tenerezza" — renascia na sua dedicação aflita. Admirava-o. Tambem como sua mãe admirára o marido: "...la tua grandezza d'animo potrà fare maravigliare il mondo, non giá tua moglie..." Nunca sobre o trono português mais lancinante dôr feminina chorára ainda a viuvez como a chorou Amélia de Leuchtenberg, a quem D. Pedro mori-

bundo estreitava as mãos transparentes, como se o fio de vida se lhe prendesse, aéreo, á maravilhosa serenidade do seu sorriso. A agonia de Sua Majestade por um momento trouxe Portugal suspenso dos boletins médicos e da fisionomia, cada vez mais pálida, da duquesa de Bragança.

D. Pedro IV expirava, como uma luz que se apaga dócemente: a este clarão trágico a epopéa da sua vida se recortava bruscamente. Os poetas suspiravam, que ele se finava oportunamente, sobre os troféos do seu triunfo, antes que os corrompesse o tempo, e no relógio da história outras horas soassem; porém o povo, pasmado daquela insidiosa febre, e costumado de ver morrer assim reis inválidos, jamais rapazes sadios como galêgos, rompia pelas igrejas a suplicar de Deus a saúde do Libertador. Deus não o ouviu, e os poetas tiveram razão. Caíndo sobre os loiros frescos da gloria, não resvalou D. Pedro para as miseraveis esféras da vida mediocre e do fim obscuro: na sua cabeça imperiosa não alvejavam as cãs, e foi com ela alta, a irradiar força e sonho, que entrou quasi festivamente nos circulos dos nomes imortais.

D. Amélia não lhe abandonava a cabeceira. Raros fidalgos entravam na alcôva da sua dôr. A vida deixava-o vagarosamente, travando-lhe os movimentos, enquanto a intelligencia, lúcida e acêsa, ardia teimosamente o seu facho, até o fim.

A 19, o duque da Terceira foi beijar a mão ao moribundo. D. Pedro pediu que lhe trouxessem um sol-

dado do 5.º. Era o batalhão da guarnição da ilha Terceira, que estivera em armas por cinco anos, arrastando o seu fio de sangue pela história da restauração. A ele déra D. Maria a bandeira bordada pelas suas mãos. O batalhão-mártir. O soldado apresentou-se, perfilado, a sua medalha da Torre e Espada no peito arqueado de praieiro, as pernas trêmulas, uma onda de emoção a sufoca-lo. Atraíu-o brandamente, abraçou-o e disse-lhe: “Transmite aos teus companheiros este abraço de saudade...” O soldado saiu soluçando, e fóra do palácio, desesperado, bradava: “O’ Deus, porque uma bala não me matou no Porto, antes de ver neste estado o meu *coronel!*”

Realmente, a 17 de Setembro já não podia mais.

O fardo da regencia esmagava-o. Reuniu os ministros, enxugou os lábios sangrentos num lenço, e declarou maior a sra. D. Maria II, aos quinze anos. Queluz era o tumulo. Retirara-se para lá certo de que acabaria logo, na casa em que nascera, antes de acabar Setembro! O outôno principia a amarelecer as arvores e as aléas de Lenôtre, marginadas de buxos, com os marmores classicos palpitando a sua arte no meio das carvalheiras, se cobriam da folhagem que o vento carrega...

Depois, D. Pedro, aconchegando almofadas, escreveu a sua carta de despedidas á Camara. O presidente, bispo S. Luiz, leu-a no mesmo dia, as palavras molhadas de lagrimas:

“Senhores deputados da Nação Portuguesa:

Sempre franco e fiel aos meus juramentos, e obedecendo á voz da minha consciencia, vou participar-vos que, tendo ontem cumprido o dever de filho da Igreja Catolica e de pae de família, julgo tambem do meu dever participar-vos que o mesmo estado de molestia, que ontem me ditou aquellas resoluções, me inibe de tomar conhecimento dos negocios publicos, em cujas circumstancias vos peço queirais provêr de remédio. Eu faço os mais ardentes votos ao Céu pela felicidade pública. Palácio de Queluz, em 18 de Setembro de 1834. Pedro, Regente.”

Coube a Saldanha relatar o caso, propondo se decretasse desde já a maioridade da rainha de Portugal. Mello Breyner léva a D. Pedro a noticia dessa decisão, adotada por unanimidade numa, contra 6 votos apenas na outra casa do parlamento. Encontra-o rodeado de sua pequena família. D. Maria II ouve-o num silencio succumbido. Aconselha-lhe, com esforço, a voz sumida, clemencia, magnanimidade, justiça. E diz a D. Amélia, que abaixa a cabeça para occultar o pranto: “Querida Amélia, quando o meu coração fôr arrancado do meu peito, mandai-o á cidade do Porto, eu lho lego como um penhor eterno da minha gratidão aos seus filhos”...

A 20 de Setembro recebeu os sacramentos. D. Maria II prestou em S. Bento, ás 4 horas, o seu juramento de soberana. O primeiro ato que assinou foi a concessão da grã cruz da Torre e Espada a seu pae. Levou-lha a Queluz. Com as mãos resolutas, a pequenina

rainha atirou ao pescôço de D. Pedro o colar da bravura e da fidelidade. Uma grossa lagrima deslisou pela face branca do imperador e um sorriso triste arrepiou-lhe os labios. Talvez pensasse na frase de Byron, morrendo: "*Oh! questa è una bella scena...*" Estreitou nos braços a filha rainhã, e quando ela se afastou, para chorar a um canto, abraçou-se ao cruxifixo, que teve sobre o peito até expirar. Ajoelhado ao pé do leito, o arcebispo de Lacedomonía rezava.

A 23 murmurou: "Morro contente, porque a ninguém fiz mal."

Não o assaltou aí a exasperação do homem a quem o destino atraíçoa em plena glória. "Jamais houve uma morte tão tranquila", diria a imperatriz. Sobre o seu rosto desfeito descêra a paz dos resignados e os seus olhos luzentes brilhavam da intelligencia dos visionarios. Afinal, a morte lhe chegara como uma ordenança que o clarim chamou: com pontualidade militar. Ainda no leito da agonia, em Queluz, D. Pedro já era demais em Portugal. Realizára a sua missão na terra e vivera totalmente o seu sonho político. Para o futuro, deslocado no seu país, talvez também no seu tempo, seria a vaga existencia dos inadaptados que o esperava. Teria de emigrar, para D. Maria II poder reinar. Arrastaria pela Europa, como um cometa, a pezada cauda da lenda. O velho mundo que ele demolira levantar-se-ia dos próprios destroços para acusa-lo, e no exilio a sua nostalgia de rei sem trono o aproximaria instintivamente de outra sombra, errante e altiva — D. Mi-

guel... Aos seus ouvidos continuariam a rolar os écos da sinfonia espantosa que ao aceno da sua juventude subira das florestas da América — e jamais a felicidade lhe voltaria ao lar burguez e pobre, com a espada do Ipiranga pendurada da parêde, ao lado da corôa de louros que Lisbôa lhe cingira. A pequena vida da saudade e da renuncia... Morrer então, aos 36 anos, como a derradeira vitima da guerra que ele mesmo acendêra — era um delicioso favor do céu. Porque saía da terra como um ator, que corretamente se despede da platêa no último ato, e se retira com a festa dos aplausos gravada na retina contente: levava nos olhos um raio de triunfo. Nem as decepções da mediania, nem os desencantos da velhice. Na primavera da alma, quando o rosal do espírito ainda se doira com o esplendor da poesia. Na pujança da idade. Depois de ter atravessado o mundo sobre um alto cavalo de guerra, numa atitude de epopéa. General sem derrota. Disse o almirante Napier que já olhava, por cima da fronteira, o trono de Espanha que Isabel II e D. Carlos disputavam... Tres anos antes, José Bonifácio, no parlamento brasileiro, denunciára “vistas tão gigantescas”... Imperador que fizera reis aos filhos e dêra ás duas patrias a sua lei suprema. Imperador-cidadão e cavaleiro. O Percival da Carta, o Condestavel da rainha... Morreu na sala de D. Quixote do palácio de Queluz. A's 2 e meia da tarde, quando vibrava no ar um sol creador. Na alcôva em que nascera — porque a sua morte fechou um circulo. D. Quixote! A sala onde,

em 10 de Fevereiro de 1792, os médicos da cõrte assinaram o laudo da loucura de D. Maria .

* * *

“A noite ia pura e calmosa, o céu limpo e semeado de estrelas...” O côche funebre atravessou Lisbõa entre alas de soldados d’armas para o chão, num silencio em que as tóchas e os crêpes punham uma nota fantastica. A pé, de escantilhão, generais, juizes e politicos, mulheres que se pranteavam e os galegos espantados, a multidão seguia a carruagem alumiada pelos archotes, numa apoteose tragica, que entre Queluz e S. Vicente estendeu um rio de luz — e de lagrimas. Havia no povo um instinto de adoração; e os moços, os fortes da guerra fratricida, rapazes precocemente envelhecidos no cêrco do Porto, diziam que a fatalidade lhes roubára o primeiro homem da sua raça. “Talvez único na História” — gemia Antonio Feliciano de Castilho; seguramente o maior, afirmava Alexandre Herculano, alteando sobre as cabeças derrubadas a fronte rebelde e livre.

BIBLIOGRAFIA

- Doc. do arquivo do castelo d'Eu, *Anais da Bibliotéca Nacional*, v. LIV.
- Comte de Las Cases, *Le Memorial de Sainte-Helène*, ed. Garnier.
- Antonio Sardinha, *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa 1925.
- Artur da Cunha Araujo, *Perfil do Conde da Barca*, Porto 1940.
- Duchesse d'Abrantes, *Mémoires d'une Embassade*, Paris 1834.
- Raul Brandão, *El-Rei Junot*, Porto 1919.
- Marquês de Lavradio, *D. João VI e a Independencia do Brasil*, Lisboa 1937.
- Pedro Calmon, *O Rei do Brasil, Vida de D. João VI*, Rio 1935.
- Conde de Lavradio, *Memorias*, Lisboa 1932.
- Oliveira Lima, *D. João VI*, Rio 1908.
- A. Thiers, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, Paris 1849 v. VIII).
- Gonçalves dos Santos, *Memorias para servir á História do Brasil*, Rio 1821.
- Marquês de Fronteira e d'Alorna, *Memórias*, Coimbra 1828.
- Teófilo Braga, *Os Arcades*, Porto 1918.
- Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, Lisboa 1898.
- Mario Brandão e M. Lopes d'Almeida, *A Universidade de Coimbra*, Coimbra 1937.
- Santos Marrocos, *Cartas*, *Anais da Bibliotéca Nacional* v. LVI.
- Francisco Manuel Trigoso, *Memorias*, Coimbra 1933.

- Rocha Martins, *O Último Vice-Rei do Brasil*, Lisboa.
- Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil*, S. Paulo 1938.
- Tobias Monteiro, *A Elaboração da Independência*, Rio 1927.
- Maria Graham, *Escôrço biográfico de D. Pedro I*, *Anais da Bibliotéca Nacional*, v. LX (ed. de Rodolfo Garcia, - trad. de Americo Lacombe).
- Pierre Melon, *Le Général Hogendorp*, Paris 1938.
- R. Brice, *Les Éspoirs de Napoléon à Sainte-Helène*, Paris 1938.
- H. Taunay et F. Denis, *Le Brésil*, Paris 1824.
- Varnhagen, *História da Independência* (ed. do Inst. Hist.).
- A. D. de Pascual, *Rasgos memoráveis do Snr. D. Pedro I*, Rio 1851.
- Pereira da Silva, *História da Fundação do Império Brasileiro*, Rio 1865.
- Mello Moraes, *História do Brasil-Reino*, Rio 1872.
- El Argos* (Buenos Aires, 1822, ed. fac-similar da Junta de Historia, t. XIV).
- Augusto de Lima Junior, *Cartas de D. Pedro I a D. João VI*, Rio 1941.
- Antonio Ferrão, *A 1.^a Invasão Francesa*, Coimbra 1925.
- Sergio Corrêa da Costa, *As quatro corôas de D. Pedro I*, Rio 1941.
- Assis Cintra, *D. Pedro I e o grito da Independência*, S. Paulo 1921.
- Octavio Tarquinio de Sousa, *Evaristo da Veiga*, S. Paulo 1939.
- Eugène de Monglave, *Correspondance de Don Pèdro I*, Paris 1827.
- Francisco Gomes da Silva, *Memórias*, 2.^a ed., Rio 1939.
- Alberto Rangel, *Textos e Pretextos*, Tours 1926.
- Alberto Rangel, *D. Pedro I e a Marquêsa de Santos*, Rio 1914.
- Oliveira Lima, *D. Pedro e D. Miguel*, S. Paulo 1926.

- Angelo Pereira, *As Senhoras Infantas filhas del-Rei D. João VI*, Lisboa 1938.
- Comtesse de Boigne, *Mémoires*, Paris 1909.
- Braz do Amaral, anotações ás *Memorias, de Inacio Acioli*, v. IV, Bahia 1933.
- Pedro Calmon, *História da Casa da Torre*, Rio 1939.
- J. Armitage, *História do Brasil*, ed. de Eugenio Egas, S. Paulo 1914.
- Alcindo Sodré, *Anuário do Museu Imperial*, Petropolis 1943.
- Saldias, *Historia de la Confederación Argentina*.
- Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*, S. Paulo 1937.
- Tobias Monteiro, *Historia do Imperio, O Primeiro Reinado*, Rio 1939.
- Pereira da Silva, *Segundo Periodo do reinado de D. Pedro I*, 2.^a ed.
- Antonio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, Rio 1896.
- Visconde de Barbacena, *Almanach Garnier* Rio 1907.
- Menezes de Drummond, *Contribuições á biografia*, An. da Bibl. Nac., XIII.
- João Ameal e Rodrigues Cavalheiro, *Erratas á história de Portugal*, Porto 1939.
- D. Antonio da Costa, *História do Marechal Saldanha*, Lisboa 1879.
- Antonio Feliciano de Castilho, *Casos de meu tempo*, Lisboa 1906.
- Vitorino Nemesio, *A Mocidade de Herculano*, Lisboa 1934.
- João Grave, *O Passado*, Porto 1921.
- Cunha Mattos, *Memorias da campanha do sr. D. Pedro de Alcantara*, Rio 1833.
- Luz Soriano, *Historia do Cerco do Porto*, Porto 1889.
- Luiz Soriano, *Revelações da Minha Vida*.
- Almeida Garrett, *Viagens na minha Terra; e Arco de Sant'Ana*.

Cousa Monteiro, *Vida de D. Pedro IV*.

Visconde de Santarem, *Correspondencia*, ed. de ...
tins, Lisboa 1921.

Carlos de Passos, *D. Pedro IV e D. Miguel I*, Porto 1913

Alberto Pimentel, *A Côrte de D. Pedro IV*, Porto 1910

Antonio Feliciano de Castilho, *Tributo português à
do Libertador*, Lisboa 1836.

Antonio Feliciano de Castilho, *Castilho pintado por ele pr
prio*, Lisboa 1909.

Alexandre Herculano, *Opusculos*, v. II.

Conde de Sabugosa, *Embrechados*, 4.^a ed.

MANUSCRITOS

Docs. do arquivo do castelo d'Eu; Cartas da març... a
Santos (cm. pelo sr. Caio de Mello Franco); ...
arq. do ministério das Relações Exteriores, e

★ *Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., à rua Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional.*



D. PEDRO em 1817
(por Debret)



D. PEDRO I em 1828
(por Araujo Porto Alegre)
Téla no Museu Imperial, em Petropolis



D. PEDRO em 1834
(Têta no Museu Imperial)